

## **ATA DE INSTALAÇÃO DA 11ª (DÉCIMA PRIMEIRA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IJACI/MG PARA O PERÍODO DE 2005 A 2008, POSSE DOS VEREADORES E ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA PARA A SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.**

Ao 1º (primeiro) dia do mês de janeiro (01) do ano da graça de 2005 (dois mil e cinco), sábado, às 9 h (nove horas), no salão de reuniões da Câmara Municipal, situado na Praça Prefeito Elias Antonio Filho, 55, realizou-se a sessão solene para instalação da 11ª Legislatura, posse dos Vereadores eleitos no pleito de 03 de outubro de 2004 e eleição da Mesa Diretora da Câmara para a Sessão Legislativa de 2005. Inicialmente, o servidor Nelson Geraldo Rossi procedeu a chamada nominal dos Srs. Vereadores de acordo com o número de votos obtidos, convidando-os a ocuparem seus respectivos lugares no Plenário. Pela ordem foram chamados: João Carlos Espedito, eleito com 176 votos pelo Partido Progressista que compôs a coligação "Somos Ijacienses". Fábio Mesquita de Almeida eleito com 140 votos pelo Partido Humanista da Solidariedade que compôs a coligação "Ijaci Levado a Sério". Carlos Antonio Aparecido Barbosa, eleito com 139 votos pelo Partido Liberal que compôs a coligação "Ijaci Levado a Sério". Rômulo Elias, eleito com 118 votos pelo Partido Progressista que compôs a coligação "Somos Ijacienses". Sebastião dos Santos Neto, eleito com 118 votos pelo Partido Popular Socialista que compôs a coligação "Somos Ijacienses". Marleu Ribeiro da Silva, eleito com 108 votos pelo partido Socialista Brasileiro que compôs a coligação "Ijaci Levado a Sério". Catarina Gonçalves de Castro, eleita com 100 votos pelo Partido Liberal que compôs a coligação "Ijaci Levado a Sério". Roosevelt Aparecido Gomes, eleito com 93 votos pelo Partido Democrático Trabalhista que compôs a coligação "Frente Ijaci Popular" e Jussara Alves de Resende, eleita com 91 votos pelo Partido dos Trabalhadores que compôs a coligação "Frente Ijaci Popular". A sessão contou com a participação dos servidores do Legislativo, autoridades civis, militares e eclesiásticas, familiares e grande número de assistentes conforme anotado no livro de presenças das reuniões solenes na folha nº 30. Conforme dispõe o art. 26 da Lei Orgânica Municipal, a sessão teve seu início sob a presidência do Vereador mais votado, João Carlos Espedito que após a oração inicial, em nome de Deus declarou a abertura dos trabalhos e convidou a todos para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Prosseguindo designou o Vereador eleito Fábio Mesquita de Almeida para recolher os diplomas expedidos pela Justiça Eleitoral aos Srs. Vereadores e apresentá-los à Mesa Diretora para verificação. Em seguida designou o Vereador eleito Carlos Antonio Aparecido Barbosa para recolher as declarações de bens e apresenta-las à Mesa Diretora para verificação. Prosseguindo o Sr. Presidente com a mão direita estendida sobre exemplares das constituições da República e do Estado de Minas Gerais e Lei Orgânica Municipal procedeu a leitura do juramento de posse nos seguintes termos: "Prometo no exercício de meu mandato manter, defender e cumprir a Constituição da República, do Estado de Minas Gerais, Lei Orgânica do Município de Ijaci, observar as leis e promover o bem geral do Município". Concluiu com a expressão "assim o prometo" que da mesma forma foi repetida pelos demais Vereadores eleitos. O Sr. Presidente confirmou os juramentos e declarou empossados os Srs. Vereadores eleitos nos seguintes termos: Eu João Carlos Espedito, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e as atribuições que me conferem, confirmo os juramentos e a partir deste momento declaro empossados os vereadores eleitos em 03 de outubro de 2004 para a Legislatura 2005 a 2008 no Município de Ijaci. Prosseguindo foram adotados os procedimentos para eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal para a Sessão Legislativa de 2005. Inicialmente fez-se a leitura da chapa única protocolada para concorrer às eleições composta por: Presidente - Sebastião dos Santos Neto, Vice Presidente - Fábio Mesquita de Almeida, Secretário - Carlos Antonio Aparecido Barbosa e 2º Secretário - Marleu Ribeiro da Silva. Em seguida O Sr. Presidente nomeou os Srs. Vereadores Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto para atuarem como escrutinadores que verificaram que a urna para recepção de votos estava vazia. Pela ordem os Srs. Vereadores foram convidados a votar. Durante a votação os Vereadores Sebastião dos Santos Neto, Carlos Antonio Aparecido Barbosa, Marleu Ribeiro da Silva e Fábio Mesquita de Almeida manifestaram seus votos favoráveis conforme disposto no parágrafo único do art. 199 do Regimento Interno. Terminada a votação, verificou-se que o número de cédulas coincidia com o número de votantes. Feito a apuração, computados os votos declarados em aberto obteve-se o seguinte resultado 08 (oito) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário. Desta forma a chapa única foi proclamada eleita ficando a Mesa Diretora da Câmara composta da seguinte maneira para a Sessão Legislativa de

2005: Presidente - Sebastião dos Santos Neto, Vice Presidente - Fábio Mesquita de Almeida, Secretário - Carlos Antonio Aparecido Barbosa e 2º Secretário - Marleu Ribeiro da Silva. O Vereador João Carlos Espedito proclamou os eleitos e convidou o Vereador Sebastião dos Santos Neto a tomar assento na cadeira de Presidente. Investido no cargo, o Presidente recém eleito franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, dela fazendo uso pela ordem Fábio Mesquita de Almeida, Jussara Alves Resende, Roosevelt. Após foram designadas as Vereadoras Catarina Gonçalves de Castro e Jussara Alves de Resende para ao final da Sessão, buscarem a Prefeita e o Vice Prefeito eleito para a solenidade de posse a realizar-se em seguida. Para tal os Srs. Vereadores foram convocados e os demais presentes convidados. Feito a oração final, em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

#### **ATA DA SESSÃO SOLENE DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI PARA POSSE DA SRA. PREFEITA MUNICIPAL E SR. VICE**

**PREFEITO.** Ao 1º (primeiro) dia do mês de janeiro do ano da graça de 2005, às 10 h. (dez horas), no salão de reuniões da Câmara Municipal, situado na Praça Prefeito Elias Antonio Filho, 55, perante os Srs. Vereadores recém empossados apresentou-se a Prefeita, Sra. Maria Horaci de Oliveira e o Vice Prefeito, Sr. Luiz Rogério Vilas Boas para a solenidade de posse. Acompanhados das Vereadoras Catarina Gonçalves de Castro e Jussara Alves Resende a Prefeita e o Vice Prefeito foram convidados a tomar assento junto ao Plenário. Após o comunicado acerca da composição da Mesa Diretora da Câmara, feito pelo servidor Nelson Geraldo Rossi, o Sr. Presidente Sebastião dos Santos Neto fez a abertura oficial dos trabalhos e determinou a execução do Hino Nacional Brasileiro. Após solicitou a apresentação dos diplomas e declarações de bens da Sra. Prefeita e do Sr. Vice Prefeito eleitos. Em seguida convidou a Sra. Prefeita eleita para prestar seu juramento, nos termos do art. 70 da Lei Orgânica Municipal. Com a mão direita sobre exemplares da Constituição da República, Constituição do Estado de Minas Gerais e Lei Orgânica do Município de Ijaci a Prefeita eleita, Sra. Maria Horaci de Oliveira proferiu seu juramento nos seguintes termos: “Prometo no exercício de meu mandato manter, defender e cumprir a Constituição da República, do Estado de Minas Gerais, Lei Orgânica do Município de Ijaci, observar as leis e promover o bem geral do Município”. Concluiu com a expressão “assim o prometo”. Da mesma forma e com os mesmos dizeres, tal juramento foi efetuado pelo Vice Prefeito eleito, Sr. Luiz Rogério Vilas Boas. Mediante tais juramentos prestados, o Sr. Presidente os declarou empossados nos seguintes termos: “Eu Sebastião dos Santos Neto, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e as atribuições que me conferem como Presidente da Câmara, confirmo os juramentos prestados e a partir deste momento declaro empossado como Prefeita do Município de Ijaci, a Sra. Maria Horaci de Oliveira e como Vice Prefeito, o Sr. Luiz Rogério Vilas Boas para a Administração 2005 a 2008”. Em seguida determinou ao Servidor que fizesse a leitura dos termos de posses que em seguida foram assinados pela Sra. Prefeita, Maria Horaci de Oliveira e pelo Sr. Vice Prefeito, Luiz Rogério Vilas Boas. Após, o Sr. Presidente fez seu pronunciamento e em seguida franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores dispondo 3 (três) minutos para cada pronunciamento. Em seguida foram efetuados os agradecimentos às autoridades, familiares e convidados presentes com votos de um ano novo cheio de realizações. O Sr. Presidente convidou a todos para fazerem a oração final e em nome de Deus, foi encerrada a solene sessão de posse da Sra. Prefeita e do Sr. Vice Prefeito. Para constar, lavrou-se a presente ata, que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores, pela Sra. Prefeita, pelo Sr. Vice Prefeito e demais presentes que desejarem.

#### **ATA DA 1ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.**

Aos 07 (sete) dias do mês de janeiro de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara

Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara e grande número de assistentes. Após a oração inicial e oração própria dos Vereadores Fábio Mesquita de Almeida, Marleu Ribeiro da Silva e servidora Magali de Fátima Santos, representando as Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal dos Srs. Vereadores, tendo este informado a presença de todos. Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos passando-se para a leitura dos expedientes encaminhados constantes de: Comunicado do Ceprosul de Nepomuceno acerca de adiamento das provas do processo seletivo do 1º semestre de 2005. Comunicado sobre a composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ribeirão Vermelho. Votos de congratulações à esta Câmara enviados pela empresa Navinet e pelo Delegado Regional de Polícia Civil, Dr. Hafez Tadeu Sadi. Indicação da Vereadora Jussara Alves Resende acerca de projeto para transporte escolar grátis fora do Município. Requerimento subscrito pelo Vereador Roosevelt Aparecido Gomes o qual leva a apreciação do Plenário a faculdade ao Vereador de fazer uso da palavra sentado ou de pé, conforme seu critério. Do gabinete da Sra. Prefeita foram encaminhados os seguintes ofícios: 004/2005 contendo congratulações, desejo de um ano de muitas realizações e colocando o Executivo à disposição. Nº 005/2005 solicitando liberação do servidor Raniere Aparecido de Souza para exercer cargo comissionado na Prefeitura, nos termos do art. 70, inciso I do Estatuto dos Servidores Públicos do Município. Nº 11/2005 encaminhando cópia do termo de entrega e recebimento da Prefeitura Municipal em 1º de janeiro. Nº 014/2005 encaminhando cópia da Portaria nº 06/2005 que dispõe sobre a utilização de veículos do Município. Nº 015/2005 encaminhando cópia da Portaria nº 05/2005 que estabelece horário para funcionamento do expediente da Prefeitura. Nº 016/2005 em resposta ao ofício nº 01/2005 desta Casa que contém solicitação para liberação de mais uma sala para a Câmara Municipal e nº 017/2005 indicando o Vereador Fábio Mesquita de Almeida para líder do Poder Executivo junto à Câmara Municipal. Em relação aos projetos de lei foram apresentados: Nº 01/2005 que “autoriza contratação por prazo determinado e dá outras providências”. Nº 02/2005 que “autoriza incentivo para pagamento de dívida ativa”. Nº 03/2005 que “institui o programa de auxílio transporte aos estudantes de cursos técnico, profissionalizante e superior – PROTRANS”. Nº 04/2005 que “dispõe sobre criação de departamentos e dá outras providências”. Para tais projetos foi lida a mensagem de encaminhamento e solicitação para tramitação em regime de urgência urgentíssima. Prosseguindo, o Sr. Presidente liberou o uso da palavra aos advogados que enviaram seus respectivos currículos e se fizeram presentes na reunião. Pela ordem alfabética, o primeiro a se pronunciar foi o Dr. Álvaro Luiz de Castro que se apresentou, falou de seu trabalho noutras Prefeituras e Câmaras, afirmando que continua a trabalhar como assessor da Câmara de Itutinga. Disse que seu propósito é de servir com honestidade, para isso irá acompanhar todas as reuniões ordinárias e extraordinárias, acompanhar o tramite dos projetos e procurar sanar as dúvidas. Propõe comparecer às reuniões com três horas de antecedência e ainda prestar serviços para a população mais necessitada em ações na Comarca de Lavras. Não afirma ser o melhor, só o tempo e a execução dos serviços poderá dizer e pretende aprender com os Vereadores e passar para estes o seu conhecimento. Disse que seu pai foi prefeito de Lavras e um de seus tios, o Sr. José Pedro de Castro Filho, foi prefeito em Ijaci. Agradeceu a oportunidade para fazer esta explanação e elogiou a proposta de trabalho dos Vereadores. Em seguida pronunciou-se o Dr. Ilson Heitor de Resende que se apresentou afirmando ser advogado há 20 anos, ter boa prática no ramo, citando os locais onde prestou ou presta serviços, enfatizando a Câmara de Ibituruna, onde renovou contrato para prestação de serviços. Possui uma empresa de assessoria que trabalha na preparação de concursos públicos, campo em que tem vasta experiência. Se for escolhido, disse que pretende fazer o melhor e é difícil falar da própria pessoa, pois só o tempo é que tem como demonstrar. Ficou satisfeito com o que viu, sobretudo a harmonia e que a função de legislar deve ser solidária com o Executivo, pois brigas só prejudicam a população. Caso seja escolhido, nos projetos polêmicos, irá tentar acordo para aprová-lo, já que conhece o assessor jurídico da prefeita e o respeita muito. Desta forma acha que vai ser tranquilo trabalhar nesta Câmara e finalizou reafirmando que pretende fazer o melhor possível. Prosseguindo, pronunciou-se a Dra. Isis de Fátima Marques do Nascimento que cumprimentou a todos, agradecendo por estar aqui. Disse que formou em advocacia no ano de 1983 e há 10 anos trabalha com prefeituras e câmaras. Sua proposta como os demais Advogados é tentar fazer o melhor possível, vir nas reuniões e vir uma vez por semana para atender e acompanhar pessoas carentes do município em ações simples na Comarca de Lavras.

Disse que a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno estão obsoletos e para isso oferece serviços para atualizá-los e adequá-los às alterações feitas na legislação federal. Agradeceu a oportunidade, afirmando que respeita os advogados presentes, pois “precisamos trabalhar e gostamos do trabalho que fazemos”. Desejou bom trabalho a todos dizendo que Ijaci precisa reerguer-se. Finalizou colocando-se à disposição para responder perguntas. O Vereador Fábio Mesquita de Almeida perguntou-lhe se no ano passado ela atuou no município de Ijaci, sendo respondido que não atuou na administração, o advogado que fazia o serviço substabeleceu para sua pessoa todos os documentos e processos para que por ela fossem acompanhados na Comarca de Lavras. Esteve três vezes com o prefeito e seguiu os processos sem ter que vir necessariamente para Ijaci. O período foi de seis meses e na realidade o trabalho foi todo desenvolvido em Lavras, sendo estes processos antigos de quatro, cinco ou sete anos. Tiveram alguns advogados que passaram por lá e ano passado ela foi convidada para seguir neste processo, inclusive o advogado que saiu é que sugeriu seu nome, mas não teve nenhum contato com a administração em assuntos administrativos. O Vereador Roosevelt Aparecido Gomes lhe perguntou se ela atuou na Prefeitura de Itutinga, sendo respondido que atuou sim. O Vereador lhe questionou por quanto tempo, sendo respondido que foi durante 4 anos na administração anterior de 1997 a 2000 e na atual, durante os 3 primeiros anos tinha o cargo de advogada, mas atuava fora da administração. No último ano quando o prefeito renunciou e assumiu o vice, este a colocou como assessora de gabinete. O Vereador Roosevelt questionou se ela então não teve vínculo com prefeito que renunciou, sendo respondido que não, pois nos três primeiros anos trabalhou na Secretaria de Ação Social, fazendo toda a parte de projetos, convênios para a assistência social e não assessorava o prefeito diretamente, já que trabalhava como advogada municipal. O Sr. Presidente agradeceu a presença dos advogados e a boa vontade em proceder as explicações. Disse que embora o cargo seja privativo do Presidente da Câmara, ele achou melhor submeter ao Plenário e que na segunda feira os Vereadores vão se reunir e escolher o Assessor Jurídico. Em seguida passou-se para a formação das Comissões Permanentes, tendo o Sr. Presidente determinado ao servidor Nelson que falasse sobre as atribuições destas Comissões e apresentasse os nomes propostos para compô-las. O servidor mencionou as três comissões permanentes, suas atribuições e ainda a comissão especial de meio ambiente que embora sendo temporária, tem um certo caráter de permanente face sua necessidade, devido aos empreendimentos que nos últimos anos vem sendo feitos no Município. Apresentou os nomes propostos para cada comissão de acordo com o critério da proporcionalidade partidária, afirmando que é apenas uma proposição, podendo haver alterações e que no intervalo, estas serão oficialmente compostas. Prosseguindo, o Sr. Presidente solicitou do mesmo servidor que falasse dos critérios para o uso da palavra franca. O servidor mencionou que a gravação da reunião por meio de filmadora é simplesmente para auxiliar na lavratura da ata que é o documento oficial das reuniões e o Vereador que ao fazer uso da palavra, tecer algum comentário que não queira que conste em ata, deve pedir antes. O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores. O Vereador Fábio Mesquita de Almeida afirmou estar alegre pela presença de tantas pessoas e desde já pede a participação de todos, pois assim é bonito e é desta maneira que se trabalha em conjunto. Disse que os projetos apresentados não são de interesse só da Prefeita, mas de todo o Município e desta forma pede que sejam votados em regime de urgência. Sobre os advogados, disse que serão analisados passo a passo e segunda feira será decidido. Finalizou elogiando a atitude do Sr. Presidente em passar para todos os Vereadores a escolha do Assessor Jurídico. Em seguida a Vereadora Jussara Alves Resende disse que hoje está sendo realizada a primeira reunião dos Vereadores, mas quer informar que “nós, Vereadores já começamos a trabalhar pelos interesses da comunidade numa reunião com o Consórcio do Funil com quem se pretende manter sempre contato e na ocasião foram discutidas várias questões referentes ao município, como por exemplo, o caso do lixão e a verba para início das obras do prédio da Câmara Municipal”. Disse que os Vereadores também se reuniram com a Prefeita e o Vice Prefeito na Prefeitura e quer deixar claro e agradecer, pois sua primeira indicação foi a questão do transporte grátis para os estudantes fora do Município e deu testemunho do quanto sofreu para estudar em Lavras, pois tinha que pagar a faculdade, o transporte e o dinheiro não sobrava para comprar lanche ou tirar xerox. Disse que as vezes levava lanche de casa e repartia com os demais alunos que estavam na mesma situação. Desta forma este projeto vem de encontro com suas idéias e finalizou pedindo aos colegas que ajudem na aprovação deste projeto que é de muito interesse, é um ideal avançado para nossos alunos e que a educação deve

estar acima de tudo. Em seguida pronunciou-se o Vereador Marleu Ribeiro da Silva que reforçou palavras da Vereadora Jussara disse que o projeto está aqui para que seja votado imediatamente e assim a prefeita possa trabalhar bem para nosso município e finalizou pedindo a benção de Deus para os trabalhos dos Vereadores. Em seguida a Vereadora Catarina Gonçalves de Castro pediu em primeiro lugar as bênçãos de Deus, sendo esta a primeira reunião da Câmara e que os Vereadores estão aqui para começar a trabalhar e se Deus quiser as coisas vão dar certo para os Vereadores e para a prefeita Fia. Dirigindo-se aos assistentes, disse que “o que precisarem, podem contar com a gente”. Em seguida o Vereador Roosevelt Aparecido Gomes disse ser este o início de mais um mandato e assim deseja boa sorte a todos. Disse que em primeiro lugar o trabalho deve ser feito com união que traz muitas vantagens para o município. O trabalho deve ser feito com seriedade no qual na posse todos fizeram seu juramento e deve frisar bem isto para que o município possa sair ganhando. Desejou boa sorte para a prefeita que está iniciando mandato e encontrando o município com dificuldades, citando como exemplo a necessidade de parcelamento de dívidas, o que é desagradável, mas com o tempo com certeza isto será superado. Quanto aos projetos, disse que pôde analisá-los e se manifesta favorável porque trará benefícios ao nosso município e para a população. Finalizou reiterando boa sorte a todos. Em seguida o Vereador João Carlos Espedito mencionou os projetos desta reunião e quanto a abertura de vagas, está sendo pedido abertura de 79 vagas no valor de R\$39.750,00 e na administração passada eram 47 vagas pelo valor de R\$39.610,00. Desta forma são mais 32 vagas, o que poderá assustar a população, mas dentro do padrão engloba o mesmo valor que era estabelecido nas contratações anteriores, ou seja, são mais vagas por um custo mais baixo. Se alguém assustar, deixa claro que o valor é o mesmo da administração passada. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício foi acertada a composição das comissões permanentes da seguinte forma: Comissão de Legislação e Justiça - João Carlos Espedito como presidente. Jussara Alves Resende como relatora e Marleu Ribeiro da Silva como membro. Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas - Roosevelt Aparecido Gomes como presidente. Fábio Mesquita de Almeida como relator e Catarina Gonçalves de Castro como membro. Comissão de Serviços Públicos Municipais e Agropecuária - Carlos Antônio Aparecido Barbosa como presidente. Rômulo Elias como relator e Jussara Alves Resende como membro. Comissão Especial de Meio Ambiente - João Carlos Espedito como presidente, Fábio Mesquita de Almeida como relator e Roosevelt Aparecido Gomes como membro. Em seguida passou-se para a Segunda Parte, com a votação do requerimento impetrado pelo Vereador Roosevelt Aparecido Gomes que foi APROVADO pela unanimidade do Plenário em discussão e votação única. A vereadora Jussara propôs que desta forma poderia providenciar um microfone para cada Vereador, tendo o Sr. Presidente dito que na próxima reunião ela faz este requerimento para que seja decidido. Prosseguindo, o Sr. Presidente submeteu ao Plenário, o pedido de votação em regime de urgência dos projetos em pauta conforme solicitado pelo Vereador Fábio, tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário. Desta forma foram colocados em votação os projetos de lei nº 01/2005 que “autoriza contratação por prazo determinado e dá outras providências”, nº 02/2005 que “autoriza incentivo para pagamento de dívida ativa”, nº 03/2005 que “institui o programa de auxílio transporte aos estudantes de cursos técnico, profissionalizante e superior – PROTRANS” e nº 04/2005 que “dispõe sobre criação de departamentos e dá outras providências”, sendo todos APROVADOS pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, determinando-se o envio das redações finais dos referidos projetos ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convidados a comparecer na Câmara na segunda feira, dia 10 de janeiro às 18 hs para deliberação acerca do Assessor Jurídico da Câmara Municipal. Os Srs. Vereadores também foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na próxima sexta feira, dia 14 de janeiro às 19 horas para deliberação de assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se as orações finais da mesma forma que a inicial e em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

(quatorze) dias do mês de janeiro de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica recém nomeada, Dra. Isis de Fátima Marques do Nascimento e vários assistentes. Após a oração inicial e oração própria dos Vereadores Fábio Mesquita de Almeida, Marleu Ribeiro da Silva e servidora Magali de Fátima Santos, representando as Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal dos Srs. Vereadores, tendo este informado a presença de todos. Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos passando-se para a leitura da ata da 1ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes encaminhados constou de: indicação da Vereadora Jussara Alves Resende para manutenção das escolas rurais do município de Ijaci/MG como meio de proporcionar melhores condições aos alunos da zona rural ao iniciarem este ano letivo. Convite do Grupo Ijaciense de Alcoólicos Anônimos para reunião festiva de seu segundo aniversário no próximo dia 30 de janeiro. Folheto enviado pelo Gabinete do Deputado Estadual George Hilton para informação acerca da Frente Parlamentar Evangélica e solicitação acerca dos Vereadores evangélicos desta Câmara. Do Gabinete da Sra. Prefeita foi enviado o ofício nº 22/2005 o que indica e encaminha currículo do Dr. Jorge Diniz Gonçalves, indicado para ocupar o cargo de Controlador Geral da Prefeitura Municipal. Sobre os projetos em tramite, fez-se a leitura e envio às Comissões Permanentes do projeto de lei nº 05/2005 que “altera redação do anexo I da lei municipal nº 795 de 11 de janeiro de 2005 e dá outras providências” juntamente à emenda modificativa apresentada pelo Vereador Fábio Mesquita de Almeida ao referido projeto. Prosseguindo, o Sr. Presidente abriu espaço para a arguição do Dr. Jorge Diniz Gonçalves, indicado para o cargo de Controlador Geral, convidando-o a tomar assento junto aos membros da Mesa Diretora. Inicialmente o Dr. Jorge se apresentou afirmando que sempre teve vontade de trabalhar em Ijaci, cidade que frequenta há vinte e cinco anos e agora como Controlador Geral da Prefeitura pretende realizar um trabalho com honestidade e procurar cumprir os anseios da comunidade, cumprindo com suas obrigações e contribuir para o crescimento do Município. A Vereadora Jussara Alves Resende questionou sobre a maneira que ele pretende desempenhar sua função, se vai ser um trabalho preventivo ou vai ser posteriormente através de documentação, sendo respondida que pretende pegar a documentação, estudar, ver o que foi feito na administração anterior e tentar corrigir os erros, fará um levantamento dos bens móveis e imóveis e fazer tipo uma auditoria externa, ver os problemas e tentar sana-los o mais rápido possível. O Vereador Carlos Antonio Aparecido Barbosa questionou se sua jornada de trabalho será diária, sendo respondido que sim e irá procurar cumprir com suas obrigações e horário determinados. O Vereador Roosevelt Aparecido Gomes questionou se ele já atuou neste ramo e se trabalhou em alguma prefeitura, sendo respondido que trabalhou em empresa de capital misto, empresa grande, onde sempre eram feitas auditorias, sempre tinha licitações, trabalhou com vendas, contabilidade e havia um sistema integrado onde acessava toda informação da empresa. Quanto ao controle interno, participou de muitos inventários que eram feitos freqüentemente para verificar os equipamentos e bens que a empresa possuía. O Vereador Roosevelt questionou em que local, sendo respondido que a empresa atuava em várias cidades, em torno de vinte e cinco. O Vereador Roosevelt perguntou se estas cidades eram em Minas Gerais, sendo respondido que não, pois eram em São Paulo, o trabalho era dividido em grupos que fazia um relatório final que era apresentado a diretoria para ser aprovado. O mesmo Vereador perguntou se ele vai trabalhar sozinho ou se alguém vai ajudá-lo, sendo respondido que não sabe ainda, mas muitas pessoas se propuseram a ajudá-lo, pessoas que estão há mais tempo no serviço e deve contar com a colaboração de todos. O Vereador Roosevelt finalizou dizendo que o importante é trabalhar com seriedade, honestidade e pessoas para ajudá-lo e desejou-lhe boa sorte. A Vereadora Jussara perguntou se ele vai apresentar relatórios por ocasião das audiências, sendo respondido que com certeza, sempre que tiver um relatório, um levantamento será apresentado aos Vereadores, à Prefeita e sempre que a Câmara precisar de informação estará à disposição. A Vereadora desejou-lhe boa sorte e que tudo dê certo. Em seguida o Vereador Fábio Mesquita de Almeida solicitou que o Dr. Jorge relatasse sua ligação com a prefeita, tendo este afirmado que frequenta a cidade há mais ou menos 25 anos, pois sua mãe é de Macaia, embora ele tenha sido criado no Rio de Janeiro. Disse que se casou com a

sobrinha da Fia e a adotou como tia legítima. Depois se separou da esposa, mas continuou com o vínculo afetivo de amizade com toda a família. Foi para São Paulo, mas continuou freqüentando Ijaci e sempre teve desejo de trabalhar aqui. O Sr. Presidente agradeceu a presença do Dr. Jorge, desejando felicidades no trabalho. O Dr. Jorge agradeceu a oportunidade e espera contribuir com os anseios de todos, desejou boa sorte e que “Deus nos abençoe para realizarmos um bom trabalho”. A Vereadora Catarina Gonçalves de Castro disse que conhece do Dr. Jorge há muitos anos, se dispôs a ajudar e pediu que ele também ajudasse os Vereadores. O Dr. Jorge disse que está aqui para trabalhar em conjunto. Prosseguindo, o Sr. Presidente franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo o Vereador Fábio Mesquita de Almeida mencionado o projeto em tramite e explicado as correções. Disse que no projeto aprovado constavam 18 vagas para agente de saúde, no entanto, são 12. Estão aumentando o número de auxiliares de enfermagem para 13 e deixa claro que não está atingindo o limite da folha de pagamento, portanto não haverá constrangimento em nada, é apenas uma questão de estar empregando a todos que merecem. O salário do motorista de gabinete também está sendo aumentado, pois este é como um secretário do prefeito e este salário estava baixo. Também está sendo acertada a questão dos médicos cuja função é do conhecimento de todos. Um médico estará trabalhando no Pronto Atendimento e dois médicos, além do Pronto Atendimento atuarão no PSF e por isso terão um salário maior. Nos sábados e domingos, serão realizados plantões e os médicos irão receber por isso. Relativo ao cargo de professor, houve um erro na redação e solicitou que este projeto fosse votado em regime de urgência. Mencionou que na questão dos médicos, é um compromisso dos Vereadores exigir o cumprimento de seus serviços e qualquer irregularidade quanto ao horário de trabalho e o funcionamento do posto de saúde deve ser fiscalizado pelos Vereadores, mesmo porque o prédio da Câmara é ao lado do prédio do posto de saúde. Abordou ainda o pedido do Vereador Rômulo Elias que está sugerindo a mudança nos dias de reuniões, o que deve ser estudado e se for possível, deve mudar. Finalizou comunicando que na terça feira o engenheiro Hélio César estará em Ijaci e visitará o terreno onde se pretende construir o prédio da Câmara e para isso convidou os Vereadores que puderem, que também compareçam ao local para fazer sugestões. A Vereadora Jussara Alves Resende dirigindo-se aos assistentes, apresentou um comunicado esclarecendo que o poder legislativo aprova ou reprovava projetos vindos do Executivo. Porém nomes de pessoas que ocuparão os cargos, são escolhidos pelo Poder Executivo, ou seja, a Prefeitura, já que são todos de livre nomeação e exoneração do Prefeito. Não constam nos projetos de leis os nomes de seus ocupantes, mas somente o número de vagas. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício passou-se para a Segunda Parte com a votação da emenda modificativa apresentada pelo Vereador Fábio Mesquita de Almeida ao projeto de lei nº 05/2005, sendo esta APROVADA pela unanimidade do Plenário, passando a ser parte integrante de seu texto. Em seguida o Sr. Presidente submeteu ao Plenário o pedido de votação em regime de urgência do projeto de lei nº 05/2005, conforme pedido do mesmo Vereador, tendo sido APROVADO por sua unanimidade. Desta forma fez-se a votação do projeto de lei nº 05/2005 que “altera redação do anexo I da lei municipal nº 795 de 11 de janeiro de 2005 e dá outras providências” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final que foi elaborada em conformidade com a emenda apresentada e acatada, determinando-se seu envio ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 21 de janeiro às 19 horas para deliberação de assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se as orações finais da mesma forma que a inicial e em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 3ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 21 (vinte e um) dias do mês de janeiro de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Jussara Alves Resende, Rômulo

Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis de Fátima Marques Nascimento e vários assistentes. Após a oração inicial e oração própria dos Vereadores e servidora representantes das Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de 8 (oito) Vereadores, ausente o Vereador João Carlos Espedito, sendo informado pelo servidor Nelson que o mesmo viajou para a cidade de Nazareno/MG a fim de representar a Prefeita Municipal num encontro de meio ambiente e inauguração de uma sala verde. Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos passando-se para a leitura da ata da 2ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes encaminhados constou de: Comunicado do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca de liberação de recursos para a área de educação do Município. Comunicados do FNS - Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para a área de saúde do Município. Comunicado das Câmaras Municipais de Carmo da Cachoeira e Lavras informando composição da nova Mesa Diretora. Convite do 8º Batalhão de Polícia Militar sediado em Lavras para a solenidade de passagem de comando para o Tenente Coronel Fernando José de Oliveira Guimarães. Convite para participação no curso para Vereadores a realizar-se na cidade de Caxambu/MG a ser ministrado pelo professor Luciano Adiel Lopes que também estará em Ijaci nos dias 28 e 29 de janeiro para ministrar o curso para secretários municipais, sendo apresentado o convite para este curso. Foi informado que não havia entrada de projetos para a reunião. Prosseguindo, o Sr. Presidente liberou o uso da palavra para o Sr. Marco Antonio Pereira que solicitou ajuda aos Srs. Vereadores a fim de adequar para moradia a sua casa que está sendo construída no antigo campo da Serra, citando que está precisando de janelas e portas, tendo o Sr. Presidente deixado a critério dos Vereadores. Prosseguindo a palavra foi franqueada, tendo o Vereador Fábio Mesquita de Almeida relatado que esteve por dois dias em Belo Horizonte junto com a Prefeita para participação no primeiro encontro estadual de meio ambiente e foi muito útil não só para esclarecimentos, mas para descobrir as áreas, portas e meios de benefícios para o município. Disse que foi dado um curso explicativo, disponibilizando-o para quem interessar. Disse que o município peca em algumas áreas, onde não tem como conseguir benefícios e arrecadação, mas muitos podem ser conseguidos, desde que monte a Secretaria de Meio Ambiente e que se faça valer e crê que isto vai ser feito. Citou o evento em que o Vereador João Carlos está representando a Prefeita e que se trata da inauguração de uma sala verde na cidade de Nazareno e que é relacionada com meio ambiente, enfatizando que meio ambiente é saúde e para se ter saúde, depende do esforço de cada um, pois é do conhecimento de todos a situação em que se encontra o município, tanto na parte do lixo, como na parte burocrática da Prefeitura. Quer deixar claro que em relação aos projetos aprovados, qualquer irregularidade ou reclamação deve ser enviada oficialmente para a prefeita, pois é de autoridade e autonomia de cada um fazer o uso da palavra, mas desde que seja escrito. Quanto a realização da festa do peão, quer deixar claro que este assunto não saiu de dentro da Prefeitura, disse que isto é obra da rádio peão como é chamada, mas não foi de dentro da Prefeitura, pois isto tem que ser analisado não só pela Prefeita, mas por todos nós, Vereadores. Afirmou por fim que durante o dia esteve em Lavras junto com o secretário da Prefeita para tentar um pouco de asfalto para tapar os buracos das ruas da cidade, sendo que isto também está em andamento. Prosseguindo, a Vereadora Jussara Alves Resende perguntou se esta sala verde é um lugar preparado e direcionado para o meio ambiente, se é fixa em Nazareno, ou funcionará somente no período de festa, sendo respondido pelo Vereador Fábio que receberam o convite por meio de fax e que se Ijaci tiver interesse, é para ser criado aqui também nas escolas. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, foi aberto espaço para a explanação do engenheiro da Prefeitura, Hélio César Fontes Coelho, a respeito dos estudos para a construção da sede da Câmara Municipal. Inicialmente, o engenheiro Hélio César disse que foi procurado esta semana pelos Vereadores Sebastião e Fábio para que se iniciasse um estudo para a construção da sede da Câmara num terreno destinado ao município no bairro Pedra Negra e o que está apresentando nesta reunião é uma proposta inicial, um estudo para ser aprimorado. Inicialmente a idéia era fazer um prédio com mais pavimentos, mas abandonou esta idéia por questões de custo, localização do Plenário, acesso para deficientes e construção de pilares. Achou melhor propor a construção em apenas um pavimento e pela proposta que está apresentando são três blocos totalmente independentes, já que a idéia é que estes blocos possam ser feitos em várias etapas, enquanto que em mais pavimentos, demandaria mais recursos no início e não daria

para se utilizar as dependências a curto prazo. Na construção térrea, poderia fazer uso de parte do prédio até que os recursos fossem disponibilizados para a construção dos outros blocos. Falou sobre o projeto em si, sendo que a 1ª etapa é composta por uma construção com área de 131 metros quadrados, numa previsão de custo em torno de R\$65.000,00 e seria um prédio melhor do que se tem hoje e por isso deve ser priorizado. Disse que é a única parte do prédio onde está sendo previsto o uso de laje e é composta por sala de secretaria, dois banheiros adaptados para deficiente e um espaço onde poderá ser improvisado um salão de reuniões maior do que esse que está sendo utilizado atualmente. Para a 2ª etapa está sendo proposto um salão livre onde não seria utilizada laje e sim estrutura metálica. Antes de concluir a 3ª etapa, o plenário poderia ser transferido para este local e depois este salão seria repartido por meio de divisórias removíveis e transformar-se em salas para Vereadores. Disse que o custo previsto para este bloco seria em torno de R\$100.000,00 e é mais caro por ter uma área maior. A 3ª etapa seria a conclusão da obra e é composta por um plenário com capacidade para comportar cem pessoas, sendo que isto precisa de um estudo dos Vereadores, pois pode ser uma proposta ousada ou acanhada, depende de uma avaliação melhor dos Vereadores. Seria construído tipo anfiteatro com banheiros para aproveitar a declividade do terreno e redução de custos e ainda como maneira de facilitar a visão dos que o freqüentarem, sendo que neste local poderia ser realizados outros eventos. Disse que a área é de 190 metros quadrados e a previsão de custo é em torno de R90.000,00. Disse que toda a obra se fosse feita numa só etapa, ficaria num valor de 250 a 300 mil reais, porém o que tranqüiliza é que o prédio pode ser feito por etapas, já que não existem recursos disponíveis para construí-lo totalmente. Disse que a 1ª etapa não está fora da realidade da Câmara e da cidade, pois pelas notícias, sem querer envolver nesta questão, foi devolvida pela Câmara a quantia R\$56.000,00 para a Prefeitura no ultimo ano e se tivesse feito um planejamento, esta etapa poderia estar pronta. Disse que a área que seria ocupada por toda a obra é de 560 metros quadrados e ainda sobra bastante terreno da área institucional. Disse que se trata de uma primeira idéia para ser estudada e aprimorada e que a vantagem é que o prédio poderá ser construído em três etapas totalmente independentes, o que traz redução de custos e de início seria construído o necessário, utilizando-se um acabamento simplificado, com previsão para ampliação futura sem que haja prazo para execução. Pediu aos Vereadores que estudem, façam sugestões, colocando-se à disposição. Em seguida a proposta foi debatida com a participação dos Vereadores Roosevelt Aparecido Gomes, Jussara Alves Resende e Fábio Mesquita de Almeida, sendo esclarecidas varias dúvidas. O Sr. Presidente e o Vereador Fábio pediram que os Vereadores dêem sugestões para definição e elaboração do projeto para que sejam pleiteados recursos e ajuda das empresas do município e o Consórcio do Funil. Ao Final, o Sr. Presidente agradeceu o engenheiro Hélio César, tendo este se colocado a disposição. Vale registrar que durante a explanação do engenheiro, o Vereador João Carlos Espedito passou a fazer parte da reunião. Na Segunda Parte, não houve expediente. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 04 de fevereiro, às 19 horas para deliberação de assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se as orações finais da mesma forma que a inicial e em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 4ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 04 (quatro) dias do mês de fevereiro de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis de Fátima Marques Nascimento e vários assistentes. Após a oração inicial e oração própria dos Vereadores e servidora representantes das Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos Vereadores. Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos passando-se para a leitura da ata da 3ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs.

Vereadores. A leitura de expedientes encaminhados constou de: Requerimento subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando envio de expediente à Sra. Prefeita no sentido de providenciar curso de capacitação para professoras e adaptação do espaço físico da escola, ambos visando atender alunos com necessidades especiais. Requerimento subscrito pelos Vereadores João Carlos Espedito e Rômulo Elias indicando envio de expediente à Sra. Prefeita no sentido de implantar cursos visando preparar as professoras do ensino fundamental das escolas municipais para ministrar aulas para alunos portadores de necessidades especiais. Requerimento subscrito pelos Vereadores Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito e Rômulo Elias solicitando envio de expediente à Sra. Prefeita, para providenciar a inclusão do município no programa "Campos de Luz", visando a iluminação do campo de futebol da praça de esportes. Ofício nº 02/2005 da Secretaria Municipal de Educação, solicitando a indicação de Vereadores para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar nos termos da lei municipal nº 727/2001. Pedido subscrito pelo Sr. Jairo Antonio de Souza visando ajuda para pagamento do INSS para o Sr. Maurício dos Santos. Em relação aos projetos em tramite, fez-se a leitura e envio às Comissões Permanentes dos seguintes projetos de lei: Nº 06/2005 que "altera redação do anexo I da lei municipal nº 795 de 11 de janeiro de 2005, alterada pela lei municipal nº 799 de 17 de janeiro de 2005 e dá outras providencias". Nº 07/2005 que "autoriza permissão de uso de salas por prazo determinado" e projeto de resolução nº 01/2005 que " altera o caput e os parágrafos 1º e 2º do artigo 2º da Resolução Legislativa nº 427 de 21 de maio de 2001". Prosseguindo, o Sr. Presidente liberou o uso da palavra para o Sr. Márcio Custódio de Carvalho, devidamente inscrito para falar sobre a implantação de curso profissionalizante em Ijaci. Cumprimentando a todos, o Sr. Márcio disse que está propondo a implantação do curso devido a demanda de alunos de Ijaci à cidade de Lavras para fazer tais cursos e a idéia de trazê-los para a Ijaci evitaria o incomodo e gastos com transporte destes alunos que têm de se deslocar para outra cidade. Disse que se a Câmara aprovar para que a Prefeitura faça um convenio com a empresa no sentido de ceder uma sala de aula para realização do curso, o custo seria reduzido. Disse que a duração do curso é de dez meses com três aulas por semana e a finalidade é aprimorar a mão dos trabalhadores locais. Citou que trabalha na Camargo Correa e vê o número de demissões de pessoas de Ijaci por falta de capacitação e a idéia é evitar que estas pessoas percam empregos para pessoas de outras cidades que têm mão de obra mais capacitada. Disse que os professores são todos qualificados, sendo de nível universitário e do Sesi. A empresa propicia todo o material didático e passeios turísticos incluído no preço. Disse que os cursos são de Turismo e Hotelaria, por causa da represa do Funil e aumento do número de hotéis em Ijaci e Lavras, Técnicas de Vigilância voltada mais para a Camargo Correa, incluindo técnicas administrativas tais como departamento pessoal, recursos humanos e contabilidade. Se dispondo a responder perguntas, a Vereadora Jussara Alves Resende questionou se o curso é credenciado pelo MEC, sendo respondida que não, pois este curso é profissionalizante e pode até requerer se for uma exigência do município, mas neste caso seria curso técnico em nível de ensino médio, onde a pessoa recebe um diploma e pode registrar-se no conselho da categoria, no presente caso, o curso proposto é profissionalizante. A Vereadora perguntou se então ele não vai oferecer nenhum certificado ao aluno, sendo respondida que vai oferecer um certificado e não um diploma, pois o curso é de capacitação profissional. A Vereadora perguntou se quem vai expedir este certificado é a empresa Camargo e Silva do Paraná, sendo respondida que exatamente, pois a empresa atua na capacitação profissional e atuará com o apoio da Prefeitura. A Vereadora questionou sobre a carga horária, sendo respondida que a duração do curso é de cento e vinte horas aula, em média três aulas por semana, num prazo de dez meses. A Vereadora questionou sobre os professores, sendo respondida que todos são capacitados, profissionais que têm formação e atuam nesta área de mercado de trabalho há vários anos. A Vereadora questionou se o certificado seria assinado na responsabilidade do Sesi, sendo respondida que não, mas pela empresa e como está propondo convenio com a Prefeitura, esta também assinaria através da Secretaria Municipal de Educação. Quando a empresa faz convenio com o Sesi, aí sim, este assinaria, pois depende com quem se faz o convenio. A Vereadora questionou quais cidades da região onde eles ministraram cursos, sendo respondida que em Lavras em convenio com o Sesi, tendo até alguns alunos de Ijaci e o curso que está sendo proposto é em convenio com a Prefeitura e como a Prefeitura não visa lucro e sim o bem da comunidade, ao ceder uma sala de aula, ao invés de receber em dinheiro, este pagamento vem em forma de desconto para os alunos que vão fazer o curso. Em resposta a outra pergunta da Vereadora, disse que o certificado é emitido

pela Meta Capacitação Profissional que é o nome de fantasia da empresa Camargo e Silva e seria assinado pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação, com quem está sendo proposto convenio. A Vereadora Jussara perguntou se este convenio não poderia ser feito entre a empresa que ele está representando, o Município e a Camargo Correa que arcaria com a parte financeira para alunos do município, sendo respondido que depende do interesse da Camargo Correa e pelo que tem conhecimento, ela não faz isto, pois busca a mão de obra já qualificada. O Vereador Fábio Mesquita de Almeida perguntou se o curso é aceito pela Camargo Correa, sendo respondido que sim, tanto é que eles têm o apoio da Funcional, pois esta também seria beneficiária, pois o curso estará qualificando a mão de obra de seus funcionários e disse ainda que está buscando apoio com a própria Camargo Correa, mas eles ainda não deram o retorno. O Vereador Roosevelt Aparecido Gomes questionou se ele trabalha na Camargo Correa, sendo respondido que sim, mas na qualidade de terceiro. O Vereador mencionou os cursos que estão sendo propostos e os cursos que normalmente são exigidos pela Camargo Correa, tais como mecânico e eletricista e se não seria interessante priorizar estes cursos, sendo comentado pelo Sr. Márcio que a Camargo Correa em si possui cerca de cem funcionários, ao passo que das empresas terceirizadas são mais de seiscentos, portanto a Camargo Correa não é a principal frente de emprego, pois só tem funcionários na produção de cimento, portanto só busca profissional nesta área e assim mesmo pessoas formadas em curso superior, o resto são funcionários terceirizados. O Vereador Roosevelt disse que várias empresas exigem o segundo grau para admissão de funcionários e perguntou se com este curso facilita, sendo respondido que o curso proposto não apaga a exigência do segundo grau, mas alivia um pouco, já que a pessoa tem uma formação profissional. Não havendo outros questionamentos, o Sr. Presidente agradeceu a presença do Sr. Márcio. Prosseguindo, franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo a Vereadora Jussara Alves Resende explicado sobre a indicação sobre o curso de capacitação de professores e adaptação do espaço físico da escola. Disse que as nossas escolas precisam ter rampas e banheiros para que o deficiente possa se locomover sozinho e enfatizou que estas adaptações precisam ser urgentes. Em relação ao curso de capacitação, como foi professora, pode falar que estas necessitam de muita atualização e de receber estímulos. Antes ninguém se preocupava com esta necessidade de trabalhar com crianças portadoras de necessidades especiais, que não se tratam somente daquelas portadoras de deficiência, mas aquelas que repetem muito as séries, exigindo cuidados especiais. Disse que tem crianças que não conseguem trabalhar com fatos abstratos, daí a necessidade da professora trabalhar com eles com fatos concretos. Para isso, a professora precisa obter informações e estímulo, pois às vezes se sentem amedrontados em receber algum aluno deste tipo, de ter com este um contato direto. Disse ainda que este curso não pode ser feito só uma vez no ano, tem que ser feito pelo menos duas vezes por ano para que a professora esteja em constante atualização, já que há uma grande necessidade do aluno perceber que não está sozinho, que ele tem um amigo e facilitador a seu lado e a professora precisa ver a capacidade do aluno, até onde ele pode chegar, pois numa sala de aula se depara com várias situações e para isto a professora tem que ter preparo para trabalhar com tranqüilidade e segurança. Em seguida o Vereador Fábio Mesquita de Almeida relatou a situação dos projetos em poder de cada Vereador e cabe a cada um estudá-los. Solicitou votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 06/2005, citando a necessidade de contratação de um médico ginecologista e a questão do almoxarife, pois quem ocupava o cargo encontra-se aposentado, estando aberta esta vaga. Por causa destas e outras necessidades, deixou registrado o pedido de votação em regime urgência. Mencionou ainda a questão da negociação com a Prefeitura para cessão de mais uma sala para ser utilizada pela Câmara e a cessão de um servidor para auxiliar nos serviços da Câmara. Após debate, ficou decidido que para discussão destes dois assuntos seria realizada uma reunião na quinta feira, dia 10 de fevereiro às 18 horas. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, foi registrado o pedido feito pelo Vereador Roosevelt Aparecido Gomes para votação em regime de urgência do projeto de lei nº 07/2005. O Sr. Presidente comunicou ao plenário que irá solicitar o envio dos balancetes da Prefeitura referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2004, questionando se é da concordância dos demais Vereadores, não havendo nenhuma manifestação contrária, tendo o Vereador Fábio ressaltado que a atual administração não tem nenhuma responsabilidade sobre estes balancetes. Para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, conforme solicitado pela Secretária de Educação, o Sr. Presidente indicou a Vereadora Jussara Alves de Resende na qualidade de

membro efetivo e o Vereador João Carlos Espedito como membro suplente. Prosseguindo, passou-se para a Segunda Parte com a votação dos requerimentos impetrados nesta reunião, sendo todos APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única nos termos do parágrafo 1º do artigo 175 do Regimento Interno. Em seguida o Sr. Presidente submeteu ao Plenário os pedidos de votação em regime de urgência dos projetos de lei nº 06/2005 conforme pedido do Vereador Fábio Mesquita de Almeida e nº 07/2005 conforme pedido do Vereador Roosevelt Aparecido Gomes, sendo que ambos foram APROVADOS à unanimidade. A Vereadora Jussara Alves Resende questionou se na autorização contida no projeto de lei nº 07/2005 está contemplado também a realização do curso, sendo respondida que não e ainda se a autorização para permissão de uso da sala de aula é só para a empresa Camargo e Silva, havendo debate sobre a questão, tendo a Vereadora solicitado ao Sr. Presidente permissão para um parecer da Assessora Jurídica. A Dra. Isis disse que entende que o projeto visa a autorização para permissão de uso de um bem imóvel de acordo com a necessidade e interesse público e não fala para quem. Por outro lado na reunião apareceu uma empresa interessada em utilizar a sala de aula. A Lei Orgânica do Município, nos seus artigos 14 e 114 fala da possibilidade desta permissão de uso, sendo que no artigo 114 consta que esta permissão pode ser feita mediante decreto do Executivo, não necessitando assim de lei aprovada pela Câmara. O que talvez esteja acontecendo é que a Vereadora está ligando o projeto à presença de interessados que são citados também na mensagem de encaminhamento do projeto, mas isto não consta na redação do projeto e assim a sala de aula será colocada a disposição deles e dos demais interessados. No seu entendimento, salvo melhor juízo, não existe impedimento legal, vez que a Lei Orgânica permite esta concessão. A Vereadora Jussara disse que sua dúvida é relacionada ao direcionamento a uma empresa conforme está na mensagem e na condição de uma das representantes da educação precisa estudar melhor o projeto e desta forma pediu vistas do mesmo até a próxima reunião, citando não ser nada contra a empresa que está se propondo a realizar o curso, tendo o Sr. Presidente dito que é um direito que assiste à Vereadora e o Vereador Fábio dito que na qualidade de líder da Prefeitura relata os projetos, mas o Vereador tem o direito sobre seu voto. A Vereadora citou ainda que na mensagem há uma divergência quanto ao valor total do curso para cada aluno e o parcelamento em dez prestações, sendo informado pelo representante da empresa que se trata de erro de redação. Prosseguindo, o Sr. Presidente colocou em votação do projeto de lei nº 06/2005 que “altera redação do anexo I da lei municipal nº 795 de 11 de janeiro de 2005, alterada pela lei municipal nº 799 de 17 de janeiro de 2005 e dá outras providências” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se seu envio ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 11 de fevereiro, às 19 horas para deliberação de assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final da mesma forma que a inicial e em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 11 (onze) dias do mês de fevereiro de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis de Fátima Marques Nascimento e vários assistentes. Após a oração inicial e oração própria dos Vereadores e servidora representantes das Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos Vereadores. Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos. Inicialmente foi liberada a palavra ao Sr. Arnon Maia, devidamente inscrito, tendo este oferecido serviços de assinatura do jornal “Estado de Minas” para os Vereadores em particular e ainda serviços de divulgação dos trabalhos dos Vereadores na mídia como é feito noutras cidades como Lavras. Finalizando, agradeceu a oportunidade e desejou profícuo

trabalho a todos. Prosseguindo, fez-se a leitura da ata da 4ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes encaminhados constou de: Ofício nº 009/2005 da Escola Municipal Pe. Emílio Luiz Lunks contendo convite para participação na solenidade comemorativa do aniversário da escola a realizar-se no próximo dia 28 de fevereiro. Requerimentos subscritos pelo Sr. Presidente, sendo um pedindo aprovação do Plenário para envio de ofício à Telemar Norte Leste S.A., solicitando providencias no sentido de consertar os telefones públicos de uso comunitário da cidade e ainda a reativação do telefone de uso público do bairro Ipiranga. Outro requerimento pede aprovação do Plenário para envio de ofício ao DER/MG, solicitando reparos num trecho da rodovia MG 335 e providencias no sentido de implantar uma terceira pista no local para facilitar o tráfego de veículos leves. Requerimentos subscrito pelo Vereador Carlos Antonio Aparecido Barbosa, um indicando envio de ofício a Sra. Prefeita, solicitando providencias para reativação do telefone de uso público comunitário do bairro Ipiranga e possibilidade de instalação de mais dois telefones no bairro. O outro requerimento indica envio de ofício à Sra. Prefeita, solicitando instalação de guaridas nos três pontos do ônibus escolar e reativação de itinerário. Requerimento subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando envio de ofício a Sra. Prefeita solicitando inclusão das bandas Oxigênio e Stilus nas apresentações da 12ª Festa do Peão de Ijaci. Relativo aos projetos, fez-se a leitura do projeto de lei nº 08/2005 que “autoriza pagamento de débito com a Telemar e dá outras providencias”, acompanhado da mensagem nº 04/2005. Leitura do projeto de lei nº 09/2005 que “autoriza assinatura de convenio com o Centro Educacional de Realengo com interveniência da Universidade Castelo Branco e dá outras providencias” acompanhado da mensagem nº 05/2005. Leitura da emenda substitutiva ao projeto de lei nº 07/2005 apresentada pela Vereadora Jussara Alves Resende. O Sr. Presidente encaminhou os projetos de lei nº 08 e 09 de 2005 às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental de 7 dias. Em seguida determinou ao servidor que fizesse a leitura das matérias publicadas no jornal Tribuna de Lavras. Foi lida a matéria publicada na edição do dia 29 de janeiro, ofício nº 16 desta Câmara prestando esclarecimentos e matéria publicada na edição do dia 05 de fevereiro referindo-se aos esclarecimentos prestados. O Sr. Presidente comentou que esta foi a resposta do jornal, enviou um ofício face ao denunciante anônimo que existe aqui em Ijaci e como consta no ofício, o que há sobre a construção do prédio da Câmara é apenas um estudo e sobre aumento do subsídio da Prefeita Fia não houve nada a respeito, mesmo porque os subsídios são fixados de uma legislatura para vigorar na seguinte. Prosseguindo franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo o Vereador João Carlos Espedito pedido apoio dos demais Vereadores para o requerimento apresentado nesta reunião que visa dar oportunidade aos músicos de nossa cidade para se apresentarem na festa do peão que se trata de uma festa de grande repercussão. Nos cartazes constam as apresentações de algumas bandas regionais das quais nunca se ouviu falar e afirmou que as bandas do município nada perdem para estas, pois tocam e interpretam muito bem e fazem aquilo que gostam. Disse que a festa do peão é uma grande oportunidade para nossos artistas se projetarem, pois nela há a participação de milhares de pessoas. O Sr. Presidente disse que no que depender dele, ele está pronto a apoiar, embora seja uma festa promovida pela Prefeitura, mas no que puder ajudar, irá fazê-lo. A Vereadora Jussara Alves Resende disse que juntamente ao Vereador Fábio participaram da abertura das propostas para realização da festa e um dos pedidos que ambos fizeram foi justamente a inclusão das bandas de Ijaci para se apresentarem durante a festa, tendo no inicio proposto para os dois empresários que estavam participando da licitação. Outro pedido feito é que o preço dos ingressos a ser cobrado no parque de diversões durante a festa seja de R\$1,00, visando assim beneficiar os pais de famílias que ali levarem seus filhos. Disse que O Cláudio ganhou a licitação para realização da festa, apresentando o valor de R\$79.000,00. Ao término, reafirmou os pedidos para a inclusão das bandas de Ijaci na festa e o preço do ingresso a ser cobrado no parque de diversões, tendo o Cláudio dito que iria tratar a questão com muito carinho. O Vereador Roosevelt Aparecido Gomes justificou sua ausência na reunião realizada no dia anterior. Quanto a matéria publicada no jornal, disse que é importante a divulgação desta resposta, questionando se o comentário partiu de denuncia anônima, tendo o Sr. Presidente dito que a princípio sim, tendo o pronunciante afirmado que fica chato porque fica difamando o nome dos Vereadores, já que o jornal é lido por várias pessoas que as vezes não tem conhecimento dos trabalhos que se passam na Câmara e nos acabam prejudicando com este papel. Quanto aos pedidos feitos nesta reunião, também é importante cobrar do Executivo, já que existem algumas pendências e o que está sendo cobrado é para o benefício do

Município. Quanto ao requerimento do Vereador João Carlos, disse que pode contar com seu apoio e disse que todos Vereadores deveriam assinar este pedido e enviar para a Prefeita, pois é preciso dar oportunidade para nossas bandas que já se apresentam na região e fazem algum sucesso. Da mesma forma, os Vereadores Marleu, Catarina e Carlos reforçaram os requerimentos, em especial a solicitação do Vereador João Carlos. Questionado pela Vereadora Catarina, o empresário Maurício Rosemberg Campos, representante de uma das bandas, disse que já foi chamado pelo Cláudio e foi feita uma proposta para se apresentar na madrugada de sexta para sábado, pelas três horas. Como empresário acredita que deva aceitar, pois não irá tocar de graça, mas como artista que quer desenvolver o nome, não é bom devido ao horário, mas já saíram os cartazes e mudar agora fica difícil. O Vereador Fábio questionou ao representante da outra banda se ele também foi procurado, sendo respondido pelo João Gomes que não foi procurado e que sempre sua banda trabalha para a outra empresa, a CM Souza da cidade de Nepomuceno. Perguntado se não tem interesse, respondeu que tem interesse sim, tendo o Vereador Fábio dito que então ele deve procurar o Cláudio, tendo este respondido que não pode procurar o Cláudio, pois não seria justo com a outra empresa e neste caso teria que ser convidado, mesmo porque após a vitória da Prefeita, ele a procurou oferecendo serviços, tendo esta dito que na ocasião já havia contratado os shows, mas assim que realizasse algum outro evento, iria procurá-lo. Seguiu-se debate, tendo o Vereador João Carlos dito que não ficou sabendo da licitação. O Vereador Fábio disse que cabe agora conversar com o Cláudio que é o organizador da festa, pois a Prefeitura somente está patrocinando e perguntou aos empresários das bandas o que seria melhor, tendo o Maurício dito que como Ijaciense, o interessante seria a apresentação num dia e horário melhores logo após o show oficial, visando a divulgação da banda, mas como profissional, não reclama pois estará recebendo para isto, tendo o visitante Deivison, integrante de uma das bandas, falado da importância da divulgação do nome das bandas de Ijaci nos cartazes e nas propagandas de rádio e televisão. O Vereador Fábio disse que esta festa foi uma precipitação em face da atual situação financeira do Município e para apresentação das bandas este ano o espaço está meio escasso, mas podem contar com o apoio dos Vereadores, sendo que depende também do entendimento entre as bandas e o organizador da festa. O Sr. Presidente disse que o ideal era ter previsto antes para inclusão das bandas no edital de licitação, porque depois que a empresa ganha a licitação fica mais difícil e o ideal era dar preferência para as bandas do Município, tendo o Maurício dito que o que os acalmou foi o fato da Prefeita prometer que incluiria as bandas de Ijaci nos eventos que fosse promover e não ficava bem cobrar uma coisa que já havia sido prometida antes. O Vereador Fábio confirmou as palavras da Vereadora Jussara no que se refere ao pedido para inclusão das bandas de Ijaci na festa e propôs fosse feita uma reunião com a Prefeita e o Cláudio para tratar desta questão, tendo o Vereador João Carlos dito que em conversa com o Assessor Jurídico da Prefeitura, este disse que tem possibilidade de incluir as bandas de Ijaci, tendo a Vereadora Jussara dito que pediu ao Cláudio para incluir as bandas entre as cinco regionais que iriam se apresentar e isto não lhe apertava conforme ele argumentou. O visitante Maurício disse que se sente vitorioso, pois não estão mais sozinhos, já que têm o apoio dos Vereadores. O Sr. Presidente disse que a realização da festa é uma precipitação, mas ele não é contra nem a favor porque ao mesmo tempo que tem o que não gosta, tem o que gosta e a iniciativa da realização da festa é do Executivo, sendo que o Legislativo vai fiscalizar se foi cumprido o que foi proposto pelo vencedor da licitação. O Vereador Roosevelt disse que na Prefeitura tinham conhecimento da existência destas bandas, dependia deles ter pedido para que fossem incluídas na festa. O Vereador Fábio reiterou a proposta da reunião para resolver o assunto, tendo o Maurício dito que para ele é dispensável porque já foi contratado, a não ser que seja para mudar o dia ou o horário, pois será a terceira banda a ser apresentar e isto será pelas três ou quatro horas da manhã. O Sr. Presidente disse que a qualquer hora que marcar, está a disposição e que todos devem ficar atentos para futuros eventos, no sentido de incluir as bandas de Ijaci no edital aproveitando o clima de entendimento entre os Vereadores desta Câmara. Ao final prevaleceu a opinião para realização de uma reunião com os organizadores da festa visando obter um dia e ou horário melhor para a banda já contratada e a inclusão da outra banda, ficando a confirmar o dia e o horário. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte com a votação dos requerimentos impetrados na reunião, sendo todos APROVADOS pela unanimidade do plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo 1º do art. 175 do Regimento Interno. Em seguida, fez-se a votação da emenda substitutiva proposta pela Vereadora

Jussara Alves Resende ao projeto de lei nº 07/2005 tendo sido APROVADA pela unanimidade do Plenário. O Vereador Roosevelt Aparecido Gomes reafirmou o pedido de votação em regime de urgência para o referido projeto de lei. Consultado o Plenário, o pedido foi APROVADO pela sua unanimidade. Feito a votação, o projeto de lei nº 07/2005 que a partir da emenda passa conter a ementa “autoriza permissão de salas de aulas para realização de cursos” foi APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final nos termos da emenda proposta e acatada, determinando-se seu envio ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 18 de fevereiro, às 19 horas para deliberação dos projetos em trâmite e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final da mesma forma que a inicial e em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 6ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara e vários assistentes. Após a oração inicial e oração própria dos representantes das Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos Vereadores. Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos passando-se para a leitura da ata da 5ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes encaminhados constou de: Comunicados do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para a área de saúde do município. Ofício nº 15/05 da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lavras solicitando informações sobre o número de Vereadores e a população do município. Ofício nº 40/2005 do Gabinete da Sra. Prefeita contendo respostas aos ofícios 19 e 24 de 2005 desta Câmara. Ofício nº 42/2005 do Gabinete da Sra. Prefeita contendo resposta ao ofício nº 22 de 2005 desta Câmara, acerca dos balancetes da Prefeitura Municipal. Requerimentos subscritos pelo Vereador Fábio Mesquita de Almeida, sendo um solicitando envio de expediente para a Sra. Prefeita visando a negociação com o proprietário do parque de diversões que funcionará na 12ª Festa do peão para gratuidade dos ingressos no período da tarde do domingo, dia 27/02 para as crianças do município e outro solicitando da Sra. Prefeita o envio de cópias dos processos licitatórios referentes à realização do carnaval e 12ª Festa do Peão. Requerimentos subscritos pelo Vereador João Carlos Espedito, um solicitando envio de expediente à Sra. Prefeita visando reparos no prédio, revisão, manutenção e aquisição de equipamentos na Escola Municipal Pe. Emilio Luiz Lunks e outro solicitando instalação de filtros ou bebedouros em todas as repartições públicas para atender servidores e usuários. Requerimento subscrito pelo Sr. Presidente, solicitando aprovação do Plenário para envio de pedido à Sra. Prefeita para instalação de grades de proteção nas janelas da Escola Municipal Pe. Emilio Luiz Lunks. Relativos aos projetos, foram mencionados os projetos de lei nº 08 e 09 de 2005 e o projeto de resolução nº 01 de 2005 em tramitação nesta Casa. Prosseguindo, o Sr. Presidente liberou o uso da palavra ao Sr. José Pedro da Paixão, devidamente inscrito que informou ter sido vitimado por leishmaniose e apontou outras pessoas que também foram afetadas pela doença, o que foi confirmado por algumas pessoas que estavam assistindo a reunião. Desta forma, como prevenção solicitou sejam tomadas providencias no sentido de pulverizar os locais onde se encontram os mosquitos que transmitem a doença e ainda recolher os cães que freqüentemente são soltos nas ruas de nossa cidade por pessoas de Lavras. Disse que a doença é perigosa e que passou por vários médicos até descobrir o que realmente tinha e esta doença se manifesta três meses após a pessoa ser picada pelo inseto. Disse que terá que tomar oitenta injeções e no caso de uma pessoa idosa ou uma criança contrair esta doença corre-se o risco de não agüentarem o tratamento. A Vereadora Jussara Alves Resende questionou se o tratamento está sendo fornecido pela Cruz Vermelha, sendo respondido que sim, além das

informações sobre esta doença que é grave. Houve debate sobre a questão, ficando decidido que será encaminhado ofício à Sra. Prefeita o mais rápido possível para agendar uma reunião como forma de buscar informações e adotar possíveis providências a respeito, tendo a Vereadora Jussara proposto também convidar a Secretária de Saúde e o responsável pela Vigilância Sanitária para participar desta reunião, tendo o Sr. Presidente dito que encaminhará o ofício e uma vez marcada a reunião irá comunicar o visitante para também participar. Prosseguindo, franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo o Vereador Fábio Mesquita de Almeida mencionado o projeto de lei nº 08/2005, dizendo que o valor proposto pela Telemar é favorável, mas no município há situações piores do que esta e a Prefeitura tem sobrevivido com apenas uma linha telefônica e neste sentido deixa seu pedido de vistas ao projeto para dar o parecer com mais sete dias e sem ter os balancetes em mãos, pelo menos o de janeiro, fica difícil votar este projeto. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício passou-se para a Segunda Parte, tendo a Vereadora Jussara Alves Resende na condição de relatora da Comissão de legislação e Justiça dito que em relação ao projeto de lei nº 09/2005 que autoriza o convenio com o Centro Educacional de Realengo com interveniência da Universidade Castelo Branco, as salas de aulas e os equipamentos a serem cedidos pelo município já existem e o valor das parcelas a serem pagas pelo curso serão feitos pelas próprias professoras interessadas, o que depende do orçamento de cada uma e desta forma a Comissão decidiu que não há nada contrário ao uso das salas e dos equipamentos, sendo favorável ao projeto. Prosseguindo o Sr. Presidente colocou em votação os requerimentos apresentados nesta reunião sendo todos APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única conforme dispõe o parágrafo 1º do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos. Em seguida fez-se a votação do projeto de resolução nº 01/2005 que “altera o caput e os parágrafos 1º e 2º do artigo 2º da Resolução Legislativa nº 427 de 21 de maio de 2001” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª discussão e votação. Após fez-se a votação do projeto de lei nº 09/2005 que “autoriza assinatura de convenio com o Centro Educacional de Realengo com interveniência da Universidade Castelo Branco e dá outras providências” tendo sido APROVADO pela unanimidade do plenário em 1ª discussão e votação. Em seguida o Sr. Presidente submeteu ao plenário a questão da antecipação do horário para início das reuniões ordinárias da Câmara, sendo da concordância de todos, tendo o Vereador Rômulo Elias dito que não há problema quanto ao horário da reunião, porém pede a possibilidade da mudança do dia que não seja sexta feira, ficando a questão para ser decidida posteriormente. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 04 de março, às 18 horas para deliberação dos projetos em trâmite e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final da mesma forma que a inicial e em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 7ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 04 (quatro) dias do mês de março de 2005, sexta feira, às 18 h (dezoito horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara e vários assistentes. Após a oração inicial e oração própria dos representantes das Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos Vereadores. Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos passando-se para a leitura da ata da 6ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes constou de: Comunicado do FNDE acerca de liberação de recursos para a área de educação do município. Ofício Nº 14/2005 da Escola Municipal Pe. Emilio Luiz Lunks em agradecimento aos Vereadores, Marleu, Jussara, João Carlos e Catarina pela participação na solenidade de aniversário da Escola. Ofício encaminhado pela Telemar comunicando registro de protocolo de solicitação enviada pela Câmara Municipal. Requerimentos

subscritos pelo Vereador João Carlos Espedito, o primeiro indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando cópia do processo licitatório da aquisição de material escolar, informação do dia e local de publicação do edital e cópia do processo licitatório da aquisição de remédio. O segundo indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando diversas providencias para melhoria da limpeza no Posto de Saúde. Requerimento subscrito pelo Vereador Fábio Mesquita de Almeida indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando envio de relação de bens patrimoniais e informações se estão sendo vistoriados e se o trabalho dos vigias contratados pela prefeitura para serviços noturnos estão sendo acompanhados pelo servidor responsável. Requerimento subscrito pelo Vereador Roosevelt Aparecido Gomes indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando sejam regulamentados o capítulo V do Título IV do Código de Posturas, lei nº 193 de 1º/7/1977 no que se refere aos problemas causados por animais soltos nas vias públicas. Requerimentos subscritos pelo Pe. Marcos Alexandre Pereira, Administrador Paroquial, sendo um solicitando apoio para reforma da iluminação da Praça Prefeito Elias Antonio Filho, em especial a parte localizada do lado esquerdo da Igreja Matriz e outro solicitando a instituição do dia de “Corpus Christi” como feriado municipal e em compensação, a revogação do feriado municipal do dia de São Sebastião. Requerimento subscrito por James Cambraia Leão e Graziella Maia Mendonça solicitando do Sr. Presidente e demais Vereadores que atestem por ofício, a falta de sinal de telefonia móvel da TIM em nossa cidade visando ajuizamento de ação judicial. Foi apresentado ainda o pedido de ajuda para compra de um óculos com lentes de resina feito pela Sra. Isabel Sueli Figueiredo de Souza. Foram apresentados também os balancetes da receita e despesa da Câmara relativo aos meses de dezembro de 2004 e janeiro de 2005. Relativo aos projetos fez-se a leitura da mensagem nº 06/2005 da Sra. Prefeita encaminhando os projetos de lei nº 10/2005 que “Altera redação do artigo 2º da lei municipal nº 798 de 11 de janeiro de 2005 e dá outras providencias”, nº 11/2005 que “Autoriza acordo para pagamento de dívida e dá outras providencias”, nº 12/2005 que “Autoriza filiação do Município a Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Rio Grande – AMALG e dá outras providencias” e nº 13/2005 que “Autoriza contribuição ao Cislav – Consorcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Lavras/MG e da outras providencias”. Foi apresentada ainda, a emenda modificativa subscrita pelo Vereador Fábio Mesquita de Almeida ao projeto de lei nº 10/2005. Quanto ao projeto de lei nº 08/2005, o mesmo Vereador apresentou relatório devolvendo o projeto de lei nº 08/2005 à pauta de votação, após ter pedido vista na ultima reunião, propondo a obtenção de mais informações a respeito de quantas linhas telefônicas serão instaladas, uma vez regularizada a situação junto a Telemar e o valor das faturas telefônicas atualmente pagas pela Prefeitura, afirmando que a tendência no país é o corte de gastos e o município de Ijaci não pode fazer diferente. Fez-se ainda alusão ao projeto de lei nº 09/2005 e o projeto de resolução nº 01/2005 em pauta para 2ª discussão e votação. O Sr. Presidente enviou os projetos de lei nº 10, 11,12 e 13 para as comissões permanentes para parecer no prazo regimental, enfatizando a possibilidade de agilizar a votação do projeto de lei nº 11/2005. Prosseguindo, liberou o uso da palavra ao Sr. Sebastião Leonardo de Mesquita, devidamente inscrito que afirmou estar falando em nome da população e quer fazer uma reclamação e um pedido ao mesmo tempo. A reclamação é quanto ao transporte de crianças deficientes que estudam na APAE de Lavras e que foram levados na Kombi Ambulância sem um dos bancos e com muita sujeira e acha que estão misturando deficiência com pessoa doente, o que leva ao risco de contaminar estas crianças. Disse que nossos eleitores devem ser tratados com mais respeito, pois são eles que colocam os administradores e deles é que vêm as reclamações. Frisou que muitos não têm liberdade, têm até vergonha e medo de vir na Câmara e ai foram até sua pessoa para que viesse fazer esta reclamação. Desta forma, pediu aos Vereadores para verem esta questão com carinho, pois é preciso ter mais respeito com as pessoas carentes e deficientes, pois são carentes, mas não são porcos. Outro fato abordado diz respeito a uma das ambulâncias, citando que pouco antes da reunião, juntamente com o Flávio teve que empurrá-la para que pudesse funcionar, isto apenas por falta de uma bateria. Citou que outro dia a porta de uma das ambulâncias se abriu perto do viaduto, quase perdendo o paciente e assim é necessária uma revisão para que o veículo possa rodar. Disse também que o pessoal da Serra está cobrando remédio e um telefone no posto de saúde, além de remédio para o posto de saúde de Ijaci, pois para muitos não existem medicamentos, como o caso do Agustinho que está na reunião. Disse que a administração precisa olhar mais para nosso povo, senão daqui há quatro anos não terá como pedir voto. O Sr. Presidente disse que a Câmara está de portas abertas para quem quiser fazer reclamações, podem procurar os servidores

que estão aqui o dia todo e ele também está à disposição durante todo o tempo e o mesmo direito que o Sebastião teve, qualquer pessoa tem, sendo que toda reclamação será repassada para o órgão competente. No caso desta reclamação, será repassada para a Prefeita e se precisar, irá chamar a Secretária de Saúde e o Chefe de Transportes para ver o que está acontecendo, já que não pode julgar ninguém sem esclarecer o fato. Prosseguindo, deixou a critério dos Srs. Vereadores algum comentário a respeito, tendo o Vereador João Carlos questionado se estão levando crianças para a APAE na ambulância, o que foi confirmado pelo visitante, sendo que o veículo estava sem um dos bancos e com muita sujeira. Sobre o motorista, disse que é o Odair, tendo o Vereador dito que é um desrespeito com estas pessoas, pois a APAE é um centro educacional e então porque utilizar uma ambulância, tendo o Sr. Presidente dito que esta reclamação tem que ser averiguada para ver que é o responsável, ao que o Vereador João Carlos disse que o motorista é o menos culpado. O Vereador Fábio disse que o Sebastião Leonardo está coberto de razão e aqui é o lugar certo para trazer as reclamações, pois “os gestores públicos somos nós e a falha não é só de um, mas de todos nós. Somos pagos para fiscalizar e todos têm o conhecimento da situação do município, porém estão fazendo coisas além do limite como é o caso da festa do peão, questionando quantas pessoas daqui foram beneficiadas”. Na questão dos projetos que chegaram na Câmara precisam ser analisados, pois a situação do país é cortar gastos e aqui no município, estão aumentando gastos e isso não é brincadeira. Disse que não está aqui para defender erros, pois é líder do governo municipal, mas quer defender o que é certo e neste caso podem contar com ele. Prosseguindo, a Vereadora Jussara pediu aos colegas Vereadores que lhe desse uma ajuda em relação ao transporte, para que pedisse na prefeitura esclarecimentos do que está acontecendo sobre o transporte escolar do Protrans que foi criado, votado e que está tendo uma confusão enorme, já que ninguém está sabendo que leva os passes e quem não leva. Sendo assim, é preciso que na Prefeitura alguém mande por escrito, os que estão sendo beneficiados, porque é muito humilhante aquela pessoa que precisa do passe estar lá todo dia levando um papelzinho, olhando uma coisa ou outra e voltando para casa desanimado perdendo aquela perspectiva boa de estudar. Neste caso, gostaria de mandar um requerimento para a Prefeita para que ela enviasse uma solução certa, o que realmente está acontecendo e qual decisão tomada. A visitante Durce Alvarenga de Carvalho Dias Campos, pedindo licença disse que esteve na Prefeitura para pedir passe para o pessoal do curso técnico para ver se tinham direito e pela Prefeita foi dito que não tem condições e que a partir do mês que vem irá cortar de vez o transporte. A visitante alegou a ela que não adianta favorecer uns e deixar outros, ou beneficia a todos ou não beneficia a ninguém. Acha que todo mundo tem necessidade do passe, principalmente o pessoal do curso técnico. Disse que a princípio a Secretária de Educação alegou que no CENEC em Lavras, a pessoa tem uma ajuda de custo de trinta reais, mas na verdade isto se trata de um desconto oferecido como incentivo para a pessoa que paga a mensalidade até o dia 5 do mês seguinte, o que quase ninguém tem condições de fazer. Mesmo assim este valor dá somente para dez dias de passes. Na Prefeitura alegam que está havendo muitas reclamações e não estão tendo condições de organizar e então vão cortar de vez. O Sr. Presidente disse que esta questão precisa ser resolvida, se vai continuar ou não a fornecer os passes, pois a população precisa de uma decisão. A visitante Durce citou que tiveram dinheiro para fazer festa, sendo justo porque o povo também precisa de festa, mas tem que ver as prioridades que devem ser da saúde e educação. O Sr. Presidente disse que não é contra e nem a favor da festa, pois têm os que não gostam, mas têm os que gostam e a Câmara vai manifestar somente depois de apresentada a documentação relativa à contratação e ao pagamento, ao que o Vereador Fábio disse que se está prejudicando a todos nós, não se deve fazer festa. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, tendo a Vereadora Jussara solicitado que o projeto de lei nº 11/2005 seja votado em regime de urgência, tendo o Sr. Presidente submetido este pedido ao plenário, sendo APROVADO à unanimidade. Prosseguindo, o Sr. Presidente colocou em votação os requerimentos apresentados por escrito nesta reunião, incluindo-se o requerimento verbal da Vereadora Jussara para obtenção de informações sobre o Protrans e ainda as reclamações e pedidos feitos pelos visitantes Sebastião Leonardo e Durce, sendo todos APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única conforme dispõe o parágrafo 1º do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos. Ato contínuo fez-se a votação do projeto de resolução nº 01/2005 que “altera o caput e os parágrafos 1º e 2º do artigo 2º da Resolução Legislativa nº 427 de 21 de maio de 2001” tendo sido

APROVADO pela unanimidade do Plenário em 2ª discussão e votação. Após fez-se a votação do projeto de lei nº 09/2005 que “autoriza assinatura de convenio com o Centro Educacional de Realengo com interveniência da Universidade Castelo Branco e dá outras providencias” tendo sido APROVADO pela unanimidade do plenário em 2ª discussão e votação. Feito a votação do projeto de lei nº 08/2005 que “autoriza pagamento de débito com a Telemar e dá outras providencias” este foi APROVADO em 1ª discussão e votação, após obter 06 (seis) votos favoráveis, 01 (um) voto em abstenção do Vereador Fábio Mesquita de Almeida e 01 (um) voto contrário do Vereador João Carlos Espedito, tendo se manifestado que no município existem coisas mais importantes para serem feitas. Em seguida, procedeu-se a votação do projeto de lei nº 11/2005 que “Autoriza acordo para pagamento de dívida e dá outras providencias” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se seu envio ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 11 de março, às 18 horas para deliberação dos projetos em trâmite e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final da em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 8ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 11 (onze) dias do mês de março de 2005, sexta feira, às 18 h (dezoito horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial e oração própria dos representantes das Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos Vereadores. Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos passando-se para a leitura da ata da 7ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes constou de: Comunicado do FNDE acerca de liberação de recursos para a área de educação do Município. Comunicado da Câmara Municipal de Perdoes acerca de sua composição e Mesa Diretora. Ofício nº 65 do Gabinete da Sra. Prefeita, solicitando indicação de representantes desta Câmara para fazer parte do Codema. Requerimentos subscritos pelos Vereadores Fábio Mesquita de Almeida e João Carlos Espedito, sendo o primeiro indicando envio de ofício para a Sra. Prefeita solicitando instalação de placas em cada esquina da cidade contendo o nome das respectivas ruas e em determinados pontos, placas indicando a direção das cidades, distritos e localidades rurais e ainda que sejam feitos estudos para implantar mão única em determinadas vias, vez que o aumento do tráfego está demandando estas medidas. O segundo solicita sejam retomadas os entendimentos para liberação de mais uma sala para funcionamento da Câmara Municipal e o terceiro solicita reparos nas ruas do bairro da Serra, já que alguns trechos estão intransitáveis. Requerimento subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando envio de ofício para a Sra. Prefeita solicitando a sinalização dos quebra molas e depressões existentes em algumas ruas de nossa cidade, vez que os motoristas de outras localidades não têm conhecimento deste pontos. Foi apresentado ainda requerimento subscrito pelo casal Almir Teles Rodrigues e Rosimayre de Mesquita que solicitam informações por parte da Administração sobre os procedimentos a serem adotados para a instalação de energia elétrica e água no loteamento construído na Administração passada no antigo campo de futebol da Serra, pois construíram uma casa no local e na Prefeitura foram informados que tal loteamento é clandestino. Ofício nº 70 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhando balancete da receita e despesa da Prefeitura referente ao mês de janeiro de 2005. Em relação aos projetos, fez-se a leitura do ofício nº 75 do Gabinete da Sra. Prefeita no qual ela solicita a retirada do projeto de lei nº 10/2005 que “Altera redação do artigo 2º da lei municipal nº 798 de 11 de janeiro de 2005 e dá outras providencias” da pauta de votação. Leitura da redação final do projeto de lei nº 09/2005 e projeto de resolução nº 01/2005. Alusão ao projeto de lei nº 08/2005 em pauta para 2ª discussão e votação. Foi informado que os projetos de lei nº 12 e 13 de

2005 aguardam parecer das Comissões Permanentes. Prosseguindo, o Sr. Presidente cumprimentou e entregou uma mensagem para as Vereadoras Jussara e Catarina, Servidoras Magali e Dra. Isis, a Prestadora de Serviços Oristéia e a visitante Isabel Sueli Figueiredo de Souza como homenagem por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Mulher. Em seguida liberou o uso da palavra ao servidor da Prefeitura, Sr. José Marcio Gomes, devidamente inscrito para falar de seu remanejamento dos serviços da ambulância para os serviços do pátio. O Sr. José Marcio disse que no seu entender está sendo perseguido e não gostou da maneira como foi transferido, sem que fizesse uma reunião e lhe explicasse o que estava acontecendo. Disse que segundo o Chefe de Transporte Batista, eles precisavam dele no pátio e a Secretária Maria Isabel e a enfermeira Vanessa deram indiretas, mas não explicou o motivo da transferência. Quanto à mudança de função, ele sabe que isto pode ser feito, só que deveriam mudar também os outros motoristas, pois senão dá a impressão que ele é que é o mau funcionário. De sua parte, disse estar com sua consciência tranqüila e seu interesse é fazer o serviço bem feito para ajudar a Prefeita, pois quer que o Município vá para frente e não para traz. Vem à Câmara para pedir que verifique e lhe de uma resposta sobre o que realmente aconteceu, pois pode até está havendo alguma fofoca utilizando seu nome. Relatou o fato de ter pedido ao Sebastião Leonardo e ao Flávio para ajudar a empurrar a ambulância e no dia seguinte o Batista foi lhe perguntar a respeito disso. Disse que justificou o fato como aconteceu e acrescentou que esta ambulância não tem condições de rodar, pois em dia de chuva, molha todo mundo, inclusive o motorista, o chassi está quebrado e isto ele aponta para ajudar e fala em público, porque muitos falam e não mostram a cara. Talvez seja por isso que ele está sendo perseguido, porque fala e assume. Disse que isto não é para prejudicar, mas sim para melhorar e ajudar a Prefeita, pois assim estará ajudando o município, só que tem gente que não gosta quando alguém age desta maneira e assim ele está ficando prejudicado. Desta forma, reafirmou o pedido aos Vereadores para que busquem informações e na próxima reunião lhe repasse o que realmente aconteceu. O Sr. Presidente lhe agradeceu pela presença e pelo relato e disse que como pôde apurar no edital, como ele é motorista de veículo pesado, dentro desta categoria poderá ser remanejado, mas irá enviar ofício para a Prefeita pedindo que justifiquem este remanejamento. O Sr. José Marcio concordou e disse que desconfia de algumas coisas, mencionando que na última quarta feira estava por conta de transportar os pacientes da fisioterapia de suas casas para o posto de saúde e vice-versa e como passou do horário, o Batista veio lhe perguntar porque ele ainda não tinha guardado a ambulância, tendo lhe respondido que era devido ao fato de não ter terminado o serviço. Frisou que tanto ele como os demais motoristas das ambulâncias sempre extrapolaram o horário e nunca reclamam por isto. Disse não ter gostado da maneira que o Batista falou, dando a impressão que ele tinha pegado a ambulância por conta própria. Disse que está aqui para ajudar ao Prefeito seja qual for e da maneira que ele fez o serviço no primeiro dia, o fará até o último e disse que podem perguntar se algum dia ele desacatou alguém ou deixou de prestar o serviço. Sobre os problemas que existem, ele chega e fala com qualquer autoridade, mas com a intenção de ajudar e não pode provar, mas suspeita de três pessoas que lhe estão perseguindo. Se for para escolher, gostaria de trabalhar com o público no posto de saúde e caso algum usuário reclamar de seus serviços, aí sim, pedirá para ser remanejado. Reclamou do trabalho da enfermeira Vanessa, citando que a mesma não sabe lidar com o povo. Cada um que vem no posto de saúde tem um problema e se a pessoa não souber entender, complica, pois acaba colocando a pessoa mais nervosa. Disse que na área de saúde é onde a pessoa mais necessita de socorro e tanto ele como seus companheiros motoristas sempre prestaram este socorro, pelo menos fazem a parte que lhe cabem e se alguém desviar esta informação é porque quer crescer às custas dos outros e isto não é correto. No seu caso, desconfia até que a Prefeita não tem conhecimento do que está acontecendo. Pedindo a colaboração dos Vereadores agradeceu a oportunidade. O Sr. Presidente disse que encaminhará o ofício e reafirmou que a Câmara fica aberta das 8 às 17 horas e quem desejar poderá trazer sua reclamação, para ver o que é melhor para o município, qual a melhor posição a ser tomada. Em seguida franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo o Vereador Fábio pedido se possível os projetos de lei 12 e 13 sejam votados em regime de urgência. Em relação ao José Marcio, sabe de sua qualidade e profissionalismo, sabe também que por lei a administração pode designar o servidor para onde ele possa servir melhor, mas diante de sua qualidade perante o público que usa o posto de saúde, isto vai ser tratado da melhor maneira possível. A Vereadora Jussara agradeceu os cumprimentos e homenagem do Sr. Presidente e como relatora da Comissão de Legislação e

Justiça, disse ser a favor da filiação do município ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Lavras, observando que este Consórcio traz benefícios para a população de Ijaci em relação a exames e consultas com especialistas. Desta forma reforçou o pedido de urgência para a votação do projeto de lei nº 13/2005. O Vereador Marleu pediu que o projeto de lei nº 08/2005 que trata da negociação da Telemar seja votado em regime de urgência em sua 2ª e 3ª discussão e votação. O Vereador João Carlos pediu votação em regime de urgência para os projetos de lei nº 12 e 13, já que o CISLAV irá ajudar na área de saúde que está precária e a AMALG irá ajudar na recuperação de nossas estradas rurais, que estão péssimas, em estado de calamidade, citando o testemunho de um assistente da reunião que reside na Zona Rural. Quanto ao José Márcio, disse que é muito eficiente e sempre atende bem as pessoas que clamam por ajuda, citando ainda o trabalho do Tonho e do Marcelo. Não sabe o motivo porque o José Marcio foi transferido, mas com certeza irá fazer falta. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, ficando decidida a indicação dos Vereadores Fábio Mesquita de Almeida e Roosevelt Aparecido Gomes para serem os representantes da Câmara no Codema. Em seguida o Sr. Presidente submeteu ao Plenário o pedido de votação em regime de urgência para os projetos de lei nº 08, feito pelo Vereador Marleu, nº 12, feito pelos Vereadores Fábio e João Carlos e nº 13, feito pelos Vereadores Fábio, Jussara e João Carlos, sendo tais pedidos APROVADOS pela unanimidade do Plenário. Prosseguindo, o Sr. Presidente colocou em votação os requerimentos dos Vereadores apresentados na reunião, sendo todos APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única conforme dispõe o parágrafo 1º do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos. Havendo dúvidas quanto ao requerimento apresentado pelo casal Almir e Rosimayre, foi determinado fosse novamente lido. Após, o Sr. Presidente explicou que trata-se de um pedido de informações, o que dirimiu as dúvidas. Colocado em votação, da mesma forma foi APROVADO pela unanimidade do Plenário e determinado seu encaminhamento. Ato contínuo fez-se a votação da redação final do projeto de resolução nº 01/2005 que “altera o caput e os parágrafos 1º e 2º do artigo 2º da Resolução Legislativa nº 427 de 21 de maio de 2001” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 3ª discussão e votação, transformando-se na Resolução Legislativa nº 459 de 11 de março de 2005. Após fez-se a votação da redação final do projeto de lei nº 09/2005 que “autoriza assinatura de convenio com o Centro Educacional de Realengo com interveniência da Universidade Castelo Branco e dá outras providencias” tendo sido APROVADO pela unanimidade do plenário em 3ª discussão e votação. Feito a votação do projeto de lei nº 08/2005 que “autoriza pagamento de débito com a Telemar e dá outras providencias” este foi APROVADO pela unanimidade do plenário em 2ª e 3ª discussão e votação, em sua redação final. Prosseguindo, fez-se a votação do projeto de lei nº 12/2004 que “Autoriza filiação do Município a Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Rio Grande – AMALG e dá outras providencias” tendo sido APROVADO pela unanimidade do plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Por último, fez-se a votação do projeto de lei nº 13/2005 que “Autoriza contribuição ao Cislav – Consorcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Lavras/MG e dá outras providencias” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Foi determinado o envio das redações finais ao Executivo para fins de sanção. Foi decidido ainda que os Vereadores João Carlos Espedito e Rômulo Elias irão compor a Comissão de Controle interno da Câmara Municipal nos moldes da Resolução Legislativa nº 459, aprovada nesta reunião. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 18 de março, às 19 horas para deliberação dos projetos e assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final da em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 9ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 18 (dezoito) dias do mês de março de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e

Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. O Sr. Presidente Sebastião dos Santos Neto passou mal pouco antes do início da reunião e pediu licença aos demais Vereadores para se retirar. Sendo assim, o Vereador Fábio Mesquita de Almeida assumiu a Presidência. Após a oração inicial e oração própria dos representantes das Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de 8 (oito) Vereadores. Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos passando-se para a leitura da ata da 8ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes constou de: Comunicado do FNDE acerca de liberação de recursos para a área de educação do Município. Convite enviado pela Diretora das Escolas Municipais Pe. Emilio Luiz Lunks e Maria Luiza da Paixão para a caminhada pela paz no dia 23/03/2005. Convite enviado pelo Pároco Pe. Marcos Alexandre Pereira para benção da casa paroquial no dia 21/03/2005. Convite enviado pelo Diretor do Departamento Municipal de Esportes e Lazer, Marcelo Teodoro de Oliveira para abertura do II campeonato sul mineiro de futebol nas categorias pré-mirim, mirim, infantil e juvenil no dia 26/03/2005. Convite enviado pela Sra. Prefeita através do ofício nº 079/2005 para participação de Vereadores na abertura das propostas do processo licitatório nº 08/2005, tomada de preços nº 03/2005, cujo objeto é a execução de coleta de lixo domiciliar e residencial, varrição de ruas e vias, logradouros públicos e pintura de meio fio. Ofício nº 080/2005 do Gabinete da Sra. Prefeita contendo respostas às indicações e esclarecimentos solicitados através dos ofícios nº 33, 34 e 35 da Câmara Municipal. Requerimento subscrito por sete Vereadores indicando envio de ofício à Sra. Prefeita solicitando adoção de medidas no sentido de regulamentar ou mesmo coibir o tráfego de carretas carregadas pelas vias de nossa cidade, como meio de preservar e conservar as vias que não foram preparadas para o intenso tráfego e ainda a conservação das residências. Requerimento subscrito pelo Vereador Roosevelt Aparecido Gomes solicitando a antecipação do horário das reuniões ordinárias para as dezoito horas como ocorrido nas últimas duas reuniões. Requerimentos subscritos pela Vereadora Jussara Alves Resende, sendo o primeiro indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita e ao Consórcio AHE Funil solicitando restauração do sinal de TV no bairro Pedra Negra, salientando que nas Ruas Esmeralda, Ametista, Rubi, Ouro e Lindolfo de Paula Ribeiro, o sinal da Bandeirantes está ruim, do SBT/Alterosa regular, e da Globo e Universitária nem aparece. O segundo indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando instalação de grades protetoras nas janelas e portas das escolas rurais do Município, localizadas no Passa Três e Tanque, como meio de prevenir arrombamentos e assaltos como acontecido recentemente na escola de Passa Três e o terceiro solicitando licença do Plenário para se ausentar da reunião ordinária do dia 1º de abril para participar do I encontro estadual de Vereadores e Vereadoras do PT em Minas a realizar-se em Belo Horizonte nos dias 01 e 02 de abril. Requerimento subscrito pelos Vereadores João Carlos Espedito e Fábio Mesquita de Almeida indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando a elaboração de um projeto de lei visando implantar em nosso Município a nota fiscal avulsa de prestação de serviços, alegando que para muitos serviços realizados no Município, os prestadores têm recorrido à Prefeitura de Lavras para obter tal nota fiscal, ocasionando assim a evasão de receitas do nosso Município. Requerimento subscrito pelo Vereador Fábio Mesquita de Almeida indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando se possível sejam tomadas as devidas providencias no sentido de garantir a promoção estabelecidas no art. 17 e seguintes da lei 657 de 02/05/1997 aos servidores que se enquadrarem nos requisitos exigidos. Requerimento feito pela Sra. Maria Aparecida de Paula Silva solicitando ajuda para pagamento de conta na farmácia, cujo valor é de duzentos e noventa e cinco reais. Pedido de ajuda feito Adilane Fonseca para pagamento de ultrassom abdominal, cujo valor é de quarenta reais. Apresentação do balancete da receita e despesa da Câmara Municipal referente ao mês de fevereiro de 2005. Na reunião não foram apresentados e nem constou nenhum projeto em pauta. Prosseguindo, o Sr. Presidente disse a Vereadora Catarina que não assinou o requerimento de sua iniciativa, porque tem conhecimento da questão das carretas e as medidas que estão sendo tomadas, fala como líder do governo e não assinou mas foi bom ela ter feito o pedido. A Vereadora lhe agradeceu bem como a todos que assinaram apoiando seu requerimento. Em seguida o Sr. Presidente franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, dela fazendo uso o Vereador Roosevelt que em relação ao requerimento para antecipação do horário das reuniões ordinárias, pediu a compreensão dos Vereadores, citando que ele, O Presidente Sebastião e o Vereador Fábio estão estudando e se a reunião começar as

dezoito horas, a vezes dá para depois freqüentar uma ou duas aulas e desta forma pediu apoio dos colegas Vereadores. Solicitou ainda envio de ofício para a Sra. Prefeita agradecendo a melhoria feita na Rua Lindolfo de Paula Ribeiro e a instalação do quebra mola, sendo que este pedido ele vem fazendo a quatro anos sem ser atendido e que o quebra mola é uma necessidade, não por ele, mas pelas crianças que corriam riscos devido a alguns motoristas engraçadinhos que gostam de abusar da velocidade. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício passou-se para a Segunda Parte, com a votação dos requerimentos apresentados pelos Vereadores, sendo todos APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única conforme dispõe o parágrafo 1º do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos. Ficou decidido ainda pelo encaminhamento para a Sra. Prefeita do pedido de ajuda feito pela Sra. Maria Aparecida de Paula Silva. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 1º de abril, às 18 horas, conforme requerimento aprovado nesta reunião, para deliberação dos projetos e assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final da em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 10ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Ao 1º (primeiro) dia do mês de abril de 2005, sexta feira, às 18 h (dezoito horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial e oração própria dos representantes das Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de 8 (oito) Vereadores, ausente a Vereadora Jussara Alves Resende, licenciada da reunião para participação no I Encontro Estadual dos Vereadores e Vereadoras do PT em Minas na cidade de Belo Horizonte . Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos passando-se para a leitura da ata da 9ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes constou de: Comunicados do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para a área de saúde no Município. Requerimentos subscritos pelo Vereador João Carlos Espedito, sendo o primeiro indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando que seja dada especial atenção e tomada as devidas providencias para adquirir o mais rápido possível o aparelho de telefone “190 móvel” para o 4º Pelotão de Policia Militar, salientando que tal aparelho seria instalado na viatura policial, agilizando assim o atendimento às chamadas da população quando necessário, além da facilidade no deslocamento, vez que a guarnição poderá estar próximo ao local onde for requisitada, contribuindo assim de maneira mais eficiente para a segurança de todos. O segundo indica envio de expediente para a Sra. Prefeita e para a Secretaria Municipal de Saúde solicitando que o pré atendimento aos pacientes, de modo especial a verificação da pressão arterial não seja feita no corredor do Posto de Saúde a vista de todas as pessoas, mas sim numa sala reservada para este fim, justificando que o procedimento que vem sendo adotado em muito constrange os pacientes que recorrem ao Posto de Saúde. Foram apresentados ainda: Pedido de ajuda para pagamento de duas faturas de energia elétrica feito por Marcos Antonio Aguiar da Silva e pedido de ajuda feito por Josiane de Assis Silva para pagamento de sua conta na Farmácia da Eliane, cujo valor é R\$130,00. Relativo aos projetos em tramite, fez-se a leitura do projeto de lei nº 14/2005 que “cria vagas para o preenchimento de cargos no quadro de servidores da Câmara Municipal”, de autoria dos membros da Mesa Diretora da Câmara, conforme disposto no parágrafo único do art. 101 da Lei Orgânica Municipal. Leitura do projeto de resolução nº 02/2005 que Altera o § 5º do artigo 83 da Resolução Legislativa nº 282 de 22 de agosto de 1994 de autoria do Sr. Presidente Sebastião dos Santos Neto. Prossequindo, o Sr. Presidente encaminhou os dois projetos as Comissões permanentes para parecer no prazo regimental e mencionou seu apoio a Vereadora Jussara no fato de participar destes encontros promovidos pelos partidos e tentar correr atrás de recursos para o Município e este apoio se

estende a todos os Vereadores que representam o Município, frisando que só assim, o legislativo e o executivo, todos participando para a melhoria da cidade, é que vamos chegar a um só objetivo para que a população do município saia ganhando. Informou que esteve em Belo Horizonte juntamente aos Vereadores Fábio e João Carlos e lá tiveram um encontro com o Superintendente de Cooperação Municipal da Subsecretaria de Assuntos Municipais, Sr. Lafayette Luiz Doorgal de Andrada e este mostrou muita boa vontade em ajudar o município, mas não depende só do Legislativo, depende também do Executivo, pois os recursos somente são liberados para a prefeitura. Disse que não sabe como ficou a situação pois não teve como participar da reunião com a Prefeita, mas acha que neste caso tanto no Legislativo como no Executivo não pode haver questões de política, pois as melhorias só acontecem através da boa vontade dos dois poderes. Reafirmou que o Sr. Lafayette demonstrou muita boa vontade para conversar com a Prefeita, bem como com todos os Vereadores que manifestarem interesse. Em seguida franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador João Carlos Espedito mencionado a visita feita ao Sr. Lafayette Luiz Doorgal de Andrada na Seam, onde se conseguem os recursos para os municípios mineiros, afirmando que ele demonstrou boa vontade em nos ajudar, mas para termos acesso aos benefícios que ele nos tem a oferecer precisamos contar com a presença do Poder Executivo, tentar manter o máximo contato possível para conseguir o melhor para o município já que estamos aqui para isto. Porém a gente faz a nossa parte, pois eles somente liberam os recursos através da Prefeitura como disse o Sr. Presidente. Então a gente irá lutar com toda a dedicação e batalhar para conseguir o melhor para o município. Prosseguindo, o Vereador Fábio Mesquita de Almeida relatou também a respeito da visita a Secretaria de Assuntos Municipais que é direcionada para atender os municípios e crê que é de grande interesse. Já conversou com a Prefeita Maria Horaci e no momento ela não acha necessidade de ir lá, pois já fez contatos com outros e tem que aguardar uma resposta destes contatos. Até então, vai ficar parado até que se tenha uma resposta que também é de interesse do município, porque a gente sabe que melhoria a gente tem de buscar seja de onde vier, pois não queremos nada de ruim para o município, somente o que é bom. Mencionou que o Sr. Lafayette se disponibilizou inteiramente para qualquer um que a ele se direcionar e que é desta Secretaria que se consegue recursos para o município. Em relação ao projeto de lei nº 14/2005, solicitou votação em regime de urgência para o mesmo, pois não está infringindo nenhuma lei, não está prejudicando ninguém, só beneficiando pessoas merecedoras e se for possível, então deve ser votado em regime de urgência. Tal pedido foi reforçado pelo Vereador João Carlos. O Sr. Presidente comentou que os Vereadores devem apoiar candidatos que vão beneficiar o município, não devem olhar o lado pessoal, mas sim o que for beneficiar a todos. O Vereador Roosevelt Aparecido Gomes solicitou votação em regime de urgência para o projeto de resolução nº 02/2005. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, tendo o Sr. Presidente consultado o Plenário sobre a votação em regime de urgência feito pelo Vereador Fábio com apoio do Vereador João Carlos para o projeto de lei nº 14/2005, tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário. O pedido de votação em regime de urgência feito pelo Vereador Roosevelt para o projeto de resolução nº 02/2005 também foi APROVADO após obter 5 (cinco) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários. Em seguida, fez-se a votação dos requerimentos apresentados pelos Vereadores, sendo todos APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única conforme dispõe o parágrafo 1º do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos. Após fez-se a votação do projeto de lei nº 14/2005 “cria vagas para o preenchimento de cargos no quadro de servidores da Câmara Municipal” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se seu envio ao Executivo para fins de sanção. Prosseguindo, fez-se a votação do projeto de resolução nº 02/2005 que Altera o § 5º do artigo 83 da Resolução Legislativa nº 282 de 22 de agosto de 1994 tendo sido REJEITADO em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, após obter 03 (três) votos favoráveis dos Vereadores Roosevelt, Catarina e Carlos e 04 (quatro) votos contrários dos Vereadores Fábio que manifestou que o horário das 19 horas beneficia mais as pessoas que querem vir na reunião, Rômulo e Marleu que se manifestaram da mesma maneira e João Carlos que disse ter feito uma pesquisa com algumas pessoas, e prevaleceu o horário das 19 horas. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 8 de abril, às 19 horas, para deliberação dos projetos e assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final da em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos.

Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 11ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 08 (oito) dia do mês de abril de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial e oração própria dos representantes das Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos Vereadores. Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos passando-se para a leitura da ata da 10ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes constou de: Requerimento subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando informações a respeito da ambulância que seria liberada e, conforme notícia repassada pela mesma Sra. Prefeita, chegaria no Município nesta ultima sexta feira. Requerimento subscrito pelo Vereador Fábio Mesquita de Almeida indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando informações a respeito do andamento e ou resultado definitivo do processo licitatório nº 08/2005, tomada de preços nº 03/2005, cujo objeto trata-se da execução de coleta de lixo domiciliar e residencial, varrição de ruas e vias, logradouros públicos e pintura de meio fio. Requerimento subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende solicitando envio de expediente para a Gerencia de Atendimento da Telemar Norte Leste S.A., solicitando a instalação de um cabo de linha telefônica e um orelhão para atendimento dos moradores da rua localizada atrás da via férrea, vizinha ao bairro Vila Industrial nesta cidade, alegando que se trata de uma reivindicação antiga dos moradores que precisam se deslocar a uma distancia longa para fazer ou receber suas ligações. Do Gabinete da Sra. Prefeita foram enviados os ofícios: Nº 98/2005 contendo resposta aos ofícios nº 39, 40, 43, 46 e 47 da Câmara Municipal. Nº 99/2005 contendo convite para participação na abertura do processo Licitatório nº 012/2005, Carta Convite nº 08/2005, cujo objeto é o fornecimento de medicamentos e Processo Licitatório nº 013/2005, Carta Convite nº 09/2005 cujo objeto é o fornecimento de merenda escolar, ambos marcados para o dia 12/04/05 a partir das 10 horas. Nº 102/2005 contendo resposta ao ofício nº 51 da Câmara Municipal. Nº 103/2005 encaminhando balancete mensal da receita e despesa da Prefeitura Municipal referente ao mês de fevereiro de 2005. Relativo aos projetos, fez-se a leitura dos projetos de lei: Nº 15/2005 que “dispõe sobre responsabilidade pela retenção do crédito tributário do ISSQN atribuída às pessoas jurídicas tomadoras de serviços e dá outras providencias”, encaminhado pela mensagem nº 07/2005. Nº 16/2005 que “dispõe sobre nota fiscal avulsa e dá outras providencias” encaminhado pela mensagem nº 08/2005. Nº 17/2005 que “dispõe sobre autorização para publicidade em espaços públicos no estádio e na praça de esportes municipais e dá outras providencias” encaminhado pela mensagem nº 09/2005. Nº 18/2005 que “autoriza contratação por prazo determinado e dá outras providencias”, encaminhado pela mensagem nº 10/2005. Prosseguindo, o Sr. Presidente enviou os projetos apresentados às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental. Após citou reunião extraordinária realizada nesta data as 13 horas para tratar de supostas irregularidades na Administração, mas não é sob pressão de ninguém que vai ensiná-lo o que tem que fazer. Disse que a decisão foi tomada dentro da Câmara através de alguns Vereadores que estiveram na reunião e acha que os Vereadores têm de mostrar mais empenho, pois a função do Vereador é fiscalizar, já que foram eleitos para isto. Quanto à população, deve participar e não fazer certas críticas, porque às vezes a pessoa está de fora e não participa de nenhuma reunião e depois quer julgar os Vereadores aqui na Câmara e isto ele não aceita. Disse que para exercer a função de Vereador, perde mais dinheiro do que se estivesse exercendo seu real serviço durante o tempo integral, mas como ele foi eleito, sua função é fiscalizar e isto ele esta fazendo, mas não por pressão de ninguém. Afirmou que para se manifestar e usar a democracia, a porta da Câmara está aberta para todos, mas não aceita que as pessoas venham aqui para fazer graça, porque aqui os Vereadores têm de ser respeitados, citando que se for preciso, o regimento garante até o apoio da Policia Militar. Desta

forma vai nomear duas comissões, devido a reclamações de pessoas que o procurou, não só a ele, mas também a outros Vereadores e está montando estas Comissões para dar parecer. Nomeou os Vereadores João Carlos Espedito, Fábio Mesquita de Almeida e Roosevelt Aparecido Gomes para comporem uma Comissão Especial para levantamento acerca de todos os procedimentos licitatórios promovidos pela Prefeitura neste ano de 2005 e levantamento acerca da situação dos veículos da municipalidade, tais como gastos envolvendo combustíveis, lubrificantes, peças e verificação de utilização através dos boletins diários de cada veículo. Nomeou ainda as Vereadoras Jussara Alves Resende, Catarina Gonçalves de Castro e o Vereador Rômulo Elias para comporem uma Comissão para levantamento acerca da situação de todos os servidores da Prefeitura sejam efetivos, comissionados e contratados por prazo determinado e levantamento acerca dos procedimentos de aquisição, distribuição e qualidade da merenda escolar fornecida pelo município. Para ambas comissões foi estipulado o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para execução dos trabalhos e apresentação de relatório conclusivo. O Vereador Fábio questionou a respeito da assessoria jurídica para as Comissões, sendo respondido pelo Sr. Presidente que quer deixar a Assessora Jurídica da Câmara fora, porque está faltando funcionários e a Comissão tem autonomia para pedir a contratação de outro assessor, embora isto dependa da disponibilidade orçamentária da Câmara. O Vereador João Carlos perguntou se seria um advogado para cada comissão, sendo respondido que não, mas sim um advogado para acompanhar os trabalhos das duas comissões. Prosseguindo, reafirmou que isto não é pressão de ninguém, pois ninguém faz pressão em cima de Vereador. Quanto às pessoas que não participam, ao invés de criticar deveriam candidatar-se e ganhar para Vereador, porque aqui eles iam ver, pois aqui tem lei que te proíbe ou não de fazer alguma coisa e ele está fazendo seu papel de Vereador igual a todos os demais e os Vereadores não estão aqui para servir de chacota para ninguém. Muitos Vereadores trouxeram reclamações e assim, não está tomando autonomia sozinho, foi feita a reunião e o trabalho está aí. Em seguida franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores dela fazendo uso a Vereadora Jussara que falou sobre o encontro realizado em Belo Horizonte nos dias 01 e 02 de abril, afirmando que foi muito proveitoso para a formação política do Vereador e como ela está no primeiro mandato, sempre está procurando melhores informações. Apresentou os tópicos que foram discutidos no encontro, sendo estes: O vereador como agente social, o plano diretor e o plano plurianual de ação governamental, regimento interno, elaboração de projetos, o mandato e as funções do Vereador, entidades não governamentais e políticas públicas setoriais e municipais. Houve também uma apresentação do bispo Dom Mauro Morelli que pediu aos Vereadores para que se empenhem nos municípios para que seja implantado o SISVAM – Sistema de Vigilância Alimentar, pelo qual é distribuído leite para crianças desnutridas de 0 a 2 anos. A pronunciante informou que já conversou com alguns Vereadores e já procurou a Secretária de Saúde, repassando-lhe estas informações e colocando-se à disposição para ajudar na implementação deste programa aqui em Ijaci. Apresentou também a cartilha que acabou de receber do Deputado Federal Reginaldo Lopes sobre orientação do ENEM rumo a universidade e irá deixá-la no quadro de avisos da Câmara e ainda enviar para as escolas para que seja publicada e comunicada aos alunos. Afirmou que vai deixar em sua pasta alguns livros oferecidos no encontro, estando a disposição dos Vereadores e demais pessoas que interessarem. Finalizou afirmando ao Sr. Presidente que pela incumbência que acabou de receber, pode ter certeza que irá desempenhar seu papel de Vereadora e fiscalizadora e espera que tudo corra dentro dos conformes, sem atropelos, sempre procurando encontrar o diálogo em primeiro lugar. Prosseguindo, o Vereador Roosevelt justificou sua ausência na reunião realizada no período da tarde, afirmando que estava em serviço e não foi possível comparecer. Em seguida o Vereador Fábio cumprimentou a todos e a respeito dos trabalhos da Comissão, disse que o Presidente está fazendo seu papel e os Vereadores também irão fazer a sua parte, vamos analisar direitinho e ver as providências que forem julgadas cabíveis tanto pelos Vereadores como pelo Assessor Jurídico. Disse que a Câmara é o lugar da população fazer visita, é um lugar de debate e é o lugar de trazer a solução para os problemas de Ijaci. Disse que aqui precisam vir as pessoas que precisam e aqueles que tem as boas idéias para o município. Disse que não iremos desmerecer ninguém, não faremos acepção de pessoas, mas queremos deixar bem claro que o trabalho vai ser feito sim, não importa de onde vier. Prosseguindo, o Vereador João Carlos falou sobre seu requerimento a respeito da ambulância, citando viagem feita a Belo Horizonte e a visita ao Sr. Lafayette, Superintendente da Subsecretaria de Assuntos Municipais, ocasião em que este se disponibilizou a ajudar conseguir recursos

para o município, tais como a liberação de uma ambulância através do Ministério da Saúde e ainda a liberação de massa asfáltica, que são coisas que o município precisa. Sendo assim juntamente a outros Vereadores foram até a Prefeita e ela mencionou que no momento estava esperando ajuda de um deputado que estaria enviando uma ambulância até sexta feira passada. Como esta ambulância não chegou, gostaria de saber o que aconteceu, porque senão a gente tem que procurar quem está com interesse em liberar recursos, porque o município precisa da ambulância e do asfalto e não de promessas. Se este deputado não for liberar os recursos, então que ela se junte a nós para conseguir estes recursos que estão sendo oferecidos. O Vereador Fábio disse que ela realmente estava esperando a resposta do deputado. Agora, se tem possibilidade de trazer, tudo bem, senão, tem de correr para outro lado e procurar realizar o trabalho em conjunto. O Vereador João Carlos disse que o Sr. Lafayette manifestou interesse, mas não vai ficar a vida inteira esperando e assim tem que agir rápido. Não havendo outros pronunciamentos, o Sr. Presidente disse que a Câmara tem de trabalhar em prol do Município, o Legislativo e o Executivo trabalharem juntos, pois esta é a função do político. Disse que nunca foi oposição e quando esta for feita, tem de ser feita de maneira inteligente, pois olhar só o que é errado não é correto, falar sobre os defeitos dos outros é fácil, o difícil é falar sobre as qualidades. Reafirmou que quer deixar bem claro que não é oposição de ninguém, nem da Prefeita, nem do Vice Prefeito, nem das pessoas que exercem cargos em comissão, empregados e nem dos Vereadores. Simplesmente está trabalhando em prol do município e quer trabalhar em conjunto para que as necessidades pelas quais o município passa atualmente sejam amenizadas e resolvidas. Conclamou aos Srs. Vereadores a fiscalizar, que tirem um tempo para analisar os balancetes, vê o que está certo e o que está errado, mas que façam o serviço bem feito. Após, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte com a votação dos requerimentos apresentados pelos Vereadores, sendo estes APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única conforme dispõe o parágrafo 1º do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 15 de abril, às 19 horas, para deliberação dos projetos em tramite e demais projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final da em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 2ª REUNIAO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 12 (doze) dias do mês de abril de 2005, terça feira, às 18 h (dezoito horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes o Diretor de Finanças e Contabilidade da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis. O Sr. Presidente disse que convocou esta reunião a fim de que procedessem a instalação das Comissões Especiais nomeadas pelas portarias nº 08 e 09 de 2005. Disse que deverá ser decidida ainda a questão da contratação do Assessor Jurídico para acompanhamento dos trabalhos das Comissões. Após debate, os Vereadores João Carlos Espedito, Fábio Mesquita de Almeida e Roosevelt Aparecido Gomes que compõem a Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 08/05 para levantamento acerca de todos os procedimentos licitatórios promovidos pela Prefeitura neste ano de 2005 e levantamento acerca da situação dos veículos da municipalidade, tais como gastos envolvendo combustíveis, lubrificantes, peças e verificação de utilização através dos boletins diários de cada veículo decidiram entre si a sua formação da seguinte maneira. Fábio Mesquita de Almeida -Presidente, João Carlos Espedito - Relator e Roosevelt Aparecido Gomes - Membro. As Vereadoras Jussara Alves Resende, Catarina Gonçalves de Castro e o Vereador Rômulo Elias que compõem a Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 09/2005 para levantamento acerca da situação de todos os servidores da Prefeitura sejam efetivos, comissionados e contratados por prazo determinado e levantamento acerca dos procedimentos de aquisição, distribuição e qualidade da merenda escolar fornecida pelo município decidiram entre si a formação da Comissão da seguinte

maneira: Jussara Alves Resende - Presidente, Catarina Gonçalves de Castro – Relatora e Rômulo Elias – Membro. Em relação a contratação do Assessor Jurídico, o Vereador Fábio Mesquita de Almeida propôs que os trabalhos sejam acompanhados pela Assessora Jurídica da Câmara, pois fizeram contato com um advogado que pediu uma quantia muito alta para realizar os serviços. Manifestaram-se favoráveis a esta proposta os Vereadores Roosevelt Aparecido Gomes, Rômulo Elias e Catarina Gonçalves de Castro. Manifestaram-se contrários a esta proposta, o Vereador João Carlos Espedito e a Vereadora Jussara Alves Resende. O Sr. Presidente por sua vez disse que é categoricamente contra a utilização da Assessora Jurídica da Câmara, Dra. Isis para acompanhamento dos trabalhos das Comissões, pois esta deverá assessorar a Mesa Diretora da Câmara por ocasião da conclusão dos trabalhos, quanto as providencias a serem adotadas. A Assessora Jurídica, Dra. Isis disse que está a disposição do Sr. Presidente, da Mesa Diretora e das Comissões Especiais e o que ficar decidido entre os Vereadores, ela acatará e procurará realizar os trabalhos da melhor maneira possível. Após debate, ficou decidido que a princípio, as Comissões utilizarão os serviços da Assessora Jurídica, Dra. Isis, podendo contratar outro Assessor, desde que o valor dos serviços seja compatível com o orçamento da Câmara. Nada mais, encerrou-se. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 12ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 15 (quinze) dias do mês de abril de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Na ausência do Sr. Presidente Sebastião dos Santos Neto, que juntamente ao Vereador João Carlos Espedito estava representando a Câmara na posse da Diretoria da APAC – Associação de proteção e Assistência ao Condenado da Comarca de Lavras e ainda em encontro com o Deputado Estadual Antonio Carlos Andrada, assumiu a presidência, o Vereador Fábio Mesquita de Almeida, a vice-presidência, o Vereador Carlos Antonio Aparecido Barbosa e a secretaria, o Vereador Marleu Ribeiro da Silva. Após a oração inicial e oração própria dos representantes das Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente em exercício determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de 07 Vereadores. Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos passando-se para a leitura da ata da 11ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores presentes. A leitura de expedientes constou de: Convite enviado pela M.Mª Juíza, Dra. Zilda Maria Youssef Murad para a sessão solene de posse da diretoria as APAC. Comunicado do FNDE acerca de liberação de recursos para a área de educação do Município. Convite para participação no Encontro Regional “Desafios’ na cidade de Três Corações no dia 19/04/2005. Convite enviado pela Emater/MG para o evento “Minas – Excelência em Agricultura” em Belo Horizonte no dia 18/04/2005. ofício nº 09/2005 subscrito pela Secretária Municipal de Educação, France Nisya Siqueira Vilas Boas, contendo solicitação de representante do Legislativo para integrar o Plano Decenal de Educação do Município. Ofício nº 012/2005 subscrito pelo Comandante do 8º Batalhão de Policia Militar, Tenente Coronel Fernando Jose de Oliveira Guimarães, contendo resposta ao ofício nº 48 da Câmara, cujo assunto se refere a viatura policial doada pelo CORI e posteriormente danificada em acidente. Ofício nº 022/2005, subscrito pelo Comandante do 4º Pelotão de Policia Militar, Sargento João Teodoro Resende Filho, contendo resposta ao ofício nº 55 desta Câmara, cujo assunto se refere a empresa de segurança “Anjos da Noite”. Requerimento subscrito pelo Sr. Presidente Sebastião dos Santos Neto, solicitando aprovação do plenário para envio de expediente para a Sra. Prefeita para que seja dispensada especial atenção e dada prioridade para reparos na rede de esgotos do Bairro Serra Verde, que devido a constantes entupimentos vem causando muitos transtornos aos seus moradores. Relativo aos projetos foram mencionados os de número 15, 16, 17 e 18 que aguardam parecer das Comissões Permanentes e ainda o projeto de lei nº 19/2005 que “dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providencias”, que foi enviado pela Prefeitura pouco antes do inicio da reunião e por isso não foi possível a

reprodução de cópias para cada Vereador. Prosseguindo, o Sr. Presidente liberou o uso da palavra ao Sr. João Ribeiro, devidamente inscrito que disse estar morando a pouco tempo em Ijaci, tendo vindo de Guarulhos e observou que nos ônibus da São Cristóvão não tem lugar reservado para idosos e deficientes e também não tem a gratuidade das passagens para os idosos conforme prevê a lei federal. Disse que quer saber também a respeito do prazo de concessão desta empresa para exploração da linha de ônibus, e caso esteja no final, quando da renovação desta concessão, que sejam colocadas estas exigências no edital para que a empresa concessionária possa cumprir a lei. Disse que é muita judiação, pois as pessoas não têm respeito para com os mais idosos, deficientes e gestantes que as vezes viajam de pé enquanto muitas pessoas mais jovens viajam sentadas. O Sr. Presidente disse que estes pedidos serão encaminhados e assim que tivermos alguma informação, será repassada ao visitante, tendo este insistido em relação ao prazo da concessão da empresa. O Sr. Presidente disse que aqui é o lugar certo para levantar estas questões e buscar o melhor para o município e deixou os Vereadores à vontade para debater a questão, tendo o Vereador Roosevelt dito que este pedido faz muito sentido e que a pessoa precisa correr atrás dos seus direitos, e que é uma bonita atitude esta preocupação do visitante e questionou da Assessora Jurídica se esta tem alguma informação neste sentido, ao que a Dra. Isis disse que não só a respeito dos transportes, mas em outros campos, estão sendo editadas medidas normativas para beneficiar os idosos e deficientes, sobretudo nos lugares públicos. Especificamente quanto a este pedido, isto precisa ser direcionado à empresa e aos órgãos responsáveis. O Sr. João Ribeiro citou que lhe foi repassada cópia de um ofício do DER pelos servidores da Câmara que anteriormente já havia solicitado estas informações, mas ficou só nisso e voltou a insistir na questão da concessão, tendo o Sr. Presidente dito que iremos buscar mais informações, tendo o Sr. João Ribeiro dito que é necessário conhecer os requisitos da licitação. A Vereadora Catarina mencionou que a Elaine da locadora estava verificando esta situação e já deve ter obtido alguma resposta e vai procurá-la para saber e repassar para todos, tendo o debate se encerrado com o elogio do Vereador Marleu ao pedido do visitante. Prosseguindo, o Sr. Presidente franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo o Vereador Carlos solicitado votação em regime de urgência do projeto de lei nº 18/2005 que trata da contratação do químico. A Vereadora Jussara questionou se esta votação seria imediata, tendo o Sr. Presidente dito que seria na Segunda Parte. Não havendo nenhum outro pronunciamento, foi deliberada a questão da participação dos Vereadores no encontro em Três Corações, sendo feita a leitura dos tópicos e programação do evento, tendo o Sr. Presidente enfatizado a necessidade de participar destes encontros, sobretudo neste início de mandato, ficando decidida a princípio a participação de quatro Vereadores. Em seguida os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte com a discussão a respeito do projeto de lei nº 18/2005, tendo a Vereadora Jussara mencionado a necessidade de adequar o valor da remuneração do farmacêutico e a contratação do químico. Disse que se faz urgente estas contratações para solução concreta e apresentação de projeto bom para a água em nossa cidade, mas a redação do projeto está meio obscura e propõe reunião com o Executivo para que o texto seja aclarado e só então seja votado, mesmo que para isto seja preciso fazer uma reunião extraordinária. O Sr. Presidente disse que o Vereador Carlos havia pedido votação em regime de urgência, mas disse também que concordou em retirar o pedido para que seja estudado melhor. Como líder da administração irá buscar informações e pedir que nos próximos projetos, o texto seja mais bem explicado. O Vereador Carlos confirmou que pediu votação em regime de urgência, conforme solicitado pela Secretária de Saúde Isabel, mas diante das dúvidas, concorda em retirar o pedido para que seja mais bem estudado. O Sr. Presidente citou que é preciso estudar bem os projetos e elogiou a preocupação dos Vereadores neste sentido. O Vereador Roosevelt propôs a votação dos projetos nº 15 e 16 nesta reunião, tendo a Vereadora Jussara dito que ainda não estão totalmente claros e insistiu no pedido para que seja marcada uma reunião para deliberar sobre os projetos, pois senão isto vai acontecer só no mês de maio. A Vereadora Catarina disse que a Secretária de Saúde mencionou a necessidade da aprovação do projeto, visando a contratação do farmacêutico, mas antes de votar deve resolver a questão do químico. Pedindo licença, o Controlador Geral da Prefeitura, Jorge Diniz falou que o valor da remuneração do farmacêutico está baixo e que o químico poderia ser contratado por meio de prestação de serviços. O Sr. Presidente propôs marcar uma reunião com a Prefeita ou responsável pela área para resolver a situação, pois a contratação do químico está confusa, porém a contratação do farmacêutico é de urgência e para isto tem ainda a questão do salário que está baixo. O

Vereador Roosevelt insistiu na votação dos projetos 15 e 16, tendo o Sr. Presidente mencionado a questão das duas semanas em que não haverão reuniões e isto atrasa o andamento, cabendo aos Vereadores decidir, submetendo à concordância do Plenário a proposta do Vereador Roosevelt em votar os projetos 15, 16 e 18, sendo rejeitada a proposta e decidida a realização de uma reunião extraordinária na quarta feira, dia 20 de abril para deliberação destes projetos. Foi decidido ainda pelo Plenário que a próxima reunião ordinária seria realizada no dia 06 de maio conforme disposto no Regimento Interno e não no dia 29 de abril conforme cogitado anteriormente. Desta forma, passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados inicialmente para uma reunião extraordinária a realizar-se na quarta feira, dia 20 de abril, a partir das 18 horas para deliberação dos projetos de lei nº 15, 16, 17 e 18 de 2005. Os Srs. Vereadores foram convocados ainda para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 06 de maio, às 19 horas, para deliberação dos projetos em tramite e demais projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final da em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem. Em tempo: na reunião foi indicada a Vereadora Jussara Alves Resende para representar o Legislativo no Plano Decenal de Educação, conforme solicitado através ofício nº. 09/2005 da Secretaria Municipal de Educação.

**ATA DA 3ª REUNIAO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 20 (vinte) dias do mês de abril de 2005, quarta feira, às 18 h (dezoito horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes o Diretor de Finanças e Contabilidade da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis, a prestadora de serviços Oristeia e alguns assistentes. Após a oração inicial e oração própria dos representantes das Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos Vereadores. Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos, cuja ordem do dia é a deliberação sobre os projetos de lei nº 15,16,17 e 18 de 2005, conforme convocação feita por ocasião da 12ª reunião ordinária. Inicialmente procedeu-se a leitura dos referidos projetos, sendo que para o projeto de lei nº 17/2005 foi apresentada emenda modificativa e aditiva subscrita pelos Vereadores Fabio Mesquita de Almeida, Jussara Alves Resende e Rômulo Elias. Para o projeto de lei nº 18/2005, a Sra. Prefeita encaminhou um substitutivo modificando o vencimento do cargo de farmacêutico e anexando quadro contendo relação dos cargos de contratação temporária. Prosseguindo, o Sr. Presidente disse que os projetos estavam em discussão, tendo sido abordada em relação ao projeto de lei nº 17 a questão de auxilio da Prefeitura para time de futebol que por ventura for disputar campeonato, sendo constatado que existe recursos para este fim no orçamento, tendo o Sr. Presidente dito que não se trata de subvenção ao time, mas sim pagamento das despesas diretamente pela Prefeitura. Em relação ao projeto de lei nº 15/2005, apareceram dúvidas quanto a alguns tópicos, tendo a Assessora Jurídica chamado a atenção para o principio da anuidade desta lei, ou seja, mesmo se for aprovada e sancionada neste ano, só poderá vigorar a partir do ano que vem, por se tratar de matéria tributária. Diante do impasse, a Vereadora Catarina pediu vistas ao projeto de lei nº 15/2005, sendo lhe concedida nos termos regimentais. Prosseguindo, a mesma Vereadora pediu apoio dos demais Vereadores para a questão do fornecimento de alvarás para as feiras de roupas na cidade, dizendo que não é contra, mas deveriam ser restritas a duas ou três vezes no ano. Disse que irá conversar com a Prefeita sobre esta situação, já que as constantes feiras de roupas têm prejudicado os comerciantes locais, pois as pessoas compram a vista nestas feiras, ficando assim inadimplentes com o comercio local, ainda mais agora que a Prefeitura está fiscalizando a documentação das lojas. Prosseguindo, o Vereador Fábio pediu votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 16. O Vereador Rômulo pediu votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 17/2005. O Vereador Carlos pediu votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 18/2005. Ato contínuo, passou-se para a Segunda Parte, tendo o Sr. Presidente colocado em votação a emenda apresentada ao projeto de lei nº 16/2005 pelos Vereadores Fábio,

Jussara e Rômulo, sendo esta APROVADA pela unanimidade do Plenário em discussão única passando a integrar o projeto de lei. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação os pedidos de votação em regime de urgência para os projetos de lei 16,17 e 18, tendo o Vereador João Carlos pedido vistas ao projeto de lei nº 18/2005, sendo-lhe concedido nos termos regimentais. O Vereador alegou que não foi enviada a certidão de compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentária, bem como a fonte de recursos e seu impacto, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei nº 16/2005 que “dispõe sobre nota fiscal avulsa e dá outras providências” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª e 2ª discussão e votação. Após, fez-se a votação do projeto de lei nº 17/2005 que “dispõe sobre autorização para publicidade em espaços públicos no estádio e na praça de esportes municipais e dá outras providências”, tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª e 2ª discussão e votação. O Sr. Presidente determinou fossem digitadas as redações finais dos projetos aprovados e enquanto isto franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo a Vereadora Jussara comunicado que os membros da Comissão de Legislação e Justiça decidiram fazer reuniões para estudar as matérias que lhe forem passadas às terças feiras as 18 horas. Comentou também o encontro realizado em Três Corações, dizendo que foi de muito proveito, pois não é somente uma questão de aprendizado, mas sim uma oportunidade para troca de experiências com membros de outras Câmaras. Informou ainda que ficou muito honrada com o recebimento do convite para compor a chapa para a diretoria da União dos Vereadores do Estado de Minas Gerais, representando o sul de Minas, cuja eleição será nos dias 28 e 29. Disse que ainda não decidiu se vai aceitar, pois é muita responsabilidade, um grande compromisso. Disse que na Assembléia Legislativa tem uma sala reservada para esta entidade visando dar suporte a todas as Câmaras e aí depende de muitas viagens e sendo assim ainda está pensando qual decisão tomar e oportunamente irá repassar para os Vereadores. O Vereador Fábio, na qualidade de Presidente da Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 08/2005 solicitou aos demais componentes da Comissão que permanecessem ao final para uma reunião. Em seguida feito a apresentação das redações finais dos projetos de leis nº 16 e 17 de 2005, estas foram APROVADAS pela unanimidade do Plenário em 3ª discussão e votação, determinando-se o envio ao Executivo para fins de sanção. Após, pedindo licença e autorizado pelo Sr. Presidente, retiraram-se os Vereadores Carlos e Roosevelt. Para finalizar, o Sr. Presidente disse que queria esclarecer um mal entendido sobre as notícias que foram publicadas no jornal, afirmando que infelizmente a imprensa é isto, é o papel dela e não tem como segurar. Disse que o que foi publicado não é a verdade, frisando que eles põem palavras na boca da gente e assim quer deixar bem claro que não deu entrevista para ninguém. Solicitou que constasse esta afirmação em ata, pois não vai adiantar mandar resposta para o jornal, pois isto só serve para ficar com briga para lá e para cá. Disse que as comissões foram montadas e em reuniões passadas já deixou os motivos bem esclarecidos. A imprensa publica o que ela quer e no seu caso quer deixar bem claro que nada falou a respeito, não deu nenhuma entrevista para jornal ou rádio, mas estes mal entendidos infelizmente irão aparecer e neste caso deixa a cargo da interpretação de cada um. Disse que não quer briga com ninguém e o que puder fazer de melhor para o município irá fazê-lo e não está aqui para fazer propaganda enganosa, quer fazer seu papel de Vereador, pois foi eleito para fiscalizar e não adianta ninguém fazer pressão, pois o seu papel ele vai cumprir. Finalizou, enfatizando que como disse em reuniões passadas, não é oposição de ninguém, está apenas cumprindo sua função. Em seguida deixou a critério dos Srs. Vereadores presentes algum comentário, tendo o Vereador Fábio comunicado que as Comissões optaram por pedir a contratação de outro advogado para acompanhar os trabalhos, tendo o Sr. Presidente dito que isto cabe a comissão decidir, ao que a Vereadora Jussara disse que a sua comissão já decidiu, o mesmo acontecendo com a Comissão presidida pelo Vereador Fábio que mencionou ainda a questão do valor dos honorários, que está compatível com o orçamento da Câmara. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta-feira, dia 06 de maio, às 19 horas, para deliberação dos projetos em tramite e demais projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final da em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 13ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 06 (seis) dias do mês de maio de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial e oração própria dos representantes das Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos Vereadores. Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos passando-se para a leitura da ata da 12ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes constou de: Comunicados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca de liberação de recursos para manutenção de programas na área de educação do Município. Comunicados do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para manutenção de programas da área de saúde do Município. Do Gabinete da Sra. Prefeita foram lidos: Ofício nº 115/2005 que encaminhou a prestação de contas da Prefeitura Municipal relativa ao exercício de 2004. Ofício nº 125/2005 que encaminhou os balancetes de receita e despesa da Prefeitura referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2004. Ofício nº 136/2005 que encaminhou o balancete da receita e despesa da Prefeitura referente ao mês de março de 2005. Alusão ao expediente encaminhado pelo Procon da Assembléia Legislativa em resposta ao ofício nº 60/2005 desta Câmara, em deferimento ao pedido feito pelo Sr. João Ribeiro em reunião anterior. Ofício subscrito pelo Sr. Ex Prefeito Clébel Ângelo Márcio Pereira, solicitando informações e adoção de providencias em relação a logomarca de sua administração que foi coberta por uma tinta azul nos bancos da praça de esportes e demais praças da cidade e o motivo pelo qual ainda não foi afixado seu pôster na galeria de ex prefeitos. Ofício apresentado pelo Sr. Sebastião Leonardo Mesquita solicitando instalação de Comissão para averiguar a responsabilidade da Sra. Prefeita e do servidor Heitor Inêz de Oliveira em relação a destruição do matadouro municipal, alegando que se trata de um patrimônio público, causando prejuízos aos proprietários de açougue que agora não tem lugar para fazer abates. No mesmo ofício, o autor solicita que esta questão seja encaminhada ao Promotor de Justiça, Dr. Dimas Messias de Carvalho. Ofício nº 092/05/3ª encaminhando denuncia feita pelo Sr. Clebel Ângelo Marcio Pereira acerca de irregularidades na atual administração e solicitando informações de medidas adotadas pela Câmara Municipal neste sentido como meio de instruir o Inquérito Civil nº 02/2005 daquela Promotoria. Apresentação do balancete da receita e despesa da Câmara Municipal referente ao mês de março de 2005. Requerimentos apresentados pelo Vereador João Carlos Espedito: Solicitando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita indicando a possibilidade de doação de cestas básicas para os servidores efetivos, comissionados e contratados, desta municipalidade que recebam mensalmente valor inferior a 3 (três) salários mínimos, listando os gêneros que cotados em um supermercado local perfazem um total de aproximadamente sessenta reais, alegando que representará um grande auxilio e incentivo para os servidores municipais a serem beneficiados. Requisição da motoniveladora da AMALG para serviços de reparos nas ruas do bairro da Serra que estão esburacadas e com muito mato em suas margens, para serviços nas estradas do Passa Três, Faisqueira e Boca da Mata e ainda, limpeza de um mata-burro existente na estrada do Córrego do Paiol, próximo à residência do Sr. Jose Raimundo Pedroso, vez que segundo informações o mesmo está servindo de passagem do gado de um lado para o outro. Envio de expediente para a CEMIG solicitando informações a respeito da situação do débito da Prefeitura Municipal de Ijaci, se houve ou não algum acordo para parcelamento e em caso positivo, requer ainda informações sobre as condições estabelecidas e informações acerca da liberação para realização de serviços pela CEMIG ao município, em especial a extensão de rede de energia elétrica urbana. Expediente para a empresa de ônibus São Cristóvão, solicitando o retorno do itinerário para as principais ruas do centro da cidade de Lavras, salientando que a mudança de itinerário na época foi justificada devido às obras que estavam sendo feitas na Praça Augusto Silva, porém as obras já foram concluídas e a empresa não retornou ao antigo itinerário, causando prejuízos para os passageiros que tem que desembarcar longe do centro e diante das informações que este trajeto economiza combustível, se assim for essa economia deve ser repassada para os passageiros, através da redução dos preços das passagens. Por ultimo,

pedido de autorização para se ausentar da reunião ordinária da Câmara a realizar-se no dia 13 de maio de 2005, para participar do curso de capacitação de agentes públicos 2005, a realizar-se de 09 a 14 de maio de 2005, na sede da Escola do Legislativo em Belo Horizonte, entendendo que tal curso deverá ser de muito proveito para suas atividades como Vereador. Requerimento subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende solicitando após manifestação do Plenário, seja enviado expediente para a Sra. Prefeita solicitando inícios dos estudos para realização de um concurso público para atender a demanda do município, salientando que as contratações temporárias são apenas para atender as necessidades urgentes e a transição de governo, não justificando sua continuidade para o próximo ano, vez que este procedimento não encontra embasamento nos ditames constitucionais e ainda fere o princípio da impessoalidade e moralidade da administração pública. Relativo aos projetos, fez-se alusão aos projetos de lei nº 15/2005 que volta a pauta após vistas concedida a Vereadora Catarina, nº 18/2005 que volta a pauta após vistas concedida ao Vereador João Carlos. Leitura e envio as Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental do projeto de lei nº 20/2005 que “altera o item 11 do anexo I da lei municipal 795 de 11 de janeiro de 2005, alterada pela lei municipal 799 de 17 de janeiro de 2005 e da outras providências” e nº 21/2005 que “estabelece os feriados municipais e da outras providências” de autoria da Vereadora Jussara Alves Resende. Prosseguindo, o Sr. Presidente disse que será enviado ofício para a Promotoria de Justiça informando que foram instaladas duas comissões especiais, cópias das portarias e da ata onde foi deliberada a instalação das referidas comissões. Disse que o ofício e a documentação enviada pela Promotoria estão a disposição dos Srs. Vereadores para reprodução de cópias. Disse que irá discutir com os Vereadores a edição de uma portaria para regulamentar a reprodução de cópias de documentos da Câmara, citando que os Vereadores têm direito, mas para evitar problemas, a partir de agora o fornecimento de cópias deverá ser precedido de requerimento. Disse que falou na última reunião, mas volta a falar e quer deixar bem claro e constado em ata que na questão destas comissões especiais não deu nenhuma entrevista, porém a imprensa ninguém segura e não adianta tentar desmentir, pois só piora a situação. Quanto aos pedidos feitos pelo Sr. Clébel Ângelo Marcio Pereira e Sr. Sebastião Leonardo Mesquita, serão devidamente encaminhados. Em seguida liberou o uso da palavra ao Sr. Clébel Ângelo Marcio Pereira, devidamente inscrito, tendo afirmado “que quer esclarecer o fato da publicação da matéria pela atual administração na Tribuna de Lavras e como V. Exa. acabou de dizer, ninguém segura a imprensa e parece que a atual prefeita tomou as dores e partiu para o ataque contra a minha pessoa, pois fez um relatório e publicou na Tribuna de Lavras e eu digo muito bem, pois todos estes fatos que ela publicou é público e notório de toda a comunidade lavrasense. Vocês sabem muito bem as dificuldades financeiras que os municípios passaram nestes últimos quatro anos, com prefeituras chegando a seis ou sete meses sem pagar funcionários, o que não foi o caso de Ijaci que atrasou só quarenta ou cinquenta dias no máximo, porque nós seguramos de um jeito ou de outro e é só ver os balancetes que chegam com a quantidade de dinheiro que está rolando e comparar o que tinha em janeiro de 2003 e ver as dificuldades que enfrentamos. Este relatório da atual prefeita vem me ferir e já estou verificando com minha advogada as providências para mover um processo judicial também, porque o relatório é difamador, não fala a verdade e quando não fala a verdade, tenho que tomar providências. A atual prefeita foi infeliz em tentar descontar as nomeações, que V. Exa. acabou de dizer, partiu exclusivamente dos Vereadores e a atual prefeita sentiu no direito de vir me atacar, mas muito bem, somos homens públicos e devemos estar preparados para as coisas que nos vem afetar. Quero dizer que tomei esta atitude de fazer estas denúncias porque é público e notório este alto investimento feito em nosso município, eu cansei de fazer estas denúncias na administração passada e ninguém teve interesse em investigá-las, agora parece que vão, porque a comunidade está querendo saber de onde vem este dinheiro que pode ser perfeitamente de origem legal, mas a comunidade tem direito de saber, todos estão cobrando, como tenho certeza que os Vereadores também estão sendo cobrados, como aqui estão dois Vereadores do mandato passado, independente da divergência que tive com o Vereador Roosevelt, admiro o trabalho dele porque foi um legítimo fiscal, do qual o Vereador está para fazer, ele me fiscalizou porque era cobrado na rua, assim como o Sebastião que era meu amigo, mas que assinou denúncias contra mim, mas isto está sendo investigado pelo Ministério Público e Tribunal de Justiça. Então, estas denúncias chegaram até a mão de V. Exas. e eu acho que vocês têm que analisá-las com o maior carinho porque vocês estão diante de uma situação aonde o Promotor de Justiça e Curador do Patrimônio Público, Dr. Dimas Messias de Carvalho, com o

qual eu tenho problemas pessoais, mas também admiro o trabalho que ele faz, ele é um homem de coragem de peitar, de ir para a televisão, de falar, uma pessoa que independente de nossas relações, faz seu papel de fiscalizador e tenho certeza que ele estará também junto com vocês nesta fiscalização. Eu mesmo escrevi na minha denuncia que tenho certeza que os Vereadores não vão fechar os olhos para tantas irregularidades que estão aí apontadas e tenho certeza que não irão prejudicar parte alguma independente de parte política, de amizade ou não com a prefeita, tenho certeza que irão agir, porque vocês também terão o Promotor lhes pedindo informações a todo o momento. Eu quero dizer que estou aqui para esclarecer, se os Vereadores quiserem, a matéria que foi publicada na Tribuna e deixar bem claro que nunca omiti documento para a Câmara, os dois Vereadores estão de prova, todo o documento enviado para o Ministério público passou por esta Câmara, nunca neguei dar informação e nem esclarecimento nenhum, o que eu não posso admitir são estas calunias, por exemplo a administração passada que tive o problema de meu afastamento e peço ao Sr. Presidente que mande a ata desta reunião para o Promotor, mostrando que estive aqui para falar sobre a denuncia, porque acho que fui vitima de um erro gravíssimo que a justiça já cometeu, porque em momento algum cometi o que colocaram como motivo de meu afastamento, que eu estaria atrapalhando a instrução processual, estaria ameaçando algum funcionário deste município, foi uma mentira que colocaram para tentar conseguir brutalmente o que conseguiram, mas tenho certeza que irei ser inocentado mais cedo ou mais tarde e irei sim tomar minhas providencias logo em seguida. Não estou aqui para perseguir ninguém, não sou Vereador, não tenho como perseguir ninguém e nem o Vereador está aqui para isto, porque o papel do Vereador não é este, mas estou aqui no meu direito como cidadão, ainda mais que tive a honra ferida através desta matéria colocada pela atual prefeita no Jornal Tribuna de Lavras". O Sr. Presidente disse que o papel do Vereador é fiscalizar, se tiver tudo certo, melhor. Citou a questão do Sebastião Wagner que está se sentindo prejudicado com a referencia de seu depoimento na denuncia feita pelo Ex Prefeito e como Presidente não pode afirmar nada a respeito de como isto se tornou publico e pretende editar uma portaria para regulamentar a retirada de copias de documentos nesta Câmara. O Sr. Clébel disse que em relação ao oficio por ele apresentado, quer explicar que a logomarca de sua administração nos bancos da praça de esportes e outras praças da cidade foram cobertas por uma tinta azul e verificou que nas mesmas praças existem muitos bancos com o nome da administração "permanecer para realizar" e da administração do ex prefeito Antonio Luizinho. Os mapas adquiridos por ele tiveram a referencia de sua administração coberta com dizeres da atual administração e isso ele acha que não é correto, classificando de coisas bobas e espera que sejam tomadas as devidas providencias. Em seguida o Sr. Presidente franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores tendo a Vereadora Jussara pedido votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 20/2005, informando que segundo pôde verificar, se trata de contratação de mais cinco professoras além do que foi aprovado no inicio deste ano, sendo três vagas para atuar no Telecurso que está tendo muita procura e as outras duas vagas são para substituir professoras que estão sob licença maternidade e licença de saúde e a falta destas irá atrapalhar o aprendizado dos alunos. Informou sobre o curso de capacitação das professoras para ministrar aulas para alunos com necessidades especiais já foi realizada em primeira etapa. A Superintendência liberou os professores dirigentes do curso de maneira gratuita, ficando para a Prefeitura o transporte e alimentação dos mesmos e disse que conversando com muitas professoras, o curso veio a desejar daquilo que elas esperavam, mas vai ter uma segunda etapa e no segundo semestre em data a ser marcada. Leu artigo do jornal Estado de São Paulo a respeito da importância da educação. Sobre o projeto de lei nº 21 de sua autoria, disse que foi um requerimento do Padre Marcos para transferir o feriado do dia de São Sebastião para o dia de Corpus Christi, sendo este uma data móvel que depende do calendário da Igreja. É o dia em que no Brasil inteiro, os católicos enfeitam as ruas e a frente de suas casas para a passagem do Santíssimo Sacramento e pediu que este projeto seja encaminhado para o estudo das Comissões Permanentes e finalizou mencionando o requerimento que está sendo feito para Sra. Prefeita para que comece a tomar as devidas providencias para realizar um concurso publico na Prefeitura, enfatizando sua necessidade como maneira de oferecer oportunidade para todos que poderão concorrer as vagas oferecidas. Prosseguindo, o Vereador Fábio disse que ninguém melhor do que a Vereadora Jussara para falar sobre a educação e pediu que estas contratações sejam feitas precedidas de um edital seletivo e que se utilize para isto o quadro de avisos desta Câmara, citando as contratações feitas até agora, todas necessárias e pediu ainda, dentro da

possibilidade orçamentária da Prefeitura, de melhorar o salário dos servidores que trabalham nas ruas, afirmando que estão sendo muito bem feitos. Disse que nesta Câmara ninguém está para brincadeira, o juramento que fizemos, será cumprido de sua parte e acredita também por parte dos demais Vereadores e que estamos aqui para defender a população, sem fazer acepção de pessoas e fazer um trabalho transparente e sempre tem dito que “saber com quem andas para saber quem és”, a verdade tem que ser dia e que é preciso analisar os boatos para se chegar aos fatos, daí a necessidade de se trabalhar com editais para se evitar problemas, principalmente com a justiça. Pediu aos assistentes para continuar participando, pois aqui é o lugar do povo, é o lugar da verdade, aqui não se pode ter falsidade, mas somente transparência. Citou a explicação da Vereadora Jussara, existe a necessidade das professoras, mas reafirma que deve ser feita a contratação por meio de edital. Prosseguindo, o Vereador João Carlos disse que o Município já perdeu muito nestes quatro anos que passaram, não sabe por culpa de quem, mas que atrasou de certa forma o andamento de nossa comunidade. Não tem nada contra ninguém, tem sim contra a corrupção, isto ele não aceita de forma alguma, seja lá quem for, mesmo que seja seu pai. Quem estiver administrando a Prefeitura, se errar, estará prejudicando mais de sete mil pessoas e a gente está aqui para representá-los a qualquer hora. Quer deixar bem claro que se fizer e for bom para o povo, lhe agradeu, se fez e prejudicou sobretudo os menos favorecidos, lhe prejudicou, pois está aqui para representar os que não têm condições e nisto espera ter respeitada sua opinião, pois está aqui para defender o povo, nada a mais, nada a menos do que isto. Falou sobre os requerimentos apresentados, o fornecimento de cestas básicas para os servidores que ganham menos que três salários, já que os que ganham mais, graças a Deus tem mais condições e acredita que isto não vai parar o Município, mas sim ajudar os que ganham menos. Sobre os serviços da patrol da Amalg, estes são necessários, citando o caos das ruas do bairro da Serra e nossas estradas rurais. Quanto ao pedido de informações sobre a situação do débito com a CEMIG, muitas ruas estão escuras e isto pode comprometer até a segurança pública e muita gente paga e não tem iluminação na rua. Com relação ao pedido que está fazendo para a Viação São Cristóvão, disse que também é usuário da mesma e em Lavras, os ônibus estão parando em poucos pontos, longe do centro, dificultando assim para muitas pessoas. Com relação ao curso, acredita que será de muito proveito, irá aprender mais e quer está apto para exercer seu trabalho e não decepcionar ninguém. Em seguida o Vereador Rossevelt disse que em relação a Viação São Cristóvão, muitas pessoas usam do serviço para trabalhar, para realizar seus negócios e realmente estão reclamando e se o Vereador João Carlos permitir, gostaria de assinar junto para reforçar o pedido. Da mesma forma a Vereadora Catarina e o Vereador Marleu citaram reclamações dos usuários e reforçaram o requerimento, tendo o Vereador João Carlos dito que se for o caso deveria ser feita uma lista de assinaturas. Não havendo outros pronunciamentos, o Sr. Presidente cumprimentou as mães presentes, parabenizando-as pela passagem pelo dia das mães, determinando em seguida a suspensão dos trabalhos por dez minutos. No reinício, o Sr. Presidente pediu licença ao Plenário para se ausentar da reunião por um pequeno espaço de tempo. Assumindo, o Vice presidente, Fábio Mesquita de Almeida voltou a citar a necessidade de editais para os atos da Prefeitura, bem como sua publicidade no quadro de avisos da Câmara Municipal. Mencionou ainda a questão dos servidores comissionados e contratados, afirmando que estes têm que tratar melhor as pessoas e que irá informar pessoalmente a Prefeita sobre dois fatos ocorridos e se ela aceitar, tudo bem, senão, pelo menos estará fazendo seu papel e uma vez que a pessoa está recebendo do município, este tem que tratar as pessoas com educação. Sobre o pedido do Sr. Sebastião Leonardo, o ofício será encaminhado e a formação de comissão será deliberada na próxima reunião pelo titular da presidência juntamente aos Vereadores. Em seguida abriu espaço para o pronunciamento da Sra. Maria José de Oliveira que pediu para explicar o motivo de sua saída do cargo de Diretora das Escolas Municipais, tendo esta **afirmado** que gostaria de esclarecer porque deixou a direção das Escolas municipais, já que ficou vaga no ar uma explicação. Disse que tem seu emprego no Estado há vinte e oito anos e a Fia lhe convidou para ser diretora das escolas municipais e ela aceitou esperando aposentar-se pelo Estado em abril, porém suas contas não estavam certas e pelo jeito a aposentadoria será em outubro e para trabalhar no Estado e na Prefeitura ao mesmo tempo, as duas escolas ficariam mal servidas, já que ela teria tempo somente a noite e não são os alunos do telecurso que precisam dela, são os alunos pequenos da parte da manhã e da tarde que precisam de sua presença e para não prejudicar a escola deixou a direção e a Fia nomeou a Márcia em seu lugar. Depois de aposentar, quem sabe ela volta, porque no seu

entendimento o trabalho precisa ser bem feito e agora está trabalhando na secretaria da escola onde já tem mais prática e assim veio a reunião para justificar. O Presidente em exercício Fábio elogiou a atitude da visitante, afirmando que o servidor tem que ter cultura e ter certa cautela em seu agir. Em seguida o Vereador João Carlos pediu que acrescentasse em seu requerimento feito para a empresa São Cristóvão a questão da concessão da gratuidade de passagens para pessoas com mais de 65 anos de acordo com a Lei 10.741/03 – Estatuto do idoso. O Vereador Carlos reafirmou seu pedido de votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 18/2005. Passando-se para a Segunda Parte, o Sr. Presidente submeteu ao Plenário o pedido do Vereador Carlos para votação em regime de urgência do projeto de lei nº 18/2005 e o pedido da Vereadora Jussara para votação em regime de urgência do projeto de lei nº 20/2005, sendo que ambos foram APROVADOS à unanimidade. Prosseguindo, fez-se a votação dos requerimentos apresentados pelos Vereadores, sendo todos APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única conforme dispõe o parágrafo 1º do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se os devidos encaminhamentos. Prosseguindo fez-se a votação do projeto de lei nº 18/2005 que após envio de substitutivo pela Sra. Prefeita passou ter a ementa “autoriza contratação por prazo determinado, altera e atualiza redação dos anexos I e II da lei 795 de 11 de janeiro de 2005 e da outras providencias” tendo este sido APROVADO pela unanimidade do plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação. Após fez-se a votação do projeto de lei nº 20/2005 que “altera o item 11 do anexo I da lei municipal 795 de 11 de janeiro de 2005, alterada pela lei municipal 799 de 17 de janeiro de 2005 e da outras providencias” tendo este sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, determinando-se o envio das respectivas redações finais para o Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 13 de maio, às 19 horas, para deliberação dos projetos em tramite e demais projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final da em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 14ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 13 (treze) dias do mês de maio de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara se reuniram os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial e oração própria dos representantes das Igrejas Evangélicas, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de 08 (oito) Vereadores, ausente João Carlos Espedito licenciado da reunião para participação no curso de capacitação de agentes públicos 2005 em Belo Horizonte. Havendo número legal, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos passando-se para a leitura da ata da 13ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes constou de: Comunicados do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para manutenção de programas na área de saúde do município. Ofício enviado pela 16ª CRG do DER/MG contendo resposta ao ofício nº 58/2005 desta Câmara cujo assunto tratado se refere a gratuidade de passagens para maiores de 65 anos na linha de ônibus Ijaci a Lavras conforme pedido feito em reunião anterior pelo Sr. João Ribeiro. Requerimentos subscritos pela Vereadora Jussara Alves Resende, sendo o primeiro indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando contato com a operadora de telefonia móvel “Tim” para que esta instale equipamentos para melhorar a qualidade e maior cobertura do sinal, vez que em vários locais da cidade e do Município não é possível efetuar nem receber ligações por meio de telefones celulares. Solicitou ainda informações sobre a veracidade das noticias acerca da instalação em nossa cidade de uma torre de telefonia móvel da operadora “Claro” e em caso afirmativo, quando este sinal estaria disponível, alegando que o serviço precário da “Tim” e os boatos acerca da instalação da torre da “Claro” provocam dúvidas para muitas pessoas que querem adquirir aparelhos celulares, vez que tais aparelhos podem se tornar inúteis em pouco tempo. O segundo indica, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente para a Sra. Prefeita, solicitando seja negociada com a CEMIG a instalação de um ou dois postes Rua Projetada no bairro Serra Verde, para fornecer energia elétrica para duas residências ali recém construídas, sendo que uma delas pertence ao Sirlei Antonio dos Santos. Requerimento subscrito pelo Vereador Fábio Mesquita de Almeida indicando, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente para a Sra. Prefeita Municipal solicitando a possibilidade de negociar com os motoristas das

ambulâncias uma forma de proporcionar a escala de doze horas trabalhadas por trinta e seis horas de descanso aos atuais motoristas, não descartando para tal a designação de mais um motorista para execução dos serviços, justificando o pedido, devido a complexidade do serviço que demanda boas condições de saúde ao motorista, que para tal necessita do período de descanso. Relativo aos projetos, fez-se a leitura e envio as Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental do projeto de lei nº 22/2005 que “altera redação do artigo 2º da lei municipal nº 798 de 11 de janeiro de 2005 e da outras providencias” e do projeto de lei nº 23/2005 que “altera redação do item 20 do anexo I da lei nº 795 de 11 de janeiro de 2005 e da outras providencias” além da alusão aos projetos de lei nº 15, sob período de vistas feito pelo Vereador João Carlos, 19 e 21 que aguardam parecer das Comissões Permanentes. Prosseguindo, o Sr. Presidente determinou o envio de um pedido para a Sra. Prefeita visando agendar uma reunião com os responsáveis da Paróquia para que seja tomada alguma providencia em relação ao cemitério, onde está acontecendo invasões e violações de túmulos, A princípio sugere que seja aumentada a altura do muro e instalação de cerca, se possível elétrica e afirmou que se preciso, ele participa da reunião para resolver este problema que se trata de um desrespeito, pois a pessoa nem depois de morta pode descansar em paz. Quanto ao projeto de lei que altera os feriados municipais, disse que muitas pessoas o procuraram manifestando-se contrários a esta medida, citando o servidor Luiz Alves, que estava presente na reunião e acha que o Pe. Marcos deveria ter feito uma reunião com os católicos para se chegar a um consenso sobre esta mudança. Disse que se houver empate na votação, o seu voto de desempate será contrário, pois este feriado já é uma tradição e pelo jeito prejudica a maioria e infelizmente, com todo respeito à Vereadora Jussara que propôs o projeto a pedido do Pe. Marcos deveria ter sido precedido de uma reunião na Igreja para a população julgar o que estava certo ou errado. Determinou ainda o envio de um requerimento para a Sra. Prefeita para que ela preste informações do que foi feito com o material do matadouro e ainda a lenha e as toras provenientes do corte das arvores da Praça. Disse que o Vereador Fábio falou na reunião passada sobre a formação de uma comissão, porém em primeiro lugar devem ser requisitadas informações e depois, se os Vereadores quiserem então esta poderá ser formada. Após franqueou o uso da palavra, tendo a Vereadora Jussara comunicado que foi convidada para participar juntamente a Assistente Social da Prefeitura, Sônia e o Chefe do Departamento de Esportes da Prefeitura, Marcelo de uma reunião na cidade de São João Del Rei cujo assunto foi a implementação do conselho municipal antidrogas e conselho municipal da juventude. Na reunião, um médico e um psiquiatra falaram muito sobre doença associada a síndrome da dependência química e da necessidade de tratar o dependente químico e uma boa orientação para a família. Disse que estes conselhos, que são novos no Estado, visam dar oportunidade aos jovens de se manifestarem, sejam através de suas danças e jogos, já que os jovens só participam daquilo que acreditam e ainda para dar suporte ao dependente químico. No seu modo de entender, o conselho municipal antidrogas deveria ficar sob o controle da Secretaria de Ação Social, se esta for criada, ou da Saúde, enquanto o conselho municipal da juventude ficaria melhor sob os cuidados do Departamento de Esportes. Sobre a mudança do feriado, houve um grande mal entendido, faltou uma participação maior da comunidade e neste caso espera que no decorrer do tempo, vez que este feriado não precisa ter pressa, pois não precisa ser para este ano, tudo se resolva da melhor maneira e que todos saiam contentes e dentro da normalidade. Prosseguindo, o Vereador Carlos em nome da gerencia da Indústria de Cal SN Ltda. convidou os Vereadores e demais presentes para participarem de uma missa no sábado, dia 14 de maio na sede da indústria em comemoração aos 45 anos da empresa e a mudança de uma capela de local. Em seguida o Vereador Fábio esclareceu que na ultima reunião, por motivo de força maior o Presidente teve que se ausentar e tendo assumido a presidência, diante do oficio que foi encaminhado pedindo a instalação de uma comissão, deixou a deliberação para esta reunião, crendo que a Prefeitura tenha órgãos responsáveis para esclarecer a questão. Sobre a Comissão Especial instaurada pela Portaria nº 08/2005 quer dizer que foram requisitados documentos para Prefeitura e ainda não foram enviados por estar dentro do prazo legal e no caso de aparecer boatos ou algum assunto a mais, quer relatar que os trabalhos estão sendo realizados. Em relação às contratações temporárias, disse que a administração deveria aproveitar para dar andamento na realização do concurso, senão no ano que vem era problemas, tomando parte do debate sobre este assunto a Vereadora Jussara e o Sr. Presidente, tendo este mencionado o prazo de vigência destas ultimas contratações que terminarão na mesma época das contratações efetuadas no inicio do próximo ano, pois todas baseiam-se na primeira lei que foi aprovada neste ano, tendo a Vereadora Jussara dito que não se deve deixar para

organizar o concurso na ultima hora. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. Retomados os trabalhos, passou-se para a Segunda Parte com a votação dos requerimentos apresentados na reunião sendo todos APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo 1º do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se os devidos encaminhamentos. Em seguida o Sr. Presidente submeteu à concordância do Plenário o pedido efetuado na reunião anterior pelo ex prefeito Clebel Ângelo Marcio Pereira para envio de cópia da ata daquela reunião para o Promotor de Justiça, Dr. Dimas Messias de Carvalho, tendo a Vereadora Jussara questionado se a finalidade é para constar que ele esteve nesta Câmara, sendo respondida que sim, tendo o pedido sido APROVADO pela unanimidade dos Vereadores presentes. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 20 de maio, às 19 horas, para deliberação dos projetos em tramite e demais projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final e em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 15ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 20 (vinte) dias do mês de maio de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Após oração inicial o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 14ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes constou de: Comunicado do FNDE acerca de liberação de recursos para manutenção de programas na área de educação do Município. Diversos expedientes encaminhados pela Telemar Norte Leste S.A. em resposta ao ofício nº 49/2005 desta Câmara. Apresentação do balancete da receita e despesa da Câmara referente ao mês de abril de 2005. Requerimentos subscritos pelo Vereador Carlos Antonio Aparecido Barbosa, sendo um solicitando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando contatos com a Telemar Norte Leste S.A., visando negociações para que seja reativado o telefone público comunitário no bairro Ipiranga. Para tal seja verificada a existência de um aparelho que esteja num local onde possa ser remanejado, visando atender os moradores daquele bairro, conforme condição estabelecida pela Telemar. Outro solicitando contatos com a CEMIG, visando negociações para que seja substituído um transformador no Bairro Ipiranga, nas proximidades da residência da Dona Ritinha, vez que os moradores das adjacências alegam que a capacidade do transformador não está sendo suficiente para fornecer energia para todas as residências a ele ligadas, havendo quedas de voltagem sobretudo quando ligam os chuveiros. Por ultimo reiterando solicitação para instalação de três guaritas para embarque de alunos no ônibus escolar, sendo o 1º entre as propriedades da Dona Ritinha e Sr. Luiz Borges; o 2º em frente o bar do Sr. Geraldo Inácio e o 3º em frente a propriedade do Sr. Júlio Fonseca. Em relação a este último ponto, reitera solicitação para que o itinerário do ônibus passando por este local seja reativado vez que ali embarcam várias crianças e, no entanto neste ano o motorista não está buscando estas crianças no local. Sobre a construção de guaritas justificou que é para se evitar que os alunos, em sua maior parte crianças, não fiquem expostos à chuva ou sol enquanto aguardam o embarque no ônibus. Requerimentos subscritos pela Vereadora Catarina Gonçalves de Castro, sendo um solicitando envio de expediente para a Sra. Prefeita indicando que sejam efetuados reparos na estrada de Contendas nas proximidades da propriedade do Sr. Agenor Pereira Alvarenga, cujo estado de conservação está dificultando tráfego de veículos e o outro solicitando seja negociada com a CEMIG a eletrificação para atender moradores da Rua Projetada no Bairro Serra Verde, sendo as Senhoras Jussara Pereira, Maria Aparecida, Eunice Matioli e Darci de Carvalho. Requerimentos subscritos pelo Vereador João Carlos Espedito solicitando: 1º - Instalação de quebra molas na Avenida Luiz

Gonzaga Vilas Boas, em frente as casas populares construídas no antigo campo de futebol do Bairro da Serra, alegando que conforme relato dos moradores do local e proximidades, alguns motoristas estão abusando da velocidade, o que já provocou o atropelamento de duas crianças, felizmente sem maior gravidade, além do atropelamento seguido de morte de vários cães. Salientou que caso a instalação dos quebra molas seja proibido por lei, sejam adotadas outras medidas, não descartando a instalação de radares, como meio de coibir a alta velocidade no local e nos demais locais da cidade que isto freqüentemente acontece. 2º - Seja dada total prioridade para as pessoas de nossa cidade trabalharem na empresa "Cherem", responsável pela coleta de lixo e limpeza das vias, face ao grande numero de pessoas de fora que está realizando serviços de limpeza das ruas e pintura de meio fio, enquanto várias pessoas de nossa comunidade estão passando dificuldades por falta de trabalho. Ressalta ainda que, segundo informações de pessoas que trabalharam na própria empresa "Cherem", a prefeita de Lavras proibiu que pessoas de Ijaci fossem utilizadas pela empresa nos serviços daquela cidade. 3º - Considerando a noticia da perda de 70 quilos de carne ocorrida na Escola Municipal Pe.Emílio Luiz Lunks, solicita a instauração de um rigoroso processo administrativo para apurar responsabilidades, se do fornecedor ou falha no armazenamento, e ainda a adoção de sérias medidas para que isto não volte a ocorrer, a uma para não comprometer a saúde das crianças, a duas porque se trata de um prejuízo para os cofres públicos municipais e a três, porque num momento que até o governo federal está empenhado no combate a fome, não é justo que em nosso Município aconteça um despautério deste, que se chegar ao conhecimento da mídia, trará repercussão negativa para a administração. Requer também seja feito uma análise e apresentado um laudo pelos órgãos competentes da carne estragada e requer por fim seja fornecida no mais breve espaço de tempo possível, cópia do boletim de ocorrência feito pela Policia Militar e cópia da nota fiscal da venda da carne. 4º - Reitera pedido para que seja feita urgentemente a limpeza de dois mata-burro existentes na estrada do Córrego do Paiol, próximo à residência do Sr. Jose Raimundo Pedroso, pois segundo informações, o assoreamento destes mata-burros está servindo de passagem do gado de um lado para o outro, causando divergências entre os proprietários dos terrenos vizinhos, daí a necessidade da limpeza como meio para se evitar problemas maiores. 5º - Reitera pedido feito anteriormente sobre a possibilidade de que sejam doadas cestas básicas para os servidores efetivos, comissionados e contratados, desta municipalidade que recebam mensalmente valor inferior a três salários mínimos e 6º - Solicitando a possibilidade de repor as perdas ocorridas nos vencimentos dos servidores municipais, já que em 2001 não foi feita atualização nos vencimentos e possivelmente os servidores tem uma perda que deverá ser verificada e corrigida. Leitura do requerimento subscrito pela Sra. Elza Aparecida Salgado Reis solicitando interseção deste Legislativo junto a Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal da Educação para viabilizar o retorno de seu filho Marcelo Penha dos Reis as aulas do Telecurso oferecidos por esta municipalidade. Requerimento subscrito pelo Sr. Clayton Renato de Almeida solicitando sejam tomadas as devidas providencias e conseqüentemente enviado ao Ministério Público em relação ao abuso de poder praticado contra o servidor Fábio César de Mendonça que segundo consta no requerimento é funcionário concursado e teve seus direitos e princípios feridos, sendo punido por criticar a atual administração. Requerimento subscrito pelo ex prefeito Clebel Ângelo Márcio Pereira o qual solicita cópia dos empenhos e respectivas notas fiscais que relaciona, para que sejam enviados ao Ministério público da Comarca de Lavras e anexados ao Inquérito Civil nº 02/2005. Relativo aos projetos, fez-se a leitura e envio as Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental dos projetos de leis: Nº 24/2005 que "altera redação do anexo II da Lei Municipal nº 657 de 02 de maio de 1997 (Planos de Cargos Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais) e dá outras providencias". Nº 25/2005 que "concede revisão de vencimentos no Plano de Cargos e Salários do Poder Executivo Municipal, faz adequação de símbolos e dá outras providencias". Nº 26/2005 que "concede recomposição de vencimentos aos servidores da Câmara Municipal de Ijaci". Nº 27/2005 que "altera denominação de cargo de provimento em comissão e dá outras providencias", sendo que estes projetos foram encaminhados pela Mensagem nº 15/2005 do Executivo Municipal. Nº 28/2005 que "dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providencias", encaminhado pela Mensagem nº 16/2005. Fez-se ainda menção aos projetos de leis 15, 19, 21 e 22 em tramitação nesta Câmara. Prosseguindo, o Sr. Presidente mencionou o requerimento enviado pelo Vereador João Carlos a Prefeitura acerca da perda da carne e informou que abriram uma sindicância para apurar as responsabilidades e gostaria de indicar o referido Vereador para fazer parte dos

trabalhos da comissão de sindicância e para isto determinou que se fizesse um expediente neste sentido para a Sra. Prefeita. Quanto ao pedido do ex prefeito Clebel, irá submetê-lo ao Plenário na segunda parte e se o Plenário aceitar irá mandar a cópia da documentação diretamente ao Ministério público para se evitar que as copias dos empenhos fiquem passando de uma pessoa para outra. Em seguida liberou o uso da palavra ao Sr. Sebastião Elídio que disse ter pedido a palavra para relatar aos Srs. Vereadores uma dificuldade que estão enfrentando em relação à dengue. Tiveram uma reunião na Prefeitura com a participação do pessoal da DRS de Varginha, onde foi discutida a situação preocupante da proliferação do mosquito transmissor da doença. Disse que no ano passado, após as eleições, foi demitido um funcionário e em quatro meses, o trabalho de combate ao mosquito ficou praticamente parado, só atuando em pontos estratégicos e com isso a propagação foi muito grande. Levado o fato ao conhecimento da Prefeita, ela disse que não poderia contratar mais ninguém, alegando pedido enviado pela Câmara. Assim vem conversar com os Vereadores para demonstrar a necessidade e urgência de mais um funcionário para ajudar nos serviços. Citou cidades vizinhas onde teve alta infestação do mosquito e assim se faz necessário uma barreira de contenção, o que é trabalhoso e demorado e somente duas pessoas não têm condições de fazer o serviço em tempo devido, pois uma larva leva apenas sete dias para se tornar adulta. O Sr. Presidente perguntou se este problema foi levado ao conhecimento da Prefeita, sendo respondido que sim, o secretário da DRS esteve na reunião, não teve como vir a Câmara e pediu que ele viesse e explicasse aos Vereadores. O Sr. Presidente disse que acredita que aqui não terá problema devido a urgência e se a Prefeita tem disponibilidade no orçamento, deve mandar o projeto e estaremos aqui para ajudar. A Vereadora Jussara perguntou se este funcionário precisa ser especializado, sendo respondido que não, pois seria uma pessoa da cidade e o treinamento é simples e rápido, em dois dias estará apto para o trabalho. O Vereador João Carlos perguntou quantas pessoas trabalhavam neste meio na administração passada, sendo respondido que duas pessoas, ele e mais um auxiliar, mas na administração passada não teve nenhum foco da dengue, manteve um patamar, mas devido a parada, o serviço ficou desestruturado sem uma pessoa para fazer as visitas rotineiras às casas e agora só uma pessoa não dá conta. Na administração passada teria que ter sido feito um trabalho na zona rural e necessitava de mais um funcionário desde aquela época, mas agora se tornou urgente. O Vereador João Carlos mencionou a questão dos pneus que não são recolhidos pela coleta de lixo e deveria ter um trabalho neste sentido, tendo o visitante dito que o pneu é o lugar preferido pelo mosquito devido a sua temperatura que é constante e isto acelera o surto. Outro problema é que muita gente faz provisão de água em tambores e isto gera a proliferação. Foram gastos dois meses para fazer o trabalho de prevenção em toda a cidade, quando o ideal era um mês, pois o mosquito voa e a gente não e assim reafirmou a necessidade da contratação de mais um funcionário. O Sr. Presidente disse que é para ele ver com a Prefeita e o que for melhor, a Câmara está a disposição para ajudar. O Vereador Fábio disse que este é mais um problema sério e faz necessário que sejam tomadas as providencias o mais rápido possível e se não tiver como contratar, o que pode ser mais complicado, poderia ser estudada a possibilidade da designação de um funcionário, citando como exemplo um do setor da vigilância sanitária, mas o visitante pode ter certeza que terá apoio, porque senão a população será prejudicada e isto nós não queremos. O visitante disse que isto foi sugerido por ele próprio quando apontou esta possibilidade para a Prefeita, mas a vigilância sanitária só tem um funcionário que exerce outras funções e pelo jeito não tem como remanejar funcionário. O Sr. Presidente disse que este projeto tem que partir da Prefeita que verificará o comprometimento dos gastos com pessoal. O Vereador Fábio citou o prazo determinado destas contratações, mas acha que precisa ser verificada a urgência deste caso, já que se trata de uma situação que coloca em risco a população e ainda devem ser tomadas medidas para conscientizar a população a este respeito, citando que esta situação deve ser bem divulgada. O Sr. Presidente agradeceu e disse que a Câmara está a disposição para auxiliar neste trabalho. Em seguida franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores. O Vereador Fábio pediu urgência nos projetos que reajusta os vencimentos dos servidores, afirmando que os subsídios da Prefeita, do Vice e dos Secretários não estão sendo reajustados, mas pelo jeito vai aumentar o salário do Assessor Jurídico e também deveria ter sido feito uma conscientização e não tê-lo incluído neste aumento. Não quer desmerecer o trabalho de ninguém e nem o curso que a pessoa possui, mas deveria ter olhado o salário dos trabalhadores da rua que ganham menos. Reafirmou que não quer desmerecer o trabalho de ninguém, mas quer que haja igualdade social. Em seguida a Vereadora Jussara disse que gostaria de esclarecer

que em relação ao problema da perda da carne na escola, ela estava aqui em reunião com a Assessora Jurídica e os Vereadores Rômulo e Catarina quando foi chamada de maneira urgente na Prefeitura por ser a representante da Câmara no Conselho de Alimentação Escolar, sendo convidada também uma mãe que pertence ao Conselho. Disse que ficaram na dúvida se o congelador foi desligado ou se a carne veio estragada do fornecedor. Disse que fizeram um boletim de ocorrência na Polícia Militar e todas as providências cabíveis até aquele momento foram tomadas. O Vereador Marleu reforçou pedido de votação em regime de urgência para os projetos que tratam do reajuste dos servidores. O Vereador João Carlos agradeceu a presença de todos e pediu que participem sempre, pois fica decepcionado se não vem ninguém às reuniões da Câmara. É importante que as pessoas venham para saber o que realmente passa no município. Sobre os requerimentos disse que em relação ao aumento dos salários dos servidores, está satisfeito, mas defende dentro das possibilidades o repasse da perda que tiveram em 2001. Disse que sempre irá lutar pelos servidores e defende que sejam doadas cestas básicas para os servidores que recebam menos de três salários mínimos. Sobre a limpeza dos mata burros, reitera o pedido, pois os mesmos estão cobertos e assim o gado passa de um lado para o outro e o mata burro existe é justamente para evitar que isto aconteça e gostaria que esta limpeza fosse urgente. Reforçou pedido das guaritas feito pelo Vereador Carlos para que o pessoal não fique exposto ao sol ou a chuva, pois é uma falta de respeito deixar crianças, idosos ou outros cidadãos sem proteção nos pontos de ônibus e gostaria que fossem tomadas as providências o mais rápido possível. O Vereador Roosevelt disse que em relação ao pedido do visitante Sebastião Elidio, caso não haja a possibilidade do remanejamento como proposto pelo Vereador Fábio, deve ser enviado um projeto e acredita que os Vereadores estarão a favor, pois isto é um problema sério e tem que ser resolvido, senão todos vão ser prejudicados. O Vereador João Carlos pediu que fizesse um requerimento para que sejam tomadas as devidas providências o mais rápido possível, seja remanejamento ou outra medida, mesmo que seja feito uma convocação de uma reunião só para tratar deste assunto, mas que seja o mais rápido possível. A Vereadora Jussara disse que vai procurar a Secretária de Educação e a direção da escola estadual para que isto seja abordado e seja feito um trabalho com as crianças para que estas ajudem a divulgar e fiscalizar cada quintal. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício passou-se para a Segunda Parte, ficando decidida a votação em regime de urgência dos projetos de leis nº 24, 25, 26 e 27 em comum acordo. Prosseguindo, fez-se a votação dos requerimentos apresentados pelos Vereadores na reunião, sendo que o requerimento do Vereador João Carlos solicitando sindicância para apurar responsabilidades no caso da perda da carne da escola obteve 7 (sete) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário da Vereadora Jussara que justificou que não iria assinar junto porque já tinha conhecimento dos fatos e pediu ao autor da proposição que não levasse a mal, tendo o Vereador dito que a Câmara precisa estar documentada, pois se alguém perguntar a gente mostra. Verbalmente fica em vão e está pedindo um laudo sobre quem é o culpado. A Vereadora Jussara disse que o boletim de ocorrência foi feito e que na próxima reunião do Conselho irá convidá-lo para participar, tendo o Vereador dito que faz questão de ir. A Vereadora Catarina explicou à Vereadora Jussara que em relação a rede elétrica do Bairro Serra Verde, a Darci lhe procurou e pediu que acrescentasse estas outras pessoas no pedido que foi feito pela Vereadora na reunião passada, tendo este e os demais requerimentos sido APROVADOS pela unanimidade do Plenário, determinando-se seus encaminhamentos conforme o § 1º do artigo 175 do Regimento Interno. Em relação ao requerimento da Sra. Elza Aparecida Salgado Reis, o Sr. Presidente disse que deve ser enviado um pedido de informação sobre a causa que levou a expulsão do aluno Marcelo, tendo a Vereadora Jussara dito que tem que ser verificado o que diz o regimento da escola e desta forma, o pedido de informação foi APROVADO pela unanimidade do Plenário. Quanto ao requerimento do Sr. Clayton Renato de Almeida, a Vereadora Jussara propôs que da mesma forma sejam solicitadas informações do que realmente aconteceu com o servidor Fábio, vez que ele é seu vizinho e não lhe reclamou nada a respeito, tendo o Vereador Marleu dito que ele é seu colega de serviço e também não lhe falou nada. Assim o pedido de informações foi APROVADO pela unanimidade do Plenário. Sobre o requerimento de cópias de empenhos e notas fiscais feito pelo ex prefeito Clebel Ângelo Marcio Pereira, o Sr. Presidente disse que submeterá ao Plenário o envio ao Ministério público, pois tirar o papel para ficar espalhando não é certo e acredita que se mandar diretamente não terá problema, conforme conversou com a Assessora Jurídica. Feito a votação, o requerimento foi REJEITADO após obter 03 (três) votos

favoráveis, dos Vereadores Fábio, João Carlos e Rômulo e 05 (cinco) votos contrários, dos Vereadores Carlos, Catarina, Jussara, Marleu e Roosevelt. A Vereadora Jussara manifestou que era bom se o pedido destes papéis viesse do Promotor. Face a argumentação do ex prefeito contra a decisão do plenário, o Vereador Fábio propôs que a questão fosse submetida a Assessora Jurídica, ao que o Vereador Roosevelt disse que os órgãos mais competentes terão acesso a qualquer documentação, se tiver alguma denuncia, que seja feita no Ministério Público que está de portas abertas e qualquer solicitação de documento será enviada. A Assessora Isis disse que o que se usa é atender quem está cuidando do processo. O requerente neste caso não é parte direta. Assim entende que o pedido deva vir do Ministério público, tendo o autor da proposição dito que todos os empenhos solicitados estão relacionados com a denuncia e quando ele e os Vereadores forem chamados para depor terão que ter conhecimento desta documentação, alegando que os documentos na Câmara é livre para qualquer cidadão e quer uma certidão que estes foram negados, tendo a Assessora dito que ainda não foram negados, pois o pedido será objeto de análise. Propôs que o pedido seja feito através do Ministério Público ou que o Presidente faça um ofício informando ao mesmo sobre a existência desta documentação, tendo o ex prefeito disto que prefere que a documentação seja enviado diretamente ao Ministério público e seja juntado ao Inquérito Civil nº 02/2005. Outra possibilidade apontada pelo Diretor de Finanças e Contabilidade é fornecer a documentação diretamente para o requerente, já que ao que tudo indica não existe impedimento na Lei Orgânica. A Vereadora Catarina questionou ao ex prefeito se ele tem urgência destes documentos, sendo respondido que não, sendo então proposto pela Vereadora que a questão fosse melhor estudada, tendo sido acatada esta opinião. O Sr. Presidente disse que a lei orgânica precisa ser verificada porque se ficar por conta do Plenário, para uns pode liberar, para outros não e na Legislatura passada saiu documento para todo mundo. Acha que se um cidadão tem direito o outro também tem que ter, senão fica condicionado se o requerente é amigo ou inimigo do Plenário, assim precisa ser usado o bom senso e que nenhum cidadão seja prejudicado. O Vereador Fábio disse que aqui não vai ter acepção de pessoas e a administração não tem nada a esconder, citou que é presidente de uma comissão especial e a documentação solicitada foi enviada. O Sr. Presidente reiterou que é preciso verificar se esta decisão realmente cabe ao Plenário, senão vira bagunça. Prosseguindo, foi colocada em discussão e votação a emenda modificativa proposta ao projeto de lei nº 22/2005 sendo APROVADA pela unanimidade do Plenário. Feito a discussão e votação do referido projeto que “altera redação do artigo 2º da lei municipal nº 798 de 11 de janeiro de 2005 e da outras providencias”, o mesmo foi APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª discussão e votação. Em seguida foi anunciada a discussão do projeto de lei nº 23/2005, tendo o Vereador Fábio solicitado vistas, sendo-lhe concedida nos termos regimentais. Após, fez-se a votação do projeto de lei nº 24/2005 que “altera redação do anexo II da Lei Municipal nº 657 de 02 de maio de 1997 (Planos de Cargos Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais) e dá outras providencias” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Em seguida fez-se a discussão e votação do projeto de lei nº 25/2005 que “concede revisão de vencimentos no Plano de Cargos e Salários do Poder Executivo Municipal, faz adequação de símbolos e dá outras providencias”, tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Após procedeu-se a discussão e votação do projeto de lei nº 26/2005 que “concede recomposição de vencimentos aos servidores da Câmara Municipal de Ijaci” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Feita a discussão e votação do projeto de lei nº 27/2005 que “altera denominação de cargo de provimento em comissão e dá outras providencias”, o mesmo foi APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. O Sr. Presidente determinou o envio das redações finais ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 03 de junho às 19 horas, para deliberação dos projetos em tramite e demais projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final e em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 4ª REUNIAO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Ao 1º (primeiro) dia do mês de junho de 2005, quarta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e o Diretor de Finanças e Contabilidade da Câmara. Inicialmente, o Sr. Presidente disse que convocou esta reunião para deliberar sobre denuncia apresentada pelo Sr. Clébel Ângelo Márcio Pereira em desfavor do Vereador Roosevelt Aparecido Gomes, nos termos da Lei 8.429/92, art. 20, parágrafo único, embasando-se no artigo 115 da Lei Orgânica Municipal apontando a realização de serviços para a Prefeitura pelo irmão do referido Vereador, Rosalírio Nazaré Gomes, cujo valor é de R\$3.180,00, conforme empenho nº 705 constante no balancete. Ao final o requerente solicita incluir no processo crime de Improbidade Administrativa do Chefe do Executivo, como ordenador de despesas do município, que teve todo conhecimento do fato, conforme art. 10, parágrafo 2º da Lei 8.429/92. O Sr. Presidente disse que recebeu este documento assinado, foi eleito Presidente mas não manda na Câmara, quem decide é o Plenário por isso vai colocar o pedido em votação, sabe que o Vereador é trabalhador, conhece sua família, mas não tem como segurar esta denuncia, senão estará descumprindo a Lei Orgânica e o Regimento Interno. Disse que na Legislatura passada ele também foi denunciado e ele mesmo pediu para que a Câmara o investigasse, o que não foi feito, mas entendia que para sua defesa seria bem melhor. No caso de agora quem decide o que fazer é o Plenário, cada Vereador tem sua opinião e pediu que todos se manifestassem a respeito. Prosseguindo, abriu espaço para manifestação do Vereador Roosevelt que está sendo denunciado. Este disse que terá que fazer uma Comissão para investigar a Administração. Quanto a denuncia contra sua pessoa, disse que é uma perseguição, todos sabem disso e querem jogar os demais Vereadores contra sua pessoa. Para ele foi uma surpresa, não tem nada com isto, é um absurdo. Reafirmou que tem que investigar o Executivo, agora quanto a ele não tem condições, se for o caso que seja investigado pelo Ministério Público. O Vereador Fábio disse que quer deixar bem claro que conhece o Vereador sabe que é trabalhador, é amigo, mas como ele próprio disse, deve ser nomeada a comissão, é a favor da Comissão. A Vereadora Jussara disse ser também a favor de nomear a Comissão para apurar os fatos, como o próprio Vereador Roosevelt disse. O Vereador Marleu também disse ser a favor de nomear a Comissão. O Vereador Rômulo disse que tem ser formada a Comissão como disseram os outros Vereadores, ele não tem nada contra o Vereador Roosevelt, é seu amigo, mas tem que ser feita a Comissão dentro do que determina a lei. O Vereador Carlos manifestou-se a favor da formação da Comissão, disse saber do caráter do Vereador Roosevelt, mas entende que ele não irá misturar os fatos. O Vereador João Carlos disse ser a favor da formação da Comissão para seja apurado, muito embora deixa claro que o serviço foi feito, inclusive ele mesmo fez requerimentos para a prefeitura neste sentido. A Vereadora Catarina concorda com a formação da Comissão, e que segundo o Vivinho que participou dos serviços, o Vereador Roosevelt não tem nada a ver com isso. O Vereador Roosevelt disse que tem investigar mesmo, mas acha um absurdo em relação a sua pessoa e quer que todos se manifestem se estão a favor ou contra a investigação para com sua pessoa. A Assessora Jurídica, Dra. Ísis fez explicação sobre a diferença entre as três comissões. O Vereador Roosevelt reiterou pedido para que a investigação seja em relação a Prefeitura e não em relação a sua pessoa, porque não tem nada a ver com isso, trata-se de uma perseguição. O Presidente pediu que todos os Vereadores se manifestassem a este respeito. O Vereador Fábio disse ser a favor que investigue os dois para acompanhar o que está na denúncia. O Vereador Marleu é a favor que o Vereador Roosevelt seja investigado. O Vereador Rômulo disse não tem nada contra o Vereador, mas pela lei e para seguir a denúncia o Vereador Roosevelt tem que ser incluído na investigação. O Vereador Carlos acredita que vai ser bom para o Vereador Roosevelt ser investigado, porque como ele disse ter sido pego de surpresa e é inocente, é oportunidade para alegar que não tem nada a ver com o fato. O Vereador João Carlos disse que, investigue os dois, mas quer repetir que não tem culpa de ninguém, foi um benefício para a cidade. A Vereadora Catarina disse ser difícil responder sobre esta questão, mas é a favor da investigação, para que não dê problema para o Vereador Roosevelt mais tarde e sabe que ele é uma pessoa honesta, mas deve investigar. O Presidente disse que não tem como sair fora disto, e marcou esta reunião para evitar tumulto na sexta-feira. A

Vereadora Jussara disse não ter nada contra o Vereador Roosevelt, mas não tem nada demais ele incluir esta defesa que fez na investigação, e portanto ela é a favor. Após o Plenário foi consultado sobre o tipo de Comissão a ser instaurada, sendo que todos os vereadores opinaram pela formação de uma Comissão Especial. A seguir o Sr. Presidente nomeou os Vereadores Carlos Antonio Aparecido Barbosa e Marleu Ribeiro da Silva pelo fato dos mesmos não estarem participando de outra comissão e por sorteio foi escolhida a Vereadora Jussara Alves Resende para completar sua composição. Após, os componentes entre si formaram a Comissão da seguinte forma: Carlos Antonio Aparecido Barbosa para Presidente, Jussara Alves Resende para Relatora e Marleu Ribeiro da Silva para membro. O prazo concedido para realização dos trabalhos e apresentação do relatório conclusivo é de 45 dias. Nada mais encerrou-se e para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores.

**ATA DA 16ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 03 (três) dias do mês de junho de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antonio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Após oração inicial o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos os Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos determinando-se a leitura da ata da 15ª reunião ordinária e da 4ª reunião extraordinária que foram aprovadas e assinadas pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes constou de: Convite enviado pelo Gabinete do Deputado Federal Reginaldo Lopes para um seminário do PRONAF- Programa Nacional de Agricultura Familiar a ser realizado no dia 11 de junho as 16 horas no Salão de Convenções da Ufla em Lavras. Ofício nº 168/2005 do Gabinete da Sra. Prefeita solicitando que a audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais da Administração, referente ao 1º quadrimestre de 2005, conforme dispõe o § 4º do artigo 9º da Lei Complementar 101 de 2000 seja marcada para uma data posterior ao dia 15 de junho. Ofício nº 172 do Gabinete da Sra. Prefeita informando sobre abertura das propostas dos processos licitatórios nº 17 e 20 de 2005. Requerimento subscrito pelo Sr. James Cambraia Leão em desfavor da Secretaria Municipal de Saúde, devido ao não fornecimento de medicamentos ao mesmo, conforme vem solicitando desde janeiro, sendo que a alegação se deve ao fato dele não ser qualificado como pessoa carente. Segundo o autor, Conforme consultas ao Ministério Público e ao Ministério da Saúde, este direito é garantido a todo cidadão. Requerimento subscrito pelo servidor municipal, Sr. Hiroshi Kawano em desfavor do Vereador João Carlos Espedito, dando conta de supostas irregularidades cometidas pelo Vereador no período eleitoral de 2004. Leitura da denuncia formulada pelo Sr. Clébel Ângelo Márcio Pereira em desfavor do Vereador Roosevelt Aparecido Gomes e do Chefe do Executivo. Relativo aos projetos, fez-se a leitura e envio as Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental dos projetos de leis nº: 29/2005 que “altera símbolo de vencimento de cargo de provimento em comissão” e nº 30/2005 que “Altera o item 06 do anexo I da lei municipal nº 795 de 11 de janeiro de 2005”. Prosseguindo, o Sr. Presidente mencionou que já foram tomadas as providencias em relação a denúncia impetrada pelo Sr. Clebel Ângelo Márcio Pereira contra o Vereador Roosevelt, tendo sido montada uma Comissão Especial para investigar. Citou que no mandato passado ele próprio foi incluído na denúncia devido a uma pessoa que não tem competência nenhuma, o Sr. Tarley, uma pessoa que lesou quase trinta pessoas no município, e como consta nas atas, ele próprio pediu para que aquela Câmara o investigasse. Afirmou que havendo denuncia, tanto os Vereadores, a Prefeita, o Vice têm que ser investigados pois quer que o município saia ganhando, doa a quem doer. A reunião em que foi nomeada a Comissão Especial foi realizada na quarta-feira, a ata foi lida e a população tem direito de saber o que está acontecendo, não está sendo feito nada escondido e desde que a população nos elegeru temos que trabalhar para o bem da população e assim a investigação vai ser feita. Dirigindo-se a Sra. Elza, disse que não foi mandada nenhuma resposta em relação ao requerimento feito por ela na reunião passada.

Sobre a denúncia contra o Vereador João Carlos, vai ser conduzida da mesma forma que a do Vereador Roosevelt, será colocada a questão em plenário que decidirá, pois ele somente dirige as reuniões e não tem como decidir isto sozinho e propôs se fizesse uma convocação para o Sr. Hiroshi, pois já que ele teve acesso a documentação, que ele a apresente para que seja montada a comissão e investigado o caso. Em seguida franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo o Vereador Fábio mencionado que está diante dos olhos de todos a situação que não é nada tranquilizadora, mesmo dentro da administração, não sabe como, mas vem saindo vários assuntos. Tem muito respeito pela Prefeita e aproveitou a presença do Controlador Geral da Prefeitura para pedir-lhe que faça uma verificação no secretariado, pois são muitas leis que precisam ser observadas e a Prefeita sozinha não tem como olhar tudo isto. Citou que a Câmara é o local onde se fazem leis e como disse o Presidente, o Vereador não pode colocar uma venda nos olhos. Assim é preciso fazer uma qualificação dos Assessores, tem dois jurídicos, servidores comissionados, contratados e eles têm de fazer valer seus salários, porque a situação não é tranquilizadora como todos estão vendo. Como líder do governo, acredita que a administração não tem nada para esconder, se tem, ele não está sabendo. São muitas leis, sendo que algumas até prejudicam, pois na cidade é grande o número de parentesco e se for trabalhar e contratar só com pessoas do município fica difícil, mas tudo deve ser feito dentro da lei. Se algum servidor não estiver fazendo valer o seu salário, que sejam tomadas outras providências. Outro assunto que vem sendo espalhado é que Vereador quer que pessoas sejam demitidas, que Vereador não quer este ou aquele fique na administração e isto vem nos prejudicando. Assim quer deixar relatado que estamos aqui para criar leis, executar leis e analisar leis, quem tem autoridade para contratar ou demitir é o Executivo. Disse que tem um nome a zelar, é trabalhador como qualquer outro e reitera pedido para que seja feito uma análise, veja o que está errado, pois a situação não é nada tranquilizadora. Prosseguindo, o Vereador João Carlos afirmou que quer uma investigação da Câmara, pois como candidato não comprou voto, não deu cesta básica, não deu material para ninguém e assim quer ser investigado, sabendo que sairá ileso disso. Pode perguntar quem votou nele, pois não prometeu e nem deu nada para ninguém. Disse que não tem nada para esconder e que será uma gostosa sensação triunfar desta vitória, pois tem a consciência tranquila e dá até risada desta situação. Assim como o Vereador Roosevelt, ele também não deve nada para ninguém. Isto não lhe afeta e se for o caso da justiça lhe tirar do cargo, ele tem compromisso de ajudar a todos, mesmo fora daqui e tem acesso a tudo o que é papel e sabe o que pode e o que não pode ser feito e como todo cidadão, tem o direito de olhar e se tiver irregularidade, que denuncie, é assim que a administração prossegue, se não tem nada errado, então não precisa ter medo de ninguém, ele não tem medo de nada. Quanto aos requerimentos, citou situação dos cães soltos na rua, inclusive um que fica na porta da Câmara, citou ainda o caso divulgado no jornal, de um menino que está com a boca deformada pela leishmaniose. Sobre a situação da quadra da Serra, é uma necessidade, os moradores não têm local para se divertirem. Sobre os remédios, grande parte da população não tem condições de comprar, então que faça uma análise com a Secretária de Saúde e inclua no processo licitatório, pois como pode ser visto nos balancetes, o município tem dinheiro para isto. Disse que não briga por coisa inútil, luta pela melhoria de condições para a população. Sobre menção do Vereador Fábio em relação às leis, algumas precisam ser revistas e se possível até mudadas, pois abrange muita gente. O ideal é que todas as compras e serviços sejam feitos no município, pois assim desenvolve a cidade e o imposto fica no município. Finalizou pedindo que fizesse um requerimento para saber o motivo da entrega de material na escola na sexta-feira fora do expediente, questionando que será que existe alguma coisa ilegal nisto. O Vereador Fábio disse que a lei citada pelo Vereador João Carlos se refere ao artigo 115 da Lei Orgânica Municipal, onde consta a proibição do Poder Público contratar com parentes dos agentes políticos e servidores. Em Ijaci o grau de parentesco é muito grande, mas como sempre disse, devemos trabalhar conforme determina a lei. O Sr. Presidente disse que foi enquadrado neste artigo e se a justiça, ou mesmo os Vereadores o afastar do cargo, está a disposição. Foi eleito para trabalhar pelo município, mas não depende do salário de Câmara para viver, pois sai de casa as cinco e meia da manhã só retorna quando termina o serviço. Tem uma satisfação em ter aumentado seus votos em quarenta por cento nesta eleição em relação a eleição passada, mas deixa claro que não depende do salário de Vereador, se mantém é do salário do trabalho que foi o exemplo deixado por sua família. A Vereadora Catarina diz que vai conversar com a Prefeita sobre a matéria do jornal, comentando que o assunto repercutiu em Lavras e foi classificado como uma

vergonha para o município não ter sido tomada nenhuma providencia neste sentido. O Sr. Presidente questionou ao servidor Nelson se houve alguma resposta quanto ao pedido de agendamento de uma reunião a partir do fato ocorrido com o José Pedro, sendo respondido que não, sendo que o ofício contendo este pedido foi protocolado na Prefeitura no dia 21 de fevereiro. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, ficando decidido pela realização de uma reunião na quarta feira, dia 08 de junho as 18 h para que seja deliberado sobre a formação de uma comissão para apurar a denuncia apresentada em desfavor do Vereador João Carlos Espedito. Para tal, o Sr. Presidente determinou fosse convocado o Sr. Hiroshi Kawano para que compareça a esta reunião a fim de prestar mais informações e apresentar os documentos que comprovem os indícios de irregularidades praticadas pelo Vereador que fundamentaram a referida denúncia. O Vereador Fábio disse que é bom fazer esta reunião para que o pedido seja deliberado pela Câmara, mas a principio parece crime eleitoral, mas precisa investigar. O Sr. Presidente disse que é preciso acatar e investigar a denuncia, independente de quem seja. Após foi apresentado um pedido de ajuda feito aos Srs. Vereadores pela Sra. Tânia Mara para compra de óculos. Em relação a audiência pública para avaliação do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2005, tendo em vista o pedido constante no ofício nº 168/2005, ficou decidido que será disponibilizada a data de 16 de junho para que a mesma seja realizada. Sobre a denuncia feita pelo Sr. James Cambraia Leão, o Sr. Presidente disse que deve ser encaminhada para a Sra. Prefeita para que seja averiguado, tendo o Vereador Marleu dito que não sabe qual o medicamento está sendo solicitado, mas que retirou remédio para diabetes e foi bem atendido, ao que o Sr. Presidente disse que ao que parece, tem o remédio, o que estão alegando é que ele não se enquadra como pessoa carente, embora ele afirma que tem direito . Paralelamente, disse que irá tentar buscar informações a respeito, tendo a Vereadora Jussara dito que iria fazer esta sugestão e ver se tem alguma lei neste sentido, ao que o Vereador Fábio afirmou que por tratar-se de doença, este fato deve ser resolvido com urgência. Nestes termos foi APROVADO o envio da denuncia para o Executivo. Em seguida fez-se a votação dos requerimentos apresentados na reunião, sendo todos APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos, ressaltando que os requerimentos sobre a leichmaniose e o itinerário dos ônibus da São Cristóvão na cidade de Lavras receberam a assinatura de todos os Vereadores. Prosseguindo, o projeto de lei nº 22/2005 que “altera redação do artigo 2º da lei municipal nº 798 de 11 de janeiro de 2005 e da outras providencias” foi APROVADO em 2ª discussão e votação pela unanimidade do Plenário, determinando-se sua redação final nos termos da emenda proposta e acatada. Em relação ao projeto de lei nº 23/2005, a Vereadora Jussara pediu vistas, sendo-lhe concedida nos termos regimentais. Quanto ao projeto de lei nº 28/2005, ficou decidido pela prorrogação do prazo para parecer das Comissões Permanentes. Em relação ao projeto de lei nº 30/2005, a Vereadora Jussara pediu que fosse votado em regime de urgência. Consultado o Plenário, o pedido foi APROVADO em sua unanimidade. Inicialmente, o Sr. Presidente anunciou a discussão e votação da emenda aditiva proposta pela mesma Vereadora, sendo APROVADA pela unanimidade do Plenário. Feito a votação do projeto, o mesmo foi APROVADO à unanimidade em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se seu envio ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 10 de junho às 19 horas, para deliberação dos projetos em tramite e demais projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião, tendo sido feita ainda a convocação para a reunião extraordinária a realizar-se dia 08 de junho, conforme deliberado na reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final e em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 5ª REUNIAO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 08 (oito) dias do mês de junho de 2005, quarta-feira, às 18 h (dezoito horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antônio Aparecido

Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e os servidores da Prefeitura, Sr. Hiroshi Kawano e Sr. Jorge Gonçalves Diniz. Inicialmente, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos os Vereadores. Prosseguindo, determinou que se fizesse a leitura da denuncia formulada em desfavor do Vereador João Carlos Espedito e ofício n.º 175 do Gabinete da Sra. Prefeita liberando o servidor Hiroshi para que comparecesse nesta reunião. O Sr. Presidente disse foi marcada esta reunião para deliberar sobre o assunto e pede que os Vereadores respeitem o denunciante, assim como o denunciante respeite os Vereadores e que foi elaborado algumas perguntas e está a disposição do Plenário e se algum Vereador quiser, poderá fazer as perguntas ao Sr. Hiroshi, dizendo que estamos aqui é para apurar qualquer tipo de irregularidade, que seja de prefeito, vereador e que cabe fazer as coisas funcionarem certo e com transparência. Disse que a reunião está sendo feita de portas fechadas para evitar tumulto, mas nada ficara escondido, para isto conta com o testemunho dos Vereadores e servidores. O Vereador Fábio se dispôs a fazer as perguntas e indagou ao denunciante como ele teve conhecimento dessa documentação, sendo respondido pelo Sr. Hiroshi que começou a trabalhar no dia quatorze de fevereiro deste ano e o sistema ainda não estava funcionando, ao que o vereador Fábio questionou sobre que tipo de sistema, sendo respondido que era a parte de computação, e prosseguiu dizendo que então verificamos várias maneiras de trabalhar e nós começamos a verificar como eram feitos os trabalhos antigamente. No começo disse que nada lhe despertou nenhuma curiosidade, mas com o tempo foi vendo algumas irregularidades que ele achou e foi justamente essas coisas. O Presidente questionou em qual parte ele trabalha, sendo respondido que no almoxarifado. Como os papéis vieram parar em suas mãos, pois se não estiver enganado, a parte da administração fica separada, sendo lhe respondido que em outras gestões eram lançadas em fichas, entrada e saída de mercadoria e a elas acompanhavam as requisições. O Vereador Fábio perguntou ao denunciante se ele começou a trabalhar no dia quatorze de fevereiro, sendo lhe respondido que sim. O Vereador Fábio questionou sobre quem elaborou as perguntas, ao que o Presidente responde-lhe que foi pedido ao servidor da Câmara com a participação da assessoria jurídica. Prosseguindo o Vereador Fábio, perguntou ao denunciante quem lhe forneceu documentação para que ele fizesse essa denúncia, sendo-lhe respondido que ninguém lhe forneceu nada, o fichário fica no almoxarifado, ao que o Vereador perguntou se este fichário continua ainda no almoxarifado, sendo lhe respondido que hoje não temos mais almoxarifado, pois no local está sendo feita uma reforma. Disse que são fichas comuns de entrada, saída e requisições de cada item. O Vereador lhe perguntou se alguém mais participou dessa denúncia, sendo respondido que não, mas somente ele e que vem acompanhando reuniões aqui na Câmara faz algum tempo, ao que o Vereador Fábio lhe perguntou sobre quanto tempo, sendo respondido que mais ou menos um mês e pouco, quase dois meses, tendo o Vereador comentado que é recente este acompanhamento, tendo o depoente dito que sim e viu que a Casa quer pregar a moral, então vamos ver a verdade, é isto que está tentando levantar. O Vereador Fábio perguntou quem digitou a denuncia, foi pelo depoente ou outra pessoa, sendo respondido que foi digitada por ele mesmo. O Vereador perguntou se ele utilizou o computador da Prefeitura, sendo respondido que não. O Vereador perguntou se a Sra. Prefeita tem conhecimento dessa sua atitude em denunciar o Vereador João Carlos, sendo respondido que está simplesmente como um cidadão aqui de Ijaci. O Vereador perguntou se ele saberia informar se a Sra. Prefeita concorda com sua atitude e com essa denuncia, sendo respondido que ele não sabe. Perguntado se ele não teve conversa com ela sobre isso, respondeu que não, não teve esta conversa. Perguntado se ele tem conhecimento do fato que isto cabe a justiça eleitoral, respondeu que por enquanto não sabe, tendo o Vereador perguntado se ninguém lhe passou isso, sendo respondido que não. O Vereador Fábio comentou que no seu entender este trabalho é feito pela Justiça Eleitoral, ao que o depoente reafirmou que não sabe. O Vereador perguntou se ele está agindo sozinho ou alguém da Administração ou a ela ligada estaria por detrás dessa denuncia, sendo respondido que não, afirmando que ele está sozinho. Perguntado se ele tem consciência, caso os fatos não forem comprovados, que ele pode ser processado por isso, respondeu que com certeza. O Vereador Fábio perguntou se através da documentação que o depoente teve acesso, se ele saberia informar para quem foram doados os materiais pelo Vereador João Carlos constantes da denuncia, sendo respondido que ele não se

lembra direito dos nomes. O mesmo Vereador perguntou se ele tem certeza que aconteceu os fatos, sendo respondido que aconteceu os fatos, isso ele tem certeza. O Vereador perguntou se ele não achou melhor denunciar direto para a Justiça Eleitoral, sendo respondido que não, primeiro a casa, tendo o Vereador questionado se a casa é o Legislativo, sendo respondido que sim, é o Legislativo. O Vereador Fábio perguntou se ele tem alguma coisa a acrescentar nas suas informações, sendo respondido que não, nada a acrescentar. O Sr. Presidente disse aos Vereadores que isto é para formalizar a denuncia e vai ter que investigar, só que a única coisa que o Sr. Hiroshi não deixou claro é sobre estas fichas que ele pegou, ao que consta é o balancete de 2004 da Prefeitura, tendo o depoente dito que não, que foram as fichas, ao que o Sr. Presidente disse que isto é parte do balancete e deveria estar arquivada dentro da Prefeitura, tendo o Sr. Hiroshi dito que não, pois é uma caixa de fichário de entrada e saída, nome do credor e o complemento que seria as requisições. O Vereador Fábio perguntou sobre as notas de empenhos, sendo respondido que isso ele não sabe, ele desconhece. O mesmo Vereador perguntou como ele descobriu que foi pago, sendo respondido que na ficha diz. O Sr. Presidente disse que acha estranho, pois a Prefeitura trabalha com empenhos e notas fiscais constantes dos balancetes e não fichas, ao que o Sr. Hiroshi concordou, mas disse que as fichas trazem o nome do credor, tendo o Sr. Presidente dito que pelo que sabe, e se estiver errado seja corrigido, mas acha que nestas fichas só consta o controle da quantidade de materiais e não o nome do credor e data de pagamento, tendo o Sr. Hiroshi dito que lá consta a ficha de requisição e a saída da mercadoria. O Sr. Presidente questionou se ele tem estas fichas, sendo respondido que sim, tendo então solicitado que elas fossem enviadas para a Câmara, tendo o Sr. Hiroshi dito que vai solicitar para a Prefeita, pois não pode pega-las sem autorização. O Sr. Presidente disse que precisaria dela para formular a denuncia, ao que o Vereador Fábio disse que no seu entendimento esta denuncia caberia a Justiça Eleitoral, não é trabalho para Câmara ou então que fosse investigado na gestão passada. O Sr. Presidente disse que vai colocar esta questão em Plenário, pois este é quem resolve e que cada Vereador tem sua decisão e cada um é responsável pela sua própria palavra. O Vereador Romulo questionou se estas fichas tem as notas fiscais nela, sendo respondido pelo Sr. Hiroshi que tem a requisição de saída, o nome para quem vai e a assinatura de quem retirou o material, sendo que a pessoa beneficiada tem de assinar. O Sr. Presidente insistiu que o problema é como o denunciante teve acesso a estes papeis e se tem o empenho e a nota fiscal e que é necessário ter acesso a estas fichas, ao que o Vereador Romulo questionou se o denunciante tem como enviar estas fichas, tendo o Sr. Hiroshi dito que é para a Câmara pedir a Prefeita, sendo que ela tem o direito de mandar o que ela quiser, mas ele não pode simplesmente entrar no almoxarifado ou em qualquer outro departamento que seja e pegar um documento e sair com ele de lá, pois esta não é sua área. O Sr. Presidente voltou então a questionar como ele teve acesso a estas fichas, ao que o depoente respondeu que estas fichas ficam no almoxarifado, ao que o Sr. Presidente disse que se ele não pode sair com estas fichas, como ele teve acesso de mandar esta denuncia para a Camara e como ele deixou bem claro que imprimiu no seu computador, então com ordem de quem estas fichas saíram da Prefeitura, sendo respondido pelo Sr. Hiroshi que as fichas não saíram da Prefeitura, ao que o Sr. Presidente perguntou como ele imprimiu em seu computador, sendo que o Sr. Hiroshi disse não estar imprimindo nenhuma ficha. O Sr. Presidente questionou como ele saiu com a denuncia de dentro da Prefeitura sem autorização e como ele entrou com esta denuncia aqui, sendo respondido que como um cidadão comum, tendo o Sr. Presidente dito que então ele pode mandar estas fichas para nós, ao que o Sr. Hiroshi disse que não pode tirar nada de dentro da Prefeitura. O Controlador Geral, Sr. Jorge disse que estas fichas existem, mas não podem sair de lá e que são controladas manualmente e que neste ano informatizamos o almoxarifado, sendo neste ponto interrompido pelo Vereador Fábio que pediu ao Sr. Jorge para não fazer comentários, porque não seria legal, pois a reunião foi destinada a ouvir o servidor Hiroshi, tendo o Sr. Jorge dito que tudo bem e que retira sua palavra. O Vereador João Carlos perguntou a Dra. Isis se pode haver uma busca e apreensão destas fichas, tendo esta dito que primeiro tem que ser requisitado o envio de xerocópias destas fichas, ao que o Sr. Presidente perguntou se nestas fichas tem o material repassado e se a pessoa assinou, sendo respondido pelo Sr. Hiroshi que sim, tendo o Vereador João Carlos perguntado se nestas fichas tem o nome do fornecedor, sendo da mesma forma respondido que sim. O Vereador Fábio disse que para facilitar o trabalho, deve ser feito um levantamento através dos balancetes que foram enviados para a Câmara, mas no seu modo de entender, falando por ele próprio, esta denuncia tem que ser vista pelo lado que ela tem que ser encaminhada, tendo a

Assessora Isis dito que a denuncia tem que ser fundamentada, ao que o Vereador Fábio disse que não está recusando denuncia, mas a princípio, acredita que não é assunto para a Câmara. O Vereador João Carlos disse que ficou sabendo que esta denuncia estava para sair contra a sua pessoa a muito tempo e questiona como pode somente o denunciante estar sabendo disso e afirmou que nisto ai tem o dedo sujo da administração. O Sr. Presidente disse que vai deixar a cargo do Plenário, se vai enviar a denuncia para a Justiça Eleitoral ou Ministério Público, a partir destas fichas e determinou fosse feito expediente requisitando cópias de tais fichas. Face à proposta da Assessora Jurídica de formar uma Comissão e verificar estas fichas in locu, o Vereador Fábio disse que o Legislativo é um órgão fiscalizador, o trabalho tem que ser feito e parabenizou o Sr. Hiroshi em fazer esta denuncia, pois não é qualquer pessoa que tem coragem de ver o erro e denunciar e se o Presidente formar a Comissão e determinar a verificação, iremos lá, mas reafirma seu entendimento que esta denuncia seria um trabalho para a Justiça Eleitoral. A Assessora Isis disse que deve ser decidido qual procedimento a Câmara deve tomar, se vai formar uma Comissão ou se vai enviar para a Justiça Eleitoral, neste caso esta vai buscar os fundamentos e se não for encontrado, o processo pode reverter contra o denunciante. Após discussão, o Sr. Presidente disse que depende da decisão do Plenário, precisa do voto de cinco Vereadores para ver qual atitude tomar, se é para mandar a denuncia para a Justiça Eleitoral, se é para pedir as fichas para formar uma Comissão ou já formar esta comissão nesta reunião. O Vereador Roosevelt propôs montar uma Comissão já nesta reunião para fazer o levantamento dos fatos, pois facilita e adianta os trabalhos, e se houver ou não irregularidades, no final aponta. Após debate e votação, os demais Vereadores decidiram que em primeiro lugar deve-se requisitar cópias das fichas para depois então deliberar se vai ser ou não instalada uma Comissão, sendo que o Vereador João Carlos não votou, por ser o denunciado. Ficou decidido também que seria feito um levantamento dos empenhos e notas fiscais da empresa do Vereador emitidas em favor da Prefeitura, nos balancetes existentes nesta Câmara. O Vereador Fábio questionou ao Servidor Nelson se os Vereadores da Legislatura passada verificaram estes empenhos, sendo respondido que talvez não, pois foram enviados bem no final do ano. Nada mais encerrou-se. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 17ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 10 (dez) dias do mês de junho de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Após oração inicial o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos os Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos determinando-se a leitura da ata da 16ª reunião ordinária e da 5ª reunião extraordinária que foram aprovadas e assinadas pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes constou de: Ofícios do Gabinete da Sra. Prefeita: Nº 174/2005 contendo resposta aos ofícios nº 68, 70, 74, 76, 77, 81 e 82 da Câmara Municipal. Nº 177/2005 contendo solicitação de informações a respeito da tramitação do projeto de lei nº 15/2005. Nº 182/2005 contendo informações à Vereadora Jussara sobre o parcelamento do débito com a CEMIG. Ofício nº 3906/2005 do escritório regional de Varginha da CEMIG contendo resposta ao ofício nº 073 desta Câmara, enviado conforme requerimento do Vereador João Carlos. Requerimentos subscritos pela Vereadora Catarina Gonçalves de Castro, sendo um solicitando seja feita a extensão de rede de esgoto na Rua Projetada para atender o Sr. Benedito de Assis e outros moradores daquela localidade. Outro solicitando que seja feita limpeza nas ruas do Bairro Serra Verde, nas proximidades da residência da Sra. Maria Aparecida, a Tida. Requerimentos subscritos pelos Vereadores João Carlos Espedito, sendo estes: 1º - Solicitando relatório do engenheiro da Prefeitura acerca da rede de esgoto do bairro da Serra, vez que os serviços estão paralisados a mais seis meses, inclusive nesta Administração, prejudicando assim os moradores do bairro que ainda têm que conviver com ruas esburacadas o que dificulta o acesso dos automóveis, não

obstante terem sido enviados vários requerimentos neste sentido. Considerando ainda esclarecimentos encaminhados à Câmara através do Jornal Tribuna de Lavras, dando conta que a continuidade dos serviços estava sendo objeto de levantamento por parte do engenheiro, faz este pedido, na expectativa que se tenha chegado a alguma conclusão e que as obras tenham prosseguimento. 2º - Considerando a notícia da designação de mais um motorista para atuar nos serviços da ambulância, solicitou que para tal seja escolhido o servidor José Márcio Gomes, vez que o mesmo já manifestou gostar de trabalhar nesta área e ainda levando em consideração os pedidos de várias pessoas neste sentido. 3º - Solicitando que sejam providenciados meios de diversões para os jovens de nossa cidade, citando como exemplo as domingueiras que antigamente eram realizadas praticamente em todos os fins de semana, salientando que muitos jovens lhe procurou reclamando da falta de opção de lazer em nossa cidade, o que leva a muitos a ficarem expostos aos vícios, como bebidas alcóolicas e mesmo as drogas. Outro ponto a ser abordado é que em nossa cidade existem duas bandas que poderão animar estas domingueiras, além de som mecânico de excelente qualidade que poderão ser utilizados, o que será um incentivo a mais para nossas bandas. Mais um fato apontado é que na falta de opção de lazer, os jovens que possuem carros, recorrem a cidades vizinhas, que as vezes não oferecem nada a mais do que um simples som instalado em um carro animando o local e assim estes ficam expostos a vários riscos, dentre estes acidentes automobilísticos. Por fim, alega que a realização das domingueiras irá incentivar o comércio local, podendo até proporcionar a criação de mais empregos e movimentar nossa economia, e 4º - Solicitando que sejam enviados expedientes para o chefe do Setor de Obras – Sr. Carlos Antônio da Silva e o Chefe do Departamento de Transportes Sr. João Batista contendo agradecimentos e enaltecendo os trabalhos que ambos vêm realizando na Administração do Município, notadamente a presteza em atender os pedidos feitos pela população. Requerimento subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende solicitando sejam executadas obras de complementação de rede de esgotos na Rua Claudino Hipólito de Miranda, como meio de atender aos moradores do local. Apresentação do pedido de ajuda feito pela Sra. Maria Aparecida Silva para pagamento de exames. Relativo aos projetos fez-se a apresentação da emenda proposta ao projeto de lei nº 19/2005 subscrita pelos Vereadores componentes da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, Roosevelt, Fábio e Catarina. Apresentação da redação final do projeto de lei nº 22/2005. Relativo ao projeto de lei nº 23/2005 que altera redação do item 20 do anexo I da lei nº 795 de 11 de janeiro de 2005 e dá outras providências, fez-se a leitura do ofício nº 181/2005, onde a Sra. Prefeita solicitou retirada do mesmo da pauta de votação. Os projetos de leis 28 e 29 aguardam parecer das Comissões Permanentes. Prosseguindo, o Sr. Presidente cumprimentando a todos disse que é importante que haja participação nas reuniões, porque só assim a população fica sabendo o que esta acontecendo. Solicitou da Assessora Jurídica a possibilidade de verificar a questão do artigo 115 da Lei Orgânica Municipal, vez que algumas pessoas estão reclamando, porque vai chegar num ponto que a Prefeitura não terá mais jeito de contratar com ninguém do Município. Apresentou reclamação dos moradores do Bairro Serra Verde e pediu que fosse aditado requerimento para que a Sra. Prefeita tome providências visando a solução dos problemas da rede de esgotos e que as ruas daquele bairro sejam pavimentadas. Solicitou também pedido de informações sobre os recursos que vem sendo arrecadados com a contribuição de iluminação pública, se vêm sendo depositados ou gastos e neste caso, no que estão sendo gastos. Em seguida franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo a Vereadora Jussara feito um comunicado que recebeu um informativo do Deputado Federal Reginaldo Lopes, onde ele incluiu Ijaci, dentre cinquenta e seis municípios mineiros, para ser beneficiar com o banco popular que tem como objetivo potencializar a execução deste programa, cujas unidades instaladas em parceria com o comércio local são verdadeiras mini agências, onde a população poderá pagar qualquer tipo de boleto bancário abrir contas populares, fazer empréstimos, saques e futuramente receber os benefícios sociais do governo federal e aposentadorias, sendo este banco um subsidiário do Banco do Brasil. A Vereadora apresentou o informativo onde consta que Ijaci foi incluída, afirmando que a gente fica alegre por terem se lembrado de nossa cidade, já que um banco comercial esta fazendo muita falta e vai falar com ele para que isso seja agilizado. Em seguida o Vereador João Carlos mencionou os trabalhos que eles vem fazendo nas comissões especiais. Achou que iria concluir os serviços hoje, mas por motivo de força maior não foi possível, mas gostaria de deixar bem claro que o trabalho está sendo sério e se e se houver alguma coisa que a Câmara possa cobrar perante a lei e se houver alguma irregularidade, acredita que todos estão para apoiar

o que é certo. Quanto às irregularidades, todos os Vereadores fizeram um juramento sobre a Constituição Federal e acha que todos vão respeitar isso. Infelizmente hoje não pode relatar o que está acontecendo e tem total convicção que ele vai olhar o que é melhor para o município e não o que é melhor para algumas pessoas. Disse que o melhor para o município é que trilhe o caminho do progresso e para isto precisa contar com uma administração que leve tudo a sério e não desvie nem que seja um centavo do dinheiro publico, porque está cansado de ver, noticias de corrupção e como o município é pequeno, muitas pessoas precisam de ajuda do dinheiro publico e a gente tem obrigação de zelar pela sua aplicação correta e lembrar sempre o juramento feito. Assim é preciso fazer o que é bom para o município, não o que e bom para o Vereador ou para o Prefeito ou o secretario. Comentou que na popular brasileira, quarenta por cento são aqueles que não tem renda e em Ijaci isto não é diferente. Aqui cinqüenta por cento da população não tem dinheiro para sustentar sua família e se o dinheiro publico for utilizado corretamente, dá para ajudar muita gente e é por isso que a gente tem um compromisso muito serio. Acredita que outros pensam como ele e se alguém errou, seja lá quem for e de que partido for, precisa cobrar aquilo que os eleitores nos confiaram, aquilo que é direito do Município. Prosseguindo, O Vereador Fábio disse que está convocando os membros da Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 09/2005 para uma reunião na segunda feira a partir das dez horas e como citou o Vereador João Carlos, os trabalhos estão praticamente concluídos, só depende agora de um relatório e pode dizer com convicção que na próxima reunião será apresentado. Disse que as medidas cabíveis serão tomadas, pois como disse o Vereador João Carlos, os noticiários não dão desconto para ninguém, pois basta acessar qualquer meio de comunicação e ver que existem fatos e mais fatos. Disse que o ultimo senso aponta que em Ijaci cinqüenta e dois por cento da população é carente e é necessário que tenhamos conhecimento disso, pois são os filhos da terra com quem convivemos. Estamos saindo e procurando ver o que precisa ser feito para esta população. Finalizou reafirmando que na próxima reunião apresentaremos o relatório do trabalho que nos foi confiado. O Sr. Presidente disse que nomeou as comissões, mas não tem o relatório na mão, isto depende dos componentes da Comissão e a partir da data que eles derem o relatório concluído, o Plenário ira tomar as providencias cabíveis. Após, parabenizou o soldado Evaldo que foi promovido a Cabo e não só ele mas todos os militares que estão fazendo seu papel e estão de parabéns. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinicio passou-se para a Segunda Parte com a votação dos requerimentos apresentados nesta reunião, sendo todos APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única conforme dispõe o parágrafo único do artigo 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos, tendo o Vereador Fábio dito que segundo informações, o servidor José Márcio foi reintegrado aos serviços da ambulância. Prosseguindo, ficou decidido pelo envio de oficio para a Sra. Prefeita, solicitando adequação do texto do projeto de lei nº 15/2005 a lei nº 774/2003, por ser matéria atinente e ainda o solicitando o envio de alguém da Administração para prestar mais esclarecimentos sobre o projeto. Após, fez-se a votação da emenda proposta pelos Vereadores componentes da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas ao projeto de lei nº 19/2005, tendo sido APROVADA pela unanimidade do plenário em discussão e votação única, passando a ser parte integrante do projeto. Feita a votação do projeto de lei nº 19/2005 que “dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providencias” o mesmo foi APROVADO pela unanimidade do plenário em 1ª discussão e votação. Após procedeu-se a discussão e votação da redação final do projeto de lei nº 22/2005 que “altera redação do artigo 2º da lei municipal nº 798 de 11 de janeiro de 2005 e da outras providencias” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 3ª discussão e votação, determinando-se seu envio ao Executivo para fins de sanção. Para o projeto de lei nº 28/2005, foi pedido vistas pela Vereadora Jussara Alves Resende, sendo-lhe concedido nos termos regimentais. Por ultimo, procedeu-se a discussão e votação do projeto de lei nº 29/2005 que “altera símbolo de vencimento de cargo de provimento em comissão” tendo sido APROVADO pela unanimidade do plenário em 1ª discussão e votação. O Vereador Fábio questionou ao Controlador Geral, Sr. Jorge Diniz Gonçalves, se a audiência pública para apresentação e avaliação dos cumprimentos das metas fiscais referentes ao primeiro quadrimestre de 2005 está confirmada para o dia 16 de junho, sendo lhe respondido que não é do seu conhecimento, tendo o Vereador lhe pedido que verificasse junto a Administração e desse uma resposta. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 17 de junho às 19 horas,

para deliberação dos projetos em tramite e demais projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final e em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

#### **ATA DA AUDIENCIA PARA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO**

**QUADRIMESTRE DE 2005.** Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de junho de 2005, quinta feira, às 18 h (dezoito horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e Representando a Administração compareceram o Controlador Geral, Sr. Jorge Diniz Gonçalves, o Chefe do Departamento de Contabilidade, Sr. Arnaldo Messias Mesquita e o Contador, Sr. Ronivaldo Vilas Boas. A reunião contou ainda com a presença de alguns assistentes. Após oração inicial o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos os Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos, tendo o Sr. Presidente passado a palavra para os representantes da Administração para que pudessem iniciar a explanação. Inicialmente o Sr. Jorge disse que elaboraram um relatório contábil e montaram uma comissão formada pelo Ronivaldo, o Arnaldo e ele para responderem as perguntas sem sobrecarregar uma só pessoa. No relatório consta o que foi feito, sendo que não existe obras de grande vulto. Pediu aos Vereadores que façam as perguntas e aquilo que souberem, irão responder. O Sr. Presidente questionou se está sendo gasto o percentual de 15% para manutenção dos serviços de saúde, sendo respondido pelo Arnaldo que neste primeiro quadrimestre foram gastos 10,52% que corresponde a R\$206.000,00. Citou que a obrigatoriedade de gastar os quinze por cento é no exercício financeiro e a diferença de percentual tem uma margem de reserva, para pagamento de despesas ao longo deste exercício, como por exemplo o 13º salário dos servidores do setor. Disse ainda que está sendo planejado obras e mais algumas coisas que vão ser feitas dentro do exercício. Acredita que vai fechar o ano até acima do percentual, a expectativa é que feche o gasto com a saúde em torno de dezoito por cento. O Sr. Presidente disse que a saúde é justamente a parte em que existe maior cobrança da população, tendo o Arnaldo dito que não só em Ijaci, mas no Brasil inteiro. O Controlador Jorge complementou dizendo que os percentuais gastos com a saúde e educação serão ampliados, já que no primeiro quadrimestre ficaram realmente um pouco abaixo do que é exigido, mas está sendo planejada a compra de equipamentos e materiais de utilidade. O Sr. Presidente disse que se estiver sendo gasto o percentual exigido, tem como justificar para a população, ao que o Controlador disse que o problema que vem sendo enfrentado é a realização de licitação para comprar equipamentos e uma vez o número de licitações está sendo grande, sobrecarrega a Assessoria Jurídica. A audiência teve prosseguimento, tendo sido abordada a questão do artigo 115 da Lei Orgânica Municipal que proíbe o Município de contratar com os agentes públicos e servidores, estendendo-se aos parentes dos mesmos, sendo que está sendo estudada a viabilidade de se retirar a proibição da contratação com os parentes, vez que no Município este impedimento atinge a quase todas as empresas comerciais e de prestação de serviços, prevalecendo no entanto que as cláusulas para contratações sejam uniformes para todos. O Sr. Presidente disse que estas audiências são importantes para que estas matérias sejam debatidas. A Vereadora Jussara mencionou que na compra sendo garantida a transparência e participação de todos, não há nenhum problema, tendo o Arnaldo dito que se não contratar com empresas do Município, ocasiona a evasão de receitas. O controlador Jorge disse que isto é uma questão de interpretação e a princípio ele entendia que a cláusula uniforme seria somente a licitação, porém uma cotação de preços também se enquadra nesta disposição. O Sr. Presidente disse que tem que haver uma solução para este impasse porque muitos estão afirmando que a Câmara é quem está proibindo as contratações com empresas do Município, quando na verdade isto é um preceito da Lei Orgânica que foi promulgada em 1990, portanto nenhum Vereador que aqui se encontra participou de sua elaboração. A título de sugestão, o Arnaldo propôs se fizesse uma consulta no Tribunal de Contas, sendo que as vezes já até exista alguma consulta

tratando desta matéria. O Vereador João Carlos questionou se o pagamento de servidores do setor de saúde engloba nestes quinze por cento de gastos com a saúde, sendo respondido pelo Arnaldo que sim, além de compra de medicamentos, internações, combustíveis, várias coisas, sendo que as despesas mais comuns são pagamentos de servidores e compra de medicamentos. Em relação ao PSF, o contador Ronivaldo respondeu que a contra partida do Município engloba nos quinze por cento da saúde, ao passo que os recursos liberados pelo governo federal não englobam. O Arnaldo afirmou que no início do ano, a administração arca com muitas despesas, como restos a pagar e que daqui para frente fica mais fácil detectar onde estão os problemas e atacá-los. O Vereador Fábio propôs se fizesse um novo senso, vez que a população de Ijaci aumentou consideravelmente, tendo o Controlador Jorge dito que o custo para realizar este senso é muito alto. O Arnaldo disse que o governo federal só aceita o senso oficial que é feito periodicamente pelo IBGE. A Vereadora Catarina mencionou que o acordo feito com o Vanderlei para realização dos exames deve ter continuidade, pois facilita muito para a população. Prosseguindo, o Chefe do Departamento de Contabilidade Arnaldo apresentou os demais tópicos do relatório, sendo que na educação foram aplicados de 19,31% no quadrimestre, mas a projeção para o exercício é vinte e oito por cento. Questionado sobre quais investimentos estão sendo previsto, respondeu que vários, inclusive construção para ampliação das escolas, cursos para professoras, frisando que neste início estão sendo realizados estudos para conhecer as demandas do setor. O Jorge acrescentou que serão comprados equipamentos, materiais didáticos, investimento em biblioteca e pesquisa, visando melhorar a qualidade do ensino. O Vereador João Carlos disse que deveria ser investido em obras para o lazer das crianças, pois na hora do intervalo é uma gritaria e uma correria enorme e as crianças podem até se machucar, tendo o Vereador Rômulo dito que isto seria bom, pois a educação física está sendo realizada na praça. A Vereadora Jussara propôs adquirir jogos de ping pong, xadrez e similares para desenvolver o raciocínio das crianças e assim eles param de correr. O Vereador João Carlos mencionou também a implantação de um laboratório para despertar o interesse da criança. O Sr. Presidente citou que em relação aos percentuais, não pode deixar muito para o fim do ano, tem que ser investidos gradativamente, pois senão ao final do ano fica apertado, tendo o Arnaldo dito que os primeiros meses são mais complicados devido a diversos fatores, mas no decorrer do ano os recursos serão investidos. O Vereador Fábio propôs a criação de um departamento de licitação, tendo o Arnaldo dito que precisa ser lavada em conta o gasto com pessoal e que a demanda maior nos serviços de licitação é no início do ano, depois vai diminuindo gradualmente. Relativo ao gasto com pessoal, atingiu-se o percentual de 33.84%, devendo atingir no final do exercício em torno de quarenta e dois por cento, devido a pagamento de 13º salário, rescisão de pessoal, dentre outros, estando este percentual dentro do padrão, frisando que o limite permitido por lei é de 54%. Em relação à receita, nestes primeiros quatro meses a média de arrecadação foi de R\$546.000,00 com um aumento considerável do ICMS, cerca de R\$100.000,00 por mês, porém a tendência é que a partir de agora haja uma redução na arrecadação como um todo, tendo o Sr. Presidente citado o IPVA que é arrecadado nos primeiros meses do ano. Quanto aos restos a pagar, foram inscritos na Administração passada o montante de R\$975.000,00, sendo que a atual Administração já conseguiu pagar a quantia de R\$162.000,00 e está sendo provisionada uma reserva para pagar toda esta dívida, vez que a dívida não é da administração, mas sim do Município e que o correto era a Administração passada ter deixado saldo financeiro suficiente para quitar esta dívida, o que não foi feito. Disse que no primeiro quadrimestre, passou um saldo de R\$667.000,00 e como comentou este saldo é reservado para ser gasto em educação, saúde, dentre outros não estando portanto, totalmente disponível. O Controlador Jorge mencionou o débito com a CEMIG e com o INSS, sendo que o da CEMIG gira em torno de um milhão de reais. Questionado sobre o andamento das negociações, disse que a proposta da CEMIG é o pagamento do débito em 90 meses, sendo que a Prefeitura fez uma contra proposta de pagamento em 120 meses e ainda não obteve resposta. O Vereador João Carlos questionou o motivo de pagar em 120 meses, sendo respondido pelo Jorge que isto é para diminuir o valor das prestações para não comprometer a receita do Município com pagamento de dívidas. O Vereador Roosevelt questionou se a dívida com a CEMIG consta na inscrição de restos a pagar, sendo respondido que tanto esta como a TELEMAR não foram empenhadas na administração passada, sendo a dívida com a TELEMAR foi negociada, tendo sido pago um valor bem mais reduzido. O Vereador disse que dívida realmente tem que ser paga, embora exista outras áreas precisando de investimentos, como asfalto por exemplo, mas acredita que precisa ser feito

um esforço por parte da Administração para fazer um acordo com a CEMIG, citando que mesmo se ela não concordar com os 120 meses propostos, deve-se arrochar as correias e pagar o que estão pedindo, senão o Município não poderá ter acesso a programas que garantem ligação de energia por um preço mais barato. citou que muitas pessoas, tanto da roça como na cidade estão precisando de energia em suas residências, o que foi confirmado pela Vereadora Catarina que apresentou o pedido do Paulinho Lima. O Sr. Arnaldo disse que em muitos casos, os programas são de nível nacional e não depende de estar em dia com a CEMIG, pelo que sabe, como foram feitos muitos pedidos de energia, as ligações estão sendo feitas gradualmente, devido a falta de postes para atender a demanda. O Sr. Presidente perguntou quem está negociando com a CEMIG, tendo sido respondido que o Silvio e a Prefeita, ao que o Presidente disse que não quer desfazer de ninguém, mas precisa brigar um pouco mais para conseguir condições melhores para o parcelamento, pois o Município está disposto a negociar, está em dia com o pagamento deste ano, então tem que argumentar um pouco mais e se for do interesse se dispõe a participar destas negociações. O Sr. Arnaldo disse que muita coisa depende da anuência dos acionistas da CEMIG, tendo o Sr. Presidente dito que a CEMIG tem que ceder mais nestas negociações, citando o exemplo da TELEMAR e uma vez a Prefeitura estando em dia, não terão como cortar a energia do Município. O Vereador João Carlos disse que não acha muito negócio ficar adiando o pagamento desta dívida, pois o valor vai só aumentando, sendo que na proposta de noventa meses, o valor mensal é de R\$17.000,00 após R\$51.000,00 de entrada. O Sr. Arnaldo disse que o problema é que o parcelamento nestas condições irá descapitalizar muito o município, correndo-se o risco de pagar conta atrasada e deixar de pagar conta atual. O Sr. Presidente questionou quanto está sendo arrecadado e como está sendo aplicada a a Contribuição de Iluminação Pública, sendo respondido pelo Sr. Ronivaldo que está sendo arrecadado em torno de R\$4.000,00 por mês e está sendo depositada em conta específica para ser utilizada em pagamento de contas de energia ou em investimentos nesta área. O Contador afirmou ainda que o parcelamento com a CEMIG é importante, mas no seu entender, o parcelamento com o INSS é mais urgente, pois a Administração passada descontou a parte dos empregados e não repassou para o INSS e hoje se algum funcionário ficar doente e precisar do INSS, vai ter dificuldades. Mesmo sendo feito parcelamento, a parte dos empregados precisa ser paga integralmente. Ao final do debate, ficou decidido pelo envio de um ofício para a CEMIG pedindo para que facilitem a negociação do débito, apontando a real situação do Município. O Sr. Arnaldo disse que basicamente as informações são estas, colocou-se à disposição dos Srs. Vereadores, caso apareçam dúvidas e que o relatório completo está nas duas pastas entregues na Câmara. O Sr, Presidente agradeceu a presença dos servidores representantes da Administração. Antes do encerramento, o Diretor de Finanças e Contabilidade da Câmara informou que o gasto com pessoal do Legislativo no período de maio de 2004 a abril de 2005 foi de 3,65%, sendo que o limite permitido pela lei é de 6%. Nada mais a tratar, fez-se a oração final e em nome de Deus foi encerrada a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 18ª REUNIAO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 17 (dezesete) dias do mês de junho de 2005, sexta feira, às 19 h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Após oração inicial o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos os Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos determinando-se a leitura da ata da 17ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. A leitura de expedientes constou de: Ofício nº 07 subscrito pelo Presidente da Comissão Especial nomeada nos termos da portaria nº 08/2005 encaminhando os autos do processo e o relatório conclusivo dos trabalhos realizados pela comissão constantes de 2.138 folhas encadernadas em 13 volumes. Na conclusão, a Comissão através do voto do Relator João

Carlos Espedito e do Presidente Fábio Mesquita de Almeida, opinou que o relatório deveria ser exibido ao Plenário da Câmara Municipal, cabendo ao Presidente dessa Casa oficial o Ministério público – Curadoria do Patrimônio Público, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e Procuradoria Especializada em Crimes de Prefeitos Municipais para apuração de eventuais delitos, e caso receba alguma denúncia estribada nessas irregularidades, que se proceda a instauração de processo de cassação, nos termos do art. 5º. do Decreto-lei n. 201/67. O voto do Membro Roosevelt Aparecido Gomes mediante os fatos descritos no Relatório, foi do entendimento que não houve irregularidades e que em alguns exemplos os apontamentos ficaram um pouco confusos, razão porque seu voto diverge do Relator, uma vez que não ficou demonstrado em alguns itens a ocorrência de prejuízo ao Patrimônio público. Ofício nº 07 subscrito pelo Presidente da Comissão Especial nomeada nos termos da portaria nº 09/2005 encaminhando os autos do processo e o relatório conclusivo dos trabalhos realizados pela comissão constantes de 815 folhas encadernadas em 05 volumes. Na conclusão a Comissão em sua unanimidade opinou que o relatório deveria ser exibido ao Plenário da Câmara Municipal, cabendo ao Presidente dessa Casa oficial ao Ministério Público – Curadoria do Patrimônio Público, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Procuradoria Especializada em Crimes de Prefeitos para apuração de eventuais delitos, e caso receba alguma denúncia estribada nessas irregularidades, que se proceda a instauração de processo político-administrativo, nos termos do art. 5º. do Decreto-lei n. 201/67. Comunicado do FNDE acerca de liberação de recursos para a área de educação do Município. Convite enviado pela Diretora das Escolas Municipais para participação no encerramento do projeto dengue no dia 1º de julho. Ofício nº 037/2005 do 4º Pelotão de Polícia Militar acerca de requisição de veículo da municipalidade para condução da Sra. Keila Aparecida Ribeiro até a cidade de Varginha, face as dificuldades que a mesma vem passando aqui em Ijaci. Ofício nº 183/2005 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhando relatório da auditoria nº 214 e 215 de 2004 realizado pelo FNDE no Município. Ofício nº 185/2005 do Gabinete da Sra. Prefeita contendo convite para abertura das propostas do processo licitatório nº 21/2005 em substituição ao processo licitatório nº 20/2005, cujo objeto é a aquisição de material de construção, o que ocorrerá no dia 13 de julho as 10 horas. Requerimento subscritos pelos Vereadores Carlos, Catarina, João Carlos, Jussara, Marleu e Rômulo indicando envio de ofício para a Sra. Prefeita solicitando reforma na casa da viúva do Geraldo Vieira no bairro da Serra e reconstrução da casa do João da Mariana na Vila Industrial. Requerimento subscrito pelo Vereador João Carlos indicando envio de ofício para a Secretária de Saúde do Município solicitando aquisição de mais aparelhos utilizados para medir pressão arterial, como meio de se evitar que as enfermeiras tenham que pedir empréstimo de aparelhos nas farmácias e ainda que os atendimentos de urgência nos postos de saúde sejam prestados com mais eficiência e requerimento subscrito pela Vereadora Jussara indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando que seja promovido pela Prefeitura um curso para garçons, como forma de qualificar e incentivar os garçons e atendentes de bares e restaurantes de nossa cidade, bem como nossos jovens que poderão ingressar neste mercado de trabalho que é promissor. Pedido de ajuda feito pela Sra. Eugenia Pereira da Silva para pagamento de conta de energia elétrica. Prosseguindo, o Sr. Presidente disse que em relação às Comissões que foram montadas, os relatórios foram lidos e na segunda parte serão submetidos à deliberação do Plenário. Citou audiência realizada no dia anterior, onde estiveram presentes o Controlador Geral Jorge, o Diretor do Departamento de Contabilidade Arnaldo e o Contador Ronivaldo e na ocasião foi apresentado o percentual gasto com a saúde nos quatro primeiros meses desta Administração, sendo este 10, 68%, sendo que muitos reclamam dos serviços de saúde e como pôde ser verificado, estes serviços podem melhorar. Em seguida franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo a Vereadora Jussara mencionado seu requerimento para que o Executivo promova o curso técnico de garçom em nossa cidade, sendo que isto vem de encontro aos jovens que podem começar logo cedo numa profissão e serve também para aqueles que já estão no ramo de mercado e como nossa cidade caminha para investimentos em turismo, precisamos começar numa base certa, um alicerce e assim acha que o ideal é começar pelo ramo de garçom, pois devemos nos preparar para uma profissão adequada de acordo com nossas tendências e necessidades do mercado de trabalho e visto que aqui nós temos o lago, precisamos aproveitar e investir bastante no turismo. Em seguida o Vereador João Carlos disse que gostaria de fazer uma explanação em torno da nomeação das Comissões Especiais, afirmando “ inicialmente quero ressaltar a importância da iniciativa do Presidente em ter determinado a constituição destas Comissões Especiais, uma vez que estamos

aqui para representar o povo de Ijaci que merece uma resposta a altura sobre as denúncias que aqui chegaram. Graças a iniciativa do Presidente, nos antecipamos a cobrança da Promotoria da Comarca, que todos os colegas sabem, e eu digo a todos, porque tiveram conhecimento do ofício do Promotor cobrando do Presidente. Cada Vereador e cada Vereadora aqui desta casa tem uma responsabilidade e um compromisso, primeiro de exercer o cargo com total autonomia e segundo, medidas do Poder Legislativo, sobre o caso de cumprir o juramento de observar as leis, feitos por ocasião da posse. O trabalho da comissão deve ser exercido com total independência, sem qualquer vínculo político partidário e sempre buscando o esclarecimento dos fatos para prestar contas ao povo. É exatamente com esse espírito que buscamos realizar nosso trabalho ao detectar as irregularidades constantes de nosso parecer, somente o fizemos porque existem de fato essas irregularidades comprovadas através de documentos. Não cabe a Câmara ocultar qualquer fato, porque nós Vereadores seremos cobrados até mesmo judicialmente por omissão de não ter cumprido a Lei Orgânica Municipal na apuração de denúncias, o que com certeza não é nosso pensamento. Desta forma, chamo a atenção de todos para o teor das irregularidades encontradas, principalmente porque há claro prejuízo para o patrimônio público. Não se esqueçam do que está sendo divulgado na imprensa em relação aos políticos, uma corrupção por dia, por isso temos o dever de apurar qualquer fato a nós submetidos com a finalidade de darmos o exemplo aqui em Ijaci". Acrescentou que tudo o que foi lido aqui, questão de super faturamento, tudo está comprovado nestas pastas, jamais iria dizer alguma coisa sem ter prova. Para o carnaval foi feita uma licitação cujo valor apresentado pelo vencedor foi de R\$39.000,00, depois foi pago o valor de R\$48.750,00, sem ter justificativa na nota de empenho porque foi usado o aditivo de 25%. Não consta na nota, não consta no empenho e isso é comprovado que teve e deu prejuízo para o patrimônio público e isto não podemos deixar passar despercebido. Uma vez que tivemos uma administração péssima passada, não podemos cair em contradição em que o nosso município perca mais quatro anos e assim é o dever de cada Vereador, cobrar legalmente o que é de direito do povo, que é de fazer uma administração com total transparência e que não afete o patrimônio público, porque hoje o que mais dá é a corrupção no país e como nós temos uma cidade pequena, fácil de administrar, basta termos para exercer o poder, tanto no Legislativo como no Executivo, pessoas altamente qualificadas para termos um bom trabalho. Isto as vezes pode não ser do conhecimento da administradora que é a Prefeita, mas as vezes tem do secretariado que uma vez já teve comprometido na administração passada, que as vezes deixou passar despercebido ou tem convicção o fato de ter pagado a mais, então é uma coisa que a gente tem que olhar e ele se sente na obrigação de representar mais de sete mil ijacienses que aqui moram e aqui tem sua vida e que as vezes dependem de um auxílio de nós, políticos e se nós não olharmos para o povo, quem vai olhar. Neste sentido gostaria de agradecer a todos e pedir a todos para que continuem a participar das reuniões e aí poderão ver quem está lutando pelo direito da população. Em seguida o Vereador Fábio disse que "conhecereis a verdade e ela é que liberta" e ele é uma pessoa só e não pode representar os dois poderes ao mesmo tempo, só representa o Legislativo, porque o trabalho tem que ser feito, já que ganha para isso. Agradece ao Sr. Presidente o apoio prestado às comissões que foram montadas e sua indicação para compor a comissão. Afirmou que o trabalho foi realizado, na terça feira foi entregue o relatório e quer dizer que errar, todo mundo erra, mas persistir no erro, não se pode jamais. Esta situação tem que ser analisada, porque de antemão é como disse o Vereador João Carlos, corrupção em cima de corrupção. Não chega a tanto o caso de Ijaci, mas é tomar conhecimento e medidas, não fechar os olhos porque pessoas recebem para isso e Ijaci vem perdendo, não só numa administração, mas em várias e desta forma não podemos deixar que perca mais uma vez. Disse que fez parte de uma campanha eleitoral junto com a Prefeita e o que eles pregaram não foi isto, o que foi falado não foi isto e tem total confiança nela, mas deixa claro que todas as pessoas que estão recebendo para trabalhar, se estão fazendo o que foi constatado em documentos, acha que são merecedoras de nem estar na cidade de Ijaci, porque se estão recebendo e cometendo erros que são comprometedores, isto não pode ser aceito. Disse que isso não é brincadeira, representamos o povo de Ijaci e quer deixar claro que a sua justiça ele garante, porque não está aqui de graça e nem trabalha só por causa do dinheiro, pois uma coisa ele recebeu de seu pai, que é agir sempre com honestidade e isso ele vai levar adiante. O trabalho está entregue desde terça feira e cabe ao Presidente fazer aquilo que for melhor conforme o poder que lhe é conferido. Disse que no parecer, seu voto foi emitido de acordo com o relator porque acompanhou passo a passo os trabalhos da comissão. O Sr. Presidente

acrescentou que as duas comissões estão de parabéns, fizeram seu trabalho e o papel do Vereador é fiscalizar, doa a quem doer, se errou tem de ser punido e a responsabilidade de todos os Vereadores, acredita que ninguém vai fugir dela. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte com a votação dos requerimentos apresentados nesta reunião, sendo todos APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única conforme dispõe o parágrafo único do artigo 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos. Para o requerimento solicitando a reforma de casas, o Vereador João Carlos pediu para aditar a casa da D. Helena, onde o telhado está prestes a desabar sobre os moradores, tendo o Vereador Fábio citado emenda colocada na lei de diretrizes orçamentária, visando garantir tais reformas. Após, fez-se a votação do projeto de lei nº 19/2005 que “dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providências” tendo sido APROVADO pela unanimidade do plenário em 2ª discussão e votação. Por último, procedeu-se a discussão e votação do projeto de lei nº 29/2005 que “altera símbolo de vencimento de cargo de provimento em comissão” tendo sido APROVADO pela unanimidade do plenário em 2ª discussão e votação. Prosseguindo, o Sr. Presidente mencionou que nos relatórios das Comissões Especiais, os Vereadores opinam por enviar os relatórios para o Ministério Público – Curadoria do Patrimônio Público, para o Tribunal de Contas do Estado e para a Procuradoria Especializada em Crimes de Prefeitos Municipais. O Sr. Presidente disse também que existe a opção de arquivar os processos e desta forma colocou os relatórios em discussão e votação, pedindo que os Vereadores que estivessem de acordo pelo encaminhamento dos processos aos órgãos citados, permanecessem sentados e os que estivessem de acordo com seus arquivamentos se colocassem de pé e se manifestassem, sendo que à unanimidade os Srs. Vereadores APROVARAM pelo encaminhamento dos processos. Passando-se para a Terceira Parte, o Sr. Presidente convocou os Srs. Vereadores para uma reunião que será realizada na segunda-feira, dia 20 de junho para votação das redações finais dos projetos de leis 19 e 29, deliberação a respeito do projeto de lei nº 28 e leitura da ata da presente reunião, conforme determina o § 1º do artigo 97 do Regimento Interno. Os Srs. Vereadores foram convocados ainda para a próxima reunião ordinária que será realizada após o recesso, no dia 05 de agosto às 19 horas, para deliberação dos projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião, Nada mais a tratar, fez-se a oração final e em nome de Deus foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 6ª REUNIAO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 20 (vinte) dias do mês de junho de 2005, segunda-feira, às 18 h (dezoito horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e um assistente. Na ausência do Presidente, assumiu a coordenação dos trabalhos o Vice Presidente Fábio Mesquita de Almeida. Após oração inicial o Sr. Presidente em exercício determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de 08 (oito) Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos determinando-se a leitura da ata da audiência pública para apresentação e avaliação das metas fiscais relativas ao 1º quadrimestre de 2005, conforme determina a Lei Complementar nº 101/2000 e ata da 18ª reunião ordinária, sendo ambas aprovadas e assinadas pelos Srs. Vereadores. A leitura de comunicados constou de: Solicitação do Sr. Antonio Alberto de Carvalho para redução e parcelamento de débito da conta de água de sua empresa, ofício nº 099/2005 do DER de Oliveira em resposta ao ofício nº 91 da Câmara Municipal enviado a pedido do Vereador João Carlos e ofício nº 194/2005 subscrito pelo Chefe de Gabinete da Sra. Prefeita, informando que o repasse para a Câmara será efetuado no dia seguinte, vez que a Prefeita não se encontra na cidade. Relativo aos projetos em pauta, fez-se a leitura das redações finais dos projetos de leis nº 19 e 29 de 2005. O projeto de lei nº 28/2005 foi devolvido à pauta de discussão e votação pela Vereadora Jussara. Prosseguindo, o Sr.

Presidente franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo o Vereador Carlos pedido votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 28/2005. O Vereador João Carlos solicitou envio de requerimento para a Prefeitura de Lavras e para a empresa de Ônibus São Cristóvão a respeito do itinerário e ponto do ônibus naquela cidade, que seja enviada documentação neste sentido. Outro requerimento indicado pelo Vereador é em relação ao envio do balancete da Prefeitura do mês de abril, cujo prazo já expirou e o prazo para envio do balancete do mês de maio termina no dia seguinte ao da reunião. Ficou decidido ainda pelo envio de requerimento para a Sra. Prefeita solicitando a liberação do campo de futebol da praça de esportes municipal uma vez por semana para o time dirigido pelo Gilmar Marques dos Reis e Cipriano de Souza para treinamento e ainda a liberação do ônibus para o transporte do mesmo time para disputar campeonato no Macuco, vez que o campeonato das crianças terminará neste fim de semana. Não havendo outros pronunciamentos, incontinenti, passou-se para a Segunda Parte com a votação do pedido de regime de urgência feito pelo Vereador Carlos para o projeto de lei nº 28/2005 sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário. Prosseguindo, o projeto de lei nº 28/2005 que “dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências” foi APROVADO pela unanimidade do plenário em sua 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Prosseguindo, fez-se a discussão e votação da redação final do projeto de lei nº 19/2005 que “dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providências” tendo sido APROVADA em 3ª discussão e votação. Por último, fez-se a discussão e votação da redação final do projeto de lei nº 29/2005 que “altera símbolo de vencimento de cargo de provimento em comissão” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em sua 3ª discussão e votação. O Sr. Presidente determinou o envio das redações finais ao Executivo para fins de sanção. Foi comunicado que os projetos de leis nº 15 e 21 não foram deliberados neste primeiro período da Sessão Legislativa de 2005. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será levada a efeito após o recesso, no dia 05 de agosto de 2005, a partir das 19 horas para deliberação dos assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais a tratar, fez-se a oração final e em nome de Deus, foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 7ª REUNIAO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de junho de 2005, segunda feira, às 18:15 h (dezoito horas e quinze minutos) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica da Câmara, Dra. Isis, o Advogado Dr. Hélio Ribeiro que assessorou as Comissões Especiais nomeadas pelas portarias 08 e 09 de 08 de abril de 2005 e alguns assistentes. Após oração inicial o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este informado a presença de todos os Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos, tendo o Sr. Presidente determinado a leitura do ofício nº 195 do Gabinete da Sra. Prefeita, no qual vem afirmado que é do conhecimento do trâmite de duas Comissões Especiais destinadas a apurar denúncias de irregularidades ocorridas nesta Administração e que encontram-se em fase de conclusão, porém não foram notificados para apresentar defesa escrita ou esclarecimentos ou juntar documentos, alegando que isto agride o disposto no inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal e desta forma solicita que antes de qualquer conclusão, deliberação, encerramento ou remessa aos órgãos pertinentes, após a tramitação regimental e manifestação do Plenário que seja observada a norma constitucional mencionada, concedendo assim ao direito à ampla defesa e contraditório permitindo manifestação escrita e oral, bem como juntada de documentos nos respectivos autos. O servidor Nelson informou que as pastas contendo os autos dos processos ainda não foram enviadas face ao grande número de cópias que estão sendo reproduzidas, sendo que os serviços de cópias deverão ficar prontos nesta terça ou quarta feira. Prosseguindo, o Sr. Presidente pediu ao Assessor Jurídico

das Comissões que manifestasse sobre tal pedido, tendo o Dr. Hélio dito que fez uma detida análise do requerimento e enxerga que há uma certa confusão acerca do que foi pedido em relação às comissões. Citou que são Comissões Especiais onde se emite simplesmente um parecer, um entendimento do que foi levantado em relação ao objeto para qual foi constituída. Disse que não se trata de uma Comissão de Inquérito conforme artigo 54 do Regimento Interno. Neste caso existe o direito a defesa diante da enumeração das acusações e o contraditório é para contestar estas acusações. No caso da Comissão Especial, cuja regulamentação está no artigo 52 do Regimento Interno, esta não contém acusação, citando que em relação a Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 08, o Sr. Presidente determinou levantamento acerca de licitações, não constando na sua nomeação nenhuma denúncia, sendo que a denúncia apresentada pelo ex prefeito foi feita ao Ministério público sendo que algumas coisas coincidem e foi incorporada aos autos para conhecimento. Não há portanto acusação formal na Câmara. Traçou um paralelo, citando que um inquérito conduzido por um delegado, não precisa haver o direito de defesa, o que será feito em órgãos superiores. Disse que não pode aplicar os dispositivos constitucionais isoladamente. reafirmou que não há acusado no processo, somente um levantamento. Quer assegurar a esta Câmara que nos trabalhos conduzidos pelas comissões por ele assessoradas, consta que tratava de um mero levantamento e não uma CPI. Entende que caberia direito de defesa se fosse uma CPI ou um processo administrativo nos termos do artigo 5º do Decreto lei 201. Aqui não está havendo acusação e sim apontamento de irregularidades a partir de documentos. Na experiência que tem em Câmaras, o objetivo deste pedido é procrastinar o envio dos documentos aos órgãos. Este trabalho servirá somente para instruir processos que por ventura forem instaurados. Caso forem instaurados, no âmbito do Ministério público, haverá oportunidade de ampla defesa. Afirmou que não estamos utilizando a Comissão Especial em substituição a CPI, sendo que esta somente poderia ser instaurada através de denúncia determinada e pedido feito por três Vereadores. Se houver outro entendimento acerca deste direito de defesa, não encontrará respaldo no Regimento Interno. É uma matéria "Interna Corporis". Mencionou as finalidades das Comissões Especiais de acordo com o artigo 52 do Regimento, sendo que as Portarias que nomearam as Comissões foram em razão de matéria de relevante interesse e não havendo acusação formal, não tem como trazer este trabalho para o âmbito de CPI e assim ele é contrário a este direito de defesa, que será feito em momento oportuno. Se der este direito de defesa, o Regimento estará sendo descumprido e se houver uma denúncia em cima dos trabalhos destas Comissões, aí sim, deverá ser instaurada uma CPI e garantido o direito de defesa. Não houve julgamento no caso destas Comissões, houve um mero parecer, uma opinião, o judiciário pode entender de maneira diferente. Este é o seu parecer e colocou-se à disposição para responder perguntas dos Vereadores. O Vereador João Carlos Espedito concordou com a explanação do Assessor Jurídico, vez que não há acusados e sim levantamento de dados que será levado a Promotoria que irá tomar as providencias cabíveis. Acredita que não deve permitir juntar estes documentos, pois senão irá retardar a decisão da Câmara e poderá nos prejudicar futuramente. Se nos cedermos, poderá dar a impressão que estamos voltando atrás em nossa decisão. O Vereador Fábio Mesquita de Almeida perguntou se não pode constar no ofício que oportunamente seria enviado a defesa aos órgãos deliberados. O Sr. Presidente disse que isto talvez não seja o correto. O Dr. Hélio disse que entende que não seria atribuição da Câmara este envio, já que o Ministério público já estará fazendo isto. A Vereadora Jussara Alves Resende questionou se haverá uma comunicação pelo MP à Prefeita, sendo respondido que sim. O Sr. Presidente disse que ficará estranho mandar os pareceres e depois mandar a defesa. O Vereador Roosevelt Aparecido Gomes mencionou palavras do Assessor sobre a instauração das comissões. Disse que ele entendeu que as denúncias foram a partir da denuncia ao MP, sendo respondido que a denuncia feita ao Promotor foi enviada depois da instalação e foi só para conhecimento. Perguntou se a Prefeita quer ser ouvida, tendo o Dr. Hélio dito que ela quer que seja colocada no meio do parecer das Comissões a sua defesa, sendo que escrita e juntados documentos. O Vereador disse que se o promotor instaurar um processo irá dar direito a defesa e na sua opinião acha que esta defesa deveria ir juntamente aos pareceres. O Dr. Hélio disse que concorda com o Vereador se fosse uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O Sr. Presidente disse que o MP dará direito a defesa se isto virar um processo, sendo respondido que sim. O Dr. Hélio disse que o dispositivo constitucional seria no caso de CPI. Disse que deverá ser enviado um ofício para a Sra. Prefeita, tendo até preparado uma minuta ressaltando que trata-se de uma mera Comissão Especial e do contrário irá abrir um precedente muito perigoso,

seria uma CPI disfarçada. Se numa CPI não fosse observada o direito de defesa, a Prefeita poderia trancar os trabalhos através de liminar. A Vereadora Catarina Gonçalves de Castro questionou porque a Prefeita fez este pedido, sendo respondida que para protelar, pode ser uma estratégia para confundir os trabalhos. Na Comissão Especial não há acusação. Após, o Sr. Presidente consultou aos Srs. Vereadores sobre qual decisão será tomada, se vai ser acatado o pedido da Sra. Prefeita para apresentação de defesa e assim aguardar esta defesa para só então enviar os pareceres conforme decidido por ocasião da 18ª reunião ordinária, ou indeferir o pedido procedendo o envio imediatamente conforme decidido. O Dr. Hélio disse que juntar a defesa agora implicará na reabertura dos trabalhos das Comissões. A Vereadora Jussara disse que entendeu que na hora oportuna a Prefeita vai ter direito a defesa, então é de opinião de mandar o parecer sem a defesa. A mesma opinião foi emitida pelos Vereadores Marleu, Rômulo, João Carlos e Fábio que disse que deverá ser seguido o parecer das comissões. Os Vereadores Roosevelt, Carlos e Catarina são a favor de mandar os processos junto com a defesa, sendo desta forma decidido por cinco (5) votos contra três (3) que os pareceres serão enviados sem a juntada da defesa. Após o Dr. Hélio apresentou uma minuta de ofício a ser enviada para a Sra. Prefeita em resposta ao pedido feito pelo ofício nº 195/2005 em consonância com o que foi deliberado pelo Plenário. Ao final foram aditadas à ordem do dia a deliberação sobre o requerimento impetrado pelos Vereadores Fábio, João Carlos e Rômulo solicitando seja encaminhado expediente para a Sra. Prefeita solicitando patrocínio para o atleta Alessandro para que possa disputar campeonatos de Jiu-Jitsu como representante do Município, envolvendo passagens de ida e volta, ajuda para custear refeições, inscrição, dois kimonos onde poderá constar o nome da Administração Municipal. Foram apresentadas medalhas conquistadas pelo atleta em campeonatos a nível estadual. Foi citado ainda que o mesmo não está tendo condições financeiras para arcar com os custos de participação nestes campeonatos, sendo tal requerimento APROVADO pela unanimidade do Plenário. Outro requerimento apresentado vem subscrito pelos Vereadores João Carlos e Rômulo, o qual indicam envio de expediente para o DER, solicitando autorização para que a Prefeitura proceda a limpeza às margens da rodovia MG 335 neste Município, proporcionando assim mais segurança para os pedestres que caminham à beira da pista. Feito sua votação, a Vereadora Jussara foi contrária, justificando que assim o Município fica puxando a responsabilidade do Estado para o Município. O Vereador Fábio propôs fosse feita uma negociação igual a que a Prefeita de Lavras fez para abertura de um viaduto da rede em Lavras. Por 7 (sete) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário o pedido foi APROVADO. Outro dois requerimentos foram subscritos pelo Sr. Evando Reis de Carvalho, sendo o primeiro solicitando envio de expediente aos órgãos competentes visando o entupimento de um buraco no Córrego Pintado no terreno, ao que tudo indica da empresa J. Augustinis, vez que no local existe uma poça d'água onde muitas crianças vêm utilizando para nadar, o que é um risco devido a altura do barranco e a contaminação da água. O segundo solicita envio de expediente para a Sra. Prefeita visando a instalação de um transformador no Bairro Ipiranga para atender os familiares da D. Ritinha e moradores das adjacências, vez que o existente no local está sendo insuficiente para atender a demanda, sendo estes APROVADOS, tendo o Vereador Fábio pedido para aditar que fossem tomadas as providências cabíveis de acordo com a legislação ambiental. O Sr. Presidente pediu para acrescentar a reforma da casa da Sônia, o que foi APROVADO pelo Plenário. Nada mais a tratar, fez-se a oração final e em nome de Deus, foi declarado o encerramento dos trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 19 (dezenove) dias do mês de julho de 2005, terça-feira, às 18:00h (dezoito horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos os Vereadores. Havendo número regimental, em

nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos, tendo o Sr. Presidente determinado a leitura do edital de convocação para a presente reunião a partir do ofício nº 222 do Gabinete da Sra. Prefeita que contém solicitação para a convocação de uma reunião extraordinária visando a deliberação dos projetos de leis nº 31/2005 que “Cria o fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências” e nº 32/2005 que “Autoriza parcelamento de débito com a CEMIG e dá outras providências”. prosseguindo, fez-se a leitura dos referidos projetos que foram justificados através da mensagem nº 18/2005. Foram lidos ainda: Comunicado do FNDE acerca de liberação de recursos para a área de Educação do Município. Ofício subscrito pelo Superintendente de Cooperação Municipal da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, Lafaiete Andrada, informando da impossibilidade de doação de ambulância, vez que a Prefeitura não fez contatos com aquela Secretaria e informando ainda a respeito de registro de entidade assistencial do Município. Ofício nº 214 do Gabinete da Sra. Prefeita convidando os Vereadores para abertura das propostas dos processos licitatórios nº 30,31 e 32 de 2005. ofício nº 74 subscrito pela Secretária Municipal de Educação solicitando doação de camisetas para o desfile dos alunos das escolas municipais no dia da Pátria. Ofício encaminhado pela Sra. Neuzimar Aparecida Pinheiro solicitando que as entidades organização Mãe dos Frutos e Consepi sejam reconhecidas como de utilidade pública no Município. Ofício da Secretaria de Estado de Esportes solicitando seja divulgado o décimo sétimo congresso da Associação Brasileira de Estudos de Álcool e outras drogas a realizar-se em Ouro Preto no final do mês de agosto. O Sr. presidente mencionou ainda o ofício nº 213 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhando respostas a ofícios da Câmara Municipal, determinando que fossem reproduzidas cópias deste ofício para distribuição aos Srs. Vereadores. Em seguida, o Sr. Presidente consultou o Plenário sobre a liberação do uso da palavra para a servidora Adriene Alvarenga, sendo da concordância de todos. Inicialmente a Sra. Adriene agradeceu aos Vereadores pela atenção e oportunidade, mesmo sendo esta uma reunião extraordinária. Expôs que trabalhou alguns dias o início do mês de janeiro, afirmando que estava de castigo entre aspas e que depois disso ficou doente e ficou por conta do INSS até o mês de maio, quando retornou ao trabalho, ficando na sala do Departamento Pessoal onde trabalhava, quando o Odilon a procurou e pediu-lhe que tirasse férias e assim pudessem resolver a situação da servidora, afirmando que se designasse a mesma para outra função que não a de motorista para o qual ela prestou concurso e foi nomeada, estariam praticando desvio de função, tendo a servidora tirado férias. Comentou que na Prefeitura existem várias pessoas que estão desviadas das funções, citando como exemplo agente arrecadador, pedreiro que é operário, auxiliar de consultório odontológico, assistente de gabinete que é telefonista e assim não entende porque somente ela é o problema. Enfatizou que disse à Prefeita que não queria causar-lhe nenhum problema e resolvesse a questão da melhor maneira possível e em contatos com a Jussara, Prefeita de Lavras, esta enviou ofício para a Prefeitura pedindo que cedesse a servidora para a Amalg e lá ela poderia continuar a fazer o trabalho que aqui ela fazia e que gosta de fazer e sua intenção é ajudar o município e não atrapalhar. Disse que a sua função de motorista é uma obrigação, pois prestou concurso para isto, mas como acabou de formar-se como gestora ambiental, acredita que pode ajudar muito mais, mas não está encontrando espaço para isto, citando ser coordenadora de um grupo de escoteiros e virou caso pessoal de perseguição. Afirmou que a prefeita de Lavras enviou dois ofícios para a Prefeitura, vez que o primeiro eles perderam e num encontro com a prefeita Fia, ela disse que não poderia lhe ceder para a Amalg, devido ao ônus que isto causaria para o Município, tendo a Vereadora Jussara questionado quem iria arcar com o pagamento de seus vencimentos, sendo respondida que o salário normal seria pago pela Prefeitura de Ijaci e se fizesse horas extras, estas seriam pagas pela Amalg. Prosseguindo, disse que depois o Odilon e o Rivelino lhe chamaram e disseram que era para ela ir para o pátio, pois outra função era inconstitucional, tendo ela ponderado que não era inconstitucional e que queria conversar diretamente com a Prefeita que estava tentando resolver sua questão. Conversando com a Prefeita, ela mencionou que era inconstitucional, tendo a servidora dito que se assim fosse a Prefeitura não poderia estar pagando um funcionário para trabalhar no Correio. Disse que agora recebeu uma notificação onde consta que ela precisa ir para o pátio e assim eles querem vê-la somente como motorista. Mencionou sua participação na implantação do Codema, sua dedicação em manter aquele conselho e no entanto no início do ano nem lhe comunicaram que a estavam destituindo e nem lhe ofereceram oportunidade como representante do grupo de escoteiros. Classificou que o que estão fazendo com ela é desumano, que em janeiro quando estava no pátio não podia nem sair no portão e se sente como um bicho dentro de uma jaula num

zoológico e que está perdendo sua saúde a cada dia, gastando o que não tem com consultas médicas e remédios. Desta forma vem a Câmara para expor sua situação e pedir o apoio dos Vereadores. Diante do relato o Sr. Presidente questionou da Assessora Jurídica se a Câmara pode fazer alguma coisa ou depende da Prefeita, tendo o Vereador Roosevelt questionado se sua cessão para a Amalg é inconstitucional, tendo a Dra. Isis dito que no seu entendimento em primeiro lugar precisa haver a manifestação favorável da Chefe do Executivo, a Câmara não tem como fazer acordo em nome da Prefeita e num segundo momento não vê inconstitucionalidade desde que feito um acordo entre as partes, um convenio ou disponibilizar a servidora sem que haja ônus para a Prefeitura e que tudo isto deve ser feito a partir de um projeto de lei aprovado pela Câmara. Houve discussão em torno do assunto e probabilidades para solução do problema, tendo a servidora insistido na questão do funcionário cedido para o Correio e que segundo o Dr. Edmilson, o projeto de lei para ceder-lhe para a Amalg está pronto desde o mês de maio. O Vereador Fábio perguntou sobre que resposta a Prefeita lhe deu, sendo respondido que nenhuma, quem lhe procurou neste dia foi o Batista para entregar-lhe a notificação e que lhe disseram que se ela não se apresentasse no pátio poderia ser um caso de insubordinação, tendo o Vereador dito que isto pode ser apenas um boato, tendo a servidora afirmado que os boatos ultimamente estão sendo verdadeiros e que está difícil, pois não dá para saber mais em quem confiar. A Assessora Jurídica aconselhou a servidora a cumprir a sua designação para o pátio até que se resolva a sua situação. Após debate, foi decidido pelo envio de um requerimento para a Prefeitura para que seja estudada a melhor maneira do aproveitamento da servidora ou mesmo a possibilidade de ceder-lhe para a Amalg, tendo o Vereador Fábio comentado que se ela será útil para Lavras, o ideal é que ela fosse aproveitada aqui em Ijaci. A servidora agradeceu a oportunidade. Prosseguindo, houve debate acerca do projeto de lei que dispõe sobre o parcelamento do débito com a CEMIG, tendo o Sr. Presidente mencionado que no mandato passado a Câmara rejeitou um projeto que continha a proposta de parcelamento, o que de nada adiantou, pois este parcelamento está sendo novamente proposto, sendo que o prazo de pagamento é de noventa e um meses, assim de qualquer maneira irá passar para outro mandato. Houve ainda discussão em torno das parcelas, se serão fixas ou serão acrescidas de juros e correção, chegando-se a conclusão que a correção será pós fixadas. O Sr. Presidente encaminhou os dois projetos em pauta para parecer das Comissões Permanentes e em seguida suspendeu os trabalhos por dez minutos. Reiniciados os trabalhos, o Sr. Presidente franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo o Vereador Fábio solicitado votação em regime de urgência para os dois projetos em pauta nesta reunião, afirmando que no caso do parcelamento, quanto mais tempo passar, a CEMIG irá ganhar e o Município irá perder. Em relação à criação do Fundo Municipal de Assistência Social, a Prefeitura depende deste fundo para que possa receber os recursos que somente são liberados através do mesmo, que tem até o dia 17 de agosto para ser criado. O Vereador João Carlos solicitou fosse enviado ofício para a Sra. Prefeita solicitando que a prefeitura pague a conta de energia elétrica da creche, pois as pessoas que ali moram são carentes e não têm como pagar e nos mandatos anteriores a Prefeitura pagava as contas e agora a energia foi cortada e tem uma mulher separada do marido que tem três crianças. O Vereador Fábio citou que a creche não é da Prefeitura e a solução mais viável é remanejar os moradores daquele local, já que embora sejam merecedores, fica difícil para a Prefeitura pagar a conta de energia, vez que o prédio não é do Município, sendo esta a mesma opinião do Sr. Presidente. Mesmo assim ficou decidido pelo envio de ofício para a Sra. Prefeita para que seja estudada uma maneira de solucionar os problemas dos moradores desta creche. O Sr. Presidente solicitou fosse também aditado um pedido para que seja alteado o muro na quadra de esportes no bairro da Serra na divisa com o Sr. Geraldo Baiano, justificando que devido a altura do muro, a referida propriedade está sendo invadida, principalmente por cães. Salientou que segundo o proprietário, esta obra demanda poucos materiais e resolverá o problema. A Vereadora Catarina também indicou envio de ofício para a Sra. Prefeita solicitando que sejam instalados balões de oxigênio nas ambulâncias e ainda treinada e designada uma enfermeira para fazer plantão no Posto de Saúde durante o período noturno para manusear estes balões e acompanhar pacientes que destes necessitem até os hospitais de Lavras, vez que este procedimento contribuirá para que o quadro clínico destes pacientes melhore enquanto são transportados, sobretudo aqueles com crises respiratórias. Aproveitando esta indicação foi decidido fosse solicitada a designação de um médico para fazer plantão no Posto de Saúde, durante os fins de semana. Prosseguindo, passou-se para a Segunda Parte, tendo o Sr. Presidente consultado o Plenário a respeito da votação em regime

de urgência dos projetos de leis nº 31 e 32, conforme solicitação feita pelo Vereador Fábio, tendo sido da concordância de todos. Assim, procedeu-se a discussão e votação do projeto de lei nº 31/2005 que “Cria o fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências”; tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. A seguir procedeu-se a discussão e votação do projeto de lei nº 32/2005 que “Autoriza parcelamento de débito com a CEMIG e dá outras providências” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, sendo determinado pelo Sr. Presidente o envio das redações finais destes projetos para o Executivo para fins de sanção. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de julho de 2005, segunda-feira, às 18:00h (dezoito horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos os Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 8ª reunião extraordinária, sendo aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Em seguida fez-se a leitura do edital de convocação para a reunião, cuja ordem do dia versa sobre discussão do anteprojeto de lei que dá denominação de ruas, entrega e leitura do relatório da Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 10 de 1º de junho de 2005 e deliberação do ofício nº 221 do Gabinete da Prefeita Municipal. Foram lidos ainda: ofício retro mencionado que contém informação sobre convite feito ao Vereador Fábio Mesquita de Almeida para assumir o cargo comissionado de Secretário Municipal de Ação Social e o pedido para que a presidência desta casa adote os procedimentos legais no sentido de permitir ao convidado empossar-se no cargo. Relatório conclusivo dos trabalhos executados pela Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 10, sendo este o teor da conclusão: “Pelo que foi relatado acima e conforme se verifica pelo documentos acostados, a Comissão conclui que restou comprovado que a denuncia não se procede em relação ao vereador Roosevelt Aparecido Gomes, tendo em vista não ter figurado como parte no contrato de fls. 44, e portanto não ter infringido o art. 115 da Lei Orgânica Municipal. Por outro lado, ocorreu irregularidade por parte do executivo, por não ter aplicado as regras do parágrafo único do art. 115 da LOM, anotando-se porém que os serviços contratados foram efetuados, conforme comprovado pelos anexos fotográficos realizados na vistoria “in locu”, o preço encontra-se em sintonia com os de mercado, não houve dolo, má-fé, e por último que em momento algum este fato veio causar prejuízo aos cofres municipais. Esta Comissão solicita a Presidência desta Câmara Municipal, seja o presente feito submetido à apreciação do plenário desta casa. É o nosso Parecer”. Requerimentos subscritos pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando após manifestação do Plenário fossem enviados três requerimentos para a Sra. Prefeita, sendo o 1º solicitando aquisição de produtos hortifrutigranjeiros para compor a merenda escolar diretamente dos produtores do Município, o 2º solicitando que o leite para composição da merenda escolar seja comprado diretamente da FAEPE e o 3º solicitando a compra de um microcomputador equipado com impressora e internet para ser utilizado no controle do programa bolsa família no município. A mesma Vereadora indicou ainda envio de expediente para a Camargo Corrêa solicitando a possibilidade de estágio pelos alunos de nossa cidade que fazem curso no Ceprosul de Nepomuceno. Requerimento subscrito pela Vereadora Catarina Gonçalves de Castro indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita reiterando solicitação para reforma da casa do João da Mariana, vez que o mesmo está ao relento. Em seguida, o Sr. Presidente consultou o Plenário sobre a liberação do uso da palavra para os visitantes Jaliel Gross de Almeida e Antonio Marcos da Silva Mafra, respectivamente Supervisor de Manutenção e Gerente da filial de Leme/SP da empresa

Rodolatina Logística Transporte e Serviços. Sendo da concordância de todos, estes afirmaram que já haviam mantidos contatos com alguns Vereadores e que a intenção da empresa retromencionada é instalar uma filial neste Município para prestar serviços de transporte de cimento a granel da Camargo Corrêa Cimentos, com a qual fez contrato. Disse que provisoriamente estão instalados nas imediações do Posto Aeroporto da cidade de Lavras, mas o ideal é montar o galpão, oficina, borracharia e escritório próximos à fábrica de cimento e assim poder transportar o cimento no sentido de Belo Horizonte como de São Paulo com mais facilidade e custo reduzido. Afirmaram que a proposta é centralizar no Município as filiais de Pedro Leopoldo e Leme e futuramente existe a possibilidade de trazer toda a empresa para região, vez que atualmente sua sede é em Curitiba no estado do Paraná. De imediato, até meados do próximo ano, vão trazer em torno de 200 caminhões para esta filial e o que a empresa necessita do Município para se instalar é a cessão de um terreno com 50.000 metros quadrados, nas margens da Rodovia e próximo a fábrica de cimento. Afirmaram que o restante é por conta da empresa. Os Srs. Vereadores abordaram várias questões inerentes, dentre estas o emplacamento dos caminhões no Município de Ijaci, a geração de empregos com prioridade para os nossos habitantes e a forma de disponibilização do terreno, tendo os representantes afirmado que o diretor da empresa é uma pessoa que sempre se preocupou em investir em seus funcionários e nem sempre é admitida mão de obra especializada, mas a empresa sempre qualifica seus empregados, dando testemunho que eles próprios começaram como motoristas e agora são gerentes. Disseram que irão oferecer vagas para motoristas, mecânicos, borracheiros e pessoal para trabalhar no escritório, sendo que a escolaridade exigida não deve ultrapassar o segundo grau e noções de informática. Disse que se comprometem a emplacar os caminhões no Município e que a princípio o terreno seria cedido para a empresa enquanto ela estiver em operação, desde que hajam garantias de que na mudança dos agentes políticos, a empresa não venha a ter problemas. Citaram para tanto, o terreno pertencente ao Sr. André Domingos do Nascimento, com quem já mantiveram contatos e que atende perfeitamente a demanda da empresa, vez que possui 70.000 metros quadrados e na parte remanescente a empresa poderá construir um centro de apoio aos caminhoneiros da empresa e de outras em geral, como restaurante, banheiros, farmácia dentre outros. Sendo assim, vêm pedir o apoio dos Srs. Vereadores, esperando contar com o apoio do Município, pois se tudo der certo, estarão aqui para investir. Durante a reunião foi acertado um encontro com a Sra. Prefeita, Assessores e Vereadores no dia seguinte. Os Srs. Jaliel e Mafra se despediram agradecendo pela oportunidade. Prosseguindo, o Sr. presidente franqueou o uso da palavra tendo o Vereador Fábio mencionado o anteprojeto de lei que dispõe sobre a denominação de diversas ruas da cidade, afirmando que trata-se de uma regularização de nomes de várias ruas até mesmo para facilitar o trabalho da Cemig, Telemar, Correios. Estão sendo indicados alguns nomes, mas como é do conhecimento de todos, trata-se de um anteprojeto para que seja analisado e discutido para posteriormente se transformar em projeto de lei. O anteprojeto foi lido em sua íntegra, sendo apontados outros nomes que deverão ser analisados para deliberação posterior. Em relação ao convite feito pela Chefe do Executivo para que o Vereador assumira o cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, este afirmou que está analisando a proposta e assim que chegar a uma decisão, irá apresentá-la ao Plenário. Em seguida passou-se para a deliberação sobre o encaminhamento do relatório da Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 10 ao Ministério Público ou o seu arquivamento. A Vereadora Jussara pediu a palavra para agradecer ao Sr. Presidente, aos servidores desta casa, a Assessora Jurídica Dra. Isis pela disponibilidade e dedicação que foi dispensada à Comissão. Disse que o trabalho foi realizado com muita responsabilidade e imparcialidade onde após várias reuniões e muito estudo concluíram o parecer sendo que o encaminhamento ficou para deliberação do Plenário. Prosseguindo, a Vereadora solicitou que a Dra. Isis fizesse alguns esclarecimentos relativos ao trabalho da Comissão. A Assessora disse que tem pouco a esclarecer, vez que já foi lido o relatório e tem a dizer que os membros da Comissão compareceram a todas as reuniões nos dias e horários pré marcados e se empenharam na deliberação dos trabalhos, tiveram a idéia de fazer a verificação in locu e fotografar as estradas e a comissão obedeceu a risca o que diz o Regimento Interno, pois a Comissão Especial não indica onde o relatório será entregue, sua função é levantar o problema, disponibilizar todos os fatos para que o Plenário decida e cabe a este decidir para quais órgãos serão enviados. Disse que no seu entendimento não deve ser enviado para o Tribunal de Contas, cuja função é fiscalizar as contas do Prefeito e que estes relatórios que são feitos por comissões, se for decidido pelo encaminhamento, que seja para o Ministério

Público, citando que neste caso não é necessário enviar para a Procuradoria Especializada em Crimes de Prefeitos Municipais, mas sim para o Ministério público da Comarca, até mesmo por uma questão de custos, sendo que o próprio Promotor faz este envio. Disse que o relatório é simples por se tratar de uma questão simples, vez que o artigo 115 da Lei Orgânica pune quem contrata e o Vereador Roosevelt não fez parte da contratação, portando não infringiu o referido artigo. Já a Prefeita, Chefe do Executivo por não ter tornado pública a cotação de preços infringiu o parágrafo único do mesmo artigo, não obstante o serviço ter sido prestado e como a Relatora pôde averiguar, os preços praticados foram compatíveis com o de mercado. Finalizou afirmando que agora cabe ao Plenário decidir sobre seu encaminhamento. Após debate em torno da questão, não se chegou a uma decisão sobre o arquivamento ou encaminhamento do relatório. Após, os trabalhos foram suspensos por quinze minutos. No reinício, persistiu o impasse sobre a destinação dos trabalhos da Comissão Especial, ficando decidido que a votação seria realizada na reunião ordinária do dia 05 de agosto, após uma análise mais minuciosa da questão. Em seguida o Sr. Presidente anunciou a votação dos requerimentos, tendo a Vereadora Jussara justificado suas proposições, sendo que a compra de produtos hortifrutigranjeiros diretamente do produtor foi uma idéia que ela teve a partir de uma reportagem de um jornal citando a experiência da Secretaria de Educação da cidade de Congonhas onde as verduras são compradas diretamente dos produtores, sendo que para tal não há necessidade de licitação, mas somente uma cotação de preços. O requerimento relativo a compra de equipamentos de informática para o controle do programa bolsa família no município se deve ao fato do acúmulo de programas que são instalados no computador que atualmente é utilizado o que sobrecarrega o sistema. O Vereador João Carlos disse que seria bom pedir uma relação dos beneficiários do programa no Município, tendo sido informado que já foi enviado este pedido. A Vereadora Catarina defendeu o requerimento para reforma da casa do João da Mariana, vez que o mesmo está ao relento e algumas pessoas estão fazendo este pedido. Feita a votação, os requerimentos apresentados foram APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 05 (cinco) dias do mês de agosto de 2005, sexta-feira, às 19:00h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Fábio Mesquita de Almeida – Vice Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Secretário, Marleu Ribeiro da Silva – 2º Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 9ª reunião extraordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Em seguida passou-se para a apresentação dos comunicados constantes de: Comunicado do FNDE acerca de liberação de recursos para a área de educação do Município. Ofício nº 095 do Gabinete da Sub Secretaria de Estado de Direitos Humanos divulgando a campanha de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes a realizar-se no dia 20 de agosto simultaneamente em todos os municípios de Minas Gerais. Ofício nº 232 do Gabinete da Sra. Prefeita contendo respostas aos ofícios nº 127 e 128 desta Câmara. Lista de Abaixo Assinado contendo solicitação para solucionar de vez os problemas de som que vem acontecendo na Nova Pedra Negra, mais precisamente no bar de nome GM, cujo responsável é Gilmar Marques dos Reis, vez que além do barulho do som constante, sai brigas violentas, algazarras que vai até as quatro horas da madrugada. Requerimentos apresentados pelas Vereadoras Jussara e Catarina sendo o primeiro solicitando a construção de um velório municipal, o segundo solicitando a reforma de um mata-burro com a instalação de mais dois trilhos, na subida do sítio do Sr. Wildes Unei Alvarenga e o terceiro solicitando, em nome dos moradores da Avenida 31 de Dezembro, que sejam instalados três

quebra-molas na referida avenida e que a mesma seja aguada duas vezes por semana neste período de seca. Solicitam ainda a sinalização dos quebra molas existentes na cidade com materiais refletores que os identifique durante a noite. Requerimentos subscritos pela Vereadora Catarina solicitando serviços de patrol e encascalhamento da estrada de acesso à propriedade do Sr. Agenor na localidade de contendias, enfatizando que caso a patrol não esteja disponível, seja liberada em torno de quatro viagens de muafa que o Sr. Agenor se encarregará de esparramá-la manualmente. Requerimentos subscritos pela Vereadora Jussara, sendo o primeiro solicitando que seja promovido um curso para as cantineiras das escolas municipais Padre Emílio Lunkes e Maria Luiza da Paixão, bem como da escola estadual Maurício Zákha, salientando que este curso poderá ser feito gratuitamente através da Superintendência de Ensino de São João Del Rei e o segundo apresentando a proposta para a realização do “Concurso Participação Criativa” abrangendo as Escolas Municipais e Escolas Estaduais de Ijaci de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental para escolha de cores para pintura dos prédios públicos municipais. Requerimentos subscritos pelo Vereador João Carlos, sendo o primeiro reiterando solicitação feita em 20 de maio de 2005 para a instalação de quebra molas na Avenida Luiz Gonzaga Vilas Boas, em frente as casas populares construídas no antigo campo de futebol do Bairro da Serra e o segundo solicitando que seja instalado um quebra-mola na via de acesso ao bairro Ipiranga, em frente ao bar da Ana do “Zé Cozinheiro”. Este último requerimento também foi apresentado pelos Vereadores Carlos e Catarina. Por fim requerimento subscrito pelo Vereador Fábio Mesquita de Almeida Contendo pedido de licença pelo prazo de 30 (trinta) dias contados a partir de 08 de agosto de 2005, nos termos do artigo 24, inciso V do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ijaci e art. 32, inciso I da Lei Orgânica Municipal. Relativo aos projetos de leis, foram apresentados os seguintes: Nº 33 que “dispõe sobre trabalho em regime de plantão no Pronto Atendimento Municipal e dá outras providencias”. Nº 34 que “autoriza contratação por prazo determinado e dá outras providencias”. Nº 35 que “altera redação do § 3º do artigo 4º da Lei Municipal nº 739 de 06 de agosto de 2001 e dá outras providencias”. Nº 36 que “estabelece gratificação a servidor municipal”, todos estes de autoria do Executivo. Projeto de lei complementar nº 37 que “revoga o inciso V do artigo 126 da Lei Complementar nº 758 de 08 de janeiro de 2003” de autoria do Vereador João Carlos Espedito e projeto de resolução nº 02 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar” de autoria dos membros da Mesa Diretora da Câmara a pedido do Diretor de Finanças e Contabilidade da Casa. Prossequindo, o Sr. Presidente liberou o uso da palavra ao visitante, Sr. Luiz de Santa Luzia, devidamente inscrito que reclamou do problema do alto volume do som no bar no Bairro Pedra Negra, citando que quando chega a polícia, eles abaixam o volume, quando a polícia se retira eles aumentam de novo. Disse que tem uma vizinha que faz uso de medicamentos por causa de uma enorme ferida na perna e nos dias de baile ela não consegue dormir, o mesmo acontecendo com o filho do pronunciante que tem renite alérgica e da mesma forma fica acordado durante toda a noite, o que leva o visitante e família a abandonarem a casa para ir pousar na cada de sua sogra. Disse que fez o abaixo assinado e muitas pessoas não assinaram porque são analfabetos e propôs a idéia de abrir no local uma lavanderia comunitária como existe na sua cidade natal, pois o bairro está precisando disto para gerar empregos. Disse que neste bar saem brigas, palavrões, citando que outro dia jogaram uma garrafa dentro de seu lote que quase atingiu o seu filho. Afirmou que não tem nada contra a pessoa do Gilmar, o problema é o local do bar, sendo que ele reclamou para o Sr. Júlio e este disse que tinha que resolver com o Gilmar, porém ele não vai enfrentá-lo, mas sim procurar os seus direitos. Assim pede ajuda aos Srs. Vereadores, sabe que alguns deu apoio para o Gilmar, mas é porque não tem conhecimento do que passa por lá, onde a situação realmente está difícil. Disse que o Gilmar informou no juizado de pequenas causas que tinha toda a documentação, porém pelo que sabe, ele só tem um nada consta da Prefeitura. Lá informou que os bailes só eram realizados nos sábados, porém o barulho é na sexta, sábado e domingo, quando tem um pagode que incomoda mais ainda, fora as brigas, algazaras e palavrões. Quando construiu, havia uma padaria no lugar deste bar, o que não incomodava ninguém e assim pede a ajuda aos Vereadores para resolver este problema. O Sr. Presidente disse que irá encaminhar o pedido para a Prefeitura e para a Polícia Militar para ver o que pode ser feito, não que vá atrapalhar o trabalho do Gilmar, mas precisa chegar num acordo para não prejudicar ninguém. O Vereador Marleu reforçou o pedido do visitante, citando que a situação no local está difícil. O Sr. Luiz disse que seria bom comunicar o juizado de menores, porque tem muitos menores freqüentando o bar e num lote ao lado existe até uso de drogas, tendo a esposa do pronunciante dito que não estão sozinhos nesta questão, os vizinhos

também os apóiam. O Vereador Roosevelt também deu testemunho da situação, citando muitas brigas na rua, principalmente durante a madrugada o que realmente incomoda e reforçou envio de ofício sobretudo para a Polícia Militar pedindo que nos dias de bailes, a fiscalização seja intensificada e que também se oficie a Prefeitura para que haja uma tentativa de acordo para não atrapalhar ninguém. O pronunciante disse que não é certo o trabalho de um prejudicar mais de cem, citando pessoas que se acidentaram no serviço por falta de dormir e na promotoria inverteram a situação, de vítima ele passou a ser réu, pois alegaram que ele estava atrapalhando o trabalho do outro que segundo falaram tinha toda a documentação e na realidade não tem e desta maneira a Prefeitura pode intervir. O Sr. Presidente questionou a Assessora Jurídica a respeito da questão, tendo esta dito que a Prefeitura não tem como impedir o funcionamento de um estabelecimento caso a documentação esteja em dia. Em relação ao barulho, som ou incomodo, é necessária uma ação judicial onde será determinada uma vistoria em relação à segurança e se o volume do som é compatível com as normas. A nível de justiça pode ainda ser concedida uma liminar fechando o estabelecimento até que se proceda uma adequação do ambiente, como por exemplo a instalação de revestimento próprio para abafar o som. O visitante disse que o local onde funciona o bar é praticamente aberto e que o caso já foi levado ao Promotor, tem oito meses que está pelejando com isto e a audiência foi marcada para o dia 18 de outubro, mas até lá eles vão estourar nossa cabeça. A Dra. Isis disse que pelo jeito ele entrou com uma representação, quando o correto neste caso é uma ação judicial com pedido de liminar para fechamento ou adequação do ambiente. O visitante disse que foi sozinho no Promotor, enquanto o Gilmar estava acompanhado de um advogado e que ele disse o que exatamente está apresentando aqui, mas pelo jeito nem foi escrito o que ele falou. O Sr. Presidente disse que irá encaminhar o pedido para ver o que pode ser feito. O Visitante e esposa agradeceram e se retiraram. Prosseguindo, a palavra foi franqueada, tendo a Vereadora Jussara mencionado o seu requerimento que trata do concurso de participação criativa, cuja finalidade é dar oportunidade para que as crianças escolham as cores que serão pintadas nos prédios municipais, sendo que a comissão irá julgar o melhor trabalho e ao que parece será submetido a aprovação da Câmara. Disse que o objetivo é padronizar as cores dos prédios para que fique uma coisa fixa e quando da troca de prefeitos não seja preciso novas pinturas, visando assim evitar gastos desnecessários. Em seguida o Vereador Fábio disse que é do conhecimento de todos a situação do atendimento na área de saúde do Município e assim pediu que os projetos de leis 33 e 34 sejam apreciados e votados em regime de urgência. Este pedido foi reforçado pelo Vereador Carlos e pela Vereadora Catarina. O Vereador João Carlos indicou solicitação para que a Administração faça uma licitação para serviços de exames de laboratório, citando fato concreto do Sr. Agostinho que estava na reunião, onde o médico lhe pediu um exame, mas ele está na fila de espera para realização e isto é muito demorado e se o exame for feito diretamente será um grande passo. Em relação ao projeto de lei por ele apresentado, disse que a finalidade é instalar uma torre de telefonia celular no Município, conforme vem sendo pedido por várias pessoas, porém o Plano Diretor proíbe a instalação destas torres em áreas habitadas e assim está propondo a revogação do inciso V do artigo 126 da referida lei, citando que antigamente as ondas magnéticas traziam problemas para a saúde e como procurou saber juntamente com a Vereadora Jussara, agora não tem mais este problema. O Vereador Carlos indicou envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando seja feito um orçamento para a instalação de postes desde o bairro da Serra até o Ipiranga, dentro das normas da Telemar para que seja reativado o telefone comunitário naquele bairro. Disse que fez o pedido dos postes ao Sr. Paulo Carvalho do Consórcio do Funil e este disse para lhe apresentar um orçamento que ele iria estudar a viabilidade de doação dos mesmos pelo Consórcio. O Sr. Presidente pediu para aditar uma indicação solicitando doação de cadeiras para serem utilizadas nas reuniões do grupo de alcoólicos anônimos, citando a utilidade deste trabalho que vem sendo realizado no Município. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, procedeu-se a leitura da emenda proposta ao projeto de lei nº 34/2005, subscrita pela Vereadora Jussara Alves Resende. Passando-se para a Segunda Parte, após debate chegou-se a um consenso e aprovação do Plenário para a votação em regime de urgência dos projetos de leis 32, 33 e 37 e ainda o projeto de resolução nº 02. em seguida fez-se a votação dos requerimentos apresentados, sendo que todos foram APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos, aditando-se os requerimentos verbais feitos durante a reunião. Em seguida procedeu-se a votação do pedido

de licença feito pelo Vereador Fábio Mesquita de Almeida tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário. Prosseguindo, fez-se a votação da emenda proposta ao projeto de lei nº 34/2005 tendo sido APROVADA pela unanimidade do Plenário, passando a ser parte integrante do referido projeto. Após fez-se a votação do projeto de lei nº 33/2005 que “dispõe sobre trabalho em regime de plantão no Pronto atendimento Municipal e dá outras providencias”, tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Em seguida, fez-se a votação do projeto de lei nº 34 que “autoriza contratação por prazo determinado e dá outras providencias”, tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, nos termos da emenda apresentada e acatada. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de lei complementar nº 37 que “revoga o inciso V do artigo 126 da Lei Complementar nº 758 de 08 de janeiro de 2003” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se o envio destas ao Executivo para fins de sanção. Após fez-se a votação do projeto de resolução nº 02 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, transformando-se na Resolução Legislativa nº 460 de 05 de agosto de 2005. Os projetos de leis 35 e 36 foram enviados às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental. Foi informado ainda que os projetos 15 e 21 aguardam deliberação. Em seguida o Sr. Presidente anunciou a votação quanto a destinação do relatório conclusivo da Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 10 de 01/06/2005, informando que existem duas alternativas: Envia-lo para o Ministério Público ou arquiva-lo na Câmara. Adotados os procedimentos inerentes à votação nominal, pela ordem de assinatura no livro de presenças, os Srs. Vereadores foram consultados e manifestaram seus votos, obtendo-se o seguinte resultado: Pelo envio do relatório ao Ministério Público votaram os Vereadores João Carlos Espedito e Vereadora Jussara Alves Resende. Pelo arquivamento do Relatório votaram os Vereadores Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias, Roosevelt Aparecido Gomes, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida e Carlos Antônio Aparecido Barbosa. Por 06(seis) votos contra 02 (dois) ficou decidido pelo arquivamento dos autos e relatório conclusivo do processo da Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 10 de 01/06/2005. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião que será realizada na sexta feira, dia 12 de agosto, às 19 horas para deliberação dos projetos em trâmite e demais projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 12 (doze) dias do mês de agosto de 2005, sexta-feira, às 19:00h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente em exercício, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário em exercício, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores, ressaltando que o Vereador Fábio Mesquita de Almeida se encontra licenciado, conforme deliberado na reunião anterior. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 19ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Em seguida passou-se para a apresentação dos comunicados constantes de: Convite para a solenidade de instalação da pedra fundamental da futura sede do Fórum de Lavras, subscrito pelo Diretor do Foro da Comarca, Dr. Marcelo Paulo Salgado. Convite para festividades da Igreja Assembléia de Deus Missões, subscrito pelo Pastor Emerson Vicentino. Requerimento subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando após manifestação do Plenário, envio de ofício para a Sra. Prefeita solicitando que seja estudada a possibilidade de implantar um meio de comunicação local, seja através de um jornalzinho ou até mesmo o conhecido “jornal do poste”, onde a população possa estar ciente dos acontecimentos, planejamentos, cursos, processos licitatórios promovido pelo Executivo e Legislativo, além da divulgação de outros fins sociais para que a população fique informada. Requerimentos subscritos pelo Vereador João Carlos Espedito indicando, após manifestação do Plenário, envio de

ofícios à Sra. Prefeita, sendo o primeiro solicitando a reforma no telhado e instalação de energia elétrica na residência do Sr. Vitor do João Marques que fica ao lado da linha férrea nas proximidades do Córrego Pintado e o segundo solicitando seja dispensada prioridade para conclusão da quadra de esportes do Bairro da Serra, vez que os moradores da localidade, notadamente os jovens, não contam com praticamente nenhuma opção de lazer. Pedido de ajuda para pagamento de duas faturas de energia elétrica feito pela Sra. Sebastiana da Silva Rocha Nazaré residente no Bairro Pedra Negra. Foi informado ainda pelo Servidor Nelson que foi instalado na Câmara a conexão da internet banda larga via rádio e com isto o valor das prestações mensais junto à empresa provedora será maior, porém será compensado pela redução do custo da conta telefônica que até então era utilizada nas conexões, além do ganho em velocidade e acesso em tempo integral. Relativo aos projetos, fez-se a leitura do projeto de Lei Complementar nº 38/2005 que “autoriza desapropriação de terreno e dá outras providências” e do projeto de lei nº 40 que “altera redação do art. 1º da Lei Municipal nº 806 de 14 de março de 2005”. Foram mencionados ainda os projetos de leis nº 35 e 36 de 2005 que aguardam parecer das Comissões Permanentes. Prosseguindo, o Sr. Presidente liberou o uso da palavra à visitante, Sra. Rosana da Silva Nazaré que solicitou ajuda para o pagamento de duas contas de energia elétrica da casa de sua mãe, Sebastiana da Silva Rocha Nazaré no Bairro Pedra Negra, afirmando que tem dois meses que estão residindo no local pagando aluguel e foram surpreendidos com o elevado valor das faturas da CEMIG. O Sr. Presidente disse que deixará a critério dos Vereadores e determinou que fosse enviada cópias das faturas para a Sra. Prefeita, solicitando a possibilidade de ajuda. Em seguida, com a concordância do Plenário, foi liberado o uso da palavra para a Sra. Francisca Antonia da Silva Paixão que solicitou ajuda da Prefeitura para construção da casa do filho, Antonio Aparecido da Paixão, que pelo menos seja feito o acabamento interno para que o mesmo possa morar, citando que para os Vereadores é mais fácil falar com a Prefeita. O Sr. Presidente disse que encaminhará o pedido e franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo a Vereadora Jussara parabenizado os pais presentes à reunião pela passagem de seu dia e apresentou uma minuta de um projeto de lei para implantação do Conselho e Fundo Municipal do Idoso para análise dos Srs. Vereadores, afirmando que seria importante que o Município adotasse ações voltadas para assistência ao idoso dentro da Secretaria de Assistência Social. Pediu aos Vereadores para analisar a proposta e se concordarem, que seja feito um requerimento para que a Prefeita assine e envie este projeto de lei. Em seguida pediu votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 40, citando que na última reunião o Vereador João Carlos e o Sr. Presidente requereram adoção de providências no sentido de agilizar a realização dos exames que estão acumulados no Posto de Saúde. Os Vereadores Carlos e Marleu reforçaram o pedido feito pela Vereadora. O Sr. Presidente pediu a colaboração dos Srs. Vereadores para aprovarem este projeto, citando que não vai resolver toda a questão referente aos exames, mas já alivia. Talvez seja necessário que a Prefeitura suplemente alguns, já que o médico pede o exame e até sua realização, muita das vezes, já não são mais necessários. Em relação ao projeto de lei nº 35, disse que é contra a alteração da lei, cujo projeto na época foi proposto pela atual Prefeita quando era Vereadora, recebeu uma emenda do então Vereador Heitor Inêz de Oliveira e que teve como objetivo, disciplinar o uso dos veículos e a questão dos motoristas. Afirmou que se houver empate na votação, o seu voto de desempate será contrário à alteração da lei, já que na sua opinião a lei deve continuar do mesmo jeito. Em seguida, o Vereador João Carlos citou o projeto de lei nº 40, agradecendo a Prefeita pelo seu envio, mas solicitou que no decorrer dos próximos meses a Prefeitura possa melhorar ainda mais o atendimento no tocante a realização de exames, afirmando que através deste projeto irá melhorar um pouco, mas isto infelizmente não é suficiente para atender a demanda do Município. Em relação ao projeto de lei que trata da desapropriação do terreno, disse que no local existe muita madeira e assim solicita que uma vez concretizada a compra, que esta madeira seja utilizada para reforma de telhados de várias casas que estão em péssimo estado, correndo o risco de caírem sobre seus moradores, sendo que alguns telhados são escorados até com pedaços de berços de crianças. Citou que este terreno será de grande utilidade para o Município, já que atualmente este não tem um lugar adequado para oferecer para as empresas que aqui querem se instalar, como por exemplo a Rodolatina quer vir para o Município, mas está uma briga danada, justamente por falta de um terreno e assim eles ficam exigindo este ou aquele local, porém se já tivesse o terreno disponível, seria mais fácil. Disse que o Município precisa de um pólo industrial para atrair empresas e também futuramente poderá oferecer para a instalação destas fábricas de blocos que existem na cidade, vez que muitos reclamam do barulho de suas máquinas. Assim, acredita que este terreno será de grande utilidade. Em seguida o Vereador Roosevelt reforçou palavras do Vereador João Carlos citando o projeto de desapropriação, citando que isto as vezes mexe com o sentimento dos proprietários, mas é feita em função do progresso, já que a Rodolatina tem interesse em se instalar em nosso Município e o primeiro passo é a desapropriação do terreno, cuja aquisição poderá ser negociada diretamente ou por meio judicial. Desta maneira, solicitou que o projeto de lei Complementar nº 38/2005 seja votado em regime de urgência, frisando o pedido feito pela Prefeita na mensagem de encaminhamento. O Vereador João Carlos pediu votação em regime de urgência para os projetos 35 e 36. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte sendo submetidos ao Plenário, a votação em regime de urgência para os projetos de lei 35, 36, 38 e 40 feitos na Primeira Parte dos trabalhos, sendo que todos os pedidos foram APROVADOS à unanimidade. Em seguida fez-se a votação dos requerimentos apresentados, sendo que todos foram APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento

Interno, determinando-se seus encaminhamentos, aditando-se os pedidos dos visitantes feitos na reunião. Após fez-se a votação do projeto de lei nº 35/2005 que “altera redação do § 3º do artigo 4º da Lei Municipal nº 739 de 06 de agosto de 2001 e dá outras providências”, tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1a, 2a e 3a discussão e votação em sua redação final. Em seguida, fez-se a votação do projeto de lei nº 36 que “estabelece gratificação a servidor municipal”, tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1a, 2a e 3a discussão e votação em sua redação final. Prosseguindo, fez-se a votação do projeto de lei complementar nº 38/2005 que “autoriza desapropriação de terreno e dá outras providências” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1a, 2a e 3a discussão e votação em sua redação final. Após, fez-se a votação do projeto de lei nº 40/2005 que “altera redação do art. 1º da Lei Municipal nº 806 de 14 de março de 2005”, tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1a, 2a e 3a discussão e votação em sua redação final. O Sr. Presidente determinou o envio das redações finais ao Executivo para fins de sanção. Em seguida a Vereadora Jussara Alves Resende solicitou retirada de pauta do projeto de lei nº 21/2005 de sua autoria que “estabelece os feriados municipais e dá outras providências”. Esgotada a pauta de votação, passou-se para a Terceira Parte, com a convocação dos Srs. Vereadores para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 19 de agosto, às 19 horas para deliberação dos projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto de 2005, sexta-feira, às 19:00h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente em exercício, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário em exercício, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 20ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Em seguida passou-se para a apresentação dos comunicados constantes de: Comunicado do FNDE acerca de liberação de recursos para a manutenção de programas na área de educação do Município. Ofício nº 175/2005 da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lavras, contendo requisições de documentações inerentes às Comissões Especiais nomeadas pelas Portarias 08 e 10 de 2005. O Sr. Presidente determinou a leitura do ofício nº 141 de 18/08/2005, onde consta o encaminhamento dos documentos requisitados inerentes à Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 10/2005, sendo que em relação aos documentos inerentes à Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 08/2005, estes foram enviados anteriormente tendo sido protocolados em 30/06/2005 na referida Promotoria e ainda protocolados no dia 29/06/2005 no Tribunal de Contas do Estado e na Procuradoria de Justiça Especializada em Crimes de Prefeitos Municipais. Ofício nº 032/2005, subscrito pelo Comissário de menores, Sr. Sérgio Roberto Morado Serpa contendo resposta ao ofício nº 137/2005 desta Câmara. Requerimentos subscritos pelo Vereador João Carlos Espedito indicando, após manifestação do Plenário, envio de ofícios para a Sra. Prefeita, sendo o primeiro solicitando a possibilidade de aumento dos salários dos Conselheiros Tutelares do Município, enfatizando a grande responsabilidade em que eles desempenham suas funções e os salários que ganham estão baixos. O segundo solicita a possibilidade de contratação de um psicólogo para o Posto de Saúde do Município. Requerimentos subscritos pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando, após manifestação do Plenário, envio de ofício para a Telemar Norte Leste S.A., solicitando a instalação de um telefone público na Rua Ametista no Bairro Pedra Negra, neste Município e envio de ofício para a Sra. Prefeita solicitando que seja feito um curso básico de computação para as professoras da rede municipal de ensino, citando que este curso pode ser feito através da 34ª Superintendência de Ensino, sediada em São João Del Rei, onde há possibilidade do mesmo ser gratuito. Apresentação dos balancetes de receitas e despesas da Câmara Municipal referentes aos meses de junho de julho de 2005. Relativo aos projetos, fez-se a leitura e envio às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental do projeto de lei nº 41/2005 que “autoriza acordo para pagamento de débito cobrado em execução judicial e dá outras providências” encaminhado pela Mensagem nº 22 de 2005. Prosseguindo, O Sr. Presidente mencionou que o ex Prefeito Clébel Ângelo Marcio Pereira pediu para fazer o uso da palavra mas como o Sr. Antonio Carlos da Silva se inscreveu primeiro, depende da aprovação do Plenário para tal liberação, tendo sido da concordância de todos Vereadores que fosse liberado o uso da palavra também ao Sr. Clébel. Desta forma, inicialmente o uso da palavra foi liberada para o Sr. Antonio Carlos da Silva que disse ter vindo reclamar junto aos Srs. Vereadores com relação à discriminação que vem recebendo na Prefeitura e no campo de futebol pelo Marcelo, afirmando que sempre ajudou no esporte e agora lhe tratam como se fosse mau elemento e vem pedir apoio para ser respeitado como gente e no que precisar que seja atendido tanto na Prefeitura, no campo de futebol e em qualquer lugar. Em seguida o uso da palavra foi liberada para o Sr. Clébel Ângelo Márcio Pereira que agradeceu pela espaço que lhe foi dado na reunião,

afirmando que as normas regimentais precisam ser observadas e quer abordar a respeito da Comissão nomeada para investigar a denúncia feita por ele em relação a nota fiscal emitida pelo irmão do Vereador Roosevelt para a Prefeitura. Disse estar indignado com a atitude de alguns membros desta casa que na última reunião acharam por melhor arquivar um fato concreto de desvio de recursos que está acontecendo na atual administração. Por isso está aqui, como esteve na Promotoria com o Dr. Dimas Messias de Carvalho, que resolveu encaminhar este ofício depois de minha visita e está indignado com a atitude. Disse que como denunciante, não foi intimado pela Comissão, da qual nem sabe quem são os membros, para prestar seu depoimento, porque como denunciante, entende que deveria ser um dos primeiros ou um dos últimos a vir prestar depoimento e dizer no que baseou-se para fazer esta denúncia e assim quer externar sua indignação, não com todos os Vereadores, mas por aqueles que decidiram pelo arquivamento da denúncia, sendo que não sabe quais são, vez que é fato concreto que a empresa do irmão do Vereador não prestou serviços ao Município e é sabido que tem outras empresas usando do mesmo artifício, a nota fria na atual administração, que deve ser séria de acordo com a lei de responsabilidade fiscal, para sacar dinheiro dos cofres públicos, parece que estamos diante de uma SMP&BI do Marcos Valério, onde as notas fiscais entram para sacar dinheiro dos cofres públicos. Então o Promotor ficou sabendo de todo o caso, ainda não sabia do arquivamento, pediu as providências uma vez que lá todos terão direito de se defender, tanto irmão do Vereador, como o próprio Vereador que tantas outras vezes já participou de comissões investigando como relator ou membro e como ex prefeito muitas vezes foi denunciado por ele ou pela Prefeita que hoje está no cargo como testemunhas ou acusadores, agora estes vão ter o prazer de estar naquele banquinho onde ele já sentou muitas vezes na qualidade de réu para explicar ao Ministério Público criminalmente, aonde eles deverão estar também como ele esteve, afirmando que não é bandido, mas lá esteve várias vezes e lá eles terão a oportunidade de provar que realmente não cometeram crimes. Disse que é amigo de todos Vereadores e se alterou em algumas coisas aqui, pede desculpas neste aspecto, mas disse estar indignado porque os Vereadores são os legítimos representantes do povo e ele não, como ex prefeito, hoje é um simples cidadão que certo ou injustamente foi acusado e está a disposição do Promotor como sempre esteve para se defender, como eles também têm que estar e se cometeram erros vão ser punidos, se não cometeram vão ser absolvidos, nada mais justo do que isto, mas arquivar uma comissão que todos vocês sabem que é público e notório que esta empresa e outras que estão aí nunca prestaram serviços para o Município, os contratos foram feitos às pressas e o Promotor ficou ciente, onde o exame destes contratos poderá provar a idoneidade deles, pois foram feitos de última hora, logo após sua denúncia e está sabendo também, infelizmente deste ato arbitrário de não mais enviar os balancetes mensais a esta Câmara, onde os Vereadores têm a função e todos os cidadãos têm o direito de fiscalizar, pois aqui é a casa do povo e agora não tem como fiscalizar, já que não têm acesso às notas fiscais onde se pode conferir se realmente o serviço foi prestado e questionou se os Srs. Vereadores podem falar se os balancetes dos meses de abril, maio, junho e julho estão nesta casa, porque informação que tem de pessoas, nestes meses é que se encontram os problemas. Disse que esta semana teve acesso aos relatórios das comissões nomeadas pelas portarias 08 e 09 e parabenizou o trabalho dos Vereadores João Carlos e Fábio como Presidente pelo belíssimo trabalho que foram prestados através destas comissões e isto é a função do Vereador fiscalizar, independente de ser amigo da Prefeita, Vice Prefeito ou Vereadores e não acredita que os Vereadores que aqui estão que são pessoas sérias e honestas irão ser cúmplices das coisas que estão nestes relatórios e afirma com convicção que ele pode ter errado, mas em três meses do atual mandato, os erros insanáveis que estão nestes relatórios é de pasmar. Não sabe sobre as atitudes que foram tomadas, parece que o Sr. Presidente encaminhou para o Ministério Público e Tribunal de Contas, mas quem tem de tomar as providências politicamente e administrativamente é esta casa que tem que dar o direito da Sra. Prefeita de se defender, como deu o direito a ele de se defender no mandato passado. Defender aqui, porque foi imputada a ela várias irregularidades, inclusive insanáveis. Como disse o Promotor, estas questões de ordem administrativas de processo de cassação, primeiro é realizada na Câmara, onde a Prefeita terá condições de se defender. Citou projeto de lei que autoriza acordo para pagamento de dívidas anteriores com o Cláudio Promoções, mas ele indevidamente recebeu um valor acima do que foi licitado, conforme o relatório, a não ser que este relatório foi feito de brincadeira por parte do Advogado, do Relator ou do Presidente. Assim acha que as providências precisam ser tomadas, a Prefeita terá o direito de se defender, mas se ela, estas empresas e quem mais tiverem errados, terão que pagar por lesar os cofres públicos, criminalmente no Ministério Público e no Tribunal de Contas onde dá cadeia, mas aqui terá que ser punida através de um ato administrativo. Reafirmou estar indignado com a decisão de arquivar um procedimento, onde ele não teve nem oportunidade para dizer porque denunciou e gostaria que fossem tomadas as providências, ele não tem como tomar pois não é Vereador, só pode vir aqui manifestar sua indignação, agora os Vereadores têm que dar satisfações de arquivar tantas irregularidades ao mesmo tempo, disse que a segundo a imprensa, a Câmara de Vereadores não quer falar com ela, não sabe qual é o receio dos Vereadores em falar com a imprensa, porque o público quer saber de onde os Vereadores tiraram isto, pois se estiver errado tem que ser apurado. Para encerrar disse que por causa de vinte sacos de cimento, o pai do Vereador Rômulo está sendo processado há sete anos, como também o pai do Vereador João Carlos e ele por causa de mil cento e dezesseis reais foi afastado do cargo conforme o Sr. Odilon, o Sr. Oliveira e a Maria Horaci foram ao Promotor dizer e assim pede providências. O Sr. Presidente disse que quer deixar bem claro que o que estava dentro da lei para fiscalizar a Prefeita, o Vice Prefeito e os Vereadores foi feito, o que estava dentro do seu

alcance, agora cabe aos Vereadores, ao Plenário decidir o que fazer como hoje foi autorizada a palavra ao Sr. Clébel, pois ele cumpre a lei Orgânica e o Regimento. Em relação às Comissões, depende do Relator, do Presidente e dos Vereadores que foram nomeados, afirmando que o trabalho destas foi bem feito e ele na função de Presidente, fez o seu trabalho em cima da lei. Prosseguindo, franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo o Vereador Carlos Antônio Aparecido Barbosa dito que como Presidente da Comissão nomeada pela Portaria nº 10, eles tomaram os depoimentos das pessoas citadas na denuncia, através dos depoimentos fez o relatório e este foi lido em Plenário e a Câmara tem o direito de votar, sem não tivesse este direito, era só mandar diretamente para o Ministério Público, mas como tem este direito, o relatório foi lido e o Plenário decidiu votar pelo seu arquivamento. A Vereadora Jussara Alves Resende disse que gostaria de responder sobre a reclamação do Sr. Clébel que não foi chamado para depor, que na denuncia escrita, já veio pedido tudo o que era para ser investigado e como relatora da Comissão, acharam que não havia necessidade de ouvi-lo. O que veio denunciado foi apurado com muita responsabilidade e foi passado ao Plenário. Em seguida o Vereador João Carlos parabenizou a população que estava presente, afirmando que é bom pois se fazendo presente, a população fica sabendo do que se passa no Município. Sobre a Comissão da qual fez parte, já deixou bem claro que está aqui para representar a todos e isto ele exerce com muita responsabilidade e na comissão fez um trabalho muito sério e onde ele não arreda o pé um minuto daquela opinião que assinou e tem total convicção de que aconteceu. Aquilo não foi brincado, foi um trabalho sério onde foram gastos em torno de sessenta dias para ser concluído e as irregularidades ali apontadas ele nunca vai falar que não teve, está comprovado, ele falou, assinou e afirma que infelizmente teve estas irregularidades. Só que ele sozinho aqui não tem força para nada, mas quanto a irregularidade que acontecer, ele jamais, nem por ninguém, nem por dinheiro nenhum, ele vai mudar sua opinião. Se ele errou e os Vereadores quiserem cobrar, como é direito e obrigação deles, gostaria que todos me punisse, enfatizando que seu trabalho foi sério, fez com total transparência e se alguém chegar perto dele e perguntar o que houve, ele fala, pois está comprovado em documentos e à disposição para quem quiser ver. O Sr. Clébel interveio citando, já que o Vereador está tocando neste assunto, como recebe uma denuncia estribada sobre estas irregularidades, dizendo que não tinha conhecimento do relatório e que ficou assustado, é de pasmar, e se receber o pedido para instauração de um processo de cassação de acordo com o Decreto Lei 201 de 1967, que artigo é este, como é esta denuncia, gostaria de saber porque acha que isto aqui tem que ser apurado, está se ocultando uma irregularidade da Prefeita, ela não tem como omitir também e pelo que sabe, ela não foi nem ouvida nesta comissão, como é o caso do irmão do Vereador Roosevelt, que amanhã pode vir a dar em nada, mas qual a providencia a ser tomada pela Câmara a partir da lei do Tribunal de Contas, porque o Ministério Público s'apura criminalmente, tendo o Sr. Presidente lhe interrompido alegando que o uso da palavra era do Vereador, ao que o Sr. Clébel disse que pediu um aparte ao Vereador e assim o Sr. Presidente está lhe tirando o direito, tendo o Sr. Presidente dito que não está tirando o direito de ninguém, mas simplesmente está cumprindo as normas da Câmara. Dizendo ao Vereador pronunciante que o direito ao uso da palavra era dele, este permitiu que o Sr. Clébel continuasse a falar. Desta forma, o Sr. Clébel reafirmou a pergunta sobre qual providencia poderá ser tomada diante deste relato quando diz que "proceda-se a instalação de um processo de cassação" porque ele sofreu um processo e não foi cassado, só que provou por a mais b que não estava errado, a Câmara não conseguiu nem lhe investigar, tendo o Vereador respondido que caberia a Câmara toda votar, ao que o Sr. Clébel disse que não quer dizer que irá cassar a prefeita, mas sim investigar, tendo o Vereador dito que seria uma comissão mais aprofundada, onde ela teria o direito total de se defender, mas infelizmente isto não aconteceu, tendo o Sr. Clébel perguntado se vai acontecer isto e se ainda há prazo regimental, tendo o Vereador submetido a pergunta a Assessora Jurídica que pediu a cópia do relatório que estava em poder do visitante e disse entender que o que consta no final do relatório, no caso do recebimento de uma denuncia encaminhada à Câmara Municipal, ao Presidente pedindo a instalação de uma comissão processante, esta tem o direito de chamar as partes, dar a defesa, arrolar testemunhas. Não são os Vereadores, mas se existir uma denuncia, citando que isto aqui não é uma denuncia, mas sim, especulações e em cima destas, o Presidente nomeou uma comissão especial para apurar o que estava acontecendo. No caso da comissão processante, esta depende de uma denuncia e seu procedimento é diferenciado da comissão especial, onde se dá o direito de defesa, testemunhas e etc. Prosseguindo, o Vereador João Carlos mencionou os requerimentos por ele apresentados sendo o pedido para contratação de um psicólogo para o Posto de Saúde, citando caso concreto de uma criança que está sendo atendida de favor por uma psicóloga da Prefeitura de Lavras que corre o risco até de ser dispensada e só está fazendo isto mediante a gravidade da situação constatada em um laudo dando conta da necessidade do psicólogo. Já que o Município está tendo um grande beneficio, nada mais necessário do que contratar um psicólogo para atender não só as crianças, mas como todos os que necessitarem. Em relação ao pedido para aumento do salário dos Conselheiros Tutelares, afirmou que vê o trabalho deles e o serviço que prestam é de muita responsabilidade, chegando até correr o risco de apanharem e o salário do duzentos e noventa e cinco reais é muito pouco e fica indignado, pois é uma grande responsabilidade que nem pelo dobro do salário ele faria um serviço destes, porque as vezes mexe até com o sentimento das pessoas. O Vereador Marleu reforçou este pedido do Vereador João Carlos afirmando que o salário dos Conselheiros tutelares está realmente muito baixo. Prosseguindo o Vereador Roosevelt pediu para fazer uso da palavra e dentro do que dispõe o Regimento espera a compreensão de todos e que não interromper seu pronunciamento. Inicialmente mencionou o pedido do visitante Antonio Carlos e solicitou que

fosse enviado um ofício para a Sra. Prefeita pedindo que lês eles colaborem e deixem ele participar das atividades esportivas como toda a vida participou, pois gosta de ajudar e é muito útil para o esporte em nossa cidade e é um descaso não deixar ele participar. Em relação ao trabalho da Comissão que investigou o caso da nota em que seu irmão prestou um serviço para a Prefeitura, segundo consta no artigo 115 da Lei Orgânica Municipal, é proibida a contratação com irmão de Vereador e parente de Vereador exercer função na Prefeitura. Foi um fato que aconteceu, mas ele não teve conhecimento como foi dado em seu depoimento na Comissão. Em relação ao serviço, a Comissão acompanhou e este foi prestado, não houve maldade, pelo que foi afirmado o serviço era de uma certa urgência embora certas coisas a Câmara investiga, o Vereador João Carlos fez o relatório em conjunto com o Jurídico, apresentou algumas irregularidades, mais por parte de documentação, não entraram muito no mérito do superfaturamento, isto não foi muito entrado assim não, apesar de que são coisas que acontecem que realmente chateiam a população, mas pode afirmar que em relação a administração é de tirar o chapéu, está trabalhando muito bem, em poucos meses que está lá vem pagando dívidas e são tantas contas, um débito violento que pegou da administração anterior e com tudo isto está arregaçando as mangas e trabalhando e é uma coisa que tem que também parabenizar ela pelo que foi feito, porque na situação que pegou da administração anterior é uma coisa horrorosa. Ijaci do jeito que foi acontecido, há quatro anos atrás quando ele estava aqui como Vereador, ficou conhecida pela corrupção, tendo o ex prefeito Clébel intervido e dito algumas vezes que “agora é por você e seu irmão” e que agora o Vereador quer tapar o sol com a peneira e se esconder, afirmando ainda que “você fez quatro casas no mandato de seu sogro”. Diante do apelo do Vereador pronunciante ao Sr. Presidente e face ao não atendimento pelo ex prefeito às advertências feitas pelo Sr. Presidente, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. Reiniciados os trabalhos, o Vereador Roosevelt pediu votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 41/2005, tendo a Vereadora Jussara pedido vistas ao referido projeto, sendo lhe concedida nos termos regimentais. Em seguida a Vereadora Catarina pediu o uso da palavra para agradecer a Sra. Prefeita por ela ter mandado as máquinas para arrumar as ruas da Vila Aparecida e agradecer a ela por tudo o que vem fazendo e se tiver alguma coisa que alguém talvez possa estar pensando ou sobre qualquer coisa afirmou que “eu estou junto com ela e eu acho que ela está fazendo um ótimo trabalho” e talvez se tiver alguém que possa estar falando, saindo com alguma conversa, acha que esta pessoa deveria voltar e olhar para trás e ver que ela está fazendo muita coisa boa, o Posto de Saúde está ficando muito bom, os Vereadores pediram médico à noite e ela irá colocar em dia de sábado, domingo e feriado e assim ela quer fazer este agradecimento. A Vereadora Jussara disse que também gostaria de comunicar a todos que o curso de garçon que a Sra. Maria Horaci aprovou e liberou, está funcionando no Centro Cultural de Pedra Negra, está muito bem freqüentado, são trinta e cinco pessoas e todos estão gostando e assim também gostaria de agradecer a Prefeita Maria Horaci por mais este evento que está acontecendo aqui no nosso Município que é a preparação de mais profissionais e que inclusive já tem dois que estão trabalhando em Lavras na equipe do Anderson Garçon. O Vereador Marleu disse que gostaria de reforçar as palavras da Vereadora Catarina afirmando que a Prefeita está trabalhando muito bem. Passando-se para a Segunda Parte fez-se a votação dos requerimentos apresentados, sendo que todos foram APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos, aditando-se o pedido verbal feito pelo Vereador Roosevelt em favor do visitante Antonio Carlos da Silva. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 02 de setembro, às 19 horas para deliberação dos projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 02 (dois) dias do mês de setembro de 2005, sexta-feira, às 19:00h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente em exercício, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário em exercício, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 21ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Em seguida passou-se para a apresentação dos comunicados constantes de: Comunicado do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para a manutenção de programas na área de saúde do Município. Convite enviado pela União dos

Vereadores do Brasil para o 115º Congresso de Vereadores, Prefeitos, Vice Prefeitos, Secretários e Assessores que será neste mês em Belo Horizonte. Apresentação de um exemplar do jornal Planeta Jovem dos alunos das 4ª séries do ensino fundamental da Escola Municipal Padre Emílio Luiz Lunks. Do Gabinete da Sra. Prefeita foram apresentados: Ofício nº 268/2005 contendo informações e encaminhando relatório acerca do custo de manutenção de equipamentos pesados no ano de 2004 e ofício nº 271/2005 contendo informações e encaminhando relatório acerca de apropriação de receitas do CEFEM pelo ex prefeito Clébel Ângelo Márcio Pereira em março de 2004. Requerimento subscrito pelo Presidente do Partido Democrático Trabalhista, Sr. Heitor Inêz de Oliveira para que a Câmara verifique a situação do suplente de Vereador Cipriano Antonio Caetano antes de convocá-lo e empossá-lo no cargo, alegando que o mesmo é aposentado por insanidade mental. Requerimento subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando, após manifestação do Plenário, envio de ofício para a Telemar Norte Leste S.A., solicitando a instalação de um telefone público na Rua João Francisco Lopes, nas proximidades da Praça de Esportes e envio de ofício para a Sra. Prefeita, assinado conjuntamente com o Vereador Carlos Antônio Aparecido Barbosa, solicitando a possibilidade de se fazer a cobertura do pátio da Escola Municipal Maria Luiza da Paixão no Bairro da Serra, citando que isto servirá para atividades extra classe, como realização de auditórios e para as crianças brincarem em dias de chuva. Relativo aos projetos, fez-se a leitura dos seguintes: Projeto de lei nº 42/2005 que “autoriza pagamento de multas de trânsito e dá outras providências”. Projeto de lei nº 43/2005 que “autoriza contratação por prazo determinado e dá outras providências” ambos encaminhados pela Mensagem nº 23 de 2005. Projeto de lei nº 44/2005 que “altera redação do parágrafo único do art. 3º da lei nº 673 de 28/11/97” de autoria do Vereador João Carlos Espedito e projeto de lei nº 44/2005 que “dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2006 a 2009, este encaminhado pela mensagem nº 24/2005. Prosseguindo, O Sr. Presidente liberou o uso da palavra para o Sr. James Cambraia Leão, devidamente inscrito. Cumprimentando a todos, o Sr. James disse que esteve presente na última reunião e pôde presenciar o incidente envolvendo o ex prefeito Clébel e o Vereador Roosevelt e nesta reunião foi apresentada mais uma denúncia da Sra. Prefeita contra o ex prefeito Clébel. Disse que tem dois anos que reside nesta cidade e o que tem visto neste tempo são acusações de parte a parte e isto não beneficia o desenvolvimento da cidade. Alegou que a cidade precisa que todos se unam em favor de seu crescimento e desenvolvimento, então fez uma denúncia baseado no que constatou do relatório da Comissão nomeada pela Portaria nº 08/2005 para que sejam apuradas as irregularidades aqui denunciadas, não para punir a excelentíssima Prefeita, mas para que sejam encerrados de vez estes atritos, pois se apurado e constatado que a Prefeita é inocente, de uma vez por todas a gente põe uma pedra sobre isto e a comunidade prossegue no seu crescimento. Disse que o ex prefeito já vem respondendo por cerca de quarenta processos por irregularidades cometidas, que acha que se a atual Prefeita cometeu alguma irregularidade, deveria também ser investigada e se culpada, punida da mesma forma, ou absolvida. Afirmou que tem a honra de conhecer quatro Vereadores que aqui estão, a Catarina, o João Carlos, o Sebastião e o Rômulo, os outros não teve ainda oportunidade de conhecer e acha que são pessoas bastante dignas para que compreendam a intenção de sua denúncia. Acha que a partir do momento que alguma denúncia ou suspeita paira, esta deve ser investigada, se de alguma forma a denúncia para, se o seu rito é impedido, fica alguma dúvida e esta é muito pior do que a certeza. Quando apresentou esta denúncia, é na intenção que tudo se esclareça, tanto na justiça os processos contra o ex prefeito que ele sabe que existem, assim como o relatório que o Sr. Roosevelt, o Sr. João Carlos e o Sr. Fábio que não está aqui presente, fizeram com tanto profissionalismo e competência. Aqui existem coisas que precisam ser esclarecidas, citando que a imprensa está presente e isto faz com que a decisão dos Vereadores em prosseguir e acatar ou não a sua denúncia se torne público e chame a responsabilidade de todos os Vereadores daquilo que decidirem. Tem certeza que todos as pessoas que vivem nesta cidade querem e sentem a necessidade de saber quem é que está certo e quem é que está errado e das providências a serem tomadas e que são cabíveis. Disse que era preciso que um eleitor, conforme diz a lei, pedisse a instauração de uma comissão processante para que esta seja instalada imediatamente, nesta reunião inclusive, composta de três pessoas que vão investigar com profundidade a denúncia apresentada. Por saber da responsabilidade de todos os Vereadores aqui presentes, porque negando a instauração da comissão, eles estarão chamando para si a responsabilidade das denúncias aqui apresentadas, então ou a Câmara instaura a comissão processante ou estará chamando a responsabilidade por

tudo o que está aqui. Agradeceu pela oportunidade e pediu que os Vereadores coloquem em votação para que a gente defina se vamos deixar que estes atritos fiquem atrapalhando o desenvolvimento da cidade ou vamos por fim em tudo isto, em todas as dúvidas e deixar que se prossiga uma administração normal. Prosseguindo, o Sr. Presidente cumprimentou a todos, notadamente os militares em serviço e a imprensa. Disse que neste ano exercendo a presidência da Câmara, não tem nenhum projeto e nenhuma denuncia engavetados, seja por parte da Prefeita ou dos Vereadores e que a denuncia feita pelo Sr. James será deliberada, mas a autonomia da Câmara é o Plenário, o Presidente simplesmente foi nomeado para presidir as reuniões, ele não manda na Câmara, a decisão sempre foi do Plenário e o Presidente juntamente com o Executivo e o Legislativo foi eleito para servir a população e ele simplesmente faz parte dele e o faz com muita honra, com muita responsabilidade. Está no segundo mandato e como nada aqui é engavetado, vai continuar assim e a responsabilidade de por em votação é sua e vai ser feita. A seguir passou-se para a deliberação acerca da denuncia por crime de responsabilidade contra a Prefeita Municipal de Ijaci, Sra. Maria Horaci de Oliveira, impetrada pelo Sr. James Cambaia Leão. De acordo com o inciso 2º do art. 5º do Decreto lei 201 de 27 de fevereiro de 1967, foi determinada a leitura do inteiro teor da referida denuncia. Ato contínuo, o Sr. Presidente anunciou que seria procedida naquele momento a votação quanto ao seu recebimento, informando que a denuncia seria recebida se obtivesse o voto favorável de seis Vereadores, ou seja, dois terços dos membros desta Câmara, conforme dispõe o artigo 86 da Constituição da República e o artigo 91, parágrafo 3º da Constituição do Estado de Minas Gerais e não pelo voto da maioria dos presentes, conforme vem descrita na denuncia. O Sr. James solicitou permissão para falar, tendo o Sr. Presidente consultado o plenário que se posicionou de maneira contrária, com a alegação de que a palavra já tinha lhe sido liberada. Desta forma, a denuncia foi colocada em votação, tendo o Sr. Presidente dito que os Vereadores que estivessem de acordo com o seu recebimento, permanecessem sentados e os contrários ao seu recebimento, ficassem de pé e se manifestassem, sendo que todos os Vereadores se levantaram, votando assim contrários ao recebimento da denúncia. Diante do resultado da votação, o Sr. Presidente declarou que o recebimento da denuncia foi rejeitado por sete votos. O Sr. James pediu para colocar uma questão de ordem, tendo o Sr. Presidente lhe negado conforme deliberação do plenário, tendo o Sr. James dito que gostaria de falar somente que falta um Vereador na reunião, ao que o Sr. Presidente disse que dá o direito para todos, mas tem de cumprir o Regimento, depende do Plenário e a denuncia foi rejeitada. Prosseguindo, em relação ao pedido feito pelo Sr. Heitor Inêz de Oliveira, o Sr. Presidente disse que se o Sr. Cipriano Antonio Caetano foi devidamente diplomado pelo Cartório Eleitoral e na sua opinião, a princípio não cabe a Câmara comprovar sua insanidade mental. Com a concordância do Plenário, o Suplente de Vereador Cipriano Antonio Caetano presente à reunião, fez uso da palavra para solicitar que lhe fosse liberada cópia do requerimento feito pelo Sr. Heitor Inêz de Oliveira. Prosseguindo, o Sr. Presidente franqueou o uso da palavra aos Srs. Vereadores, tendo a Vereadora Jussara Alves Resende comunicado que já se encontra em andamento o curso para as cantineiras e que através de um pedido feito por ela, foram adaptados dois banheiros para deficientes no prédio da Escola Municipal Padre Emílio Luiz Lunks e ainda instalada rampas para que os deficientes possam se locomover sem constrangimentos. Disse que ao ler a Tribuna de Lavras, edição do dia 27 de agosto, tomou conhecimento de um projeto em tramite na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o qual obriga os estabelecimentos de ensino a darem condições de acesso e adaptações de instalações para deficientes num prazo de cinco anos. Assim, como pode ser visto, em nosso municipio se estas adaptações já encontram prontas. Mencionou que conforme convite enviado a esta casa, esta semana ela teve a oportunidade de participar de dois auditórios nas escolas municipais com belas apresentações de peças teatrais, danças folclóricas de nossa região, resgatando assim a nossa cultura e também foi comemorado o dia do soldado, sendo que os alunos foram muito bem preparados e a participação dos assistentes foi ativa. Assim quer parabenizar a direção, as professoras, serviçais, supervisoras e secretárias das escolas municipais pela dedicação ao nossos queridos alunos e deixou um exemplar do jornalzinho "O Planeta Jovem", cuja iniciativa é das professoras das quartas séries. Aos educadores deixou seu reconhecimento pelo trabalho, dedicação, sua paciência durante anos dedicados ao desenvolvimento de nossos estudantes. Deixou ainda um pensamento de Josué de Castro o qual afirma que todos os governos de vanguarda põe em primeiro plano de sua administração o problema da educação pública. Em seguida o Vereador João Carlos agradeceu a presença de todos, notadamente os militares

que prontamente atenderam ao pedido do Sr. Presidente para participarem desta reunião. Em relação à comissão, disse que o seu trabalho foi feito com total transparência e volta a repetir que o que está relatado nele foi comprovado através de documentos. No seu entender, o município estava atravessando uma total decadência, foi um período que a gente estava passando dificuldades de vários aspectos, sobretudo em relação ao funcionalismo público que passou por dificuldades por atrasos de pagamentos e que hoje graças a Deus e à nossa Prefeita, estas dívidas foram quitadas o que é necessário para que os servidores sustentem suas famílias. A Prefeitura foi pega com tudo zerado, a frota de veículos toda derrubada, hoje não está boa não, mas está cinqüenta por cento melhor. Citou projeto de sua autoria, o qual facilitará à administração doar padrões para a comunidade, onde muitos proprietários até sacrificam a alimentação de sua família para construir sua casinha e assim o Município começou a deslanchar e vem acompanhando a administração que está caminhando em linha reta e se a gente optasse por uma Comissão Processante, o Município ia parar de novo e assim quem ia perder eram nossos cidadãos, em especial aqueles que necessitam do apoio da administração pública, aqueles que não tem de onde tirar e que vem atrás do Município que tem demonstrado que está pronto para servir. Em relação ao requerimento que foi feito em desfavor da pessoa do Sr. Cipriano que é um pessoa que ele conhece e que pensa como ele, pensa pelo povo, principalmente aqueles carentes, acha que foi uma falha muito grande, pois trata-se de uma pessoa muito lúcida e da parte de quem fez este pedido foi uma covardia, pois é uma pessoa que todos conhecem e do qual não existem reclamações e como pôde averiguar, foi um excelente Vereador. Finalizou agradecendo a presença de todos, que continuem participando e acredita que o Município irá trilhar o caminho do progresso. Em seguida o Vereador Roosevelt mencionou que na denuncia do Sr. James foram apontadas a existência de algumas dúvidas, porém ele e pelo que parece, os demais Vereadores, não têm dúvidas, afirmando que as irregularidades apontadas pelas Comissões se referem mais à falta de documentação. Afirmou que as Comissões não conseguiram comprovar superfaturamento e foram feitos os relatórios que já se encontram em poder de órgãos mais competentes para que seja investigado. Sobre os atritos que estão existindo, disse que a situação atual é completamente diferente daquela de quatro anos atrás, quando era bem pior. Disse que como o denunciante mesmo citou, não conseguiu vencer os quatro anos no Poder Executivo e teve em torno de quarenta processos, imagine se tivesse completado o mandato, teria muito mais do que isso. Disse que tudo o que está aqui foi enviado para a justiça, ele foi contra a denuncia, mas se houver irregularidades, estas serão apuradas pelos órgãos competentes, mas por enquanto é muito cedo para abrir uma comissão processante, é melhor aguardar mais um pouco e se aparecerem mais dúvidas, estaremos fazendo relatório e enviando para a justiça, pois não vamos fechar os olhos diante de irregularidades. Prosseguindo, a Vereadora Jussara pediu para fazer um complemento em sua palavra, citando que na denuncia foi pedido, caso fosse procedente, para que ela não participasse da comissão devido ao elogio que ela fez à Prefeita e quer dizer que se sente à vontade para fazer, pois quando a pessoa está fazendo alguma coisa de bom para o município, merece seus elogios principalmente na área de educação e fez estes elogios na hora certa e que sempre fará quando houver necessidade e quer dizer também que se tiver necessidade de investigar, ela também estará pronta para fazê-la. Em seguida a Vereadora Catarina disse que gostaria de reforçar a palavra do Vereador João Carlos em relação ao caso do suplente Cipriano, mencionando que ele acompanhou a campanha para a eleição da prefeita e se trata de uma ótima pessoa, não tem nada contra ele e que não tem nada contra o Sr. Heitor, mas acha que a prefeita teria que apóia-lo, porque quem subiu no palanque com ela, quem acompanhou foi o Cipriano e não o Sr. Heitor. Assim acha que a Câmara tem de analisar este fato e todos os Vereadores deverão apóia-lo. Com relação a citação do denunciante dela não poder participar da comissão processante, disse que realmente fez o elogio à Prefeita, vez que depois de quarenta anos é que olharam para a Vila Aparecida, em especial a descida onde mora sua mãe, já que o maquinário está no local para pavimentar a rua. O posto de saúde, como ficou sabendo, terá aparelhagens como ultrassom, raio x, coisas que aqui nunca teve e isto em apenas oito meses. Então ela não tem nada que queixar e não tem como dizer que ela não está fazendo, porque está aí para todo mundo ver e se quiser pode ir averiguar, principalmente a equipe de reportagem da televisão, se quiserem pode ir lá filmar. Disse que estamos aqui para investigar, mencionando que o próprio denunciante citou conhecê-la e ela por sua vez o conhece e à sua esposa, de quem gosta muito. O Vereador Marleu usou a palavra para manifestar seu apoio ao Sr. Cipriano e afirmou ainda que seu nome também foi

citado para não participar da comissão e disse que os relatórios já foram enviados para o Ministério Público e não é bom passar à frente deste. Finalizou agradecendo a Prefeita pelo trabalho que ela vem fazendo. Os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, em nome do Conselheiro Tutelar Rondinelli Vitor dos Reis Mesquita, o servidor Nelson apresentou o convite aos Srs. Vereadores e demais presentes para participação no campeonato de pipas que seria realizado no domingo, dia 04 de setembro no antigo campo do Milionários com a participação do pessoal da Cemig que iria fazer uma palestra quando ao modo correto de praticar este esporte. O Vereador João Carlos pediu para acrescentar mais um pedido, este direcionado ao DER/MG para que fosse requerido informações sobre quem deu a concessão para a empresa de ônibus São Cristóvão de trabalhar de Macaia a Lavras e Ipiranga a Lavras. Se foi realizada uma licitação para este serviços e ainda até quando vai esta concessão. No seu entender a São Cristóvão passa por cima de seus usuários, como o problema que ele trouxe na reunião e nada foi feito em relação ao trajeto do ônibus na cidade de Lavras que tanto dificulta a vida dos cidadãos e ainda o fato de não cumprirem o dever para com os nossos idosos que têm o direito de andar sem pagar a passagem. Gostaria que o DER informasse como foi feita a negociação, pois talvez haja alguma coisa que beneficie nossa população, porque acha que eles nos tratam como se fossemos cachorros, o que não somos e aquele dinheiro que a gente paga é honrado e suado e está disposto até citar a empresa judicialmente para procurar os direitos de nossos cidadãos. Passando-se para a Segunda Parte, o Sr. Presidente encaminhou os projetos apresentados na reunião para parecer no prazo regimental, tendo o Vereador Roosevelt solicitado votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 43/2005. Submetido ao Plenário, o pedido foi APROVADO pela sua unanimidade. Prosseguindo, fez-se a votação dos requerimentos apresentados, sendo que todos foram APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos, aditando-se o pedido verbal feito pelo Vereador João Carlos para consulta ao DER/MG. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de lei nº 43/2005 que “autoriza contratação por prazo determinado e dá outras providencias” tendo este sido APROVADO pela unanimidade do Plenário 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se seu envio ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 09 de setembro, às 19 horas para deliberação dos projetos em tramite e demais projetos ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 09 (nove) dias do mês de setembro de 2005, sexta-feira, às 19:00h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos. Inicialmente foi procedido o rito de posse do suplente de Vereador pela coligação “Ijaci Levada a Sério” que na eleição proporcional envolveu os partidos PHS/PSB. Para tal, o Sr. Presidente determinou a leitura do requerimento subscrito pelo Vereador Fábio Mesquita de Almeida para prorrogação de sua licença enquanto estiver ocupando o cargo de Secretário Municipal de Ação Social, nos termos do artigo 24, inciso V do Regimento Interno e art. 32, inciso I da Lei Orgânica Municipal. Concluída a leitura do requerimento, o mesmo foi APROVADO pela unanimidade do Plenário. Prosseguindo, o Sr. Presidente convidou o Sr. Cypriano Antonio Caetano, 1º suplente da coligação, para apresentar seu diploma e sua declaração de bens que foram repassados para conferencia dos demais Vereadores. Após o Sr. Cypriano foi convidado a prestar juramento nos seguintes termos: “prometo cumprir dignamente o mandato a mim confiado, guardar a Constituição e as Leis, trabalhando pelo engrandecimento deste Município”. Em seguida o Sr. Presidente declarou “de acordo com a Lei Orgânica Municipal e as atribuições que me conferem como Presidente da Câmara Municipal, confirmo o juramento e declaro o Sr. Cypriano Antonio Caetano empossado no cargo de Vereador enquanto perdurar a licença do Vereador Fábio Mesquita de Almeida”. Assim, o Vereador empossado foi convidado a assinar o livro de presenças e a ocupar a sua cadeira. Prosseguindo, foi determinada a

leitura da ata da 22ª reunião ordinária, tendo sido aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Em seguida passou-se para a apresentação dos comunicados constantes de: Pedido de ajuda para pagamento de consulta médica feito pela Sra. Zilá. Ofício nº 283 do Gabinete da Sra. Prefeita, contendo resposta aos ofícios 129, 133, 135, 139, 143, 149 e alguns requerimentos enviados por esta Câmara. Carta subscrita pelo Sr. Heitor Inêz de Oliveira, contendo retratação sobre o requerimento para procedimento investigatório sobre o então suplente Cypriano Antonio Caetano, citando que foi um ato impensado e por isso pede desculpas. Requerimento subscrito pelos Vereadores João Carlos Espedito e Rômulo Elias indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando da Secretaria Municipal de Ação Social que seja feito um cadastro aprofundado em relação às pessoas que não apresentam condições financeiras para compra de padrões de energia elétrica. Requerimento subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando que periodicamente, já a partir do mês de outubro, sejam contratados shows com artistas gospel e que nas demais promoções patrocinadas pela municipalidade, sejam incluídas tais apresentações. Requerimento subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando a possibilidade de contratar uma fonoaudióloga para atender as crianças das escolas municipais. Requerimento subscrito pelo Vereador Roosevelt Aparecido Gomes indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a empresa de ônibus São Cristóvão solicitando a colocação de mais dois horários de ônibus, sendo um no período da manhã por volta das 6:30 e outro no período da tarde, por volta das 17 horas, estendendo-se desde o Ipiranga até a ponte do Rio Capivari, alegando que tal pedido é feito em nome da população que reivindica, pois muitas pessoas freqüentam aquele local para trabalho ou lazer. Requerimento subscrito pelos Vereadores João Carlos Espedito, Rômulo Elias e Jussara Alves Resende solicitando licença para se ausentarem da reunião ordinária do dia 16 de setembro, visando participação no 115º Congresso Nacional de Vereadores, Prefeitos, Vice Prefeitos, Secretários Municipais e Assessores promovido pela União Nacional dos Vereadores nos dias 13 a 16 de setembro, em Belo Horizonte. Para ciência dos Srs. Vereadores, foi lido o requerimento subscrito pela Vereadora Catarina Gonçalves de Castro e pelo Sr. Valdor Lúcio de Souza datado de 06 de setembro e endereçado à Sra. Prefeita, contendo solicitação para alargamento da rua no prolongamento do Beco Mariana Isabel de Jesus, instalação de postes para iluminação pública e construção de rede coletora de esgotos. Relativo aos projetos de leis, fez-se a leitura dos seguintes: Nº 46/2005 que “altera a lei Municipal nº 818 de 30 de junho de 2005 que cria o Conselho Municipal de Ação Social e dá outras providências” e nº 47/2005 que “dispõe sobre a política municipal de atendimento e amparo ao idoso, cria o Conselho Municipal e o Fundo Municipal dos idosos e dá outras providências” ambos encaminhados pela Mensagem nº 25 de 2005. Fez-se ainda menção aos projetos de leis 41, 42 e 44 de 2005 em pauta para deliberação na reunião. Prosseguindo, o Sr. Presidente saudou o Vereador Cypriano Antonio Caetano, dando-lhe boas vindas, afirmando que o seu retorno a esta Casa é uma grande alegria e tem certeza que o mesmo irá desempenhar um importante papel em prol de nosso Município. Disse que este é o trabalho que aos Vereadores foi confiado e no qual todos devem se empenhar. Finalizou pedindo as bênçãos de Deus para o novo Vereador como para todos os demais para que possam cumprir esta missão com fidelidade. Após franqueou o uso da palavra, tendo a Vereadora Jussara dito ser uma grande alegria receber o Sr. Cypriano Antonio Caetano como Vereador, dando-lhe boas vindas e desejando-lhes muitas felicidades neste trabalho. Em nome do Sr. Mauricio Rosemberg Campos, agradeceu aos Vereadores e ao Executivo pela oportunidade dada à Banda Oxigênio por ocasião dos shows promovidos por ocasião do dia da Pátria. Cumprimentou a Administração pela aquisição de dois micro ônibus, sendo um para a área de educação e outro para a área de saúde e que será de grande valia e importância para a nossa comunidade. Manifestou ainda seu contentamento pelo envio do projeto de lei nº 47 que dispõe sobre a política municipal de atendimento e amparo aos idosos, pois estes precisam ser bem cuidados, citando os vários programas voltados para a promoção e lazer dos idosos que serão desenvolvidos na Secretaria de Ação Social que está sendo bem administrada pelo Vereador licenciado Fábio Mesquita de Almeida. Em seguida o Vereador João Carlos cumprimentou e traçou elogios ao novo Vereador Cypriano Antonio Caetano, dizendo que o mesmo exercerá este cargo com muita responsabilidade e dignidade e acima de tudo com muita honestidade, assim como os demais Vereadores que trabalham pela melhoria de nosso Município. Mencionou o projeto de lei que cria a política municipal de atendimento e amparo aos idosos, afirmando que para estes precisa ser dispensado muito cuidado e o que está sendo proposto neste projeto irá dar suporte para que eles sejam tratados com dignidade, que nada mais é que um direito do ser humano. Disse que os jovens as vezes não entendem e não cuidam dos idosos, deixando-os até ignorados e assim parabeniza a Prefeita pelo envio deste projeto. Sobre seu requerimento para inclusão de shows com artistas gospel, disse que a intenção é de influenciar a juventude para tomar mais o caminho das religiões, vez que atualmente existe muita coisa para desencaminhar os jovens, levando-os às drogas e a marginalidade, ao passo que para a área espiritual existe pouca coisa e a realização de festas deste tipo com certeza trará muito benefício espiritual para nossa cidade. Sobre o requerimento apresentado por ele e pelo Vereador Rômulo acerca da doação de padrões, citou o loteamento feito na administração passada no antigo campo de futebol do bairro da Serra, afirmando que visitaram o local e constataram que o loteamento foi muito mal feito, vez que deveriam ter feito um croqui para que as casas tivessem privacidade, pois doaram os lotes para que as pessoas fizessem suas casas praticamente uma em cima da outra. Desta maneira, os moradores daquele loteamento devem ser contemplados com

rede de água e esgoto, asfalto e energia elétrica. Por isso estão pedindo que a Prefeitura forneça estes padrões, pois como já disse, muitos sacrificam a compra de alimentos e vestes para a família para poderem construir suas casas. Afirmou ter conversado com a Sra. Prefeita que se mostrou interessada em ajudar, mas pediu que passasse um requerimento por esta Câmara para dar suporte a ajuda para as pessoas que necessitam. Prosseguindo, o Vereador Marleu e a Vereadora Catarina manifestaram congratulações ao Vereador Cypriano Antonio Caetano, dando-lhes boas vindas e desejando felicidades na execução dos trabalhos, tendo a Vereadora citado ainda que isto é a recompensa pelo trabalho que por ele foi realizado em prol da coligação que os elegeram. Em seguida, o Vereador Roosevelt desejou boas vindas ao Vereador Cypriano, desejando-lhe boa sorte e sucesso, citando que ele já passou por esta Casa e realizou em excelente trabalho. Em relação à carta encaminhada pelo Sr. Heitor, na qual contém pedidos de desculpas pelo que fez, entende que realmente ele agiu errado, foi um ato impensado e não deveria ter feito da forma que fez. Ao que parece, ele se encontra afastado da Prefeitura nestes dias, não sabendo ao certo o motivo, se foi demitido ou não e o que ele fez, realmente, deixou muitas pessoas chateadas e magoadas. Porém na sua opinião cabe um voto de perdão, na Prefeitura ele vinha fazendo um bom trabalho e assim pediu que fosse enviado um ofício para a Sra. Prefeita para que analise sua situação. Em seguida o Vereador empossado Cypriano Antonio Caetano cumprimentou a todos e disse estar com muita honra e muito orgulho em poder participar desta nova administração onde todos são seus amigos e gostaria também de elogiar a Prefeita pelo trabalho que vem fazendo, que Deus ajude que ela prossiga fazendo as melhorias para a população. Disse que, prosseguindo no cargo, irá apresentar alguns pedidos para a Sra. Prefeita, sendo que sua intenção é ajuda-la a administrar. Finalizando, manifestou seu apoio aos projetos, afirmando que são importantes e ainda parabenizou os Vereadores pelos requerimentos que estão sendo apresentados. Não havendo outros pronunciamentos, em ato contínuo, passou-se para a Segunda Parte, tendo sido registrado o pedido de votação em regime de urgência para os projetos em pauta a saber: N° 41 pelo Vereador Roosevelt, n° 42 pela Vereadora Jussara, n° 44 pelo Vereador Marleu, n° 46 pelo Vereador Rômulo e n° 47 pelos Vereadores Rômulo, Carlos e Jussara sendo que todos os pedidos foram APROVADOS pela unanimidade do Plenário. Em seguida, fez-se a votação dos requerimentos apresentados, sendo que todos foram APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos, aditando-se o pedido verbal feito pelo Vereador Roosevelt na questão da retratação do Sr. Heitor Inêz de Oliveira. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de lei n° 41/2005 que “autoriza acordo para pagamento de débito cobrado em execução judicial e dá outras providencias” tendo este sido APROVADO pela unanimidade do Plenário 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Após fez-se a votação do projeto de lei n° 42/2005 que “autoriza pagamento de multa de trânsito e dá outras providencias”, tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Em seguida, fez-se a votação do projeto de lei n° 44/2005 que “altera redação do parágrafo único da Lei n° 673 de 28/11/97, de autoria do Vereador João Carlos Espedito, tendo sido APROVADO pela unanimidade Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Prosseguindo, fez-se a votação do projeto de lei n°46/2005 que “altera a lei Municipal n° 818 de 30 de junho de 2005 que cria o Conselho Municipal de Ação Social e dá outras providencias” tendo sido APROVADO pela unanimidade Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Por ultimo, fez-se a votação do projeto de lei n° 47/2005 que “dispõe sobre a política municipal de atendimento e amparo ao idoso, cria o Conselho Municipal e o Fundo Municipal dos idosos e dá outras providencias” tendo sido APROVADO pela unanimidade Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se o envio das redações finais ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 16 de setembro, às 19 horas para deliberação dos projetos ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de setembro de 2005, sexta-feira, às 19:00h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de 08 (oito) Vereadores, ausente a Sra. Jussara Alves Resende, conforme licença aprovada na reunião anterior. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 23ª reunião ordinária, que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Em seguida passou-se para a apresentação dos

comunicados constantes de: Ofício nº 680/2005 subscrito pelo Deputado Estadual Dílzon Melo comunicando liberação de cinco mata burros para o Município. Convite encaminhado pelos dirigentes da Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério de Cerâmicas contendo convite para festividades durante o mês de setembro. Ofício da Escola Municipal Pe. Emilio Luiz Lunks informando que o dinheiro doado pelos Vereadores para compra de camisetas para as festividades do dia da Pátria não foi utilizado e se estes concordarem, o dinheiro será revertido para a Caixa Escolar, caso contrário, será devolvido. À unanimidade, os Vereadores concordaram em doar o dinheiro para a Caixa Escolar. Ofício subscrito pelo Chefe de Gabinete da Prefeitura, Raniere Aparecido de Souza, o qual contem solicitação de fornecimento de cópias dos autos dos processos instaurados durante a Legislatura 1997/2000 que apurou a destinação dada a 380 sacos de cimento e à venda e doação de madeira de propriedade do Município, conforme requisitado pelo Delegado de Polícia Civil de Lavras, Dr. Wagner Martins Guimarães através do ofício nº 70/05 DPCL. Ofício nº 212/05 da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lavras encaminhando, para conhecimento desta Câmara, denuncia apresentada pelo ex-prefeito Clébel Ângelo Marcio Pereira naquela Promotoria. Foram apresentados os seguintes requerimentos: do Vereador Cypriano Antonio Caetano indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando seja procedido um acerto na Rua José Marçal, nas proximidades da casa do Batista da Leda, como meio de tapar os buracos e encobrir uma caixa de esgotos, cuja tampa está bem acima do nível da rua. seja procedido um acerto na Rua José Pedro de Castro Filho, que se encontra muito esburacada e sejam adotadas providencias na Rua José Evaristo de Oliveira, visando o escoamento da enxurrada que alaga a rua e invade as casas, sendo que muitos moradores lhe fizeram este pedido, pois já tiveram que altear as soleiras para evitar o alagamento de suas casas. Requerimento subscrito pela Vereadora Catarina Gonçalves de Castro indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando serviço de patrol e colocação de muafa na estrada de acesso às propriedades do Sr. Pedro Cabral da Silva e do Sr. Lázaro José de Pádua. Requerimento subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando a implantação de um laboratório de informática nas escolas municipais, como meio de serem ministradas aulas para os alunos e ainda que este laboratório seja equipado com internet banda larga para facilitar a pesquisa de assuntos referentes ao aprendizado dos alunos, bem como sejam disponibilizados um computador e um servidor para atender a população de baixa renda que necessitar de serviços de internet tais como declaração de isentos da Receita Federal e cópia de formulários utilizados pela Previdência Social. Requerimento subscrito pelo Vereador Roosevelt Aparecido Gomes indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando a reintegração do Sr. Heitor Inêz de Oliveira no cargo que exercia na Prefeitura, sendo que o mesmo sempre foi um bom funcionário e desempenhava com muita presteza as suas atribuições, entendendo que as atitudes deste servidor em relação ao suplente e agora Vereador Cypriano Antônio Caetano não foram agradáveis, mas enfatizando que o mesmo servidor se retratou enviando um ofício à Câmara pedindo desculpas aos Vereadores, principalmente ao Vereador Cypriano Antônio Caetano. Apresentação do balancete de receita e despesa da Câmara Municipal referente ao mês de agosto de 2005. Leitura e envio às Comissões Permanentes do projeto de resolução nº 03/2005 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar”. Tendo em vista, a denuncia feita ao Promotor pelo Sr. Clébel em face da Prefeitura não estar enviando os balancetes de forma completa, o Sr. Presidente mencionou ofício enviado pela Câmara, protocolado na Prefeitura no dia 22 de agosto do ano em curso e que trata da remessa dos balancetes da Prefeitura para a Câmara acompanhada dos documentos que originaram as despesas e citou ainda que pela legislação, eles têm trinta dias para se manifestarem. Prossequindo franqueou a palavra, tendo o Vereador João Carlos exibido um quadro oferecido pela União Nacional dos Vereadores durante o 115º Congresso Nacional realizado em Belo Horizonte, contendo a premiação dos Vereadores campeões de votos, afirmando que isto foi conquistado com a ajuda de Deus e o apoio da população e nada mais justo do que mostrar este quadro. Disse que não foi a Justiça Eleitoral, nem a União Nacional dos Vereadores que lhe deram este quadro e sim a população. Exibiu ainda o certificado de participação no referido congresso, afirmando que nestas reuniões, aprende-se muitas coisas importantes, citando como exemplo, a atitude adotada numa Prefeitura que veio de encontro justamente com o requerimento que ele havia programado para apresentar nesta reunião a respeito de disponibilidade para pesquisas na internet. Nesta cidade foram espalhados quiosques para que a população fizesse

pesquisas na internet, sendo alunos, pessoas do comércio, aposentados e esta Prefeitura foi homenageada até a nível internacional. Disse que é um procedimento que dá suporte para pesquisas da população, sendo assim de fundamental importância. Em relação ao requerimento do Vereador Roosevelt, pelo que consta o Oliveira está arrependido do que fez, porém, deveria ter pensado antes. O pronunciante disse que requereu à presidência para levar este fato ao conhecimento da Sra. Prefeita e sendo assim, não tem como voltar atrás na sua opinião, reafirmando que a atitude do Oliveira foi cruel. Não tem nada contra sua pessoa, mas ele falhou com a comunidade e apesar de falarem que ele estava prestando um excelente serviço na Prefeitura, num momento de falha ele humilhou uma pessoa, sendo que ele não tinha nada a ver com isto. Infelizmente ele está colhendo aquilo que plantou, não foi nada que ninguém pôs na mão dele, simplesmente ele teve uma atitude, não sabe se sozinho ou com participação de alguém e desta forma se posicionou de maneira contrária ao envio de ofício. Prosseguindo, o Vereador Cypriano mencionou seu requerimento, citando o pedido que lhe foi feito pelos moradores da Rua Jose Evaristo de Oliveira para escoamento da enxurrada que alaga suas casas, sendo que alguns chegaram a altear a soleira de suas portas e como está chegando o período das águas pede que a Prefeita olhe esta questão com carinho para favorecer aqueles moradores. Quanto a Rua José Marçal, existe uma tampa de rede de esgoto que está bem acima do nível da rua, o que pode estragar algum veículo ou mesmo causar um acidente com moto ou bicicleta e assim pede que seja encoberta para evitar maiores problemas. Em relação à Rua José Pedro de Castro Filho, esta se encontra bastante esburacada e se puder ser arrumada, ele ficará contente, bem como os moradores. Apresentou mais um pedido em relação à instalação de uma torre de telefonia celular na cidade, a exemplo do sinal de televisão que foi instalado, o que deixou a população muito agradecida e da mesma forma seria bom que implantasse o sinal de celular. Finalizou agradecendo a Prefeita pelo que ela tem feito e agradeceu a todos pela presença. Em relação ao pedido de instalação de telefonia celular, o Vereador João Carlos disse ter feito contatos com várias empresas do setor e nenhuma mostrou interesse em instalar sinal em cidade pequena, vez que alegam não terem retorno. Resta a possibilidade da operadora "Claro" instalar seu sinal e em certos pontos da cidade quem tem aparelho GSM da "Tim" está conseguindo fazer ligações. Em seguida, com a concordância do Plenário, foi liberada a palavra para a visitante Luciana das Graças Silva que pediu ajuda para compra de telhas e madeira para cobrir sua casa em construção. O Sr. Presidente disse que fica a critério dos Vereadores e que também irá encaminhar o pedido para a Sra. Prefeita. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, tendo sido decidido pela votação em regime de urgência do projeto de resolução nº 03/2005 sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário. Em seguida, fez-se a votação dos requerimentos apresentados pelos Vereadores Cypriano Antonio Caetano, Catarina Gonçalves de Castro e João Carlos Espedito sendo APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos, aditando-se o pedido feito pela visitante Luciana das Graças Silva. O requerimento impetrado pelo Vereador Roosevelt Aparecido Gomes foi REJEITADO após obter 02 (dois) votos favoráveis, sendo dos Vereadores Roosevelt e Carlos, 04 (quatro) votos contrários, sendo dos Vereadores João Carlos, Marleu, Rômulo e Cypriano e 01 (um) voto em abstenção da Vereadora Catarina, determinando-se seu arquivamento. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de resolução nº 03/2005 que "dispõe sobre abertura de crédito suplementar" tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, transformando-se na Resolução Legislativa nº 461/2005. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 07 de outubro, às 19 horas para deliberação dos projetos ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro de 2005, quinta-feira, às 18:00h (dezoito horas) no salão de reuniões da Câmara

reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos, determinando-se a leitura do edital de convocação da reunião em deferimento ao requerimento feito pelos Vereadores João Carlos Espedito, Rômulo Elias, Catarina Gonçalves de Castro e Jussara Alves Resende cuja ordem do dia versa sobre a deliberação dos seguintes projetos de leis: Nº 48/2005 que “altera redação do artigo 4º da lei municipal 794 de 29 de dezembro de 2004 (Lei Orçamentária Anual) e dá outras providencias. Nº 51/2005 que “altera redação dos itens 20 e 22 do anexo I da lei municipal 809 de 10 de maio de 2005 e dá outras providencias”. Nº 52/2005 que “institui o programa de combate ao desemprego e incentivo à qualificação profissional do município de Ijaci e dá outras providencias”. Nº 53/2005 que “cria o programa de incentivo à alimentação as pessoas carentes e dá outras providencias” sendo estes encaminhados pela Mensagem nº 26. Projeto de lei nº 54/2005 que “altera redação do inciso II e acrescenta o inciso III da Lei Municipal nº 829 de 05 de setembro de 2005”, encaminhado pela Mensagem nº 27. Prosseguindo, fez-se a leitura dos projetos descritos acima, sendo que para o projeto de lei nº 51, foi apresentada uma emenda modificativa subscrita pelo Vereador Cypriano Antonio Caetano. O Sr. Presidente determinou o aditamento das seguintes matérias: Comunicado do Fundo nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para programas na área de saúde do Município. Ofício nº 291/2005 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhando o balancete mensal da receita e despesa referente ao mês de agosto de 2005. Em seguida houve debate acerca do teor de uma carta anônima, cuja cópia foi encaminhada pela 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lavras, através do ofício nº 231/2005, sendo abordada, dentre outros, a questão do superfaturamento na compra do terreno pela municipalidade. Submetida a Assessora Jurídica, esta disse que se for decidido pelos Vereadores poderá ser providenciada uma resposta ao Promotor de Justiça, enfatizando todas as questões levantadas em relação à Câmara Municipal. O Vereador João Carlos disse que acompanhou o processo de negociação e pôde presenciar várias propostas como a do André que pediu duzentos e vinte mil reais numa área de setenta mil metros quadrados, outro terreno no valor de cento e oitenta mil reais com área de quarenta e seis mil metros quadrados e o terreno adquirido por duzentos e trinta mil reais tem mais de cem mil metros quadrados. Disse ainda que foram em três imobiliárias, a Ticle Imóveis, a Peça Imóveis e no Capitão Paulo, onde foi dito que o valor por metro quadrado de terreno nesta região oscila de dois a cinco reais e assim ele tem total convicção que o preço praticado foi o de mercado. A Vereadora Jussara disse que a intenção que levou os Vereadores a se empenharem na compra deste terreno se deve ao fato de quando existe a possibilidade de uma empresa se instalar nesta cidade, sempre falta o local para ser oferecido e assim com a compra deste terreno, fica mais fácil a instalação destas empresas que aumentará a oferta de serviços para nossa população. O Sr. Presidente disse que na compra deste terreno, uma parte dos Vereadores teve acesso e como disse o Vereador João Carlos, foi realizada uma pesquisa em algumas imobiliárias. Também foi ressaltado o fato do terreno estar dentro do perímetro urbano. Em relação à citação de dinheiro dado aos Vereadores, o Sr. Presidente disse que foi citado no mandato passado, mas até hoje este dinheiro não chegou na sua mão e que está aqui é para trabalhar e não para fazer corrupção, pois aprendeu a trabalhar desde criança. Sabe que não vai resolver todos os problemas, mas no que puder, irá ajudar o Município e os Vereadores. Em seguida foram apresentados os requerimentos subscritos pelo Vereador Carlos Antônio Aparecido Barbosa, indicando, após manifestação do Plenário, envio de ofício para a Sra. Prefeita solicitando: Seja instalado um mata-burro no acesso à propriedade do Sr. José Cozinheiro, enfatizando que o mesmo já possui o mata-burro, dependendo apenas do serviço de instalação. Sejam instaladas manilhas na estrada do Ipiranga na divisa entre os terrenos do Sr. Julio e o Sr. José Pequeno, objetivando canalizar a água da enxurrada que passa no local e que está impedindo a passagem de pessoas a pé. Conforme pedido do Sr. José Pequeno, que seja instalado um mata-burro no inicio da estrada de acesso à propriedade desde senhor, situada no Bairro Ipiranga. E por fim seja remetido expediente para a Sra. Prefeita no sentido de que sejam envidados esforços para que nossa cidade possa ter uma agencia bancaria, ou pelo menos um posto de atendimento equipado com caixa eletrônico 24 horas, sugerindo para tal, seja promovida uma mobilização envolvendo a administração, vereadores, empresários, comerciantes e representantes da população para atrair o interesse de estabelecimentos bancários e conseqüentemente proceder às negociações pertinentes. Prosseguindo, a palavra foi franqueada, tendo a Vereadora Jussara dito que foi eleita e é filiada no PT e que este partido sempre teve como compromisso, um Brasil mais justo. Porém, como todos têm acompanhado através dos noticiários, por causa de alguns dirigentes, o partido enfrenta a maior crise da história política, embora não seja somente este, mas também outros partidos. Citou palavras do Frei Beto onde afirma que não é por causa de alguns dirigentes que se pode atingir e responsabilizar todos os simpatizantes e militantes do partido. Disse que está triste e indignada, pois algumas pessoas estão dizendo para tomar cuidado com ela, pois ela é do PT e sendo assim deixa algumas interrogações: A sua pessoa pode ser responsabilizada pelos atos de alguns dirigentes do PT? Pode-se culpar os doze apóstolos por lá ter existido um traidor? Ela tem que pagar pelos erros de alguns dirigentes do Partido? Disse estar aborrecida, pois a cidade é pequena, onde todos se conhecem e gostaria que a considerasse como a Jussara Alves Resende e não como a Jussara filiada ao PT, a uma sigla de

partido. Disse que está nesta Câmara para defendê-la e trabalhar pela população em especial os menos favorecidos e faz este trabalho com honestidade defendendo a união de todos, pois o que conta é a pessoa e não o partido. Disse que o PT sangra, mas torce para que tudo seja apurado e os culpados punidos e citou que é preciso separar o joio do trigo na hora certa. Voltou a mencionar os boatos em relação ao seu nome, enfatizando que gostaria de ser reconhecida simplesmente como a Jussara, moradora de Ijaci. O Sr. Presidente disse que sabe das qualidades da Vereadora e lhe manifestou seu apoio, afirmando que a sigla do partido não indica que todos são corruptos, mas sim alguns incompetentes que foram eleitos para cumprir o que o país precisa. Assim não se deve julgar as pessoas pela sigla e que o PT em si não tem nada a ver com a corrupção, mas sim os corruptos que estão lá. Como Presidente da Câmara agradece a unanimidade de votos que teve e está aqui para trabalhar e não para se aparecer. O Vereador João Carlos disse que aqui já foi atacado, quando disseram que ele queria ser presidente da Câmara somente para montar comissões. Disse que não se montam comissões se não tiver nada de errado e como todos sabem, onde tiver sujeira, ele não está no meio. Disse que não quer ser presidente da Câmara para montar comissões, vez que seu objetivo, como de todos que aqui estão, é de ser uma pessoa honesta e trabalhar para o Município e se aparecer alguma coisa irregular, todos irão optar por uma comissão para investigar. Citou o que foi feito até hoje e que foi encaminhado para o lugar certo. Disse que as coisas começam a encaminhar e que jamais falou que iria montar comissões para prejudicar alguma pessoa. Pelo contrário, torce para que o Município deslanche e que no pedido de instauração da comissão processante, votou contra, pois achou que seria desnecessária, visto que agora a cidade começa a ir para frente e assim iria perder muito tempo com esta comissão, o que não é seu objetivo, mas sim buscar o que é melhor para o povo. O Vereador Roosevelt afirmou, em relação ao comentário da Vereadora Jussara, que realmente estes boatos chateiam, mas acima de tudo deve ser mantida a união, citando que isto é passageiro, pois hoje estamos aqui, amanhã, ninguém sabe e não é bom sair daqui com raiva ou injuriado com alguém. Disse que está aqui para dar seu apoio e que para muitas coisas não se deve dar muito ouvido. O Vereador Cypriano mencionou os projetos em pauta e quanto à emenda por ele apresentada ao projeto de lei nº 51, disse que não é contra, mas ao conceder o aumento para o advogado, o que é justo, achou por bem aumentar o horário de trabalho das 25 horas como veio no projeto para 30 horas. Em relação ao comentário da Vereadora Jussara, disse que praticamente chegou agora e não disse nada a este respeito e que considera a Vereadora como uma excelente pessoa, não tendo dito nada a seu respeito nem ao partido. O Sr. Presidente determinou ao servidor que fizesse a leitura do requerimento que foi apresentado pelo Sr. James Cambraia Leão onde ele solicitou cópia dos relatórios conclusivos das comissões especiais 08 e 09 de 2005 e cópia da ata onde o seu pedido de instauração de comissão processante foi rejeitado pelo Plenário. Mencionou que alguém na Prefeitura disse que o Sr. James saiu da Câmara com uma mala de papéis, quando na realidade foram fornecidos somente o que fora pedido. Citou o artigo 117 da Lei Orgânica e assim não passou por cima do Plenário, lembrando que quanto colocou o pedido do Clébel em votação, foi devido ao fato de que ele não estava pedindo documentos para si, mas para que a Câmara enviasse para o Ministério Público. Disse que se for depender do Plenário toda vez que tiver um requerimento, então terá que marcar reunião quase todo o dia e no seu entender agiu dentro das normas regimentais. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício passou-se para a Segunda Parte, chegando-se a um consenso para a votação em regime de urgência para os projetos em pauta, à exceção do nº 48/2005, sendo que para o nº 51 o pedido foi feito pelos Vereadores Marleu, Catarina e João Carlos. Para o nº 52 e 53, o pedido foi feito pelos Vereadores João Carlos, Catarina e Carlos e para o 54, o pedido foi feito pelo Vereador Roosevelt, contando com o apoio do Vereador Cypriano. Prosseguindo, fez-se a votação da emenda apresentada ao projeto de lei 51/2005, sendo APROVADA pela unanimidade do Plenário, passando a ser parte integrante do projeto. Após passou-se para a discussão e votação dos projetos de leis pela ordem: Nº 51/2005 que “altera redação dos itens 20 e 22 do anexo I da lei municipal 809 de 10 de maio de 2005 e dá outras providências” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final nos termos da emenda proposta e acatada. Nº 52/2005 que “institui o programa de combate ao desemprego e incentivo à qualificação profissional do município de Ijaci e dá outras providências” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Nº 53/2005 que “cria o programa de incentivo à alimentação as pessoas carentes e dá outras providências” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Nº 54/2005 que “altera redação do inciso II e acrescenta o inciso III da lei municipal nº 829 de 05 de setembro de 2005” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se o envio das redações finais ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 07 de outubro, às 19 horas para deliberação dos projetos em tramite e demais projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 07 (sete) dias do mês de outubro de 2005, sexta-feira, às 19:00h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura das atas da 24ª reunião ordinária e 10ª reunião extraordinária, sendo ambas aprovadas e assinadas pelos Srs. Vereadores. Em seguida passou-se para a apresentação dos comunicados constantes de: Comunicado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca de liberação de recursos para a área de educação do Município. Convite para participação na 2ª Conferencia Municipal de Saúde que será realizada no dia 15 de outubro. Ofícios da Telemar Norte Leste S.A. em resposta a ofícios da Câmara, enviados a partir de indicação da Vereadora Jussara. Comunicados enviados pelo Secretário de Estado de Governo, Danilo de Castro e Deputado Estadual Dilzon Melo acerca de liberação de recursos para a Escola Estadual Maurício Zákha visando reforma de mobiliário e equipamentos da referida escola. Ofício nº 148 subscrito pelo Sr. Fabrício Torres Sampaio, Diretor de Operação de Via do DER/MG em resposta ao ofício nº 157 da Câmara enviado a partir de indicação do Vereador João Carlos. Requerimento apresentado pelo Sr. João Ribeiro, no qual contém solicitação para denominação da praça do bairro Pedra Negra com o nome de sua Mãe, por ter a mesma sido proprietária do terreno onde foi construído o bairro. Requerimento subscrito pelo Vereador Cypriano Antonio Caetano indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando seja dada uma gratificação ao servidor contratado Vilson de Paula Rosa como recompensa pelo excelente e dedicado trabalho que o mesmo executa no treinamento das crianças para a prática do futebol. Requerimento subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando sejam tomadas às devidas providencias para pavimentar ainda neste ano a rua de acesso à Vila Industrial, Rua José Pedro de Castro Filho, Rua Eduardo Carvalho de Oliveira e Rua Gil Ribeiro de Mendonça. Requerimento subscrito pela Vereadora Catarina Gonçalves de Castro indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando, em nome dos moradores da Avenida 31 de Dezembro, sejam adotadas providencias no sentido de canalizar a enxurrada que alaga a referida avenida, desde a padaria do Robertinho até o bar do João Lourival, sendo que esta fica acumulada por vários dias, oferecendo transtornos aos moradores e transeuntes. Requerimentos subscritos pelo Vereador João Carlos Espedito indicando envio dos seguintes expedientes: Para a Sra. Prefeita, solicitando a contratação de um fisioterapeuta para atuar no PSF e por conseguinte atender em domicílio e contratação de mais um pediatra para atender nos postos de saúde, tendo em vista que o atual pediatra atende somente três vezes por semana, o que é incompatível com a demanda. Para a direção do Posto Manezão solicitando adoção de medidas para evitar a constante falta de combustíveis no posto desta cidade, alegando que isto vem trazendo enormes transtornos para os consumidores. Para o escritório regional da CEMIG solicitando informações sobre o fato de ainda não terem sido iniciados os serviços no Município, tais como troca de lâmpadas similares e extensão de rede elétrica, alegando que o débito foi negociado e parcelado, o que até então era o argumento utilizado para o não atendimento por parte da CEMIG. Em seguida foram apresentados os seguintes projetos de lei: Nº 49/2005 que “estima a receita e fixa a despesa do Município de Ijaci para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providencias”. Nº 50/2005 que “cria o cargo comissionado de Chefe do Setor Financeiro e dá outras providencias”, ambos encaminhados pela mensagem 26/2005. Nº 55/2005 que “autoriza parcelamento de débito apurado com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dá outras providencias”. Nº 56/2005 que “autoriza parcelamento de débito apurado com o IPSEMG – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais” ambos encaminhados pela mensagem 28/2005. Prossequindo, fez-se a leitura da denuncia impetrada pelo Sr. James Cambaia Leão, reiterando seu pedido de instauração de uma comissão processante para punição dos envolvidos nos atos lesivos ao erário público e à comunidade de Ijaci pela Exma. Prefeita Municipal e seus assessores nos termos do decreto lei 201/67. Após, o Sr. Presidente anunciou a votação quanto ao recebimento da referida denuncia nos termos do artigo 5º do Decreto Lei 201 de 1967, ressaltando que para ser aprovado, se

fazia necessário o voto de seis Vereadores, conforme dispõe o artigo 86 da Constituição da República e artigo 91, parágrafo 3º da Constituição do Estado de Minas Gerais. Feita a votação, o recebimento da denúncia foi REJEITADO pela unanimidade do Plenário, tendo a Vereadora Jussara justificado seu voto contrário em face dos trabalhos das comissões já terem sido encaminhados para os órgãos competentes e no momento ela não vê na população nenhum clamor para que esta comissão processante seja instalada e ademais, esta comissão só traz gastos e desgastes e o nosso Município não pode parar, mas sim precisa caminhar sempre e com muita firmeza. Prosseguindo, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos Srs. Vereadores, tendo o Vereador João Carlos mencionado o pedido de comissão processante feito pelo Sr. James, afirmando que chega até a se indignar com esta atitude, pois não sabe de onde este veio e qual sua intenção e que a intenção dos Vereadores é que o Município vá para frente e parece que o Sr. James quer retardar o trabalho e o progresso da cidade. Disse que o denunciante, como o outro que fica importunando e atrapalhando o trabalho, deve esperar três anos e se tiverem interesse em administrar a cidade, que candidatem, mas não atrapalhe o que a gente está conseguindo fazer de bom, sendo que não é intenção nossa travar o Município. Sobre seus requerimentos, disse que em relação a contratação do pediatra, existem muitas crianças e o atual pediatra atende muito pouco, não dando conta da demanda que é muito grande e conversando com a Alessandra que trabalha no posto de saúde, esta disse que o ideal era a contratação de mais um pediatra e por coincidência ela está participando da reunião onde ele está fazendo este pedido. Quanto ao fisioterapeuta, disse que é para atender em casa as pessoas que não têm como vir fazer tratamento no posto de saúde. Em relação ao pedido que está sendo feito para a CEMIG, disse que a dívida de mais de um milhão de reais foi negociada e muitas ruas ainda estão na escuridão, comprometendo a segurança de nossos moradores e, no entanto, eles não vieram trocar sequer uma lâmpada e isto é um absurdo. Em seguida, a Vereadora Catarina reforçou o pedido do Vereador João Carlos em relação à contratação de mais um pediatra, pois é mãe de duas crianças e sabe da dificuldade que é ficar na fila por várias horas para conseguir atendimento, muitas mães e crianças vêm para o posto sem fazer uma alimentação adequada para não perderem a ficha. Citou que o Dr. José Reinaldo é um ótimo médico, mas não está dando conta de atender todas as crianças e assim muitas mães já lhe fizeram este pedido. Reforçou ainda o pedido para contratação de um fisioterapeuta para atender nas residências, citando que muitos pacientes precisam vir em cadeiras de rodas ou ambulância para serem atendidos no posto. O Sr. Presidente agradeceu a presença da Alessandra na reunião, enfatizando o trabalho que ela faz na área de saúde e que Ijaci está de parabéns com os serviços de saúde que normalmente é um problema sério e é preciso se esforçar para normalizar esta área cada vez mais. A Vereadora Jussara mencionou seu requerimento para pavimentação da rua de acesso à Vila Industrial, citando que no local quando chove, junta muito barro e quando é época de seca, os usuários sofrem com a poeira. Em relação às outras ruas, disse que há vinte e cinco anos, os moradores esperam o asfalto e acredita que ainda neste ano, ou no início do ano que vem, isto venha a se realizar. Quanto ao pedido do Sr. João para que se coloque o nome da mãe dele na praça de Pedra Negra, ela acha que deveria ser feita uma consulta aos moradores do bairro, pois não se pode impor nome para eles, mesmo porque existe manifestação de algumas pessoas para que se coloque nome de ex pedranegrenses e assim esta questão deve ser bem estudada e planejada para que se faça a coisa certa. Em seguida, o Vereador Roosevelt comentou a denúncia feita pelo Sr. James, afirmando que foi negado pela segunda vez e que o requerente deveria ter um pouco de paciência, pois o que foi levantado pelas comissões já está em poder de órgãos mais competentes, cabendo a estes analisar e julgar e chegará um dia que terá uma conclusão, se houve irregularidade, haverá punição e se não houve, será arquivado, isto é uma questão de tempo e paciência. Disse que administrar é complicado, nem Deus agradou a todo o mundo e as vezes pode-se fazer muito que mesmo assim não agrada e acaba sendo uma coisa até pessoal. Citou que a atual administração tem feito algumas melhorias e isto é muito importante. Quanto à Câmara, os Vereadores vêm fazendo um trabalho com união e entendimento. Em seguida, o Vereador Cypriano reforçou o pedido dos Vereadores João Carlos e Catarina em relação a contratação de médicos. Quanto ao pedido de instauração de comissão processante, disse que se os Vereadores aceitarem, vai atrasar o Município que está indo muito bem, pois a prefeita está demonstrando força de vontade em trabalhar. Citou a pavimentação da Vila Aparecida que há muitos anos espera por uma reforma e assim é necessário agradecer e parabenizar o trabalho da prefeita. Mencionou também os serviços prestados pelas

agentes de saúde e indicou fosse aditado um requerimento para o DER, solicitando abertura nas margens da rodovia que liga Ijaci a Macaia, porque muitas pessoas fazem caminhadas e muitos ciclistas utilizam aquela pista e assim este acostamento evitará acidentes como alguns que já aconteceram. Solicitou também que a administração dê apoio ao grupo de alcoólicos anônimos, citando que através deste trabalho que vem sendo feito, muitas pessoas estão se recuperando o que descarrega até os serviços das ambulâncias, do posto de saúde e dos médicos, pois algumas pessoas eram transportadas duas ou até mais vezes até a cidade de Lavras para tratamento. Como acabou a colheita de café, muitos não têm como pagar e o grupo pode até parar, o que não é bom. Finalizou, reafirmando seu agradecimento à Prefeita pelos serviços que vem fazendo, o que está sendo reconhecido não só por ele, mas por várias pessoas. Em seguida o Vereador Marleu disse que o Sr. James deveria deixar que o trabalho fosse feito em paz, a prefeita vem trabalhando muito bem e que as denúncias já foram encaminhadas para o Ministério Público, para os órgãos competentes. Em seguida, o Vereador Carlos disse, em relação a denúncia para instauração da comissão processante, que se fosse aceita, o Município sairia perdendo, citando que na administração passada o Município perdeu muito com isto e hoje a Prefeita tem trabalhado direitinho, os Vereadores estão todos unidos e a cidade só tem a crescer com isto e a população tem elogiado o trabalho da prefeita. Desta forma, não se pode aceitar uma denúncia desta, porque às vezes pode até ser uma rixa pessoal e o que foi apurado, já foi enviado para o Ministério Público que deverá investigar. Assim não é correto querer pressionar os Vereadores para votar, pois estes é quem têm de ver se estão de acordo ou não. Ato contínuo passou-se para a Segunda Parte, tendo o Sr. Presidente encaminhado o projeto de lei nº 49/2005 para a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas para parecer no prazo de 20 dias, nos termos do parágrafo 2º do artigo 153 do Regimento Interno. Os demais projetos apresentados na reunião foram encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental, tendo o Vereador João Carlos pedido votação em regime de urgência para os projetos de lei 48, 55 e 56 de 2005, sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário. Em seguida, fez-se a votação dos requerimentos apresentados pelos Vereadores na reunião, sendo APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos, tendo o Sr. Presidente determinado ainda que fosse aditado envio de expediente para a Sra. Prefeita, visando o agendamento de uma reunião para tratar do pedido do “Tina” em relação ao grupo alcoólicos anônimos, convidando os Vereadores que tiverem disponíveis para participar da reunião e ver se o Município tem condições de ajudar. Este pedido foi reforçado pela Vereadora Catarina e Vereador Carlos que citaram ser necessário incentivar o grupo. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de lei nº 48/2005, que “altera redação do artigo 4º da lei municipal nº 794 de 29 de dezembro de 2004 (Lei Orçamentária Anual) e dá outras providências” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Após, fez-se a votação do projeto de lei nº 55/2005 que “autoriza parcelamento de débito apurado com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dá outras providências”, tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Por fim, fez-se a votação do projeto de lei nº 56/2005 que “autoriza parcelamento de débito apurado com o IPSEMG – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais”, tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se seus envios ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta-feira, dia 14 de outubro, às 19 horas, para deliberação dos projetos em trâmite e demais projetos ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 14 (quatorze) dias do mês de outubro de 2005, sexta-feira, às 19:00h (dezenove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu

Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes, dentre estes, o Sr. Arnaldo Messias Mesquita, Chefe do Departamento de Contabilidade da Prefeitura e o Sr. Jorge Diniz Gonçalves, Controlador Geral da Prefeitura, que vieram prestar informações acerca do cumprimento das metas fiscais do Município referentes ao 2º quadrimestre de 2005, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar 101/2000 . Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 25ª reunião ordinária, sendo aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Em seguida passou-se para a apresentação dos comunicados constantes de: Comunicado do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para manutenção de programa na área de saúde do Município. Convite para participação na 2ª Conferencia Municipal de Saúde que seria realizada no dia 15 de outubro. Convite para festividades na Igreja Evangélica Casa da Benção que seria realizada de 14 a 16 de outubro. Comunicado subscrito pelo Sr. Múrcio Sant'Ana, gerente do Posto Manezão, em resposta ao ofício nº 169 da Câmara, enviado a partir de indicação do Vereador João Carlos Espedito. Requerimento subscrito pelo Vereador Roosevelt Aparecido Gomes indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando em nome do Sr. Edivaldo José da Silva, seja feita a abertura de uma estrada e instalado um mata burro no terreno do Sr. Pedro Cabral da Silva como meio de beneficiar o proprietário e moradores das adjacências, requerendo ainda que este pedido fosse levado ao conhecimento do setor de transportes e setor de obras da Prefeitura para averiguação "in locu" acerca da viabilidade da obra. Requerimento subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito, indicando envio de ofício a empresa de Ônibus São Cristóvão solicitando providencias acerca do trajeto Ijaci Lavras e vice versa, vez que muitos usuários estão reclamando da extensão do itinerário até a fábrica da Camargo Correa sob a alegação de atraso na viagem. Tal requerimento ainda reitera pedido para o retorno do itinerário para as ruas do centro da cidade de Lavras, vez que o atual trajeto prejudica os passageiros que desembarcam longe do centro com poucas opções de pontos de parada. Requerimento subscrito pelo Vereador Cypriano Antonio Caetano indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando a instalação de dois quebra molas, sendo um na Rua João Correia, esquina com a Rua José Marçal e outro na rua José Marçal, próximo à residência do Sr. Antonio Vidôr, alegando que tais medidas visam a prevenção de acidentes envolvendo veículos e pedestres, principalmente crianças. Relativo aos projetos, fez-se a apresentação do projeto de lei nº57/2005 que "altera redação o art. 4º da lei 754 de 06 de agosto de 2002 e dá outras providencias" e projeto de lei nº 58/2005 que "autoriza assinatura de termo aditivo ao convenio firmado entre o Município de Ijaci e a EMATER/MG e dá outras providencias", ambos encaminhados pela Mensagem nº 29/2005. Fez-se ainda a leitura da emenda proposta ao projeto de lei nº 50/2005, subscrita por todos os Vereadores, à exceção do Sr. Presidente. Prosseguindo, foi decidido pela devolução do projeto de lei nº 57/2005 ao Executivo, visando correção da legislação nele citada. Após, o Sr. Presidente convidou os servidores da Prefeitura presentes na reunião para tomar assento junto à Mesa Diretora para que se fizesse a audiência pública referente às metas fiscais do Município no 2º quadrimestre de 2005. Inicialmente, o Sr. Arnaldo cumprimentando a todos disse que toda a documentação está a disposição dos Vereadores na Prefeitura no horário de expediente. Enfocou a Lei de Responsabilidade no tocante à saúde, educação e gastos com pessoal, afirmando que a nossa prefeita vem administrando bem o Município. Na área de saúde disse que o índice aplicado é de 16, 76% quando são necessários 15 % e manteve o que foi dito na primeira audiência sobre a pretensão de atingir neste ano em torno 18%. Na educação, existe um débito, pois no mês de agosto que é o de referencia para este relatório, o índice aplicado foi de 19,14%, sendo que o mínimo estabelecido é de 25%, o que significa que está deixando de gastar em torno de R\$200.000,00 neste setor e a Secretária de Educação está estudando como aplicar esta diferença, se na compra de um ônibus ou na construção de salas de aulas, sendo que o prazo é curto, mas a meta é que se gaste em torno de 28 a 29% nesta área. Em relação ao gasto com pessoal disse que o percentual foi de 47,67% quando o permitido é 54%, mas deve se levar em conta que este cálculo abrange os onze meses anteriores quando a arrecadação ainda estava bem abaixo do que atualmente e na medida que os meses forem avançando, a tendência deste índice é cair, devido ao aumento da arrecadação ou se manter neste patamar, vez que ainda tem o décimo terceiro salário para ser computado. Disse

que este índice é tolerável, pois não incha a Prefeitura e se consegue manter o pessoal para ajudar na administração, citando que as contratações começam a se definir, em especial quanto aos médicos para a área de saúde. Em relação aos investimentos, foram gastos R\$34.000,00 na construção da quadra da Serra, a pavimentação da Vila Aparecida foi orçada e licitada em R\$208.000,00 e a aquisição de terreno para implantação de indústrias foi no valor de R\$230.000,00. O Controlador Jorge citou reforma de sala de aula, adaptação da sala para a Secretaria de Ação Social, o setor de transportes está passando por uma reforma e obras de ação social, doação para pessoas carentes, salientando que são poucas coisas, mas que movimentam capital e na audiência do próximo quadrimestre, o ideal é trazer os responsáveis pelas diversas secretarias para fazer uma explanação sobre os trabalhos que estão sendo realizados. Outro fato abordado pelo Arnaldo e que amarrou o Município neste ano, são os parcelamentos, vez que certos débitos impedem a celebração de convênios e para isto teve-se que negociar com a CEMIG em torno de um milhão de reais, em parcelas de aproximadamente R\$11.800,00 divididos em noventa meses. O débito com o INSS girou em torno de um milhão, sendo parcelado em 60 meses, fora o que foi pago de entrada e na medida que forem arrecadados os recursos, estas dívidas serão amortizadas, pois não é fácil tirar toda esta quantia por mês. Acredita que no ano que vem o Município poderá celebrar convênios, conclamando os Vereadores a cobrar recursos dos Deputados. Disse que esta é a realidade do Município que eles querem passar e que a arrecadação prevista no 2º quadrimestre era de R\$1.030.000,00 e arrecadou R\$1.181.000,00, o que foi além da meta. Assim, colocou-se à disposição para perguntas, respondendo ao Sr. Presidente que o Município está arrecadando em torno de R\$560.000,00 por mês e destes são gastos em torno de R\$250.000,00 com pessoal. O Sr. Presidente mencionou que mesmo depois do parcelamento com a Cemig, ela até agora nada fez no Município, tendo o Sr. Arnaldo dito que isto se deve à demanda de equipamentos e serviços, sendo que eles prometeram liberar alguns atendimentos até meados de novembro, sendo que alguns pedidos foram feitos nesta Câmara. O Controlador Geral Jorge disse que a Cemig apresentou vários projetos de extensão de rede elétrica, mas ainda não deu o retorno. A Vereadora Jussara citou que o percentual gasto com a educação abaixou um pouco em relação à última audiência, tendo o Arnaldo dito que isto é devido ao aumento da arrecadação e que o débito é em torno de R\$200.000,00, devendo-se levar em conta que parte deste dinheiro será utilizado no final do ano para pagamento do décimo terceiro salário, afirmando que está sendo feito um planejamento neste sentido, como também nos investimentos que sofreu atraso devido aos parcelamentos, cujos valores ainda não eram conhecidos, reafirmando a promessa de atingir o percentual de 28% neste ano. O controlador Jorge mencionou o cancelamento de uma licitação para compra de computadores para a educação e administração, vez que o número de concorrentes habilitados foram menos de três, optando-se assim pela sua suspensão. Quanto ao pagamento do micro ônibus, foi respondido que ao que parece foi pago em setembro e a referência desta audiência é agosto, sendo que o percentual acumulado na educação em setembro é de 21,71%. A Vereadora mencionou que em conversa com o Sr. Ernesto, este afirmou que este dinheiro seria investido um pouco em computadores, construção de uma sala para professor com banheiro, uma sala para alunos e embaixo ficaria para as crianças brincarem e montagem de um parquinho e assim questionou se esta licitação já está sendo providenciada, sendo respondida que sim e que o problema é que o tempo é curto e um processo de licitação é complicado, sendo que a Vereadora disse que isto é a sua preocupação, pois no ano que vem irão faltar salas de aulas. A Vereadora Jussara questionou se pode licitar e fazer o pagamento desta obra neste ano e construí-la no ano que vem, sendo respondida que poderá ser licitada e empenhada e neste caso ficaria como restos a pagar, mas é necessário que o dinheiro esteja na conta para cobrir o gasto empenhado, citando que devido ao pouco tempo e a necessidade, o ideal era construir estas salas ainda neste ano. A mesma Vereadora questionou se eles têm o valor que está sendo gasto com combustíveis e com pessoal para a educação, sendo respondida pelo Arnaldo que tem uma prévia, sendo que no caso dos motoristas gira em torno de R\$2.930,00 por mês. Disse que a construção de uma sala de aula gera menos custo do que a compra e manutenção de um ônibus, mas devido ao precário estado da frota, também é preciso reformá-la, sendo que o atraso se deve aos parcelamentos. Mencionou também a inclusão do Município no pró máquina, que é um programa do governo estadual, sendo que o pagamento seria descontado no ICMS em trinta meses, só que o valor que seria liberado era de R\$600.000,00 que baixou para R\$200.000,00 e é possível que o ônibus seja incluído neste programa. A Vereadora Jussara

requisitou do Controlador Jorge, copia da documentação referente ao gasto com combustíveis e pessoal da educação neste ano e reafirmou sua pergunta se as salas de aulas serão licitadas e iniciadas ainda neste ano, sendo respondida pelo Arnaldo que com certeza, tendo o Controlador Jorge dito que está se estudando qual é mais viável, se a construção da sala de aula ou a compra do ônibus, tendo a Vereadora Jussara dito que no ano que vem vai faltar sala de aula e esta deveria ser prioridade, tendo o Arnaldo dito que este dinheiro tem de ser gasto, seja com a sala de aula, compra do ônibus e compra de computadores, citando a demanda para o ano que vem, tendo controlador geral dito que um dos ônibus terá que ser retirado de circulação, devido precário estado de conservação. O Vereador João Carlos questionou se há necessidade de um ônibus ao invés de um micro ônibus, tendo o Arnaldo citado o elevado numero de alunos de algumas linhas. Também foi debatido a respeito da receita do Fundef e queda de uma das parcelas do FPM de setembro, tendo sido dito que a promessa do governo é que haja a compensação nos meses seguintes. A Vereadora Catarina questionou se há possibilidade de contratar mais um pediatra, sendo respondida que essa contratação é um pouco complicada, vez que muitos médicos preferem trabalhar em Lavras, o que demandaria o pagamento de um valor mais alto, o que pode ser inviável, mas existe uma possibilidade de se criar mais um PSF no ano que vem, o que regularizaria esta situação. A Vereadora Catarina mencionou também a paralisação das obras de pavimentação da Vila Aparecida e pelo que a gente está vendo é que não está tendo acompanhamento do engenheiro e assim questionou se não pode contratar outro para fazer este serviço, sendo respondida pelo Jorge que isto é um problema sério, pois a assistência do engenheiro da Prefeitura é muito pequena e caberia um pouco de pressão do Legislativo para que o engenheiro possa vir mais vezes no Município. O Sr. Presidente disse que tem de definir esta questão, pois com este calor, o óleo que foi espalhado nas ruas está causando mal cheiro e prejudicando a saúde, principalmente das crianças, o que foi confirmado pela Vereadora Catarina que citou reclamação no expediente da Câmara e que segundo o comentário, quem embargou a obra foi o Tarcísio, ao que o Sr. Presidente disse que ele não teria como embargar se esta estivesse sendo feita dentro das normas, o problema é a falta de acompanhamento do engenheiro, tendo o Arnaldo dito que outra preocupação é a chegada do período das chuvas. A Vereadora Jussara solicitou ainda o envio de relatório contendo o valor empenhado e não pago pela Prefeitura neste ano, sendo dito pelo Arnaldo que irá enviar. O Vereador Cypriano se manifestou em relação ao pedido feito para colocação de um quebra mola na Rua José Marçal e outro na Rua João Correia, pois já aconteceram acidentes no local e ali existem muitas crianças que ficam brincando na rua e muitos motoristas abusam da velocidade. Sobre o projeto da Emater disse que está de acordo, pois é uma coisa muito boa. Sobre o projeto de lei nº 50, disse que deveria ser liberado para votação, pois está a vários dias aqui na Câmara, tendo o Sr. Presidente dito que não está sob seu poder, pois já encaminhou às Comissões, tendo o Vereador João Carlos pedido votação em regime de urgência para este projeto, citando também a emenda apresentada. Antes de encerrar a audiência com os servidores da Prefeitura, o Diretor de finanças e Contabilidade da Câmara informou que o gasto com pessoal do Legislativo no período de setembro de 2004 a agosto de 2005 foi de 3,33% e que no período de setembro de 2003 a agosto de 2004, o gasto foi de 4,06%, havendo redução no índice, cujo valor permitido é de 6%. O Sr. Presidente agradeceu a presença dos servidores Arnaldo e Jorge que se colocaram à disposição. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, com a votação do pedido de votação em regime de urgência para o projeto de lei 50 de 2005, sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário. Foi dispensada a votação da emenda proposta ao referido projeto, vez que o mesmo foi assinado por oito Vereadores. Em seguida, fez-se a votação dos requerimentos apresentados pelos Vereadores na reunião, sendo APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos, tendo o Sr. Presidente determinado fosse aditado envio de expediente para o Secretário de Ação Social solicitando informações acerca do pedido para construção da casa do Sr. Antonio Aparecido Paixão, conforme indicação enviada anteriormente e envio de expediente cobrando participação mais efetiva do engenheiro Hélio César e a retomada das obras de pavimentação das ruas da Vila Aparecida, face à reclamação de alguns moradores em relação ao cheiro forte do óleo aplicado nas ruas como base para a pavimentação. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de lei nº 50/2005, que “cria o cargo comissionado de Chefe do Setor Financeiro e dá outras providencias” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e

votação em sua redação final nos termos da emenda nele inserida, determinando-se seu envio ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 21 de outubro, cujo horário será às 19:30 em decorrência da vigência do horário brasileiro de verão nos termos do § 5º do art. 83 do Regimento Interno desta Câmara, para deliberação dos projetos em trâmite e demais projetos ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de 2005, sexta-feira, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos, tendo o Sr. Presidente consultado o Plenário a respeito da inversão da ordem dos trabalhos conforme solicitado pelo Vereador João Carlos, o que foi APROVADO por todos. Desta forma fez-se a leitura do pedido de licença do referido Vereador para se ausentar da reunião ordinária a fim de participar com a Comunidade da Serra de uma festividade da Igreja na qual foi convidado para fazer a sonorização do evento como forma de doação à referida Comunidade, sendo APROVADA tal licença. Após, fez-se a leitura dos requerimentos por este subscritos, sendo um indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita e Sra. Secretária de Saúde solicitando informações sobre quais providências estão sendo tomadas em relação a alguns médicos que, às vezes, faltam do trabalho, se estes recebem o salário integral ou se é descontado em seus vencimentos, se estes recebem alguma advertência ou se estas faltas são compensadas posteriormente, solicitando ainda que seja feita uma licitação visando a liberação de exames acumulados na Secretaria de Saúde, para ser evitar transtornos aos pacientes que na maioria das vezes precisam urgentemente dos referidos exames para diagnosticar ou prosseguir o tratamento de saúde. Outro, subscrito juntamente ao Vereador Cypriano Antonio Caetano, solicitando fosse determinado ao setor responsável que não retire água das caixas que abastecem o município para aguar ruas, mas sim seja equipada uma bomba no caminhão para que se retire água da represa ou algum outro córrego, vez que este procedimento pode comprometer o abastecimento de água potável aos moradores de nossa cidade e o terceiro, subscrito juntamente ao Vereador Rômulo Elias, solicitando providências na Praça de Esportes do Município, a saber: Aquisição de duas bolas de futebol de 8 a 10 libras para a categoria de base pré-mirim e mirim; limpeza dentro do campo de futebol, onde existe muito acúmulo de copos e garrafas descartáveis, pedaços de pau e pedras; reforma na cerca atrás do gol, onde existe um mourão quebrado e na lateral a tela está se soltando na parte inferior; adubação do gramado e irrigação com freqüência; reforma da cobertura dos bancos de reservas e conserto do portão de acesso a rua José de Bastos Neto. Prosseguindo, o Vereador João Carlos manifestou o agradecimento feito pelo Sargento da Polícia Militar reformado, Dênio, às autoridades e ao povo de Ijaci, vez que venceu seu contrato com a corporação e assim ele não continuará atuando. O Vereador enalteceu o bom trabalho prestado pelo militar em nosso Município. Em relação ao atendimento médico no Posto de Saúde, disse que é um absurdo as pessoas ficarem esperando duas ou três horas na fila e depois receberem a notícia que o médico não vem. Não tem conhecimento se está sendo tomada alguma atitude, como advertência, desconto no salário, reposição de horas não trabalhadas, porém, de qualquer maneira quem está sendo prejudicada é a população que depende do atendimento. Enfatizou que o dinheiro público tem de ser investido com muita responsabilidade e o fato de ser médico não quer dizer que as faltas possam passar desapercibidas. Sobre os exames, disse que é do seu conhecimento o acúmulo de pedidos e até hoje a Secretária de Saúde não fez nada para resolver este problema e

assim gostaria que se fizesse uma licitação para resolver este problema, pois muitos ficam esperando dois ou três meses para fazer os exames que muitas vezes são urgentes e que isto é um direito do cidadão. Sobre o campo de futebol, citou que a grama está morrendo e assim o secretário de esportes deveria providenciar sua adubação e irrigação, como também arrumar a instalação elétrica e por sugestão do Vereador Marleu que fosse perfurado um poço artesiano para abastecer o campo ou então buscar água na represa, pois utilizar a água destinada à população para este fim é um desperdício. Disse ainda que deveriam tomar as providências que estão sendo pedidas e que fossem concluídas as obras iniciadas na administração passada e assim melhorasse a situação do campo de futebol. Citou também o uso da água potável das caixas que servem à população para fazer massa de concreto na construção da quadra da Serra, pedindo que este procedimento seja evitado, que seja colocada uma bomba no caminhão para retirar água da represa, pois somos privilegiados pela quantidade de água, porém não se sabe até quando isto perdurará e o ideal é não haver desperdício, mencionando locais que estão sendo castigados pela seca. Solicitou votação em regime de urgência para os projetos de lei 58, citando que o trabalho da Emater dará um grande suporte para os produtores rurais, o nº 59 que dará oportunidade para algumas pessoas estarem trabalhando na administração até o seu final, além de elevar à altura o vencimento da servidora Magali que presta um grande serviço nesta Câmara e não é justificável o baixo salário que ela vinha recebendo e o nº 60 para liberar o financiamento de uma retro escavadeira, citando o grande transtorno ocasionado pela falta de uma retro para perfuração de mata burros na zona rural, bem como outros serviços. Finalizou pedindo apoio dos Srs. Vereadores para votação destes projetos, retirando-se em seguida. Prosseguindo, fez-se a leitura da ata da 26ª reunião ordinária, sendo aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Após, foram apresentados os seguintes comunicados: Comunicado do Fundo Nacional de Educação acerca de liberação de recursos para manutenção de programas na área de educação no Município. Comunicado do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para manutenção de programa na área de saúde do Município. Leitura do ofício nº 342 da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo contendo solicitação para que todas as Câmaras de Minas Gerais façam manifesto ao Congresso Nacional solicitando apuração das denúncias e adoção de medidas drásticas para punição dos culpados nas diversas investigações sobre corrupção em andamento naquela Casa, como meio dos trabalhos não terminarem em pizza. Ofício nº 314 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhado balancete da receita e despesa da Prefeitura Municipal referente ao mês de setembro de 2005. Ofício nº 324 do Gabinete da Sra. Prefeita contendo respostas aos ofícios 146, 158, 161, 162, 163, 165, 166 e 170 enviados por esta Câmara. Requerimento subscrito pela Vereadora Catarina contendo solicitação para instalação de ventiladores nas salas do prédio onde funciona o Programa Saúde da Família – PSF, visando maior conforto e comodidade para os servidores e usuários dos serviços de saúde. Requerimento subscrito pelo Vereador Carlos contendo Solicitação de providências quanto ao serviço de abastecimento de água do Bairro Ipiranga, pois o referido serviço não está atendendo a necessidade dos moradores do bairro que constantemente ficam sem água, principalmente nos dias de sábado, domingo e feriados, salientando várias reclamações dos moradores que lhe são feitas quando vai até o referido bairro e diante desta situação já não existem mais argumentos plausíveis para justificar tal situação. Em seguida foram apresentados os seguintes projetos: Nº 59/2005 que “amplia número de cargos comissionados na estrutura administrativa do Município, altera símbolos e vencimentos do Poder Legislativo e dá outras providências” e nº 60/2005 que “autoriza o Município de Ijaci celebrar convenio com o Estado de Minas Gerais, com o objetivo de ingressar e participar do programa Máquinas para o Desenvolvimento e dá outras providências” encaminhados respectivamente pelas mensagens 30 e 31. Projeto de resolução nº 04/2005 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar”. Fez-se ainda menção aos projetos de leis 57 e 58 que foram retificados pelo Executivo. Prosseguindo, o Sr. Presidente liberou o uso da palavra para a visitante Fátima Aparecida Cícero que solicitou ajuda voluntária dos Srs. Vereadores em decorrência de dificuldade financeira pela qual vem passando. Com a concordância do Plenário, a palavra foi cedida para a visitante Vânia Resende de Carvalho que solicitou apoio para conseguir uma casa e emprego, pois morava em São Paulo, ficou desempregada e com quatro crianças, está morando de favor na casa de sua mãe aqui em Ijaci. O Sr. Presidente disse que encaminhará o pedido para a Secretaria de Ação Social que está em fase de implantação e no que depender do apoio da Câmara, com certeza, será feito, citando a frente de trabalho na Prefeitura, aprovada por esta Câmara. Em seguida o Sr. Presidente franqueou o uso

da palavra aos Srs. Vereadores, tendo o Vereador Marleu agradecido a Prefeita pela pintura da quadra e quanto às reclamações sobre o lixo entulhado no campo, disse que a faxina é feita na segunda feira e assim deve falar para os pais dos meninos que usam o campo, para pedirem a estes que não joguem lixo dentro do campo, pois do lado de fora do gramado, a limpeza é mantida, mas dentro deste não tem como ficar recolhendo as coisas que os meninos jogam fora da cesta do lixo, mesmo porque os jogos são realizados no domingo. Em seguida a Vereadora Jussara mencionou os projetos em pauta, sendo que o nº 58 irá beneficiar os produtores rurais, pois será instalado um escritório da Emater em nossa cidade, evitando que estes tenham que ir até Lavras para buscar orientações, acompanhamentos e fazer análises de terra, sobre o que deve e o que não deve plantar e assim é um projeto que irá beneficiar o nosso Município. Sobre o nº 59, disse que irá tirar do Município a responsabilidade dos contratos e isso vai viabilizar o bom andamento da Prefeitura e pelo que foi repassado pelo contador Roni, estes gastos estarão dentro do limite de 54% permitido pela lei, além do que, como frisou o Vereador João Carlos, nele consta um aumento para a servidora da Câmara, Magali, que embora atrasado, vem a tempo ainda, pois trata-se de uma excelente servidora muito necessária nesta Câmara no atendimento aos Vereadores, bem como à comunidade que aqui vem, sempre são bem recebidos e servidos por ela e os demais servidores. O nº 60 é para financiar a compra de uma retro escavadeira para o município, pois a existente não tem condições de funcionamento e se for consertá-la, irá ficar mais caro ainda e deve ser aproveitado este financiamento que terá desconto do ICMS e será pago em prestações. Reforçou o pedido de votação em regime de urgência para este projeto, pois o funcionário da Prefeitura irá até Belo Horizonte na terça feira entregar este contrato em mãos, caso o projeto seja aprovado. Em seguida, o Vereador Cypriano solicitou a construção de rede de esgoto no Bairro Novo Horizonte, visto que os lotes ali existentes são pequenos e os moradores não contam com espaço suficiente para perfurar fossas, sendo um serviço difícil, pois não pode lançar o esgoto no açude, mas acredita que a Prefeita irá olhar com carinho esta e outras situações semelhantes que com certeza ela tem conhecimento. Solicitou seja determinado ao fiscal da Prefeitura para averiguar e proibir o lançamento de lixo numa mata ao lado do Bairro Mateus, o que vem causando muitos transtornos aos moradores do local, que estão reclamando por isso. Sobre o pedido feito em favor do Vilson, disse que é uma gratificação merecida, pois não só o pronunciante, mas muitas pessoas estão vendo a dedicação e o cuidado que ele tem com as crianças nos treinamentos no campo de futebol. Solicitou a retirada da terra que está acumulada em alguns locais da Vila Aparecida, devido à compactação das ruas, o que vem causando transtornos aos moradores, citando as proximidades da residência do Sr. Alfredo onde jogaram muita terra. Solicitou a extensão de rede de energia elétrica no Beco Mariana de Jesus na Vila Industrial, citando que este pedido foi encaminhado, mas deveria pedir a CEMIG para abreviar o serviço, pois alguns moradores estão puxando a energia das casas situadas na rua principal que fica do outro lado, o que vem encarecendo as faturas, devido a longa distancia e mal contatos na rede. Solicitou ainda a construção de rede de esgoto no referido beco. Sobre os projetos, disse que são de grande utilidade, o da Emater irá beneficiar os agricultores e está de acordo e até contente com o aumento que está sendo dado para a servidora Magali, citando que está até em atraso. Manifestou apoio à visitante Vânia, afirmando que conhece a situação que realmente está difícil. Agradeceu a Prefeita pelos trabalhos que vêm sendo feitos e espera que prossiga desta maneira e que os pedidos dos Vereadores sejam atendidos, pois assim a população fica contente. Em seguida a Vereadora Catarina mencionou seu requerimento para instalação de ventiladores no prédio onde funciona o PSF, conforme pedido feito pelos médicos e demais funcionários, pois esteve no local e pôde constatar o calor que faz no local o que é um desconforto para todos, em especial mulheres grávidas. Sobre os projetos, manifestou-se de maneira favorável a estes, pois todos são bons citando em especial o aumento que está sendo dado à servidora Magali. Mencionou ainda reclamações de algumas mães em relação ao aparecimento de piolhos nos alunos da escola, afirmando que a supervisora Fabíola já reuniu e orientou as mães, porém o problema não foi resolvido e assim deve ver o que pode ser feito, pois está sendo um problema sério. Em seguida, o Sr. Presidente reforçou pedido do Vereador João Carlos em relação ao atendimento dos médicos no Posto de Saúde, citando que se estes assumiram um trabalho no Município, têm que cumprir o horário estabelecido, pois a população não pode ficar prejudicada, havendo debate sobre a questão, tendo o Vereador Cypriano manifestado sua concordância com o pedido e a Vereadora Catarina citando que o Dr. José Reinaldo é um ótimo profissional, mas chega no horário que quer, o que foi da concordância do Sr. Presidente que

mencionou diversas reclamações neste sentido e que no mandato passado, o médico sempre falava que o salário estava atrasado, porém, neste o salário está em dia e ele continua fazendo do mesmo jeito. Afirmou que existem muitos outros profissionais e assim a prefeita precisa tomar sérias providencias. Prosseguindo, disse que está satisfeito com o aumento do salário da servidora Magali, como também a criação dos cargos na Prefeitura e na sua opinião, se estiver obedecendo aos 54% permitidos pela lei, quanto mais empregos forem criados, melhor, pois é isto que vai resolver a situação do país, já que de nada adianta casa, cesta básica, a solução é o emprego. Agradeceu a presença das pessoas que vêm acompanhar o que realmente está acontecendo no Município, agradeceu o apoio dos militares nas reuniões e os servidores da Câmara, os Vereadores, a Dra. Isis e mais do que um grupo, estamos formando uma família. Não havendo mais pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, anotando-se os pedidos de votação em regime de urgência para os projetos em trâmite, sendo para o nº 57, feito pela Vereadora Catarina, nº 58 e 59 pelo Vereador João Carlos, nº 60 pelo Vereador João Carlos e Jussara e o projeto de resolução nº 04 pelo Vereador Carlos, que colocados em votação foram APROVADOS pela unanimidade do Plenário. Em seguida, fez-se a votação dos requerimentos apresentados na reunião, sendo APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos, aditando-se os pedidos verbais feitos pelo Vereador Cypriano e ainda o manifesto conforme solicitado pela Câmara de Pedro Leopoldo. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de lei nº 57/2005, que “altera redação do art. 4º da Lei 754 de 06 de agosto de 2002 e dá outras providências” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação. Após fez-se a votação do projeto de lei nº 58/2005 que “autoriza assinatura de termo aditivo ao convênio firmado entre o município de Ijaci e EMATER/MG e dá outras providências” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação. Prosseguindo, fez-se a votação do projeto de lei nº 59/2005 que “amplia numero de cargos comissionados na estrutura administrativa do município, altera símbolos e vencimentos do Poder Legislativo e dá outras providencias” tendo sido APROVADO pela unanimidade do plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de lei nº 60/2005 que “autoriza o município de Ijaci celebrar convênio com Estado de Minas Gerais, com o objetivo de ingressar e participar do Programa Máquinas para o Desenvolvimento e dá outras providências” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, determinando-se o envio das redações finais ao Executivo para fins de sanção. Após, fez-se a votação do projeto de resolução nº 04/2005 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, transformando-se na Resolução Legislativa nº 462 de 21 de outubro de 2005. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 04 de novembro, às 19:30 para deliberação de projetos e demais assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro de 2005, sexta-feira, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 27ª reunião ordinária, sendo aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Após, foram apresentados os seguintes comunicados: Ofício nº 91/2005 subscrito pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Isabel dos Santos Nepomuceno em resposta aos ofícios 181 e 185 desta Câmara. Ofício nº 4450/2005 do escritório regional da Cemig em resposta ao ofício nº 168/2005 desta Câmara. Requerimentos subscritos pelo Vereador Carlos Antonio Aparecido Barbosa, sendo um solicitando da Sra. Prefeita com cópia para o Chefe do Departamento de

Transportes da Prefeitura que seja feito reparo na rua da casa da Sra. Maria esposa do Sr. José Amâncio, no bairro da Serra, outro solicitando um veículo para transportar 11 pessoas para Campo Belo/MG para fazerem os exames supletivos, nos dias 17 e 18 de dezembro especificando os respectivos horários e o terceiro solicitando seja colocado cascalho na estrada de acesso a propriedade do Sr. João, filho do Sr. Joaquim Custódio no bairro da Serra, salientando que para tal seria necessário somente um caminhão de cascalho. Requerimentos subscritos pela Vereadora Catarina Gonçalves de Castro, sendo um agradecendo em nome dos moradores do bairro Vila Aparecida a Sra. Prefeita bem como ao Vice-Prefeito pelas obras de asfaltamento realizado naquele bairro. Outro solicitando em nome da Sra. Adriana que seja instalado uma guarida no trevo da Boca da Mata, caso esteja em território de Ijaci, salientando que no local havia um que foi retirado e não mais recolocado e ainda no mesmo, solicitando em nome dos moradores do Bairro Mateus, que seja instalado uma guarida no referido bairro. Requerimentos subscritos pelo Vereador Cypriano Antonio Caetano Sendo um solicitando que seja feita limpeza no beco Mariana de Jesus, nas proximidades da Vila Industrial, outro solicitando apoio para o Sr. Geraldo Cristina, Tenente José Vitor dos Reis, para implantar no município uma banda de música e o terceiro solicitando a instalação de um mata-burro na estrada de acesso a propriedade do Sr. Izá, nas proximidades da fazenda do Sr. Odeon. Requerimentos subscritos pelo Vereador João Carlos Espedito Sendo um solicitando da Sra. Prefeita e Secretária Municipal de Saúde que seja enviada relação das datas e dias faltosos dos médicos e as datas que estes repõem as faltas, bem como cópia do livro de ponto dos médicos, cópia do Programa do Ministério da Saúde, onde limita o número de exame laboratorial e que sejam dadas prioridades aos casos de mais necessidades, pois a população carente necessita de exames laboratoriais e medicamentos. Outro solicitando da Sra. Prefeita que as domingueiras sejam realizadas em outros pontos da cidade e que a contra partida dos proprietários dos bares seja excluída, ficando assim as despesas por conta da Prefeitura e o terceiro solicitando da Sra. Prefeita providências para que seja contratado um vigia noturno para o cemitério e que seja alteado seu muro e instalada cerca elétrica no referido local. Requerimento subscrito pelas Vereadoras Jussara Alves Resende e Catarina Gonçalves de Castro solicitando que seja proibido nas escolas municipais qualquer tipo de comercialização dentro das salas de aula com os alunos, justificando o pedido, devido ao constrangimento que as crianças sofrem, já que algumas crianças têm condições de comprar ao passo que outras não. Carta subscrita pelo Sr. James Cambraia Leão onde o mesmo afirma que as denúncias apresentadas contra a prefeita, seus assessores, membros do efetivo da polícia militar de Ijaci e a suspeição sobre alguns Vereadores foram feitas por influencia de terceira pessoa, da qual não cita o nome por achar que é tão insignificante que jamais deve ser pronunciada nesta honrada Casa Legislativa. Afirma que em momento algum quis ofender ou macular a imagem da prefeita e demais denunciados por ele, que são pessoas competentes, dignas e até que provem o contrário, pessoas honestas e de conduta ilibada, tanto é que tem a aprovação da maioria absoluta do povo de Ijaci. Assim registra sua retratação perante a prefeita municipal, todo o seu staf, os ilustríssimos Vereadores, a policia militar e toda a sociedade de Ijaci. Agradece em especial aos ilustríssimos Vereadores que lhe impediram de cometer um erro que poderia ter conseqüências muito graves. Pede que cópia da carta seja enviada ao representante do Ministério Público, Dr. Dimas Messias de Carvalho e ao 1º Tenente PM QOR Adalmir Nascimento e autorizou a quem interessar, à publicação da referida carta em qualquer veículo de comunicação. Em seguida fez-se a leitura e envio às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental do projeto de lei nº 61/2005 que “declara de utilidade pública a instituição filantrópica Organização Mãe dos Frutos” de autoria da Vereadora Jussara Alves Resende. Prosseguindo, a palavra foi liberada para o Dr. José Maria Nunes que inicialmente elogiou a preocupação dos Vereadores com a aplicação do dinheiro público, porém a área de saúde de Ijaci está muito bem servida, não só em relação aos médicos, mas toda infra estrutura melhorou muito. Citou que os exames de rotina são encaminhados para o Cislav e os exames de urgência são encaminhados para o Pronto Atendimento de Lavras e feitos na hora. Em relação às internações, está sendo fácil, citando amizade com os médicos do Hospital Vaz Monteiro, em Especial o Dr. João Tomás e assim muita coisa em Ijaci está melhor que Lavras, exemplificando uma simples lavagem de ouvido que para ser feita em Lavras demora em torno de seis meses e que aqui no posto ele faz imediatamente porque é uma covardia fazer o paciente esperar. Falou ainda da compra de um aparelho de eletrocardiograma, o que facilita muito nos diagnósticos e que a Secretária de Saúde Bebel tem dado muito apoio para os médicos. O Vereador João Carlos disse que acompanha os trabalhos do posto dia a dia e vê o que o povo fala, citando audiência pública, onde foi dito que o gasto com a saúde está em falta. Mencionou a compra de um micro ônibus que é muito bonito, mas se tornou um enfeite de pátio. Outro fato apontado foi o caso da ambulância que estava sendo consertada na Tok Alarmes, onde estavam tentando de toda maneira regular a embreagem, quando deveriam tê-la trocado, o que custaria em torno de duzentos e cinqüenta reais, questionando de quem é a responsabilidade se a ambulância estragar com um paciente a caminho do hospital. Disse que fica indignado, pois faltando dois meses para terminar o ano, poderia fazer mais para a saúde, o que não é um favor, mas sim uma obrigação. O Dr. José Maria

disse que não tem conhecimento quanto a esta parte, mas pode dizer que na parte médica, melhorou muito, Ijaci está bem assistida e a Prefeitura está com credibilidade e nossa área de saúde está sendo falada em toda a região. O Vereador João Carlos disse que não se preocupa com o paciente só no posto, mas também o seu transporte, devido a precariedade de uma das ambulâncias e questionou se o Ministério da Saúde limita a realização de exames, tendo o Dr. José Maria dito que os exames pedidos por Ijaci saem mais rápido do que outras cidades da região, ao que o Vereador João Carlos citou a enorme lista de espera para liberação de exames, onde estão registradas num livro com mais de trinta páginas, sendo que aqueles que são encaminhados, num instante resolve, o problema é a espera para encaminhamento, pois em Ijaci existe muitas pessoas carentes que não são atendidas, enquanto se ajuda a outros que tem condições, pessoas aposentadas, com dois filhos e uma neta trabalhando na Prefeitura ganhando um bom salário. Na sua opinião, na aplicação do dinheiro público deve priorizar os que mais necessitam. O Sr. Presidente disse que não quer discordar da opinião do Vereador, mas o problema da saúde no país nunca será resolvido, pois o repasse do Governo Federal não é suficiente, citando sua participação e mais dois Vereadores no encontro de Presidentes de Câmaras realizado em Belo Horizonte. Disse que em Ijaci, a saúde está melhorando devido ao aumento da própria arrecadação e tem tudo para melhorar ainda mais. O Dr. José Maria disse que a Prefeitura está bancando várias internações quando se esgota a quota do Município, citando uma que ficou em torno de onze mil reais e se os hospitais estão aceitando internações é porque estão recebendo, tendo a Vereadora Jussara citado o Hospital Paulo Menicucci, ao que o Dr. José Maria disse que não quer criticar a administração anterior, pelo contrário agradece, mas nesta administração, a saúde melhorou muito, elogiando toda a equipe, onde o pessoal trabalha muito e trabalha para acertar. O Vereador Roosevelt afirmou que na última reunião foi discutido sobre o horário dos médicos e questionou se está tendo bastante medicamentos no posto, sendo respondido que para vários tratamentos existe oferta de medicamentos. Questionado pelo Vereador se este tem conhecimento do cumprimento do horário de trabalho do pediatra, o Dr. José Maria respondeu que não tem conhecimento. A Vereadora Catarina elogiou o trabalho do Dr. José Maria, citando o atendimento em geral, testemunhando o bom atendimento que é dispensado para sua mãe, tendo o Sr. Presidente dito que só tem a agradecer. O Dr. José Maria citou que Ijaci é onde se paga mais aos profissionais da saúde e que não é perfeito, mas procura fazer o melhor. O Vereador Marleu também elogiou o trabalho do Dr. José Maria, o que da mesma forma foi feito pela Vereadora Jussara que realçou seu lado humano e solidário com todos que o procuram. O Vereador Carlos o elogiou e citou testemunhos de seu bom trabalho feito no município de Bom Sucesso. Após este debate, o Dr. José Maria disse que seu motivo em fazer parte desta reunião é que num ato de bravura é pré-candidato a deputado federal pelo PPS na região. Disse que segundo o presidente regional do partido, para deputado federal é mais fácil mesmo porque para deputado estadual não iria concorrer com o Dr. Célio de Oliveira, de quem é amigo. Disse que conversou com a Prefeita e o Vice e pelo jeito, irão apoiá-lo e assim pede também o apoio dos Vereadores, citando palavras do Vereador João Carlos, sendo que se ganhar, a classe pobre terá lugar em seu coração. Disse que a região precisa ter um representante próprio e sua campanha será pobre, pois não quer estar na mão de empresários, mas representar o povo. Disse que para si e sua família não precisa de dinheiro, acredita que tem uma missão, já que foi curado de um câncer e se quisesse poder, teria aceitado ser secretário de saúde de Lavras, cargo para o qual foi convidado. O Vereador Cypriano também elogiou seu trabalho e agradecendo, o pronunciante se despediu, tendo o Sr. Presidente dito que poderia contar com seu apoio. Em seguida a palavra foi franqueada aos Srs. Vereadores, tendo a Vereadora Jussara mencionado seu requerimento feito em conjunto com a Vereadora Catarina como meio de proibir a comercialização de materiais por vendedores nas escolas municipais. Disse que quando era professora, estes vendedores ofereciam materiais para os alunos que os levavam para casa. No outro dia poucos tinham condições de compra-los, ao passo que a maioria das crianças tinha que devolver-los, o que a deixava muito chateada, pois poucos compravam e a maioria ficava só na vontade. Além do mais, estes materiais nem sempre valem o preço pelos quais são vendidos. Quanto ao projeto em relação à Organização Mãe dos Frutos, disse que seria bom declara-la de utilidade pública para ver se tem como receber verbas para continuar seus trabalhos. A Vereadora Catarina mencionou fato concreto acontecido com sua filha em relação à compra de material, citando sua má qualidade e ainda que muitas mães têm dois ou três filhos na escola, o que aperta muito mais. Em seguida, o Vereador Cypriano solicitou que o seu

pedido em relação à criação de uma banda de música seja olhado com carinho pela prefeita, pois é uma maneira de tirar os jovens do mal caminho e uma vez que o Tenente José Vitor e o Geraldo Cristina estão dispostos a colaborar, deve se aproveitar a oportunidade. Falou também do pedido feito pelo filho do Izá para colocação do mata burro, citando que é só para a Prefeitura fornecer, que eles se encarregam de instala-lo no lugar. Em relação ao Beco Mariana de Jesus, disse que desmancharam um telhado e apesar de terem pedido, o entulho ainda não foi retirado pela Prefeitura e assim pede que isto seja feito o mais rápido possível. Em seguida o Vereador João Carlos falou sobre seu pedido em relação às domingueiras, pedindo que a taxa que é cobrada dos proprietários dos bares onde estas são realizadas deveria ser eliminada, pois se a Prefeitura está disposta a ajudar, atendendo pedido da Câmara, que ajude mais um pouquinho, acreditando que este custo não causará danos aos cofres municipais. Além do que isto dará oportunidade para estas domingueiras se desloquem para vários bairros, pois para muitos proprietários de bares, é inviável o pagamento da taxa, pois é muito difícil ter o retorno financeiro com as domingueiras. Sobre a questão do cemitério, pediu fosse marcada uma reunião com o Padre Marcos para discutir sobre medidas para evitar as orgias que acontecem no cemitério, inclusive uso de droga e que sejam envidados esforços para a compra de um terreno para construir um novo cemitério, pois para sepultar uma pessoa, às vezes é necessário retirar restos mortais de pessoas já sepultadas e que também seja providenciada a construção de um velório, tendo o Sr. Presidente dito que já fez o pedido para agendamento de uma reunião neste sentido, mas aproveitando a indicação do Vereador João Carlos, que seja reiterado, pois o que vem acontecendo no cemitério é um absurdo. Sem outros pronunciamentos, ato contínuo, passou-se para a Segunda Parte, com a votação dos requerimentos apresentados pelos Vereadores na reunião, sendo APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 11 de novembro, às 19:30 para deliberação de projetos e demais assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2005, sexta-feira, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 28ª reunião ordinária, sendo aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Após foram apresentados: Comunicado do FNDE acerca de liberação de recursos para a área de educação do Município. Ofício nº 341 do Gabinete da Sra. Prefeita contendo resposta ao ofício nº 186 da Câmara Municipal. Convite para o Congresso Mineiro de Agentes Públicos Municipais a ser promovido pelo Instituto Municipalista Brasileiro e convite para a 1ª conferencia de Gestoras Sociais e Municipais de Minas Gerais a ser promovida pela Associação Mineira de Municípios, ambos a serem realizadas neste mês de novembro em Belo Horizonte. Requerimento impetrado pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando em nome dos moradores do Sítio Açudinho e adjacentes, localizados na beira da linha férrea, seja feita a coleta de lixo produzidos naquelas casas, podendo este serviço ser realizado uma vez por semana em local pré-estabelecido entre os moradores e Prefeitura. Em seguida fez-se a leitura e envio às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental do projeto de resolução nº 05/2005 que “acrescenta artigo ao Regimento Interno da Câmara Municipal, visando regulamentação de fornecimento de cópias de documentação e dá outras providencias” de autoria da Vereadora Jussara Alves Resende. Foi mencionado ainda o projeto de lei nº 61/2005 em pauta para

1ª discussão e votação. Em seguida a palavra foi franqueada aos Srs. Vereadores, tendo a Vereadora Jussara mencionado a apresentação do projeto de resolução nº 05, justificando que nosso Regimento Interno não tem uma regra específica sobre a saída de cópias de documentos nesta Casa e este projeto vem explicar muito bem como este procedimento deve ser feito, citando que as notas vindas do Executivo estarão disponíveis para verificação in locu, mas se alguém quiser tirar cópias destas, deverá requerer no Executivo e não na Câmara. As liberações de cópias de documentos referentes à Câmara ficarão a cargo do Presidente. Assim fica escrito e fácil para não haver controvérsias e divergências e acredita que estas regras deverão facilitar o trabalho do Presidente e demais Vereadores. Em seguida o Vereador Cypriano Antonio Caetano solicitou envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando que seja espalhada muafa na estrada de acesso à propriedade do Valtinho, dizendo que fez este pedido pessoalmente para o Batista, mas parece que houve um engano, pois foi espalhada a muafa para o Valtinho do Passa Três e no entanto quem lhe fez este pedido foi o Valtinho do Córrego do Paiol. Solicitou também o entupimento dos buracos existentes na rua de acesso ao Bairro Ipiranga, ao lado do Bar do Ditinho, citando que tem certeza que a Prefeita irá fazer melhorias no local, mas enquanto isto não acontecer, deve-se proceder alguns reparos, vez que a rua se encontra bastante esburacada, o que prejudica o tráfego. Não havendo outros pronunciamentos, em ato contínuo, passou-se para a Segunda Parte, com a votação do requerimento apresentado pela Vereadora Jussara, sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seu encaminhamento, juntamente aos pedidos verbais feitos pelo Vereador Cypriano. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de lei nº 61/2005 que “declara de utilidade pública a instituição filantrópica Organização Mãe dos Frutos” de autoria da Vereadora Jussara Alves Resende sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª discussão e votação. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 18 de novembro, às 19:30 para deliberação dos projetos em trâmite e demais projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro de 2005, sexta-feira, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 29ª reunião ordinária, sendo aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Após, foram apresentados os seguintes comunicados: Convite para instalação da subseção judiciária de Lavras do Tribunal Regional Federal da 1ª região que seria realizado no dia 21 de novembro. Ofício nº 349 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhando os relatórios contábeis da receita e despesa da Prefeitura referente ao mês de outubro de 2005. Requerimento subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando doação de cestas de natal para todos os servidores municipais, sendo que a critério, poderia ser encaminhado um projeto de lei para regulamentar a doação, a exemplo da Lei n.º 674/97 aprovada para aquele ano. Requerimento subscrito por todos Vereadores indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando que a cobrança de diária de permanência de animais apreendidos nas vias públicas seja feita a partir da notificação onde conste um prazo de retirada estabelecida para o proprietário, quando identificado, desde que não seja reincidente. Os Vereadores se manifestaram favoráveis ao recolhimento dos animais e cobrança da diária, desde que precedidas de ampla divulgação, vez que não concordam que estas sejam praticadas à revelia dos proprietários. Requerem ainda informações se as apreensões e cobrança da diária de permanência foram regulamentadas por algum ato do Executivo e se não foi feito, sugerem que este procedimento seja adotado como meio de se evitar problemas futuros. Relativo aos projetos fez-se a leitura do ofício nº 346 do Gabinete da Sra. Prefeita, no qual contém pedido de retirada de pauta do projeto de lei nº 15/2005 que “dispõe sobre responsabilidade pela retenção do crédito tributário do ISSQN atribuídas às pessoas jurídicas tomadoras de serviços e dá outras providencias” justificando estudos para envio de outro projeto de lei para

implantação do novo código tributário do município. Foi mencionado também o projeto de lei nº 61/2005 em pauta para 2ª discussão e votação. Em seguida o Sr. Presidente mencionou o roubo de fiação na quadra da praça de esportes, afirmando que a Prefeita já deveria ter tomado alguma providencia, tais como colocação de um vigia ou o alteamento da fiação, pois a quadra não pode ficar fechada. Citou que um servidor ligado à prefeita disse que não tem orçamento para comprar outra fiação, mas não sabe de onde ele tirou isto, pois no orçamento foi estipulado quarenta por cento para suplementação e neste ano a Câmara aprovou mais vinte por cento. Disse que a população não pode ficar sem esporte, a quadra tem que funcionar o ano inteiro e deixou a critério dos Vereadores discordarem dele, mas propôs ao Executivo que enviasse um projeto de lei para regulamentar a contratação de mais um vigia. Para tal solicitou a opinião da Assessora Jurídica a respeito deste assunto, informando-lhe que por três vezes já roubaram a fiação da quadra. A Assessora Dra. Isis disse que a contratação temporária tem que ser de excepcional interesse público e provada a necessidade, deve se providenciar um concurso público. Disse que a iniciativa é do Executivo, pois gera despesa e lá é feito o controle do orçamento e dos limites a serem gastos, mas nada impede os Vereadores de requererem o envio deste projeto e não vê nenhum óbice legal nesta contratação até que se promova um concurso público, vez que estes roubos estão lesando o patrimônio publico. O Sr. Presidente mencionou ainda o roubo de uma placa de inauguração que para muitos é de grande valor e acredita que não tem como esperar o inicio do próximo ano para liberar os jogos. A Dra. Isis atentou ainda para a necessidade da criação de um cargo para este fim, afirmando não ser de natureza comissionada e depois seja feito o edital para a seleção de quem for trabalhar, mencionando ainda que pode haver terceirização deste serviço, no entanto, depende de um processo licitatório, tendo o Sr. Presidente dito que também propôs a contratação de um vigia para o cemitério, pois lá está uma vergonha e acredita até em boicote contra a atual Prefeita e não adianta só ficar fazendo boletins de ocorrências, é necessária a adoção de alguma medida mais eficaz. Disse que já enviou um requerimento neste sentido, mas gostaria que fosse enviado outro com a anuência de todos Vereadores. Mencionou também a precária situação da rua do bar do Ditinho no Bairro da Serra. Outro assunto por ele abordado diz respeito à liberação do ônibus escolar para transportar professoras para a feira ripe em Belo Horizonte. Disse que algumas pessoas lhe pediram que lhe conseguissem um lugar para ir junto, sendo que ele não liberou, pois esta não é a função do Vereador, somente repassou o pedido, mas mesmo assim teve professora que reclamou, afirmando que este transporte faz parte da educação, o que é de sua discordância, pois pelo seu conhecimento, o ônibus é para transporte de alunos, a não ser que seja adquirido um veículo para transportar professoras, ou então contratar uma empresa para isto, o que foi confirmado pela Assessora Jurídica, tendo o Sr. Presidente dito que se o transporte está sendo feito de maneira errada, não tem nada a ver levar três ou quatro pessoas a mais. Em seguida franqueou o uso da palavra, tendo a Vereadora Jussara manifestado seu contentamento pelo encerramento do curso de educação inclusiva que foi uma solicitação que ela passou para o Executivo e assim agradece a prefeita e a Secretária de Educação pelo curso que foi realizado durante este ano. Também falou da publicação da licitação para construção de mais duas salas de aulas na Escola Padre Emilio Lunks, cuja demanda de alunos vem aumentando, sendo que na parte inferior será feito um parque para as crianças brincarem. Também estão sendo providenciadas as licitações para compra de carteiras, computadores, armários, uniformes e materiais. Assim, como se considera representante da área de educação, pois foi professora durante vinte e cinco anos, fica feliz, acreditando que o dinheiro da educação está sendo gasto de maneira satisfatória. Prosseguindo, o Vereador João Carlos disse que o único meio de lazer que nosso cidadão tem é a quadra de esportes e é um absurdo ter que esperar até o inicio do próximo ano para sua reabertura, vez que seus usuários são na maioria trabalhadores, cujo único horário para lazer é o período noturno. Assim pede que o serviço seja feito com urgência e que seja bem feito, com tubulação ou mesmo a contratação de um vigia. Sobre seu requerimento para doação de cestas básicas por ocasião das festas de natal, disse que achou bonita a atitude do ex-prefeito, Sr. Antonio em fazer esta doação no ano de 1997, porém foi só naquele ano e gostaria que isto fosse feito novamente, pois é uma gratificação ao funcionário que trabalha o ano inteiro. Mencionou também a necessidade de se colocar um vigia para o cemitério, o alteamento do muro e colocação de cerca elétrica, como meios de dificultar sua invasão e abusos que lá estão sendo cometidos, sendo que existem até denúncias de que estão escondendo drogas no local. Em seguida o Vereador Carlos falou do requerimento em relação à apreensão de animais e cobrança de taxa de permanência, citando que não é contra a apreensão, só que para cobrar a taxa, deveria ter uma divulgação, mesmo porque muitos compram animais e soltam nas ruas, mas com outros não é assim, pois as vezes alguém deixa a porteira aberta e os animais saem para a rua e na sua opinião, antes de cobrar a taxa, deveria avisar o proprietário que as vezes não está nem sabendo da apreensão. Em seguida o Vereador Cypriano solicitou fosse enviado ofício para a Sra. prefeita pedindo em nome do Pereira que fosse modificado um mata burro nas proximidades de sua propriedade na estrada do Tanque, tendo o Sr. Presidente dito que o Pereira também lhe fez este pedido e se propôs ainda a ceder um espaço para desvio do tráfego, enquanto perdurar a obra. Prosseguindo, o pronunciante reforçou pedido do Vereador Carlos em relação a apreensão de animais, citando que em primeiro lugar, o dono deve ser comunicado e se este não for buscar, aí sim, seja cobrada a taxa que é de quinze reais por dia de estadia, tendo o Vereador Carlos dito que dependendo do valor, nem compensa retirar o animal, pois as vezes ele não vale o valor da taxa, tendo o Vereador Cypriano dito que se o proprietário não buscar o animal fica ruim até para a Prefeitura e a melhor maneira é avisar antes. Em seguida a Vereadora Catarina questionou a Vereadora Jussara sobre a

possibilidade de fazer um pedido para criação de uma sala de aula para crianças de três anos, já que muitas mães estão reivindicando, tendo sido respondida que é preciso verificar na lei de diretrizes de base se o governo está bancando a educação para alunos de três anos, porque antes havia, mas atualmente foi excluída, mas caso o Fundeb for implantado no próximo ano, há possibilidades, pois neste programa, até as creches estão incluídas. Prosseguindo, o Sr. Presidente disse que queria deixar bem claro que não é contra a viagem das professoras no ônibus escolar, só que se liberar para uns, tem que liberar para todos. Aproveitando o assunto o Vereador Cypriano mencionou o caso de uma família que precisou de um veículo para ir a um funeral de parente e que levado o pedido ao Batista, primeiro ele disse que não tinha motorista, depois disse que não tinha veículo e assim acha que estes casos deveriam ser atendidos, pois nem sempre as pessoas têm condições de pagar uma viagem nesta hora. Não havendo outros pronunciamentos, foi decidido pelo envio do requerimento feito pelo Vereador João Carlos contendo a assinatura de todos Vereadores. Em ato contínuo, passou-se para a Segunda Parte, determinando-se o encaminhamento dos requerimentos que foram subscritos por todos Vereadores, sendo implicitamente APROVADOS, aditando-se os pedidos verbais feitos pelo Vereador Cypriano e o pedido para reforma da energia elétrica e reabertura da quadra de esportes. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de lei nº 61/2005 que “declara de utilidade pública a instituição filantrópica Organização Mãe dos Frutos” de autoria da Vereadora Jussara Alves Resende sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário em 2ª discussão e votação, determinando-se sua redação final. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a próxima reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 02 de dezembro, às 19:30 para deliberação dos projetos em trâmite e demais projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 02 (dois) dias do mês de dezembro de 2005, sexta-feira, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de 08 (oito) Vereadores, ausente o Sr. Rômulo Elias, liberado da reunião nos termos do inciso III do art. 24 do Regimento Interno desta Câmara. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 30ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Após, fez-se as seguintes apresentações: Comunicado do FNDE acerca de liberação de recursos para manutenção de programas na área de educação do Município. Ofício nº 109/2005 da Escola Municipal Pe. Emílio Lunks contendo convite para formatura da 2ª turma do PROERD das escolas de Ijací que seria realizada dia 07 de dezembro. Ofício nº 352 do Gabinete da Sra. Prefeita contendo respostas aos ofícios desta Câmara nº 172, 175, 180, 187, 195, 196, 197 e 199 de 2005. Leitura de aviso de licitações a serem promovidas pela Prefeitura Municipal neste mês de dezembro. Requerimento subscrito pela Srta. Rosilene Souza Marques para doação de cesta básica ao seu grupo que distribuirá para pessoas carentes por ocasião do Natal, cujo valor pode ser dividido entre todos Vereadores. Requerimentos subscritos pelo Vereador João Carlos Espedito indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita, sendo um solicitando a promoção de uma festa por ocasião do Natal para as crianças, notadamente as mais pobres, com instalação de brinquedos na praça ou noutro lugar onde for mais conveniente, distribuição de balas, brinquedos, gincanas, dentre outras atividades, contando para tal com o referendo dos Srs. Vereadores e outro solicitando confecção de uniformes para todos servidores da Prefeitura como meio de auxilia-los na questão do vestuário, além de se promover a padronização e facilitar a identificação dos mesmos e ainda que a estes sejam distribuídos equipamentos de proteção individual. Requerimento subscrito pelo Vereador Carlos Antônio Aparecido Barbosa indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando em nome dos proprietários de terrenos próximos ao Centro Espírita do Bairro Ipiranga Aaurí, Gilnei e Tinho Teodoro, fosse instalado um mata burro na estrada de acesso ao centro, eliminando assim a porteira ali existente e facilitando o acesso dos freqüentadores, sem o risco de invasão de gado nas plantações dos referidos proprietários. Relativo aos projetos fez-se a

leitura do projeto de resolução nº 06/2005 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar”. Fez-se ainda a leitura da redação final do projeto de lei nº 61/2005 em pauta para 3ª discussão e votação. Em seguida o Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador Cypriano indicado envio de expediente para o prefeito de Itumirim solicitando que seja arrumada as estradas de acesso às propriedades localizadas do outro lado da ponte do Rio Capivari, citando que na beira do lago existem várias casas, inclusive de autoridade e o pessoal está reclamando, pois os acessos estão em péssimo estado. Em seguida o Vereador João Carlos mencionou seus requerimentos, defendendo primeiramente a proposta de se promover uma festa para as crianças carentes por ocasião do natal, vez que muitas não têm o privilégio de ter nem mesmo uma bala como presente. Assim, gostaria que a atual administração contratasse um parquinho, tipo aquela da área de lazer e fizesse uma festa para as crianças carentes, com distribuição de balas, pirulitos, chicletes, brinquedos e outras coisas que tornem agradável o natal destas crianças. A respeito do outro requerimento, acha que seria bom que os servidores da Prefeitura tivessem seus uniforme, cada um de acordo com a área de atuação, pois seria mais fácil para identifica-los e os ajudariam para que não utilizassem suas próprias roupas no serviço. Solicita ainda que sejam adquiridos equipamentos de proteção individual para serem utilizados pelos servidores, citando o caso de tratoristas que ficam o dia inteiro expostos ao barulho, bem como aqueles que trabalham nas obras deveriam ter luvas, capacetes e todos os equipamentos necessários e que fossem providenciados o mais rápido possível como meio de se evitar acidentes. Prosseguindo, disse que juntamente à Vereadora Catarina gostaria de enviar um requerimento para a Sra. Prefeita, pois faz algum tempo, pediu para aumentar mais um pediatra e em conversa com a Vereadora, o atual pediatra, Dr. José Reinaldo disse que poderia negociar com a administração para atender mais pessoas e desta forma solicitam seja marcada uma reunião para decidir sobre esta questão, afirmando que da maneira como está, o pediatra atende muito pouco e a demanda é muito grande. Para tal, pediu o apoio dos demais Vereadores para conseguir mais este benefício para o município. A Vereadora Catarina confirmou dizendo que o pediatra lhe perguntou sobre mais uma contratação, tendo afirmado que não há necessidade de colocar mais um pediatra, sendo que ele pode dar mais assistência e ficar mais tempo no município, porém como ele já é contratado, depende da Câmara para fazer o requerimento para a prefeita e havendo o acordo, ele atenderá nos horários que for preciso. O Sr. Presidente disse que não é contra o Dr. José Reinaldo, porém ele está propondo atender mais para ganhar mais e se isto acontecer, precisa haver uma fiscalização rigorosa, pois só foi dar a idéia de contratar outro pediatra, ele já quer pegar e assim ele está interessado é no salário e na sua opinião, o correto era contratar outro pediatra. O Vereador Carlos disse que no bairro da Serra, quando ele atende uma criança numa semana, na outra ele não quer atender mais, tendo a Vereadora Catarina dito que precisa saber o que ele pode fazer, ao que o Vereador Sebastião reafirmou que no mandato passado ele não atendia bem alegando atraso de salário, agora está em dia e ele continua a não atender bem, assim não está entendendo, tendo o Vereador Carlos citado que ele costuma apresentar atestados. O Vereador Cypriano citou que ele diz às mães que começa atender às sete horas e aí estas vem e só vão ser atendidas depois das dez horas, tendo a Vereadora Catarina dito que a resposta dele é que este horário é marcado pelo posto de saúde e assim deveria fazer uma reunião para ver onde está o erro e o que pode ser feito para evitar este atraso. O Sr. Presidente questionou a respeito da carga horária, sendo respondido que é de vinte horas semanais, tendo este dito que se ele cumprisse integralmente este horário, daria para atender muitas crianças, tendo a Vereadora Catarina citado que se colocar outro pediatra pode não resolver, pois muitas mães ainda vão preferir o atendimento do Dr. José Reinaldo, ao que o Sr. Presidente disse que isto depende do serviço que for prestado, pois quando se contrata alguém é para que este mostre serviço, tendo o Vereador Carlos citado sua aceitação, o que o leva a agir desta forma, tendo o Sr. Presidente dito que para funcionar bem, a melhor coisa é a concorrência. O Vereador Cypriano disse que pessoalmente não tem nada a reclamar do pediatra, mas muitas mães reclamam dos constantes atrasos, tendo o Vereador Carlos citado ainda o fato de que as vezes ele liga depois das dez horas avisando que não vem, ao que o Vereador Cypriano disse que neste caso ele deveria avisar mais cedo. Após debate, ficou decidido pelo envio de ofício para a Sra. prefeita pedindo para agendar uma reunião e ver o que for mais viável para o município, ou aumentar a carga horária do atual pediatra, ou contratar outro, tendo o Sr. Presidente dito que isto depende da prefeita, pois é ela que tem o orçamento na mão. Em relação ao pedido de cesta básica feito pela Rosilene, o Sr. Presidente disse que deixará sua parte, ficando a critério dos demais

Vereadores, suas respectivas ajudas. Não havendo outros pronunciamentos, em ato contínuo passou-se para a Segunda Parte registrando-se o pedido da Vereadora Catarina para votação em regime de urgência do projeto de resolução nº 06/2005. Submetido ao Plenário, o pedido foi APROVADO pela sua unanimidade. Em seguida fez-se a votação dos requerimentos apresentados, sendo APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos, aditando-se pedido verbal feito pela Vereadora Catarina para fornecimento de duas viagens de muafa para o Sr. Agenor de Contendas para ser utilizada na estrada de acesso à sua propriedade, salientando-se que o mesmo se encarregará de esparramá-la. Em seguida procedeu-se a votação da redação final do projeto de lei nº 61/2005 que “declara de utilidade pública a instituição filantrópica Organização Mãe dos Frutos” de autoria da Vereadora Jussara Alves Resende sendo APROVADA pela unanimidade do Plenário em 3ª discussão e votação, determinando-se seu envio ao Executivo para fins de sanção. Por ultimo, fez-se a votação do projeto de resolução nº 06/2005 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, transformando-se na Resolução Legislativa nº 463/2005. O Sr. Presidente agradeceu a presença do ex Vereador José Marcelo de Andrade Botelho na reunião, afirmando que é uma honra para todos e Passando-se para a Terceira Parte, convocou os Srs. Vereadores para a reunião ordinária que será realizada na sexta feira, dia 09 de dezembro, às 19:30 para deliberação de projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos”. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 09 (nove) dias do mês de dezembro de 2005, sexta-feira, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende, Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara e a Assessora Jurídica, Dra. Isis. Inicialmente o Sr. Presidente nomeou o Vereador Rômulo Elias para atuar como Secretário “ad hoc” determinando que se procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de 08 (oito) Vereadores, ausente o Sr. Marleu Ribeiro da Silva, liberado conforme apresentação de atestado. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 31ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Após, fez-se as seguintes apresentações: Leitura do ofício nº 289 da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lavras, subscrita pelo Dr. Dimas Messias de Carvalho, no qual contém requisição para envio de informações acerca de investigação realizada por esta Câmara a respeito de gastos tidos como elevados com a manutenção de máquinas pelo Executivo Municipal conforme ofício nº 120 de 17/11/2004, encaminhado para aquela Promotoria. Leitura dos convites enviados pelas Escolas Municipais Pe. Emilio Lunks e Maria Luiza da Paixão para diversas formaturas que serão realizadas neste mês de dezembro. Requerimentos subscritos pelo Vereador João Carlos Espedito, indicando, após manifestação do Plenário, envio dos seguintes expedientes: Para a Agencia Nacional do Petróleo apresentando queixa a respeito da constante falta de combustíveis no Posto Manezão Ltda, estabelecido nesta cidade, devendo tal reclamação ser acompanhada do requerimento feito anteriormente ao referido estabelecimento e a respectiva resposta e informando ainda que o problema persiste, causando prejuízo e transtornos aos consumidores. Para a Superintendência de Transito da cidade de Lavras solicitando informações em relação aos pontos de parada de ônibus da empresa Auto Trans, concessionária das linhas urbanas daquele Município, se são exclusivos ou podem ser utilizados por outras empresas, notadamente a empresa São Cristóvão. Em caso de exclusividade, solicita da mesma Superintendência que seja aberta uma exceção e restabelecido o itinerário da Empresa São Cristóvão desde o inicio da Rua Barão do Rio Branco até o final da Rua Francisco Sales, vez que os atuais pontos são insuficientes e muito longe dos locais mais procurados pelos seus usuários, tais como estabelecimentos bancários, área hospitalar, órgãos públicos e diversas lojas. Para a Empresa de Ônibus São Cristóvão manifestando repúdio diante da atitude da referida empresa que elevou o preço das passagens de ônibus da linha Ijaci a Lavras de R\$1,75 para R\$2,00 sem prévio aviso aos usuários, expondo muitas pessoas a constrangimento, pois embarcaram com a quantia exata da passagem até então cobrada, o que demonstra um total desrespeito aos nossos cidadãos que por aquela empresa são tratados como cachorros, reiterando ainda o pedido para que a empresa regularize junto à Superintendência de Transito da Prefeitura de Lavras o retorno do itinerário para as ruas centrais daquela cidade. Requerimento subscrito pelo Vereador Cypriano Antonio Caetano indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita, solicitando seja considerado como

parâmetro para ajuda na construção, reforma ou doação de casas pela Prefeitura Municipal, a quantia de 02 (dois) salários mínimos por família e que também sejam levadas em conta as diversas despesas a que muitas famílias estão expostas, tais como tratamento de saúde, compra contínua de medicamentos, dentre outras, que influenciam diretamente na redução das disponibilidades para construção e ou reforma de casas. Relativo aos projetos fez-se a leitura e envio às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental dos projetos de leis nº 62/2005 que “dispõe sobre autorização para contratação de servidores em caráter temporário e renovação em contratos e prestação de serviços, em caráter de excepcional interesse público e dá outras providências” e 63/2005 que “fixa o valor de diária devida ao chefe do poder executivo, do vice-prefeito e dá outras providências” Em seguida o Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador Roosevelt questionado a Assessora Jurídica acerca do projeto de lei nº62, no seu artigo 1º que cita uma outra lei, tendo a Dra. Isis afirmado que já existe uma lei, a de nº 795 de 2005, autorizando a contratação por prazo determinado e no presente projeto, o Executivo está pedindo a prorrogação deste prazo até 31/12/2006, citando que na mensagem de encaminhamento vem citado um termo de ajustamento de conduta em que o Assessor Jurídico da Prefeitura cientificou o Promotor de Justiça a respeito da necessidade destas contratações até que se promova o concurso público, tendo o Sr. Presidente mencionado que não sabe de onde tiraram a lei que autoriza esta prorrogação, ao que a Assessora disse que este termo só vem citado na mensagem, não tendo sido enviada cópia do mesmo. O Sr. Presidente disse que caso for aprovada uma coisa errada a responsabilidade é da Câmara e questionou se o correto não seria a realização de um concurso público, tendo a Assessora dito que seria, mas como não foi providenciado, estão pedindo prorrogação até dezembro de 2006 e como vem citado na mensagem, estes contratos poderão ser reincididos antes, caso o concurso venha a ser realizado. O Sr. Presidente afirmou que o ideal é conhecer o teor deste termo de ajustamento de conduta antes de votar o projeto, se possível marcar uma audiência com o Promotor de Justiça, Dr. Dimas, para fazer esta verificação. A Vereadora Jussara questionou se pode haver alguma conseqüência se algum cidadão fizer uma denuncia, caso este projeto for aprovado mesmo com a concordância do Dr. Dimas, tendo sido respondida pela Assessora que sim, vez que o promotor pode até alegar que foi necessário, pois tem os serviços de educação e saúde, mas o concurso público tem que ser feito o mais rápido possível como meio de se resguardar. O Vereador Roosevelt questionou se neste caso o Ministério Público está autorizando este projeto de lei, sendo respondido pela Assessora que a mensagem não diz que o Ministério público autorizou, mas simplesmente foi cientificado a respeito da necessidade das contratações temporárias até que se proceda ao concurso público. O mesmo Vereador mencionou o fato de se ter apenas mais uma reunião, tendo a Assessora dito que se não houver a autorização para prorrogação, os contratos não poderão ser renovados. O Sr. Presidente disse que está se baseando no que foi realizado no mandato passado, quando o prefeito não teve como contratar, pois não teve autorização da Câmara, conforme consta nas atas e que está fazendo seu papel, quer saber se estas contratações estão de acordo com a lei, mas se o Vereador quiser votar, que assuma a responsabilidade, mesmo porque se na Prefeitura tivesse sido organizado o concurso, este já teria sido realizado. Questionada pelo Vereador Roosevelt, a Assessora Jurídica disse que não vê prejuízo em esperar até a próxima reunião para votar este projeto, citando que a proposta do Sr. Presidente é boa, podendo até ser nomeada uma comissão de três Vereadores para verificar o teor do termo de ajustamento de conduta citado, o que fará com que os Vereadores votem o projeto com mais segurança. Prosseguindo, o Sr. Presidente questionou sobre os comunicados para julgamento de processos licitatórios, afirmando que pretende acompanhá-los pessoalmente, tendo sido apresentada a leitura e reproduzidas cópias aos Vereadores, destes comunicados conforme publicado no Jornal Tribuna de Lavras, edição do dia 04 de dezembro de 2005, tendo o Sr. Presidente dito que se mais Vereadores quiserem participar, é bom, havendo a informação que na segunda feira dia 12 de dezembro seriam julgados dois processos. Prosseguindo, o Vereador Cypriano mencionou sobre doação de pedreiro para serviços nas casas de pessoas carentes afirmando que um Vereador questionou, sendo que não hora ele não se manifestou nem a favor nem contra, preferindo averiguar primeiro para ver o que estava acontecendo. Feita a verificação, constatou que realmente a pessoa ganha dois salários, mas praticamente um salário é gasto com remédio e ainda tem a despesa da casa e assim acha que ele precisa de ajuda da Prefeitura. Citou outra pessoa que trabalha na roça, irmão do Fabinho que também precisa de um pedreiro, mas não lhe foi liberado por medo da Câmara ser contra. Pediu desculpas ao Vereador que se manifestou de maneira contrária, mas acha que deveria ser liberado pedreiro para reforma de casas também para pessoas que ganham dois salários. O Sr. Presidente disse que não se manifesta nesta questão, porque não sabe da necessidade de cada um e para isto é que existe a Secretaria de Ação Social que tem à frente o Fabinho e só lá é que tem condições de saber onde pode ser destinado pedreiro ou não, porque a partir da data que a Prefeitura começar destinar pedreiro para qualquer um, pode prejudicar os demais pedreiros que vivem da profissão e nesse caso é a Secretaria de Ação Social que tem de avaliar onde o caso é social ou não, a partir do que a pessoa ganha e do que a pessoa gasta. Afirmou que a Câmara não tem autonomia para entrar nesta questão, pois se ela liberar pode dar errado, citando ainda serviços de transportes de caminhão, onde se a prefeitura começar fazer muitos carretos, pode prejudicar as pessoas que vivem disso, inclusive ele, que também é proprietário de caminhão. Prosseguindo, a Vereadora Jussara pediu permissão ao Vereador João Carlos para dar uma sugestão no texto da indicação feita para a Empresa São Cristóvão, onde o pedido é justo, mas deveria substituir a palavra “cachorro” citando que não fica bem para os componentes do Legislativo assinarem com este termo. Reafirmou que o pedido

está em boa hora, mas se o Vereador permitir, deveria mudar a palavra, pois na sua opinião é muito pesada. O Vereador João Carlos disse que usou a palavra cachorro, pois é assim que eles tratam todos os usuários de Ijaci, como se não tivessem importância, eles não estão nem aí se a pessoa tem ou não condições de pagar ou descer neste ou naquele ponto, eles mudam sem consultar ninguém e por isso usou este termo para mostrar que a gente não está aqui para aceitar o que eles impõem, eles deveriam perguntar a população o que era bom para esta, porém eles estão preocupados só com o dinheiro que ganham, mudam os pontos de desembarque, aumentam o preço da passagem sem avisar, pegando muita gente de surpresa que as vezes leva o dinheiro contado e por isso tem que descer do ônibus. A Vereadora Jussara disse que neste ponto concorda plenamente com o Vereador, só que a palavra cachorro é muito pesada para sair de um Legislativo, onde vai ficar escrita e na sua opinião, se o Vereador aceitar, deveria usar um outro termo. Em relação ao comentário do Vereador Cypriano, o Vereador João Carlos disse que foi contra ceder o pedreiro para a pessoa mencionada porque lá têm quatro pessoas trabalhando na Prefeitura e não concorda dele ao falar que precisa do pedreiro, pois todo dia fica jogando baralho apostado na praça e é por isso que ele foi contra, porque para jogar baralho ele tem dinheiro, mas para arrumar a casa não, citando a casa do Tião Canivete que é vizinho deste, onde o telhado está em tempo de cair sobre sua cabeça e lá na Prefeitura eles não arrumam esta casa e arruma a casa de uma pessoa que tem quatro pessoas trabalhando na Prefeitura e por isso ficou indignado. Disse não ser contra a pessoa em si, mas por gastar o dinheiro em jogo, quando poderia empregar na reforma de sua casa. O Vereador Cypriano ponderou na questão das despesas, onde a esposa o mesmo disse que gasta muito dinheiro com remédio, tendo o Vereador João Carlos voltado a mencionar a questão do jogo de baralho e a situação do Tião Canivete que não tem renda nenhuma e no entanto, na Prefeitura eles preferem dar prioridade para o pai do Secretário, tendo o Vereador Cypriano dito que não sabe a respeito do jogo, mas baseou-se no que lhe foi dito pela esposa do mesmo. Prosseguindo, o Vereador João Carlos falou dos requerimentos por ele apresentado, afirmando que gostaria de saber da Superintendência de Trânsito de Lavras se os pontos da empresa de ônibus que explora o serviço circular daquela cidade, a Auto Trans, são exclusivos dela como alegaram na São Cristóvão, mas não tem um papel comprovando isso. Em relação a falta de combustíveis, disse que fez requerimento para o Múcio, ele respondeu dando conta que iria regularizar a situação, mas depois disto vem faltando constantemente combustíveis no posto, só que ele contou foram cinco vezes, sendo que uma firma não teve como trabalhar por falta de óleo diesel e assim eles estão atrapalhando o desenvolvimento do Município. Disse que se não tem como atender bem, que fechem e deixe o abastecimento só em Lavras. Finalizou reforçando pedido para que a Secretaria de Ação Social verifique a reforma da casa do Tião Canivete, afirmando que se chover muito, a casa irá cair. Prosseguindo, o Vereador Roosevelt voltou a comentar o projeto de lei nº 62, afirmando que o Executivo Municipal não seria ousado em fazer um comentário em papel. Se houvesse algum empecilho, o Promotor teria comentado, mas pelo jeito não o fez e acredita que este projeto vai permanecer sem mudança até a próxima reunião, sendo que tem coisa que pesa, sobretudo na área da saúde e educação. Afirmou que mesmo sem concurso, o pessoal vai ter que continuar de qualquer forma e considerando que o fim do ano está se aproximando, só tem mais uma reunião ordinária, pediu votação do referido projeto em regime de urgência. O Sr. Presidente disse que seis Vereadores se manifestaram em esperar até a próxima reunião, tendo o Vereador Roosevelt dito que de qualquer forma faz o pedido e que seja colocado em votação. O Vereador Carlos disse que não está contra o projeto, somente querem uma justificativa para esclarecer e votar na próxima reunião e assim não dar problema. A Vereadora Catarina disse que o vice-prefeito Rogério Ihe procurou e falou sobre os projetos e perguntado por ela, disse que na questão da contratação terá que ser feito um concurso, mas por enquanto precisa prorrogar estes contratos. Segundo o mesmo, eles tinham ido ao Fórum e estava tudo certo. No entanto, a Vereadora acha que deve esperar até a próxima reunião mesmo porque neste ano foi instaurada uma comissão neste sentido da qual o Vereador Rômulo, a Vereadora Jussara e ela participaram. O Sr. Presidente disse que se os contratos são válidos até o final do ano, tem mais uma reunião e ele vai pedir informações ao Dr. Dimas e assim os Vereadores têm tempo de analisar a questão. Disse que na terça ou na quarta feira já se deve ter uma posição e ninguém está travando nada, só que se assumir uma responsabilidade, não tem nada provando, pois o Executivo fez uma proposta ao Ministério Público, mas nada provado em papel. A partir do momento que for aprovado a responsabilidade é dos Vereadores, sendo que o contrato só termina no dia 31 de dezembro, tem mais uma reunião e não sabe porque esta urgência em aprova-lo nesta reunião. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte registrando-se o pedido do Vereador Roosevelt para votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 62/2005 que submetido ao Plenário foi REJEITADO após obter 03 (três) votos favoráveis, sendo dos Vereadores Cypriano, João Carlos e Roosevelt e 04 (quatro) votos contrários, sendo dos Vereadores Carlos, Catarina, Jussara e Rômulo. Registrou-se ainda o pedido do Vereador Cypriano para votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 63/2005, que submetido ao Plenário foi APROVADO pela sua unanimidade. Em seguida, procedeu-se debate em torno do requerimento apresentado pelo Vereador Cypriano, ficando decidido em aguardar até a próxima reunião, para que a questão fosse mais bem analisada. Os demais requerimentos foram APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de lei nº 63/2005 que “fixa o valor de diária devida ao chefe do poder executivo, do vice-prefeito e dá outras providências” sendo

APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se seu envio ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, o Sr. Presidente convocou os Srs. Vereadores para a última reunião ordinária desta Sessão Legislativa que será realizada na sexta-feira, dia 16 de dezembro, às 17:00 para deliberação dos projetos em trâmite e demais projetos e ou assuntos que adentrarem na pauta daquela reunião, em especial a votação para composição da Mesa Diretora para o ano de 2006. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de dezembro de 2005, sexta-feira, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara e a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes, na maioria, servidores contratados temporariamente pela Prefeitura. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 32ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Após, fez-se as seguintes apresentações: Comunicados do FNDE acerca de liberações de recursos para a área de educação do Município. Ofício nº 608 da ANATEL no qual contém comunicado que baseado no ofício nº 54 desta Câmara foi realizado um trabalho de fiscalização nos telefones de uso público da cidade onde foi averiguado a ocorrência de possíveis descumprimentos da regulamentação pertinente, sendo deste modo apontados indícios de irregularidades, tendo a prestadora sido autuada e o processo encaminhado para a área responsável da agência, visando instauração de procedimento de apuração de descumprimento de obrigações. Requerimento subscrito por vários moradores do Bairro Pedra Negra reivindicando que a praça daquele bairro seja denominada de Praça São José, por ser este o padroeiro daquela comunidade. Apresentação do balancete da receita e despesa da Câmara Municipal referente ao mês de novembro de 2005. Requerimento subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para o Procon da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais apresentando reclamação quanto a atuação da CEMIG neste Município, vez que a Prefeitura parcelou o débito que tinha com a empresa, vem quitando as parcelas rigorosamente como acordado e no entanto até o momento não se verificou nenhuma melhoria ou investimento da empresa na cidade, estando as vias urbanas com péssima iluminação, o que coloca em risco a segurança da população, rede de extensão de energia elétrica urbana por fazer, o que traz muitos desconfortos para os moradores desta cidade. Requerimento subscrito pelo Vereador Carlos Antônio Aparecido Barbosa indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando que assim que der uma estiagem, sejam feitos reparos na estrada do Passa Três, nas proximidades da propriedade do Deca, onde devido ao longo período de chuvas, num determinado ponto da estrada formou-se um intenso atoleiro que está praticamente impedindo a passagem de veículos. Requerimentos subscritos pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando, após manifestação do Plenário, envio dos seguintes expedientes: Para o Hotel e Restaurante Cabral agradecendo-lhe pela oportunidade dada ao funcionário Carlos que participou do curso profissionalizante de garçom oferecido por esta Administração. Para o servidor Paulo Párraga, enviando moção de agradecimento pelo valioso e indispensável apoio por este prestado na reforma das mesas do Plenário desta Câmara. Relativo aos projetos, fez-se a leitura e envio às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental do projeto de lei nº 64/2005 que “Altera o art. 3º da Lei Municipal n.º 843 de 24 de outubro de 2005.” Leitura do ofício nº 365 do Gabinete da Sra. Prefeita solicitando a retirada da pauta de votação do projeto de lei nº 62/2005 que “dispõe sobre autorização para contratação de servidores em caráter temporário e renovação em contratos e prestação de serviços, em caráter de excepcional interesse público e dá outras providências”. Em seguida o Sr. Presidente cumprimentando a todos disse que nenhum Vereador foi contra o

projeto de lei das contratações, vez que o tramite normal de um projeto é passa-lo para as comissões e que a prefeita solicitou a retirada do projeto sem dar explicações. Afirmou ter sido falta de responsabilidade e se os servidores contratados vieram aqui para ter uma explicação, a Câmara deveria ter mandado um ofício para a prefeita para vir se explicar, pois só ela tem o poder de caneta, vez que aqui não houve reprovação de projeto nenhum. Disse que quem mais brigou por emprego na legislatura passada foi ele, citou caso da visitante Vânia que veio pedir apoio numa das ultimas reuniões e foi incluída na frente de trabalho e que a prefeita deveria cortar parte do salário de secretários que ficam com conversas pelas ruas que dava para empregar mais gente no município. Disse que detesta conversinhas e que ele nunca foi contra contratações, exibindo cópia de atas de reuniões da legislatura passada onde a própria prefeita, quando Vereadora, foi contra as contratações que hoje o município está precisando, tais como guardas patrimoniais, serviçais, auxiliares de serviços gerais alegando que estava fora da lei. Afirmou que passou o projeto para as comissões e podem perguntar qual Vereador foi contra a contratação dos servidores. Disse que quando fizeram as contratações, deveriam ter explicado que estes contratos terminariam no final de dezembro, e deixar chegar a este ponto só pode ser por falta de competência, pois com ele não tem fofuquinha. Disse que está aqui para fazer a legislação em prol do município em união com o Executivo se lá eles quiserem, senão o que pode fazer é aprovar as leis dentro do tramite normal, reafirmando não ser contra o trabalhador, pois o que pais precisa hoje é mais emprego. Reiterou que a Câmara não foi contra o projeto e que o mesmo foi retirado de pauta, sendo que a prefeita deveria ter explicado porque fez isso. Mencionou algumas contratações que não se enquadram no projeto retirado, são frentes de trabalhos que tem dia para começar e para acabar e tomara Deus que a prefeita acabasse de fazer todos os passeios, olhasse mais para o bairro da Serra e que ao invés de ficar com briga e envolvimento em chapa para presidência da Câmara, ela e todos os secretários deveriam estar prestando atenção e planejado antes. Disse que no país deveriam acabar com os palanques, com as mentiras, onde se coloca uma banda para fazer o povo de bobo e o que o político falasse teria que ser gravado e ele tinha que cumprir, pois pela sua proposta dava para ver se o candidato é ruim ou não. Reafirmou que a Camara não tem culpa de nada, este projeto foi retirado de pauta sem explicação nenhuma, sendo que na legislatura passada a prefeita foi contra as contratações. Disse que deveriam ter preparado um concurso público ou uma terceirização para dar emprego para o povo e se foi incapacidade de secretário ou de quem mexe coma caneta isto ele não pode provar, mas não gosta que jogue a responsabilidade para o Legislativo, reafirmando que não está contra ninguém e que se ela mandar o projeto de volta, no dia seguinte, mesmo se for sábado ele marca uma reunião e aprova o projeto. A Assessora Margarida solicitou a palavra, tendo o Sr. Presidente dito que nesta reunião vai depender do Plenário, pois já foi feita a inscrição da Maria Isabel para uso da palavra e pelo Regimento Interno, somente pode ceder a palavra para uma pessoa. Em seguida o Vereador João Carlos disse que gostaria de dar uma leve explicação sobre o motivo da retirada do projeto que se deve ao fato da advogada da Câmara e um Vereador terem ido na promotoria perguntar sobre esta contratação, que ele sabe que é irregular, mas no seu ponto de vista, deveria ter sido aprovado naquele regime de urgência solicitado na reunião passada, que infelizmente não passou e que na sua opinião foi desnecessário ter procurado saber a opinião do Dr. Dimas, pois com certeza ele iria travar. Disse que apesar de irregular ele pensa não na regularidade, mas nos vários pais e mães de famílias e nas dificuldades em sustentar as crianças que estes têm em casa e por isso que acha que não deveria ter procurado este caminho, pois se os Vereadores tivessem aprovado, hoje eles dormiriam contentes sabendo que iriam trabalhar o ano todo e que no decorrer do tempo, a situação fosse regularizada. Reafirmou que no seu ponto de vista foi errado ter procurado a promotoria, pois todo mundo sabia que estava irregular, mas isso alertou mais o promotor que proibiu e por isso o projeto foi retirado de pauta. O Sr. Presidente disse que o Vereador deveria citar o nome de quem foi no Ministério Público e que a função do Vereador é fiscalizar e que ele não pode fechar o olho para aquilo que está errado. Disse que o Vereador participou de uma comissão que puniu a prefeita e que agora ele está jogando a população contra o legislativo e questionou qual projeto que foi rejeitado pela Câmara. Afirmou que este projeto seguiu o tramite normal, foi passado para as comissões onde seria votado e que a responsabilidade é de quem retirou o projeto, sendo que ele bate nesta tecla até o fim, tendo o Vereador João Carlos dito que a prefeita retirou o projeto por causa do Promotor, tendo o Sr. Presidente questionado se o Promotor vier a cobrar do Vereador por causa de uma aprovação irregular, ao que o Vereador João Carlos disse que ele poderia colocá-lo na cadeia, tendo o Sr.

Presidente dito então que órgão legislativo e fiscalizador que você é no Município, tendo o Vereador afirmado que não se deve basear nada no mandato passado, tendo o Sr. Presidente lhe dito que o Vereador tem a lei para cumprir e que não tem nada que incentivar e jogar as pessoas contra o legislativo e querer crescer em cima de um fato que não aconteceu. O Vereador João Carlos disse que estava na Prefeitura na hora que o promotor telefonou, tendo o Sr. Presidente dito que também estava e que o ideal é levar a questão até ao conhecimento do Promotor para ver de quem é a responsabilidade, solicitando que a ata seja encaminhada para este e que não é justo a comunidade ficar a mercê por causa de desentendimentos, mas quem não preparou as coisas durante o ano todo não foi ele e ninguém reprovou projeto e nisto ele vai defender os Vereadores até o fim. O Vereador João Carlos disse que se vai mandar a ata para o Dr. Dimas, gostaria de esclarecer que não está preocupado com a situação do município, mas sim com as pessoas que dependem do trabalho e acha que como um ser humano, um representante da lei, o Promotor entenderia seu lado porque nenhum trabalhador está roubando, mas sustentando sua família e isto ele defende com unhas e dentes, mesmo que isto lhe custe a sua liberdade, mas nunca deixaria os funcionários na mão igual está acontecendo hoje. O Sr. Presidente disse que aqui ninguém está contra emprego nem contratação. Prosseguindo, a Vereadora Jussara agradeceu a presença de todos e gostaria de explicar os fatos, mencionando que no início do ano foi aprovada a abertura de setenta e cinco vagas por esta Câmara e que pouco depois houve uma denúncia, sendo que no mês de abril formou-se uma comissão da qual fizeram parte a Vereadora Catarina, o Vereador Rômulo e ela e que na ocasião mesmo não querendo foi preciso dar parecer pela irregularidade do ato. Os contratos tinham prazo de seis meses e foram renovados por mais um igual período para que durante o ano fosse providenciado o concurso público ou a terceirização, onde seriam dadas oportunidades para toda população participar. Disse que quando chegou este projeto pedindo para renovar as contratações por mais um ano, os Vereadores ficaram preocupados, pois como aprovar uma coisa sabendo que está irregular, podendo a responsabilidade recair sobre esta Casa e o Executivo. Pediu permissão para ler na íntegra, um requerimento por ela apresentado em maio quando pedia a prefeita que providenciasse a realização do concurso público e assim normalizasse a situação para não chegar ao ponto que chegou hoje, pois o Vereador é obrigado a trabalhar em cima de leis e que em Ijaci são feitas várias denúncias e não é fácil montar comissões, é coisa muito séria, é muito desgaste tanto para o legislativo como para o executivo, além do desgaste financeiro, o custo destas comissões é alto. Ninguém é contra emprego, seria bom se fizesse uma pesquisa e em Ijaci não houvessem desempregados, mas isso precisa acontecer dentro da normalidade sem desgaste tanto para o Executivo como para o Legislativo. Em seguida o Vereador Carlos disse que deve uma satisfação aos funcionários, afirmando que ninguém foi contra o projeto, os que aqui vieram foram aprovados, agora este foi retirado na fase de discussão e se mandarem de novo, os Vereadores aprovam. Disse que querem jogar a culpa sobre os Vereadores, quando eles é que fizeram errado, sendo uma injustiça que eles estão fazendo contra os Vereadores. Disse que ninguém assina um papel sem saber o que está assinando e eles têm de justificar porque retiraram este projeto. Prosseguindo, o Sr. Presidente solicitou que a Assessora Jurídica falasse sobre a questão, tendo esta dito que conforme solicitado na última reunião, ela procurou o Ministério Público para verificar a questão do termo de ajustamento de conduta conforme citado na mensagem de encaminhamento do projeto. Disse que só foi recebida pelo Promotor na terça-feira e enfatizou que estava sozinha, não havia nenhum Vereador lhe acompanhando, mesmo porque esta é uma de suas funções, ou seja, atender o pedido do Presidente e dos Vereadores. Questionado, o Dr. Dimas lhe disse que foi procurado pelo Assessor Jurídico da Prefeitura que lhe perguntou sobre sua posição em relação à prorrogação dos contratos por alguns meses, propondo apresentar um termo de ajustamento de conduta que se trata de uma possibilidade que existe na lei, aonde o gestor do órgão público, diante de um fato irregular chega para o Ministério Público reconhecendo que está irregular, mas pede um tempo para regularizar a situação e assim o Assessor lhe procurou tendo em vista a necessidade de dar continuidade a estes contratos e pelo Dr. Dimas foi dito que era para a Prefeitura encaminhar o referido termo e ele iria analisar se estas contratações se enquadravam no excepcional interesse público como dispõe a Constituição. A Assessora disse que lhe perguntou se foi apresentado este termo de conduta tendo sido respondida pelo Promotor que não havia sido enviado até aquele momento, pois a Prefeitura ficou de fazer e apresentar para que ele pudesse analisar. Disse que o promotor lhe perguntou se o projeto já havia sido aprovado, sendo que ela respondeu que ainda não e que

estava sendo objeto de estudo e que os Vereadores queriam obter mais informações sobre o termo de ajustamento de conduta. Por sua vez a Assessora lhe perguntou o que aconteceria se os Vereadores aprovassem o projeto e alguém impetrasse uma denuncia, sendo lhe respondida pelo promotor que no outro dia ele entraria com uma ação civil pública contra a prefeita e mesmo apresentado o termo, este seria analisado por aquela promotoria. A Assessora disse que no outro dia veio até a Câmara e relatou o que foi dito pelo Promotor, conforme está explicando e na ocasião aqui estavam a maioria dos Vereadores que decidiram em fazer uma reunião extraordinária, dependendo apenas da presença do Vereador Roosevelt que estava trabalhando e a reunião somente poderia ser realizada com a concordância de todos Vereadores, haja vista que o Regimento dispõe um prazo para convocação de reuniões. Disse que o Vereador João Carlos estava em casa, mas tinha dado sua palavra que vinha sem nenhum problema, tendo este interpelado e dito que antes havia falado que não iria participar daquela reunião, tendo a Assessora lhe perguntado sobre o que ele falou depois para a Vereadora Catarina, sendo respondida que talvez viria para expor a situação, tendo a Assessora insistido na pergunta se o Vereador iria ou não aprovar o projeto, sendo então respondida que iria aprovar o projeto. Continuando, a Assessora disse que enquanto estavam providenciando a vinda do Vereador Roosevelt para a reunião, sem a presença do qual esta não poderia acontecer, foi dada entrada nesta Câmara o pedido para retirada do projeto, sendo que os Vereadores já haviam decidido por aprová-lo mediante a sua explicação, mas não foi realizada a reunião e, por conseguinte não foi votado o projeto porque foi retirado de pauta a pedido da prefeita. Finalizando, reiterou que foi sozinha ao Ministério público a pedido do Sr. Presidente, conforme decidido na ultima reunião. Prosseguindo, o Vereador Cypriano cumprimentando a todos mencionou que o projeto de lei nº 62 esteve na pauta da reunião anterior e na ocasião ele disse que precisava fazer esta votação porque é conveniente para os empregados por tratar-se de renovação de contratos, porque muitos têm crianças para tratar, pagam aluguel e a gente está enxergando tudo isto. Disse que esteve na Prefeitura e leu um pouco da carta que também foi lida pela Margarida, mas teve uma denuncia lá no Promotor sobre este projeto e depois que teve esta denuncia, ela retirou o projeto porque também ficou cismada e na carta até a Dra. Zilda queria falar com ela através disto aí. Disse que por ele, gostaria que a prefeita arrumasse uma autorização para manter estes empregados, porque não pode soltá-los assim para a rua e como Vereador, os empregados podem contar com seu apoio, citando o trabalho dos os agentes de saúde. Reafirmou que se depender de seu apoio, está aqui para ajudar. Em seguida, o Vereador Marleu disse que o projeto não foi votado na reunião passada, mas se tivesse em pauta nesta reunião seria votado, porque as pessoas não podem ficar desempregadas e assim espera que eles mandem o projeto para que possa ser aprovado. Prosseguindo, o Vereador Roosevelt mencionou que já foi comentado a respeito do projeto e espera que se chegue a um acordo, a uma solução para que os empregado não saiam prejudicados. Disse que o projeto deu entrada na reunião passada e na sua opinião gostaria que tivesse sido aprovado, só que foi rejeitada a sua opinião naquele dia e ficou decidido por aguardar para esta reunião. Disse que é um direito que os Vereadores têm, mas acabou acontecendo esta situação e assim espera que se chegue a um consenso, porém, o projeto terá que partir de volta da prefeita para a Câmara e espera que se normalize a situação dos empregados, pois todos precisam trabalhar. Disse que cada um já deu sua explicação e cabe a cada um analisar estas explicações. Finalizou dizendo que algumas pessoas querem falar e de sua parte ele está de acordo, principalmente a Margarida que pediu para explicar a situação. O Vereador Cypriano disse que gostaria de enfatizar que a prefeita retirou o projeto a partir da denuncia, porém ela em nenhum momento mencionou quem fez esta denuncia. Em seguida a Vereadora Catarina disse que gostaria de deixar bem claro que não assinou o projeto no dia em que ele chegou, devido a Comissão que já foi mencionada pela Vereadora Jussara, da qual o Vereador Rômulo e ela fizeram parte. Por ser o primeiro ano em que ela está aqui, não sabia o que poderia acontecer, pois é uma coisa séria que poderia até prejudicar os Vereadores, já que muitas pessoas poderiam levar isto mais adiante, como até aconteceu com a comissão. Disse que foi conversado e decidido esperar e iria votar a favor do projeto nesta reunião, porque o que mais quer é emprego, não quer que ninguém seja mandado embora, o que não quer para ela, não quer para ninguém. Disse que foi eleita junto com a prefeita, está junto com ela, citando a Assessora Margarida que é uma pessoa a quem ela admira muito, assim como a Fia, mas só pede que todas as vezes que quiserem que um projeto seja aprovado e que é bom para a população, que venham até os Vereadores, porque se for bom para todo mundo,

ele será aprovado na hora. Porém não teve ninguém da prefeitura que veio para explicar este projeto e assim fica difícil de aprovar. Disse que sentar aqui antes de ser eleita é uma coisa, depois é totalmente diferente, a responsabilidade de tudo cai sobre os Vereadores. Enfatizou que todo mundo sabia que o prazo dos contratos era de seis meses que foram prorrogados por mais seis e todos estavam cientes do que estava acontecendo e que agora é esperar que a situação seja revertida. Sobre as palavras do Vereador João Carlos, disse que tem duas filhas para criar e assim não pode pensar em ser colocada na cadeia. Se o Vereador pode, tudo bem, mas ela não pode fazer isto. Finalizou dizendo que o que puder fazer para os empregados será feito, enfatizando que ela votou a favor de todos os outros projetos, luta para que o Dr. José Reinaldo no ano que vem venha atender todos os dias e assim se o projeto voltar será aprovado. Em seguida, o Sr. Presidente disse que de acordo com o Regimento Interno apenas um visitante poderá fazer uso da palavra e a Maria Isabel já havia feito inscrição para falar e ele vai cumprir o que está no Regimento e desta forma convidou a Secretária de Saúde, Maria Isabel Santos Nepomuceno para fazer uso da palavra. A Secretária de Saúde disse que sua preocupação é com os plantões a partir da zero hora do dia trinta e um de dezembro, se os Vereadores lhe podem ajudar, pois a partir daquele momento não sabe o que será feito, pois não pode fechar o posto, mas também não tem funcionários, porque só tem cinco efetivos. O Sr. Presidente perguntou a pronunciante se ela conversou com a prefeita sobre esta situação, sendo lhe respondido que não, ao que o Sr. Presidente disse que estas contratações emergenciais não têm como fechar o olho, é só ela mandar a lei e justificar, porém ela retirou o projeto de votação e assim o Vereador não pode fazer nada. Disse que desta maneira quando o projeto chegar, vai ter que ser aprovado de uma hora para outra. Não poderá ser passado para as comissões, os Vereadores não poderão fazer emendas, nem pedir vistas. Propôs enviar um convite para a Sra. prefeita para vir a Câmara e ver o que pode ser feito com estas contratações. Este projeto não foi reprovado, mas sim retirado de pauta. O que lhe preocupa é a falta de inteligência, tendo a Secretária Maria Isabel dito que sua preocupação é a população ficar sem atendimento, tendo o Sr. Presidente dito que ninguém vai ficar sem atendimento, tendo a Secretária dito que quer opinião neste sentido, tendo o Sr. presidente dito que seria bom a prefeita vir na reunião porque assim ela pode explicar o motivo dela ter reprovado contratações passadas. Disse que não gosta deste negócio de jogar a responsabilidade para outro, o Executivo é para resolver os problemas e ela como Secretária deveria estar sabendo disto, tendo a pronunciante dito que foi pega de surpresa, ao que o Sr. Presidente disse que lhe admira pela sua capacidade, mas a prefeita e seus secretários caros tiveram o ano todo para ver esta situação e questionou porque não fizeram. Disse que se os secretários são pagos, é para ajudar o Executivo. Se todo mundo tapa o olho, porque tem que jogar a culpa no Legislativo. Deixando a Secretária à vontade para continuar, esta disse era somente isto que gostaria de expor e noutra oportunidade vem para falar dos projetos para 2006. Perguntado se não iria liberar a palavra para outros visitantes, o Sr. Presidente respondeu que de acordo com o Regimento Interno, somente um visitante pode fazer uso da palavra e como existem várias pessoas que querem falar, não terá como ceder a palavra, tendo o Vereador Roosevelt dito que no Regimento Interno realmente consta que somente um visitante pode fazer uso da palavra, mas pede que o Plenário seja consultado para ceder a palavra para mais uma pessoa, citando que noutras reuniões já teve mais pessoas que falaram conforme concordância do Plenário, tendo o Sr. Presidente respondido que aqui infelizmente não depende do Plenário, terá que ser observado o Regimento, ao que o Vereador ponderou que noutras reuniões o pedido foi submetido ao Plenário, tendo o Sr. Presidente dito que nesta reunião existem outras pessoas que também querem fazer uso da palavra, ao que o Vereador Roosevelt disse que queria registrar seu pedido, sendo respondido que outros Vereadores também fizeram o mesmo pedido. Ato contínuo passou-se para a votação para renovação da Mesa Diretora para o exercício de 2006, cujo relato é registrado em ata separada. Terminado o processo de votação e proclamados os eleitos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte registrando-se o pedido do Vereador Roosevelt para votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 64/2005 que submetido ao Plenário foi APROVADO pela sua unanimidade. Em seguida, procedeu-se a votação dos requerimentos apresentados na reunião, aditando-se aquele subscrito pelo Vereador Cypriano Antonio Caetano feito na reunião passada, sendo todos APROVADOS pela unanimidade do Plenário em discussão única, conforme dispõe o parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos, tendo o Sr. Presidente pedido que se fizesse também em seu nome um

agradecimento todo especial ao servidor Paulo Párraga. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de lei nº 64/2005 que “Altera o art. 3º da Lei Municipal nº 843 de 24 de outubro de 2005” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se seu envio ao Executivo para fins de sanção. Em seguida, o Sr. Presidente consultou o plenário sobre a realização de duas reuniões extraordinárias para discussão e votação dos projetos de leis nº 45 e 49 de 2005, sendo a proposta APROVADA pela unanimidade do Plenário. Em seguida o Sr. Presidente disse que esta é a última reunião sob sua presidência, para qual foi eleito no início do mandato, onde ele agradece de coração os sete votos que obteve para exercer este cargo e procurou fazê-lo com muita dignidade em favor do crescimento do município. Disse que seu desejo é que toda população saia ganhando. Disse que não é contra emprego que é o que pode solucionar o problema do país. Disse que tem família, veio de uma classe muito pobre, mas isto é uma coisa que muito lhe honra, de ter o pai que teve e hoje se encontra nesta posição que está, não de fazer graça como presidente de Câmara, mas como Tião do Lino e está aqui para ajudar quem quer que for. Desejou felicidades a todos agradecendo aos servidores que aqui estão desde o mandato passado e que realizam o trabalho com muita competência. Agradeceu também a Dra. Isis que trabalhou neste ano como Assessora jurídica, fazendo um trabalho com muita competência. Agradeceu aos Vereadores, em especial aos sete que lhe confiaram a presidência da Câmara, também não fala da pessoa que votou contra ele, não sabendo de quem se trata, mas teve seus motivos que também ele pode ter nas próximas eleições. Fez o seu trabalho, não prejudicou a ninguém, procurou ajudar e se não agradou a todos, nem Deus quando veio a terra conseguiu agradar os cem por cento. Como disse, deveria acabar com os palanques, com a mentira, deveria gravar o que o candidato promettesse e se não cumprisse dentro de dois anos, este deveria ser excluído do Município. Finalizou, reafirmando seus agradecimentos. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para as reuniões extraordinárias que foram deliberadas e que serão realizadas nos dias 22 e 26 de dezembro, quinta-feira e segunda-feira respectivamente, ambas a partir das 18 horas. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos da 33ª e última reunião ordinária da Câmara Municipal na Sessão Legislativa de 2005. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA PARA O ANO DE 2006.** Aos 16 dias do mês de dezembro de 2005, durante a realização da 33ª reunião ordinária desta Câmara, procedeu-se a votação para eleição dos membros para compor a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ijaci para atuar na Sessão Legislativa de 2006. Inicialmente, o Sr. Presidente determinou a leitura do requerimento da única chapa apresentada, composta da seguinte maneira: Presidente – Jussara Alves Resende, Vice Presidente - Carlos Antônio Aparecido Barbosa, Secretário - Catarina Gonçalves de Castro e 2º Secretário - Marleu Ribeiro da Silva. Após a leitura, o Sr. Presidente nomeou os Vereadores Cypriano e Roosevelt para atuarem como escrutinadores para quem foi apresentada a urna e constatado estar vazia. Nos termos do artigo 195 do Regimento Interno, pela ordem de assinatura no livro de presenças, os Vereadores foram convidados a votar. Durante a votação, o Vereador Presidente e os Vereadores Carlos, Jussara, Catarina, Marleu e Roosevelt manifestaram seus votos favoráveis à eleição da chapa única conforme dispõe o parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno. Da mesma forma o Vereador João Carlos manifestou seu voto contrário. Ao final da votação, Somados os votos secretos e os declarados, a chapa única para composição da Mesa Diretora obteve 06 (seis) votos favoráveis e 03 (três) votos contrários. Diante do resultado, o Sr. Presidente declarou eleita a chapa única apresentada conforme composição acima descrita, desejando felicidades, boa sorte, bom trabalho aos eleitos e que Deus os ajude. Em seguida a Vereadora Jussara Alves Resende, eleita presidente da Câmara disse que em nome do Sr. Presidente Sebastião dos Santos Neto gostaria de cumprimentar aos demais Vereadores, funcionários, assessora jurídica e demais presentes, agradecendo a presença de todos. Disse que ficou honrada e feliz com a votação obtida, já considerando os votos contrários dentro da normalidade, pois a democracia é boa e somos, sobretudo seres humanos e políticos com ideologias e pensamentos diferentes e somos capazes de conduzir nossos votos sem interferência de terceiros. Agradeceu a todos pela

participação, em especial os companheiros de chapa além do apoio do Presidente Sebastião. Disse que muito lhe orgulha ser a primeira mulher eleita presidente neste Legislativo o que a leva a entender que precisa trabalhar muito para bem representar esta casa e conduzir os trabalhos seguindo a Lei Orgânica e o Regimento Interno, com ética, responsabilidade e, sobretudo muita democracia. Disse que se recorda do dia da posse em que falou que formamos uma família com pensamentos diferentes, mas unida pelo ideal de dias melhores para o nosso município. Aos colegas de trabalho disse que esta votação encerrou-se nesta reunião e que conta com a colaboração de todos para trabalhar juntos para o bem da querida Ijaci. Finalizou citando um versículo bíblico que diz que “o que semeia a boa semente é o Filho do Homem. O campo é o mundo” e que podem contar com ela. Foi informado ainda que nos termos do artigo 36 da Lei Orgânica Municipal, os membros eleitos tomarão posse no primeiro dia útil do mês de janeiro. Encerrado o rito de eleição dos membros para composição da Mesa Diretora da Câmara para a Sessão Legislativa de 2006, a reunião teve sua continuidade, conforme descrito em ata própria. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de dezembro de 2005, quinta-feira, às 18h (dezoito horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara e a Assessora Jurídica Dra. Isis. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 33ª reunião ordinária, juntamente a ata da eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal para a Sessão Legislativa de 2006, sendo ambas aprovadas e assinadas pelos Srs. Vereadores. Após, fez-se as seguintes apresentações: Ofícios do Gabinete da Sra. Prefeita nº 368 encaminhando os relatórios de receitas, despesas e saldos da Prefeitura Municipal referente ao mês de novembro de 2005 e nº 371 contendo resposta aos ofícios 200 e 212 desta Câmara. Relativo aos projetos, foi mencionado o projeto de lei nº 45/2005 que “dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2006 a 2009” para o qual foram apresentadas emendas aditivas, sendo uma de autoria da Vereadora Jussara Alves Resende, acerca de inclusão no Plano Plurianual de aquisição de terreno e construção do velório e cemitério do Município, bem como a manutenção dos mesmos e ainda a construção de trevo no início da Rodovia Agnésio Carvalho de Souza, na saída para a cidade de Lavras e a outra subscrita por todos Vereadores, acerca da inclusão e implantação no Município do SUAS – Sistema Único da Assistência Social. Foi mencionado ainda o projeto de lei nº 49/2005 que “estima a receita e fixa a despesa do município de Ijaci para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providências” em pauta para deliberação na reunião”. Leitura e envio às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental do projeto de resolução nº 07/2005 que “Altera a redação dos artigos 176 e 177 da Resolução Legislativa nº 282 de 22 de agosto de 1994 – Regimento Interno da Câmara Municipal”. Prosseguindo, o Sr. Presidente passou a coordenação dos trabalhos para o Vereador Vice Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa e solicitou o uso da palavra para defender o projeto de resolução nº 07/2005, de sua autoria. Disse que a alteração que está propondo no Regimento Interno é para preservar os Vereadores e não voltar a acontecer o fato ocorrido recentemente, onde se fica jogando a responsabilidade de um lado para outro e a população fica sem saber qual notícia é certa, pois alguns compreendem, outros não. Disse que a proposta é que uma vez passado para as Comissões Permanentes, quem vai deliberar a retirada de projeto é o Plenário, sendo que se este não concordar com a retirada, o projeto vai seguir seu tramite normal e se aprovado, o Executivo poderá vetá-lo, porém a responsabilidade não é mais do Vereador, podendo acontecer ainda a hipótese da concordância pela retirada do projeto desde que haja a aprovação de cinco Vereadores. A Vereadora Jussara disse que é a favor do projeto, porque tudo o que é conversado, é entendido e as coisas quando resolvidas de ultima hora, sem pensar, trazem muitos transtornos e este projeto de resolução vem normalizar e mostrar pra gente o que deve ser feito e sendo assim pede que o mesmo seja votado em regime de urgência. Prosseguindo, o Vereador João Carlos pediu o direito a diárias de viagens para si e para o Vereador Rômulo que foram a Belo Horizonte com a prefeita e alguns de seus assessores para buscarem informações sobre o concurso público e ficaram mais de quatorze horas fora do Município. O Sr. Presidente Sebastião pedindo licença, disse que quando o Vereador sai a serviço do Município precisa fazer um requerimento, sendo que não basta ligar do local de destino e avisar o secretário da Câmara. Afirmou que até agora não teve nenhum requerimento escrito pedindo o pagamento destas diárias e se fosse feito este requerimento e apresentado o relatório, teria efetuado o pagamento. Disse que tem que trabalhar dentro das normas legais e regimentais, citando em especial a Resolução nº 431. Não está aqui para prejudicar ninguém, mas

ficou sabendo que o Vereador havia viajado porque o mesmo ligou a cobrar aqui na Câmara e avisou, porém não tem o requerimento para saída, nem o relatório de chegada. Não está negando o pagamento das diárias, questionando se o Vereador possui o requerimento e o relatório, tendo este respondido que a viagem foi marcada na última hora, tendo sido convidado no sábado, tendo o Sr. Presidente dito que o direito do Vereador ninguém tira, mas tem que agir dentro da normalidade, afirmando que se o Vereador se colocasse no seu lugar e fosse o presidente, teria de agir desta forma, em cima do que está escrito, tendo o Vereador pedido que fosse apresentado então uma justificativa por escrito, tendo o Sr. presidente dito que quer um requerimento de saída e um relatório de chegada, questionando como pagar diárias sem embasamento. Reiterou a pergunta se o Vereador tem o relatório, sendo respondido que sim, tendo o Sr. presidente dito que então seja apresentado e o pagamento será efetuado. Afirmou que não se trata de caçar confusão, nem ficar um contra o outro. Citou palavras da Vereadora Jussara, onde ela disse que a Câmara é uma família e mesmo que haja desentendimento, o que a lei dispõe, é garantido para todos e determinou ao Diretor de Finanças e Contabilidade que, uma vez apresentado o requerimento e o relatório, fosse providenciado o pagamento das diárias. Prosseguindo, o Vereador Cypriano manifestou sua posição favorável ao projeto de resolução nº 07/05 e sua votação em regime de urgência. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte tendo o Sr. Presidente em exercício consultado o Plenário acerca do pedido da Vereadora Jussara para votação em regime de urgência do projeto de resolução nº 07/2005, sendo APROVADO pela sua unanimidade. Em seguida, procedeu-se a discussão e votação das emendas aditivas propostas ao projeto de lei nº 45/2005, sendo ambas APROVADAS pela unanimidade do Plenário. Prosseguindo, foi anunciada a discussão e votação do projeto de resolução nº 07/2005 que “Altera a redação dos artigos 176 e 177 da Resolução Legislativa nº 282 de 22 de agosto de 1994 – Regimento Interno da Câmara Municipal” tendo sido APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação transformando-se na Resolução Legislativa nº 464/2005. Em seguida foi anunciada a discussão e votação do projeto de lei nº 45/2005 que “dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2006 a 2009” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª discussão e votação. Ato contínuo, foi anunciada a votação do projeto de lei nº 49/2005 que “estima a receita e fixa a despesa do município de Ijaci para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providências” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª discussão e votação. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião extraordinária que será realizada no dia 26 de dezembro, segunda-feira, a partir das 18 horas para discussão e votação dos projetos em tramite e aditamento de matéria urgente, se assim for julgada pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos da 11ª reunião extraordinária da Câmara Municipal na Sessão Legislativa de 2005. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de dezembro de 2005, segunda-feira, às 18h (dezoito horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara e a Assessora Jurídica Dra. Isis e vários assistentes, dentre estes o vice-prefeito do Município, Luiz Rogério Vilas Boas, os Secretários Odilon Olimpio de Carvalho, Fábio Mesquita de Almeida Silvio Martins Ferreira Sobrinho e Maria Isabel Santos Nepomuceno, o Chefe de Gabinete da Prefeitura, Raniere Aparecido de Souza e a Assessora da Prefeita Margarida Augusta do Nascimento. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 11ª reunião extraordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Após, foram mencionados os projetos de lei nº 45 e 49 de 2005, em pauta para 2ª discussão e votação. Prosseguindo, o Sr. Presidente liberou o uso da palavra ao Secretário Silvio que apresentou a todos a Dra. Heliana Guadalupe Alves, Presidente do IGETEC – Instituto de Gestão Organizacional e Tecnologia Aplicada, empresa contratada pela Prefeitura para elaborar a nova Estrutura Administrativa do Município, o novo Plano de Cargos e Salários, o Estatuto do Magistério e o novo Código Tributário Municipal. Cedido-lhe a palavra, a Dra. Heliana fez um breve histórico da empresa e sua atuação na elaboração de concursos para alguns órgãos da administração estadual. Em seguida apresentou os tópicos da nova estrutura administrativa do Município a partir de um organograma que está sendo

proposto, destacando que serão mantidas as sete Secretarias atualmente existentes, o desmembramento destas em Departamentos e Seções e a criação de algumas Assessorias Especiais. A equiparação de vencimentos nos cargos comissionados, enfatizando que a estrutura atual pode ser comparada a uma colcha de retalhos, sendo que na proposta que está sendo apresentada, fez-se uma consolidação e uma condensação de toda legislação pertinente. Apresentou os desmembramentos das sete Secretarias e suas atribuições, sendo que algumas receberam uma denominação mais moderna e que em alguns departamentos foram remanejados de secretarias para que sua atuação seja mais eficiente. Disse que este trabalho vem sendo feito desde o mês de setembro e que a princípio a empresa foi procurada para realizar o concurso público, porém, para fazer este concurso, em primeiro lugar seria necessária a reformulação da estrutura administrativa, do plano de cargos e salários e estatuto do magistério, sendo que a previsão para a conclusão dos trabalhos referentes ao concurso público é o próximo mês de abril. Durante a explicação, foram feitas várias perguntas pelos Vereadores, destacando-se o relato acerca da proposição e retirada do projeto de lei nº 62/2005 que tratava da autorização para renovação dos contratos temporários existentes na Prefeitura e o transtorno ocorrido quanto à responsabilidade do ato. A Dra. Heliana afirmou que para investidura no serviço público, faz-se necessário a realização de concurso público e que os contratos temporários são apenas para atender certas necessidades, citando como exemplo a contratação de professoras, quando aquelas efetivas por motivo de licença não puderem exercer as funções. Neste caso, faz-se a contratação temporária de professoras até que as titulares reassumam os respectivos cargos. No caso específico do projeto de lei que propunha a autorização para renovação dos contratos, de certa forma ela foi responsável por sua retirada, vez que não havia a necessidade de estabelecer o prazo de um ano para os novos contratos administrativos. Questionada sobre a situação dos servidores e dos serviços que exercem, a Dra. Heliane disse que serão recontratados até que seja concluído o concurso público e feita as nomeações, sendo que poderá ser feito um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público neste sentido a exemplo do que está sendo feito pelo Governador do Estado de Minas Gerais, enfatizando que o Ministério Público está cobrando muito a realização dos concursos. Falou ainda da idoneidade e seriedade da empresa e que é preciso fazer estas reformas para que o município se desenvolva, comparando que isto é o mesmo que consertar o avião enquanto ele voa. Após a explanação sobre a reforma administrativa, a Dra. Heliana apresentou alguns tópicos do novo Código Tributário Municipal que está sendo proposto, como forma de aumentar a arrecadação do Município, levando-se em consideração o princípio da capacidade contributiva, onde quem ganha mais contribuirá com mais e quem ganha menos contribuirá com menos ou nada contribuirá. Mencionou o alvará e o ISS que são cobrados da Camargo Correa, cujo valor é insignificante e que para manter os serviços públicos e cumprir as metas orçamentárias, faz-se necessário o aumento de receitas. No caso do IPTU falou da necessidade da realização do cadastro imobiliário do município, onde será feito um levantamento detalhado de cada imóvel. A Advogada falou ainda da necessidade da aprovação do novo Código Tributário ainda neste exercício para atender o princípio da anuidade, senão as mudanças somente poderão ser aplicadas no ano de 2007. Devido ao longo tempo de explanação, que na integra se encontra gravada em fita VHS e arquivada nesta Câmara, ficou decidido pela realização de uma reunião extraordinária no dia seguinte, ou seja, terça feira a partir das nove horas da manhã, onde a Dra. Heliana iria explicar com mais detalhes a respeito do Código Tributário e sua aplicação prática. O Sr. Presidente agradeceu a pronunciante e disse que a Câmara está disposta para colaborar naquilo que for útil para a municipalidade, afirmando que a explanação foi muito útil e esclarecedora. Ato contínuo, passou-se para a Segunda Parte, tendo sido anunciada a 2ª discussão e votação do projeto de lei nº 45/2005 que “dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2006 a 2009” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário. Após foi anunciada a 2ª discussão e votação do projeto de lei nº 49/2005 que “estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providências” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário, determinando-se suas redações finais para discussão e votação no dia seguinte. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião extraordinária que será realizada no dia 27 de dezembro, terça feira, a partir das 9 horas para discussão e votação dos projetos em tramite e aditamento de matéria que for julgada conveniente pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos da 12ª reunião extraordinária da Câmara Municipal na Sessão Legislativa de 2005. Para constar

lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de dezembro de 2005, terça-feira, às 9h (nove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara e a Assessora Jurídica Dra. Isis e alguns assistentes, dentre estes o vice-prefeito do Município, Luiz Rogério Vilas Boas, os Secretários Odilon Olimpio de Carvalho, Fábio Mesquita de Almeida e Silvio Martins Ferreira e o Chefe de Gabinete da Prefeitura, Raniere Aparecido de Souza. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos, sendo abordadas as redações finais dos projetos de lei nº 45 e 49 de 2005, em pauta para deliberação na presente reunião. Em seguida passou-se a palavra para a Dra. Heliane Guadalupe Alves que abordou os anexos do novo Código Tributário Municipal constante no projeto de lei nº 66/2005. Falou ainda da necessidade de se fazer o cadastro imobiliário e ainda um cadastro da real situação dos contribuintes para que se possa dar incentivos ou mesmo a isenção de impostos. Mencionou os diversos tipos de receitas próprias como os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria. Falou também das responsabilidades do Município e dos moradores, bem como a implantação de um setor de fiscalização, sendo que para isto se faz necessário a reforma administrativa e nomeação de fiscais através de concurso público, pois pela legislação somente o servidor efetivo poderá lavrar um auto de infração. Várias perguntas foram feitas pelos Vereadores e várias questões abordadas, tendo a advogada citado que no levantamento efetuado pela empresa, existem vários pontos a serem regularizados. Após a explanação, a advogada, Dra. Heliane se despediu, colocando-se à disposição para dirimir quaisquer dúvidas. Prosseguindo, o projeto de lei nº 65/2005 que “dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providencias” e o projeto de lei nº 66/2005 que “dispõe sobre a consolidação da legislação tributária do município de Ijaci-MG e dá outras providencias” foram encaminhados às Comissões Permanentes para parecer, sendo que em seguida, os trabalhos foram suspensos por vinte minutos. No reinício, em relação ao projeto de lei nº 65/2005 foi abordada a dúvida de alguns Vereadores acerca da situação dos contratos administrativos, vez que a autorização para renovação dos contratos até a conclusão dos atos do concurso público não veio configurada no projeto, sendo respondido pelo Chefe de Gabinete, Raniere Aparecido de Souza, que a estrutura organizacional não trata desta questão que deverá ser incluída quando da apresentação do novo plano de cargos e salários, o que está previsto para o mês de janeiro. Outra dúvida, diz respeito ao numero de cargos comissionados, tendo o Assessor dito que procurou ser mantido o número de cargos aprovados anteriormente, sendo que no compito geral, para estes cargos houve um aumento de despesa em torno de seis mil reais. Para o projeto de lei nº 66/2005, após leitura e análise, foi proposta uma emenda modificativa nos seus anexos, como forma de corrigir alguns erros de redação, em especial o anexo V, emenda esta subscrita por todos Vereadores. Prosseguindo, após debate em torno dos projetos, foi decidido que ambos seriam votados em 1ª discussão e votação ainda nesta reunião. Ato contínuo passou-se para a Segunda Parte com a discussão e votação da emenda modificativa proposta ao projeto de lei nº 66/2005, sendo APROVADA pela unanimidade do Plenário. Em seguida passou-se para a discussão e votação da redação final do projeto de lei nº 45/2005 que “dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2006 a 2009” sendo APROVADA pela unanimidade do Plenário. Após foi anunciada a discussão e votação da redação final do projeto de lei nº 49/2005 que “estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providencias” sendo APROVADA pela unanimidade do Plenário, determinando-se o envio ao Executivo para fins de sanção. Após foi anunciada a 1ª discussão e votação do projeto de lei nº 65/2005 que “dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providencias” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário. Em seguida foi anunciada a 1ª discussão e votação do projeto de lei nº 66/2005 que “dispõe sobre a

consolidação da legislação tributária do município de Ijaci-MG e dá outras providencias” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião extraordinária que será realizada no dia 28 de dezembro, terça-feira, a partir das 9 horas para discussão e votação dos projetos em tramite. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos da 13ª reunião extraordinária da Câmara Municipal na Sessão Legislativa de 2005. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de dezembro de 2005, quarta-feira, às 9h (nove horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara, o servidor da Prefeitura Paulo Marcos Párraga Júnior e a Supervisora Pedagógica das escolas municipais, Fabíola Alves de Lima. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura das atas da 12ª e 13ª reuniões extraordinárias que foram aprovadas e assinadas pelos Srs. Vereadores. Após foram abordados os projetos de lei nº 65 e 66 de 2005, em pauta para 2ª discussão e votação. Foi aditado ainda o projeto de lei nº 67/2005 que “aprova o Plano Decenal de Educação”, sendo este lido em sua íntegra. Em seguida fez-se um debate em torno do Plano Decenal com a participação da Supervisora Pedagógica. Prosseguindo, o Vereador Marleu solicitou votação em regime de urgência para o projeto de lei 67/2005. Não havendo outros pronunciamentos em ato contínuo, passou-se para a Segunda Parte tendo sido consultado o Plenário a respeito do pedido de votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 67/2005 feito pelo Vereador Marleu, sendo APROVADO pela sua unanimidade. Após foi anunciada a 2ª discussão e votação do projeto de lei nº 65/2005 que “dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providencias” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário. Em seguida foi passado para a 2ª discussão e votação do projeto de lei nº 66/2005 que “dispõe sobre a consolidação da legislação tributária do município de Ijaci-MG e dá outras providencias” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei nº 67/2005 que “aprova o Plano Decenal de Educação” sendo APROVADO pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, determinando-se seu encaminhamento ao Executivo para fins de sanção. Foi APROVADA ainda pelo Plenário uma publicação de agradecimento a empresa Química Minérios pela parceria feita com o Município para reforma da Praça Joaquim Correia Peniche e ainda uma saudação à população por ocasião da passagem de ano. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião extraordinária que seria realizada nesta mesma data a partir das 13 horas para discussão e votação das redações finais dos projetos nº 65/05 e 66/05. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos da 14ª reunião extraordinária da Câmara Municipal na Sessão Legislativa de 2005. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

**ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2005.** Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de dezembro de 2005, quarta-feira, às 13h (treze horas) no salão de reuniões da Câmara reuniram-se os Srs. Vereadores Sebastião dos Santos Neto – Presidente, Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Vice Presidente, Marleu Ribeiro da Silva – Secretário, Catarina Gonçalves de Castro, Cypriano Antonio Caetano, João Carlos Espedito, Jussara Alves Resende Rômulo Elias e Roosevelt Aparecido Gomes. Presentes os servidores da Câmara. Após a oração inicial, o Sr.

Presidente determinou ao Vereador Secretário que procedesse a chamada nominal, tendo este comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, em nome de Deus foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 14ª reunião extraordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Após fez-se a leitura das redações finais dos projetos de lei nº 65 e 66 de 2005, aditando-se ainda convite para inauguração do parquinho de diversões do bairro da Serra, inauguração da pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais do bairro Vila Aparecida e festividades de reveillon na Praça da Matriz, após a santa missa, encaminhado através do ofício nº 373 de 2005 do Gabinete da Sra. Prefeita. Não havendo pronunciamentos, passou-se incontinenti para a Segunda Parte com a discussão e votação da redação final do projeto de lei nº 65/2005 que “dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providencias” sendo APROVADA pela unanimidade do Plenário. Em seguida foi passado para a discussão e votação da redação final do projeto de lei nº 66/2005 que “dispõe sobre a consolidação da legislação tributária do município de Ijaci-MG e dá outras providencias” sendo APROVADA pela unanimidade do Plenário, determinando-se o envio destas ao Executivo para fins de sanção. Em seguida, os trabalhos foram suspensos por quinze minutos para lavratura da presente ata. No reinício os Srs. Vereadores e servidores se manifestaram, agradecendo mutuamente e desejando um ano novo cheio de conquistas e felicidades para todos. Nada mais havendo a tratar, fez-se as orações finais e em nome de Deus foram encerrados os trabalhos da 15ª reunião extraordinária e última reunião da Câmara Municipal na Sessão Legislativa de 2005. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.